



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Giovanna Bem Borges

Gênero e memória na militarização das mulheres soviéticas

Marília
2024

Giovanna Bem Borges

Gênero e memória na militarização das mulheres soviéticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília

Área de Concentração: Ciências sociais

Orientador (a): Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas

Marília
2024

B732g Borges, Giovanna Bem
 Gênero e memória na militarização das mulheres soviéticas /
 Giovanna Bem Borges. -- Marília, 2024
 182 f. : il., fotos

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
 (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
 Orientadora: Lidia Maria Vianna Possas

 1. Ciências sociais e história. 2. Guerra Mundial 1939-1945
 Narrativas pessoais. 3. mulheres soldados. 4. relações de
 gênero. 5. Literatura União Soviética. I. Título.

Giovanna Bem Borges

Gênero e memória na militarização das mulheres soviéticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Memória

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas

UNESP – Câmpus de Marília

Orientadora

Profa. Dra. Manuela Trindade Viana

Pontificia Universidad Javeriana – Bogotá

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

UFSC – Florianópolis

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

UNESP – Câmpus de Marília

Profa. Dra. Lais Forti Thomaz

UFG – Goiânia

Marília, 27 de setembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Esse texto é um mosaico que foi construído progressivamente com a contribuição de muitas pessoas ao longo desses dois anos. Agradeço primeiramente à minha família, minha mãe, Alessandra Bem Borges, meu pai, Levi Borges, e minhas irmãs, Deborah Bem Borges e Larissa Bem Borges, por sempre me apoiarem em tudo que eu me proponho e por me ouvirem nas minhas perambulações e considerações (quase) infinitas sem (quase) nenhuma reclamação. Agradeço aos meus amigos, mas principalmente à minha melhor amiga, minha irmã de estrela, Eloara dos Santos Cotrim, que esteve comigo em todos os momentos que importavam e minha companheira de jornada nessa loucura chamada vida. Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas, pela paciência e orientação, e a todos, todas e todes do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG/Unesp) pelas contribuições imprescindíveis sem as quais não existiria essa pesquisa. Agradeço ainda a todos os professores, professoras e colegas que se propuseram a ler meu trabalho e me ajudaram com recomendações de leitura, observações e possíveis caminhos de análise. As professoras doutoras Cristina Scheibe Wolff (UFSC) e Manuela Trindade Viana (Pontificia Universidad Javeriana) também foram fundamentais para o aprimoramento dessa pesquisa para que ela pudesse tornar-se a melhor versão possível. Por fim, agradeço ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), que financiou esse trabalho e tornou ele possível.

“Nosso ideal, nosso herói é um homem com uma metralhadora...”

Svetlana Aleksiévitch (2020, p. 326)

RESUMO¹

A Segunda Guerra Mundial é um dos acontecimentos mais estudados do século XX. Entretanto, como aponta Svetlana Aleksievitch (2016a), a maior parte do que conhecemos sobre a guerra foi escrito por homens e para homens, que a consideram implícita ou explicitamente como um fenômeno masculino por excelência. Dessa forma, essa pesquisa pretende explorar o trabalho de Aleksievitch, “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” (2016a), com o intuito de pensar as relações de gênero na União Soviética a partir dos testemunhos das mulheres que serviram no front. O referencial teórico utilizado são os estudos de gênero na perspectiva de Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) e a técnica para a organização dos dados é a análise do discurso baseada principalmente em Mikhail Bakhtin (2002; 2016). Em suma, ao priorizar as experiências e os testemunhos femininos em seu trabalho, Aleksievitch não só desafiou a narrativa oficial da guerra, mas também questionou em alguma medida as relações de gênero soviéticas ao deslocar os marcos interpretativos do passado para outras questões e outros sujeitos, uma disputa política que tem repercussões até hoje no leste europeu. Contudo, embora seu projeto seja em vários sentidos inovador, ele se inscreve em um momento histórico no qual as disputas em torno da memória estavam subordinadas em alguma medida a um conflito maior em torno das metanarrativas da nação. Desse modo, frequentemente há uma dissociação entre a história que Aleksievitch quer contar e história que suas interlocutoras desejam contar. Além disso, o ativismo da jornalista pela paz também implicou frequentemente em visões de gênero essencialistas que tinha como intuito questionar o ideal monolítico de nação, no qual em grande parte suas interlocutoras ainda se viam, embora não sem conflitos e contradições. Por isso a importância de entender o discurso através de seu aspecto dialógico. Ainda que Aleksievitch tivesse o intuito de tirar essas mulheres da invisibilidade e dar um espaço para que elas pudessem discutir suas memórias livremente, sua tentativa de negar a guerra como uma experiência de valor implicou na adoção consciente ou inconsciente de estereótipos empregados no pós-guerra com o intuito de “desarmar” as mulheres do front, tanto simbólica como literalmente.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; mulheres soviéticas; relações de gênero; memória; União Soviética.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ABSTRACT

The Second World War is one of the most studied events of the 20th century. However, as Aleksievitch (2016) points out, most of what we know about war was written by men and for men, who implicitly or explicitly consider it a masculine phenomenon par excellence. Thus, this research intends to explore Aleksievitch's work, "The War's Unwomanly Face" (2016), with the aim of thinking about gender relations in the Soviet Union based on the testimonies of women who served at the front. In this sense, the theoretical framework used is gender studies, based on the perspective of Raewyn Connell and Rebecca Pearse (2015) and the technique for organizing the data is discourse analysis based on Mikhail Bakhtin (2002; 2016). In short, by prioritizing women's experiences and testimonies in her work, Aleksievitch not only challenged the official narrative of the war, but also questioned Soviet gender relations to some extent by shifting the interpretative frameworks of the past to other issues and subjects, a political dispute that still has repercussions in Eastern Europe today. However, although her project was innovative in many ways, it was part of a historical moment in which disputes over memory were subordinated to some extent to a larger conflict over the metanarratives of the nation, so there is often a dissociation between the story Aleksievitch wants to tell and the story her interlocutors want to tell. Furthermore, the journalist's activism for peace also often implied essentialist gender views that aimed to question the monolithic ideal of the nation, in which many of her interlocutors still saw themselves, although not without conflicts and contradictions. Hence the importance of understanding the discourse through its dialogical aspect. Although Aleksievitch intended to bring these women out of invisibility and provide a space for them to discuss their memories freely, her attempt to deny the war as a valuable experience implied the conscious or unconscious adoption of stereotypes employed in the post-war period with the aim of "disarming" women from the front, both symbolically and literally.

Keywords: Second World War; Soviet women; gender relations; memory; Soviet Union.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Tipos de produção anglófonas distribuídos por ano	18
Gráfico 2 – Nacionalidade das publicações anglófonas	18
Gráfico 3 – Publicações anglófonas distribuídas por categorias temáticas	19
Gráfico 4 – Tipos de produção brasileira distribuídos por ano	30
Gráfico 5 – Produções brasileiras distribuídas por eixos temáticos	30
Figura 1 – <i>Voroshilovskii strelok</i> [Outubro de 1939]	61
Figura 2 – “Mulher proletária, domine os equipamentos de aviação!” [1931]	62
Figura 3 – O <i>Komsomol</i> armado [1939]	63
Figura 4 – <i>Rabotnitsa</i> [1938]	64
Figura 5 – <i>Rabotnitsa</i> [Fevereiro de 1954]	102
Figura 6 – Zoya Kosmodemyanskaya, por Sergei Strunnikov	107
Figura 7 – Yulia Drunina tratando um ferido	108
Figura 8 – Medalha da Maternidade	115
Figura 9 – Ordem da Glória Materna	115
Figura 10 – Medalha “Mãe Heroína”	116
Figura 11 – Svetlana Aleksiévitch (centro) em um encontro de veteranas no início dos anos 1980	121
Figura 12 – A pátria-mãe chama!	124
Figura 13 – Medalha russa de “Mãe Heroína”	147
Figura 14 – Putin	
Quadro 1 – Entrevistas longas	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Percurso acadêmico	10
1.2 Produções acerca da temática	15
1.2.1 Produções anglófonas	17
1.2.2 Produções brasileiras	29
1.3 Estrutura do texto	33
2 “O PESADELO DAS NUANCES”: SVETLANA ALEKSIÉVITCH E O SÉCULO XX	34
2.1 Esculpindo a imagem de uma época: vida e obra de Svetlana Aleksiévitch	37
2.2 Contextualizando o século XX	46
2.2.1 O surgimento dos movimentos de mulheres na Rússia	49
2.2.2 A “nova-velha” mulher soviética	57
3 “ESCREVA SOBRE NOSSA GRANDE VITÓRIA”: TESTEMUNHO, GÊNERO E VIOLÊNCIA	66
3.1 “A pátria-mãe chama!”: panorama geral da guerra	66
3.2 “Ah, minha querida, é o nosso fardo feminino”: A Guerra Não Tem Rosto de Mulher e suas interlocutoras	74
3.3 “Só que naquele caso era amor”: romance, estupro e violência	91
3.4 “Os meninos corriam [...] e jogavam pedras... E as mulheres choravam...”: as representações das mulheres na guerra	100
4 “O PASSADO AINDA ESTÁ POR VIR”: A DISPUTA PELA MEMÓRIA NO PÓS-GUERRA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE	112
4.1 “Não falem sobre os serviços que vocês prestaram”: a militarização da maternidade e a domesticação da <i>frontovítchka</i>	113
4.2 “É terrível lembrar, mas é mais terrível ainda não lembrar”: a construção simbólica da memória nacional e os desafios da nação	124

4.3 O desejo de restauração e a produção do passado ideal: políticas de memória e gênero na construção da “ideia nacional”	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

1.1 Percurso acadêmico

A ideia para a pesquisa surgiu ainda durante a graduação em Ciências Sociais, na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), através da participação no grupo de pesquisa Economia Política da Guerra, coordenado pelo Prof. Dr. Manoel Rêbello Junior, com a leitura do livro “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, de Svetlana Aleksiévitich. Após as discussões da obra durante as reuniões do grupo, o professor se interessou pelo tema devido a sua relativa novidade – embora pesquisasse guerra há anos, na época ele disse não conhecer muitas obras que focam especificamente em mulheres, especialmente mulheres combatentes – e se voluntariou para orientar a pesquisa que resultaria no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Outra Face da Guerra”, em uma referência ao título de Aleksiévitich.

Inicialmente, o foco era principalmente nas mulheres combatentes, com o objetivo de entender como a inserção das mulheres nas forças armadas soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial havia colaborado ou não com o compromisso proclamado durante a revolução russa com a emancipação feminina, a partir da ótica do feminismo marxista. Isso porque até certo ponto a União Soviética desafiou as normas de gênero do período, já que, de acordo com Reina Pennington (1996), a mera existência de mulheres em posição de combate obstrui a ordem social na medida em que escapam da estrutura social de compreensão de gênero, que cria estereótipos e normas de ação que cada gênero deve obedecer, naturalizando o homem como ativo, corajoso e forte e a mulher como passiva, covarde e fraca. Como Fernanda de Vasconcellos (2019) afirma,

Questionar ou discutir os papéis tradicionais de gênero significa disputar poderes que estão historicamente atrelados ao masculino em nossa sociedade. É um questionamento que implica criticar estruturas sociais que colocam a mulher no polo da passividade, da domesticidade, da sexualidade controlada.

A consideração a que chegamos nessa pesquisa inicial é que apesar de apresentar condições inovadoras para a época, em nenhum momento as relações de gênero foram efetivamente colocadas em questão na URSS, de forma que, ainda que as mulheres soviéticas tenham sido declaradas “emancipadas” ainda nos anos 1930, como coloca Thaiz Senna (2017), a situação na prática era bem diferente. Dessa forma, para a continuação da pesquisa durante o mestrado, consideramos que era necessário um deslocamento do foco inicial para pensar as relações de gênero de forma mais central, considerando a Segunda Guerra como um episódio particularmente relevante por a entendermos como um momento de ruptura total que amplificou

as contradições sociais presentes na União Soviética, especialmente em relação a gênero. Assim, nosso novo objetivo até então era entender a dinâmica de gênero na Segunda Guerra e algumas de suas principais consequências na sociedade soviética de forma mais ampla. A partir disso, revisamos e adaptamos o Trabalho de Conclusão de Curso, que resultou no artigo também intitulado “A Outra Face da Guerra: a militarização das mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial”, publicado na Revista Hydra.

Nessa etapa, a participação no Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG/Unesp) se provou fundamental, pois a atividade extensionista “Construindo Diálogos – Sobrevivência e Oralidade: (ins)escrevendo vozes, corpos e existências” nos apresentou novos olhares e direções para a pesquisa, com a perspectiva da sobrevivência e do testemunho, que nos introduziu na dimensão da memória e da história oral. Através da discussão do trabalho de autores como Agamben e Primo Levi, pudemos repensar o nosso objeto a partir de novas categorias e ferramentas de análise que proporcionaram reflexões essenciais para a continuação da pesquisa. Dentre elas, a decisão de nos aprofundarmos mais no trabalho de Svetlana Aleksievitch, jornalista bielorrussa que dedicou sua vida a recolher testemunhos sobre diversos aspectos da antiga sociedade soviética, após reiniciarmos a pesquisa bibliográfica. Embora exista uma quantidade considerável de material sobre as mulheres soviéticas na guerra², especialmente em inglês, uma boa parcela deles é introdutória e/ou se concentram sobretudo no aspecto quantitativo da questão (quantas mulheres combateram, quantos batalhões foram formados, em que área atuaram etc.), o que não permite uma análise consistente sobre vários aspectos mais subjetivos das questões de gênero que nos interessavam. Assim, optamos por nos basearmos sobretudo no livro e relegar o levantamento bibliográfico a segundo plano.

Ao tomar “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” como fonte, foi preciso levar em consideração diversos aspectos teóricos e metodológicos; por exemplo, não só a mediação da autora entre os testemunhos e a sua transcrição e composição no livro, mas também da subjetividade das próprias interlocutoras da autora, considerando que as entrevistas ocorreram quase 40 anos após os acontecimentos relatados. Como Luisa Passerini (2011, p. 79) coloca, “a memória é levada a atualizações contínuas de linguagem, que demandam processos complexos

² Tanto acadêmicos como não acadêmicos. A título de curiosidade, podemos mencionar o livro “*The White Rose of Stalingrad*” (2013), de Bill Yene, sobre a vida de Lidya Litvyak, pilota soviética que derrubou pelo menos 12 aviões alemães, considerada a primeira mulher a se tornar uma ás da aviação da história; “*As Bruxas da Noite*” (2019), escrito pela jornalista Ritanna Armeni sobre o conhecido 588º Regimento de Bombardeio Noturno, que ganhou o apelido de “bruxas da noite” e foi o único regimento aéreo que permaneceu inteiramente feminino até o fim da guerra; e o filme “*A Batalha de Sevastopol*” (2015), dirigido por Sergey Mokritskiy, também conhecido como “*A Sniper Russa*”, sobre a franco-atiradora Lyudmila Pavlichenko, considerada a atiradora mais bem-sucedida da história pela morte de 309 soldados do Eixo.

de reelaboração” de forma que “a exibição de si é fundamental nesse teatro, no qual a pessoa que narra escolhe um papel para representar; uma autorrepresentação na qual se combinam estratégia e espontaneidade” (Passerini, 2011, p. 40). Por isso, além da análise do testemunho, é preciso considerar também as condições em que ele é realizado, desde a audiência que o assiste até o contexto histórico, cultural e social de forma mais ampla, que pode não ser favorável por diversos motivos.

Pensando nessa perspectiva, apresentamos um trabalho intitulado “‘Não Falem dos Serviços que Vocês Prestaram’: a desmobilização e o apagamento das experiências militares femininas na URSS” no V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH-Brasil, organizado pelo GT Estudos de Gênero e Feminismos – ANPUH/MG e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros, explorando a represália que as mulheres que serviram no front enfrentaram no momento do pós-guerra, já que como Svetlana Aleksievitch (2016a) relata diversas vezes, a guerra que as mulheres relatavam não era a “guerra certa”. Como a autora escreve,

Mais de uma vez recebi o texto mandado para leitura com anotações: ‘Não precisa falar dessas ninharias... Escreva sobre nossa grande Vitória...’. Mas as ninharias eram o principal para mim – o calor e a clareza da vida: o topetinho deixado no lugar das tranças, os caldeirões quentes com mingau e sopa sem ninguém que os coma, pois de cem homens sete voltaram do combate; ou como, depois da guerra, era difícil ir à feira e olhar as barracas de carne vermelha... Até a chita vermelha... (Aleksievitch, 2016a, p. 22-23)

Outras contribuições significativas foram as discussões realizadas durante a disciplina “Debates contemporâneos: Universalidade e particularismos. A colonialidade de gênero, os feminismos, os movimentos de mulheres”, ministrada pela Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas. A disciplina foi primordial para pensarmos as dimensões de gênero dos testemunhos das mulheres, pois como Elizabeth Jélin (2002, p. 115, tradução nossa)³ coloca, “[...] na expressão pública das memórias — nos seus diferentes gêneros e formas de manifestação — as visões das mulheres têm um lugar central, como narradoras, como mediadoras, como analistas”, mas frequentemente se colocam na posição de testemunhas-observadoras, narrando não a si mesmas, mas aos outros.

Aleksievitch (2016a, p. 10) também observa isso: “A vila de minha infância depois da guerra era feminina. Das mulheres. Não me lembro de vozes masculinas. Tanto que isso ficou comigo: quem conta a guerra são as mulheres.” Mas de acordo com a jornalista, até as mulheres que estiveram no front são “prisoneiras” do cânone e das palavras masculinas, da versão

³ Original: “[...] en la expresión pública de memorias — en sus distintos géneros y formas de manifestación — las visiones de las mujeres tienen un lugar central, como narradoras, como mediadoras, como analistas.”

“correta” da história, baseada em fatos “neutros” e “objetivos”. Por isso, uma narração mais subjetiva é rechaçada não só pela audiência mais ampla, mas muitas vezes também pelas próprias interlocutoras. Como Passerini (2011, p. 80) coloca, “[a]lém das dificuldades linguísticas, defrontamos problemas criados pelos conflitos emocionais e pelas lacerações da identidade, que são intrínsecas ao cruzamento de pessoal e coletivo, de existencial e ético. Consequentemente, a memória evita visitar alguns de seus lugares [...]”.

A esse respeito, Passerini (2011, p. 99-100) observa que

[...] a história de gênero e a história oral caminharam de mãos dadas na ampliação do território da História e na renovação de seus objetos e métodos de estudo. Essas narrações históricas não apenas colocam em evidência problemas e aspectos que outras fontes não evidenciam, como o papel das emoções no cruzamento entre público e privado, mas também contém silêncios problemáticos, que indicam as tensões entre a subjetividade e a pesquisa histórica.

Entretanto, mais do que apontar esses silêncios problemáticos, como a autora coloca, é preciso pensar nos processos históricos que os produzem, sua lógica e seus funcionamentos, já que, como escreve Joan Scott, “[n]a medida em que esse sistema constrói sujeitos [...] (legítimos ou não), simultaneamente estabelece-os, e a si mesmos, como dados e fora do tempo” (Scott, 1998, p. 304), criando uma identidade naturalizada e a-histórica. Assim,

A história é uma cronologia que torna as experiências visíveis, mas na qual as categorias aparecem, entretanto, como a-históricas: desejo, homossexualidade, heterossexualidade, feminilidade, masculinidade, sexo, e mesmo prática sexuais tornam-se de tal modo entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas que não são em si próprias historicizadas. Apresentar a história dessa forma exclui, ou pelo menos descarta, o inter-relacionamento historicamente variável entre os sentidos “homossexual” e “heterossexual”, a força constitutiva recíproca e a natureza mutável e contestada do terreno que eles ocupam simultaneamente [...] Não apenas a homossexualidade define a heterossexualidade especificando seus limites negativos, e não apenas as fronteiras entre ambas é mutável, mas ambas operam dentro das estruturas da mesma economia “fálica” (Scott, 1998, p. 303).

Embora no trecho acima Joan Scott esteja falando sobretudo sobre sexualidade, o mesmo também pode ser aplicado em termos de gênero. Na medida em que os sentidos de feminilidade e masculinidade estão em constante transformação, é preciso levar em conta que durante a pesquisa temos pelo menos três contextos históricos significativamente distintos: o das interlocutoras de Aleksiévitich, que são sobretudo da geração dos anos 1930, tendo sido em sua maioria jovens durante a guerra; o contexto de Aleksiévitich, da geração dos anos 1960, que já possuía uma visão bem distinta sobre gênero e o que era “ser mulher” na sociedade soviética; e o contexto atual (2022-2024) no qual a pesquisa está sendo escrita, há quase 40 anos da publicação original de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”. Torna-se evidente ao longo da leitura do livro que as interlocutoras de Aleksiévitich, que em sua maioria cresceram durante o momento de consolidação e expansão da União Soviética nutrem visões de mundo bastante

diversas das da jornalista, que escreve em um momento em que esse modo de vida se encontra em crise, como mostraremos. Já na contemporaneidade, o que podemos observar é uma espécie de reabilitação de alguns aspectos pontuais dessa visão de mundo que aparecem hoje como uma “nostalgia soviética” em um cenário de crise e incertezas mediante às dificuldades políticas, sociais, culturais e econômicas dos países pós-soviéticos de se consolidarem internacionalmente que geraram a ascensão de movimentos nacionalistas conservadores e autoritários na maior parte do leste europeu.

O contexto histórico no qual a pesquisa está sendo realizada também precisa ser considerado porque como coloca Mikhail Bakhtin (2016, p. 104), o/a pesquisador/a obrigatoriamente “se torna participante do diálogo ainda que seja em um nível especial (em função da tendência da interpretação e da pesquisa)” na medida em que

Eles [os enunciados] não podem ser entendidos de fora. A própria compreensão integra o sistema dialógico como elemento dialógico e de certo modo lhe modifica o sentido total. O entendedor se torna inevitavelmente um *terceiro* no diálogo (é claro que não no sentido literal, aritmético, uma vez que, além do terceiro, pode haver um número ilimitado de participantes do diálogo a ser compreendido) [...] (Bakhtin, 2016, p. 104, grifo do autor).

Nesse sentido, pensando na perspectiva da análise do discurso, nenhum enunciado é estático ou possui um sentido fixo; ele é um sistema dinâmico, que adquire novos sentidos e significados através da interação com outros enunciados e a partir de seu contexto histórico, social e cultural. Em vista disso, como Eni Orlandi (1994, p. 56) escreve, “a Análise de Discurso considera que o sentido não está já fixado *a priori*, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido”, pois um discurso sempre é realizado a partir de condições específicas. Por isso, é preciso ter em mente que um texto não existe fechado em si mesmo, porque ele está inserido em um contexto histórico e social que não pode ser desconsiderado durante a análise. Logo, nenhum dizer é neutro porque todo discurso é marcado ideologicamente (Caregnato, Mutti, 2006). Como Orlandi explicita,

A significância [...] é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história. Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. É a ideologia que produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais” (Orlandi, 1994, p. 57).

Ou seja,

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra

nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte) (Bakhtin, 2016, p. 26).

A partir dessas considerações, produzimos um texto a convite de um colega de faculdade para ser publicado na revista *Boletim Lua Nova* a esse respeito que posteriormente foi adaptado e apresentado no IV Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica, organizado pelo Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, com o título “(Des)Construindo Narrativas: as perspectivas de gênero e memória na obra de Svetlana Aleksievitch”. Além disso, outra contribuição fundamental para a pesquisa é que através da Profa. Emília Barbosa, professora da *Missouri University of Science and Technology* e pesquisadora membro do LIEG, conhecemos a Profa. Dra. Irina Ivliyeva, também da *Missouri University of Science and Technology*, professora de russo do departamento de artes, linguagem e filosofia, que nos possibilitou o contato com os pesquisadores Dr. Michael K. Launer, professor emérito de russo da *Florida State University*, Rien Jansens, professor de literatura e língua russa, e a Profa. Dra. Carmen Scheide, do instituto de história da *Universität Bern*.

Ela também nos apresentou ao grupo de pesquisa *Queer And Gender Studies in the Slavic Context*, coordenado pelo Dr. Alex Averbuch, que acompanhamos desde setembro de 2022 e a partir do qual tivemos acesso à *newsletter* do *Forum for Ukrainian Studies*, ligado à *University of Alberta* – ambos proporcionando reflexões valiosas a respeito das relações de gênero e sexualidade no leste europeu, assim como das disputas pela memória na contemporaneidade que resultaram em dois artigos: “A Memória da Segunda Guerra Mundial e suas Implicações Políticas na Rússia Contemporânea a Partir da Perspectiva de Gênero”, publicado na revista *Humana Res*, e “Debates de Gênero e Suas Contribuições na Revolução Russa”, publicado na revista *Mosaico*.

A seguir, discutiremos brevemente algumas considerações a respeito do levantamento bibliográfico, as plataformas utilizadas e os resultados encontrados.

1.2 Produções acerca da temática

Como já mencionado, após a decisão de utilizarmos principalmente o trabalho de Aleksievitch como fonte, o levantamento bibliográfico foi feito de maneira complementar com o intuito de mapear as produções sobre o assunto. A base de dados utilizada foi o Google Acadêmico e a busca foi realizada em português e inglês, com as palavras chaves “‘mulheres soviéticas’ ‘segunda guerra mundial’” e “‘soviet women’ ‘world war II’”, com o uso de aspas para aumentar a precisão dos resultados, entre setembro de 2022 a fevereiro de 2023. Para a

seleção dos trabalhos, os seguintes critérios de exclusão foram adotados: 1) não trata especificamente sobre as mulheres soviéticas; 2) não discute a Segunda Guerra Mundial em si e/ou suas consequências; 3) não está disponível na íntegra; 4) não está em inglês, português ou espanhol; e, por fim, com o intuito de filtrar melhor os resultados optou-se por não selecionar entrevistas e resenhas, devido ao grande volume delas.

Além disso, devido às limitações de tempo, durante a leitura foram priorizadas as produções mais recentes, do ano 2000 em diante, e no caso de livros, teses e dissertações, foram selecionados os capítulos mais relevantes para o presente trabalho – em produções com análises midiáticas, priorizou-se também os trabalhos baseados na obra de Aleksiévitich. É importante apontar que devido à barreira linguística e às dificuldades de acesso às produções dos antigos países que compunham a União Soviética, isso pode se configurar como um limitador dessa análise, considerando que a maioria das produções selecionadas são de países e/ou pesquisadores anglófonos. Outra questão é em relação às palavras chaves usadas – embora tenhamos testado algumas variações, essas foram escolhidas por apresentarem uma maior gama de resultados, então é possível que alguns trabalhos possam ter ficado de fora da busca por esse motivo. Além disso, existe uma quantidade considerável de trabalhos sobre a autora Svetlana Aleksiévitich em português, mas optamos por selecionar apenas os que apareceram na busca por entender que esses outros não privilegiam “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” e/ou não falam especificamente das mulheres soviéticas na guerra.

Após a leitura dos trabalhos selecionados, eles foram sumariamente divididos em três categorias temáticas: 1) “Memória, representação e narrativa”, que abarca todos os trabalhos que pensam a categoria de gênero através da lente da representação, seja em cartazes, filmes, livros, músicas etc., e/ou da memória, tanto na perspectiva dos testemunhos mais ou menos individuais das mulheres que viveram e sobreviveram a guerra como numa dimensão mais coletiva dos impactos sociais da memória da guerra na (re)construção da URSS e na contemporaneidade; 2) “Relações de gênero e poder”, na qual o gênero é a categoria central, em seus aspectos sociais, políticos e culturais, abordando as transformações históricas na ordem de gênero soviética, o impacto da guerra sobre ela e como por vezes ela foi instrumentalizada para fins políticos; e 3) “Trabalho, coerção e violência” que de forma geral aborda as condições de vida e trabalho das mulheres na guerra, tanto no front em si, como na retaguarda, no chamado front doméstico. Embora seja frequente a intersecção de uma ou mais categorias, a escolha foi feita com base no argumento e problema principal de cada trabalho, de forma a sintetizar as principais contribuições de cada um para o tema, que apresentaremos a seguir.

1.2.1 Produções anglófonas

A produção mais antiga encontrada na busca em inglês é de 1985⁴, o que coincide com a primeira publicação de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, quando a *glasnost* começou. Esse contexto histórico que será melhor analisado posteriormente é importante porque representou uma reavaliação de toda a história soviética a partir de novas lentes, novas representações e novos ideais. Isso incluiu o questionamento de “mitos” e figuras heroicas que até então eram relativamente bem aceitos, como, por exemplo, a memória da Segunda Guerra Mundial, que era vista como uma guerra quase sagrada, e se tornou um dos mitos de origem da sociedade soviética, junto com a Revolução Russa (Lolua, 2020)⁵. Com o declínio desse tipo de narrativa e a crescente crise do estilo de vida considerado soviético, assim como a ascensão de obras mais subjetivas, a partir do aniversário de 30 anos da vitória, em 1975, começou-se a buscar “fontes” alternativas e outras formas de interpretação, o que resultou em uma “redescoberta” das mulheres que serviram no front que até então tinham sido majoritariamente excluídas da memória oficial do conflito.

Entretanto, é só a partir dos anos 2000 que a produção começa a aumentar mais significativamente, principalmente após 2013, o que talvez possa ser explicado pelo interesse redobrado no assunto após as reedições do livro de Aleksiévitsh⁶, que começou a ser traduzido e relançado ao redor do mundo a partir de 2012 e atingiu seu apogeu em 2015, ano em que recebeu o prêmio Nobel de literatura, como pode ser visto no Gráfico 1. Outro fator que pode ter impactado os resultados é a maior consolidação acadêmica do tema, a abertura de arquivos após o fim da União Soviética, bem como a tradução de várias fontes importantes que até então eram inacessíveis para pesquisadores, especialmente os de fora do leste europeu. Assim, a busca em inglês com os termos “*soviet women world war II*” apresentou 3.660 resultados. A partir da

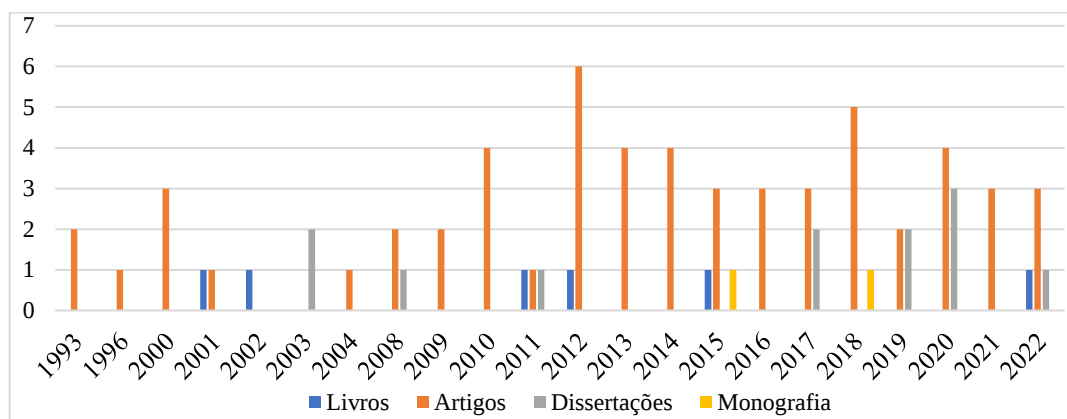
⁴ Dentre os trabalhos mais antigos, optou-se por fazer uma seleção mais criteriosa de quais seriam escolhidos para análise, priorizando principalmente o rigor científico. Por esse motivo e pelas limitações de tempo, nos concentramos sobretudo nas publicações mais recentes, dos anos 2000 em diante.

⁵ Estamos utilizando a palavra “mitos” aqui no mesmo sentido que Lilia Schwarcz utiliza no prefácio de “Comunidades Imaginadas”, de Benedict Anderson: “Além do mais, [...] os discursos da nacionalidade são caracterizados pela noção de simultaneidade, que inaugura uma ideia de tempo vazio e homogêneo. Abolem-se divisões cronológicas claras, e em seu lugar se estabelecem regimes de temporalidade que jogam para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação.” (Schwarcz, 2008, p. 12). Ana Lolua (2020) e outros pesquisadores mostram que com o passar do tempo, a memória da Segunda Guerra Mundial foi substituindo cada vez mais a memória da Revolução Russa como mito fundador da União Soviética, reinaugurando um novo tipo de nacionalismo que reabilitava ainda que indiretamente diversos elementos considerados ultrapassados no período revolucionário, como a religião e a família.

⁶ O livro foi publicado pela primeira vez em inglês em 1988, três anos após o lançamento em russo, sob o título “*War’s unwomanly face*” pela editora soviética *Progress Publishers*, que era baseada em Moscou e se dedicava a traduzir produções soviéticas para línguas estrangeiras, especialmente o inglês. Embora não tenham sido encontrados dados conclusivos sobre o assunto, há indícios de que o livro inicialmente não tenha feito muito sucesso, possivelmente devido à censura ao qual foi imposto nas primeiras edições.

adoção dos critérios de exclusão foram selecionados 76 resultados, dos quais foram feitos recortes para a leitura das seções que tenham mais relevância para a pesquisa. Dentre eles, são 6 livros, 56 artigos, 12 dissertações e 2 monografias (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Tipos de produção anglófonas distribuídos por ano



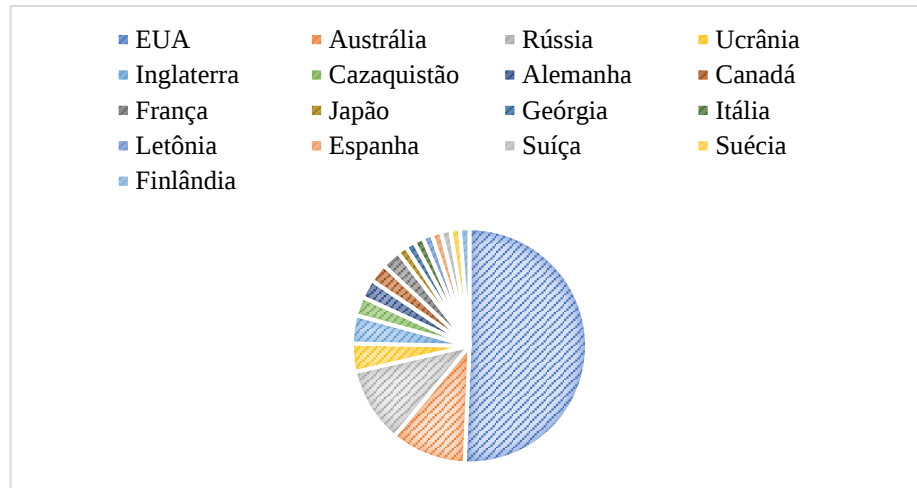
Fonte: Google Acadêmico (2023)

Organização: Borges, 2023

Em seguida, fizemos uma breve análise sobre a nacionalidade dos trabalhos selecionados. Como nem sempre foi possível consultar a nacionalidade das pesquisadoras, quando essa informação não estava disponível optamos por utilizar o país de origem da instituição a qual elas estão vinculadas⁷. Como pode ser visto no Gráfico 2, a maioria das produções estão vinculadas a pesquisadoras ou instituições dos Estados Unidos (cerca de 49%), seguidos pela Austrália com uma expressão significativamente menor (10%), Rússia (10%), Ucrânia (4%) e Inglaterra (4%). Uma das possíveis razões para isso é a barreira linguística, considerando que dois dos países com o maior número de publicações (Estados Unidos e Austrália, com 38 e 8, respectivamente) têm inglês como sua língua oficial, mas também é possível que haja mais pesquisadoras de diferentes nacionalidades que, porém, apresentem vínculo institucional sobretudo com os Estados Unidos.

Gráfico 2 – Nacionalidade das publicações anglófonas

⁷ Optamos por utilizar a flexão feminina aqui porque a grande maioria dos trabalhos foram escritos por mulheres. Ao todo, há cerca de 8 pesquisadores homens na nossa amostra (cerca de 15%), e ainda assim, Roger Markwick, por exemplo, que possui 7 estudos sobre o tema, escreveu 4 em parceria com Euridice Cardona, sua colega na Universidade de *New Castle*, Austrália.

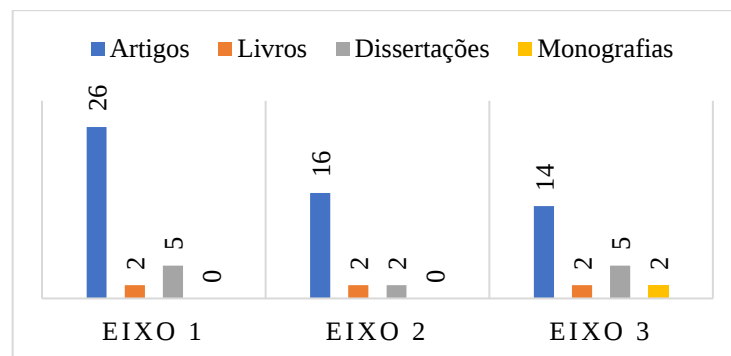


Fonte: Google Acadêmico (2023)

Elaboração: Borges, 2024

Em relação às categorias temáticas, após a análise dos principais objetivos de cada um, os trabalhos foram distribuídos de forma mais ou menos homogênea: 33 publicações foram alocadas na categoria 1, “Memória, representação e narrativa”, 20 na categoria 2, “Relações de gênero e poder”, e 23 na categoria 3, “Trabalho, coerção e violência”, como pode ser visto no Gráfico 3. O que pudemos observar é que a dimensão da memória e da representação têm se tornado cada vez mais relevantes para pensar a experiência das mulheres soviéticas, especialmente nos últimos anos, com a maioria dos trabalhos (cerca de 67%) tendo sido publicados após 2010.

Gráfico 3 – Publicações anglófonas distribuídas por categoria temática



Fonte: Borges, 2024.

Em contrapartida, embora de forma não tão expressiva, boa parte das produções na última categoria, “Trabalho, coerção e memória”, são mais antigas e algumas são financiadas e/ou produzidas por instituições militares estadunidenses⁸ pensando primordialmente o problema da inserção das mulheres no exército a partir de uma perspectiva histórica. Em especial, destacamos a produção de Reina Pennington, ex-capitã e oficial de inteligência da

⁸ Optamos por não selecionar trabalhos financiados por instituições militares produzidos antes dos anos 2000.

força aérea, com “*Wings, Women, and War: Soviet Airwomen in World War II Combat*” (2001) e “*Offensive Women: Women in Combat in the Red Army in the Second World War*” (2010), grande referência no tema em questão. Nessa perspectiva, alguns estudos, como Beth Myers (2003), Amy Goodpaster Strebe (2003), Kristal Alfonso (2008), Diandra D’Alessio (2015), e Hayden Woodyatt (2020), se dedicam às mulheres soviéticas como uma espécie de estudo de caso de como isso foi feito na União Soviética em comparação a outros países, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Como o foco nesses trabalhos é sobretudo na inserção de mulheres nas forças armadas, eles se concentram nas condições práticas e materiais do trabalho militar dessas mulheres, como, por exemplo, quantas mulheres serviram⁹, em que região, de quais batalhas participaram, quais patentes elas tinham, seu nível de especialização, a coesão de suas unidades etc., como podemos ver em Euridice Cardona e Roger Markwick (2009), Daina Eglitis e Vita Zelče (2021), Roger Markwick (2018), Reina Pennington (2001, 2010), Zauresh Saktaganova e G. A. Mukataeva (2018), Rochelle Nowaki (2015) e Yasmine Vaughan (2016). Há ainda os que se dedicam a pensar a experiência dessas mulheres, suas motivações, as condições de vida no front, o tipo de trabalho a ser feito e como era feito, como Juliane Furst (2000), Michelle Reyes (2017) e Lyuba Vinogradova (2015). Além disso, a principal hipótese é que a experiência histórica, especialmente a soviética, comprova que não existe razão para que mulheres não possam servir nas forças armadas na mesma capacidade de homens, um debate frequentemente em voga sobretudo nos EUA. Essa é uma das diferenças mais notáveis em relação à literatura brasileira sobre o tema, na qual não encontramos nenhum trabalho nesse eixo¹⁰.

Nessa mesma categoria, há ainda os estudos que pensam o trabalho das mulheres no chamado front doméstico e a sua mobilização para o esforço de guerra, como John Erickson (1993), que descreve como o foco acadêmico nas mulheres que lutaram no front eclipsou as contribuições não menos significativas das mulheres nas demais indústrias de guerra; Euridice Cardona e Roger Markwick (2019), em seu artigo sobre a produção urbana de alimentos a partir da proliferação de um movimento de jardinagem liderado e protagonizado por mulheres; e Roger Markwick (2022), que fala sobre a militarização da extração de lenha, que se tornou cada

⁹ O número mais aceito dentre os pesquisadores é por volta de 800.000 a 1 milhão de mulheres, das quais pelo menos metade atuou diretamente em combate, mas alguns pesquisadores afirmam que esse número é muito maior, enquanto outros acreditam que seja bem menor. Como os registros do Exército Vermelho não fazem diferenciação de sexo ou gênero, é impossível saber ao certo, já que embora grande parte sobrenomes russos sejam flexionados em gênero (por exemplo: Karenin, Karenina), boa parte dos de outras nacionalidades, como os de ucranianos, não é. Além disso, é preciso levar em consideração que nem todas as mulheres que serviram foram registradas.

¹⁰ Como já mencionado, é possível que haja mais publicações que não foram encontradas na nossa pesquisa devido às limitações do mecanismo de busca.

vez mais exigente conforme a demanda energética do front crescia, impondo condições draconianas de trabalho às mulheres.

Da mesma forma, ainda no front doméstico algumas pesquisas se dedicam especificamente à violência de gênero nos territórios ocupados pelas tropas nazifascistas, como a de Raffaello Pannacci (2020), que estuda a prostituição militarizada no exército italiano e como o anticomunismo estimulou a violência sexual contra garotas e mulheres soviéticas, que eram vistas como “fáceis” e “ímorais”; a de Katherine Jolluck (2015), que analisa a violência contra as mulheres tanto por parte dos soldados inimigos como de seus compatriotas, especialmente dos partisans; e a de Daria Rudakova (2016), que explora as dinâmicas de poder que levaram algumas mulheres a se tornarem colaboradoras nazistas.

Já na segunda categoria, “Relações de gênero e poder”, algumas produções também se dedicam ao problema da inserção das mulheres nas forças armadas, mas em uma perspectiva mais centrada em gênero, como é o caso de Anna Krylova (2011), Hayley Noble (2019), Beate Fieseler, M. Michaela Hampf e Jutta Schwarzkopf (2014), Reina Pennington (1996), Carmen Scheide (2018), Olesya Khromeychuk (2018), Nataliia Zalietok (2018, 2021) e Roger Markwick e Euridice Cardona (2012). Da mesma forma, as pesquisas de Fieseler, Hampf e Schwarzkopf (2014) e Zalietok (2018, 2021) também fazem estudos comparativos entre as mulheres soviéticas, britânicas e estadunidenses, no primeiro caso, e entre soviéticas e britânicas, nos últimos.

Nessa mesma perspectiva, é preciso salientar o trabalho de Chloe Ward (2014) e Tia Dang (2020). O primeiro fala sobre a solidariedade internacional entre as mulheres britânicas e as mulheres soviéticas construída em um primeiro momento a partir da iniciativa do governo britânico, que passou a utilizar a imagem de mulheres soviéticas como um exemplo para a contribuição no esforço de guerra, mas que foi apropriado pelas mulheres britânicas como uma forma de reivindicar uma cidadania mais ativa, com melhores oportunidades de trabalho, proteção à maternidade e creches públicas (Ward, 2014). O segundo também fala sobre a influência das mulheres soviéticas, mas na ordem de gênero estadunidense, e como ela foi reinterpretada após a guerra como uma forma de legitimar a Guerra Fria e promover o ideal conservador da dona de casa americana, na qual qualquer forma e expressão de gênero e sexualidade desviante era perseguida em nome do anticomunismo, como uma forma de proteger o “ideal americano” (Dang, 2020).

Alguns trabalhos também mencionam o impacto da guerra não só nas relações de gênero soviéticas, mas também na vida das mulheres, como é o caso de Greta Bucher (2000), que fala sobre como as mulheres de Moscou lidaram com o fardo triplo de reconstruírem o país,

cuidarem do trabalho doméstico e criarem crianças quase ou completamente sozinhas; Mie Nakachi (2011), que retrata o impacto da guerra nas relações familiares e especialmente na sexualidade, com as novas práticas sexuais diversas desenvolvidas no front; e Katherine DeCoste (2019), que problematiza se o combate alterou a ordem de gênero soviética como um todo, e de forma mais particular como impactou as mulheres que lutaram. Da mesma forma, algumas mencionam especificamente o impacto da guerra em ordens de gênero particulares, como Lucia Dierenberger (2016) que fala sobre o Tajiquistão, Daina Eglitis e Vita Zelče (2013) sobre a Letônia, e Zauresh Saktaganova, Assem Sagatova e Zauresh Nurligenova (2020) que falam sobre o Cazaquistão a partir de um ponto de vista historiográfico. Olesya Khromeychuk (2018) também traça um paralelo entre o estigma que as mulheres soviéticas sofreram ao integrar o Exército Vermelho com o estigma que as mulheres sofreram ao integrar as Forças Armadas Ucranianas no conflito em Donbas (2015-2022)¹¹, chegando à conclusão de que não só a militarização das mulheres pode não desafiar estereótipos de gênero, mas em muitos casos pode ainda os confirmar.

Além disso, alguns estudos se dedicam a pensar especificamente nas relações de gênero de unidades mistas e como as mulheres no front lidavam com a contradição entre o ser mulher e o cotidiano militar, como podemos ver em Brandon Schechter (2016) e Steven Jug (2013), que falam sobre a feminilidade e a masculinidade construídas no cotidiano da batalha, respectivamente, assim como a instrumentalização do assédio e violência sexual como uma forma de impor a autoridade militar masculina sobre as mulheres. No contexto do front doméstico, Irina Sandomirskaja (2012) explora as dinâmicas de gênero no cerco de Leningrado, onde as diferenças entre o ser homem e ser mulher se tornaram cada vez mais tênues com o avanço da fome e da desnutrição, de forma que a performance de uma feminilidade tradicional, caracterizada pela utilização de produtos de beleza, preocupação com moda, fofocas e amantes, representava uma posição de poder em relação às demais mulheres que tinham menos comida e, portanto, não podiam bancar esse estilo de vida.

No primeiro eixo, “Memória, representação e narrativa”, em relação aos trabalhos que se concentram na categoria memória, utilizando diários, biografias e testemunhos das mulheres que viveram a guerra temos Cynthia Simmons e Nina Perlina (2002), que coletaram diários

¹¹ Conflito armado na região de Donbas, no leste da Ucrânia, entre grupos separatistas pró-russos e o governo ucraniano que começou após a renúncia do presidente Víktor Yanukóvytch, pró-russo, durante a revolução ucraniana de 2014. Embora tenha começado como uma revolta popular, liderada por jovens estudantes de esquerda, rapidamente se generalizou para toda a sociedade, porém quando escalou para um conflito armado foi em grande parte cooptada por grupos de direita e extrema-direita que ascenderam ao poder. Vários acordos de cessar-fogo foram assinados e rompidos por ambas as partes e o conflito só terminou após a invasão russa em 2022.

escritos por mulheres durante o Cerco de Leningrado e compartilham alguns elementos com o livro da Svetlana, como o tema da perda da juventude, da dismorfia corporal, o impacto físico e psíquico da guerra nas mulheres; Barbara Engel (2004), que descreve como os anos da guerra foram fundamentais e por vezes determinantes para a construção da identidade das mulheres que participaram do esforço de guerra; Roger Markwick (2008), que explora o que e de que forma as mulheres veteranas escolhem relembrar da guerra, assim como o que elas escolhem esquecer ou silenciar e de que forma suas narrativas divergem ou convergem com a memória “oficial”; Olga Nikitina, Elena Rozhdestvenskaya e Victoria Semenova (2008) que retratam as narrativas de mulheres que se tornaram prisioneiras de guerra e foram deportadas para a Alemanha; Irina Rebrova (2014), que utiliza a história oral como forma de discutir o trauma que as mulheres passaram durante a guerra, especificamente o trauma sexual; Amandine Regamey (2015), que fala sobre as experiências das *snipers* soviéticas; e Victoria Paige (2022), que investiga as motivações e de que maneira as mulheres veteranas buscaram retratar seu conflito.

Pensando na perspectiva do impacto físico e psíquico da guerra nas mulheres, Kirsí Kurkijärvi (2010) explora a experiência traumática da guerra que é lembrada através do corpo vivido, como a autora chama, que possui um papel primordial na construção da experiência de guerra e sua memória. Nesse contexto, o corpo não é uma coisa inerte, porque no centro da experiência traumática da guerra estão experiências psíquica e fisiologicamente extremas que frequentemente são alvo de censura, tanto dos próprios indivíduos que se recusam a reviver o trauma como da literatura institucionalizada de guerra, que prefere versões enfatizando a coragem e a bravura da experiência de guerra (Kurkijärvi, 2010). A autora argumenta que

Além do mais, na sociedade soviética, a representação das dores e dos problemas da guerra nas vidas privadas nas pessoas não era considerada digna de exploração profunda, ao contrário das histórias ‘significativas’ sobre a guerra que focavam em retratar eventos que eram considerados importantes a nível estatal e nacional (Kurkijärvi, 2010, p. 113, tradução nossa)¹².

Entretanto, essa perspectiva começou a mudar a partir da década de 1960 com o surgimento da literatura tenentista que trazia a perspectiva individual dos soldados do conflito e buscava a “verdadeira” experiência de guerra que teria sido ocultada pela narrativa estatal. Como Jekaterina Tsizikova (2011) discute em sua dissertação, embora tenha havido uma exclusão deliberada das mulheres da memória de guerra por diversos motivos (patriarcalismo do Estado, ordem de gênero conservadora, necessidade de reconstrução do país etc.), a autora

¹² Original: “In addition, in Soviet Society, the depiction of the pains and troubles of war in people’s private lives was not considered worthy of deep exploration in contrast to the ‘significant’ stories about the war which focused on depicting events that were considered important on the state and national level”.

argumenta que a situação dos homens veteranos na verdade não era muito melhor do que a das mulheres. Ainda que tenham sido proclamados “heróis”, a experiência da maior parte deles também foi marginalizada em prol de uma narrativa coletiva da vitória que valorizava os esforços coletivos do Estado e do Partido, salvo poucas exceções. Embora não tenham sofrido o estigma que as mulheres sofreram, os soldados mobilizados também eram vistos com desconfiança e não era do interesse estatal que eles se organizassem como um grupo social para demandar melhores condições de vida (Tsizikova, 2011). Nesse sentido, a literatura de guerra soviética tanto contribuiu para a criação e a reescrita do conflito a partir dessas perspectivas heroizantes como também constantemente as desafiou com representações do horror e da violência impronunciáveis, da dor, fome, frio, enfim, da completa devastação da vida pré-guerra como os soldados a conheceram (Kurkijärvi, 2010).

De forma semelhante, Margarita Savchenkova (2022) analisa algumas das transformações que “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” sofreu ao longo dos anos em suas reedições, que passaram a enfatizar cada vez mais o aspecto corpóreo da guerra para salientar seus horrores. Catherine Baker (2020) leva essa análise adiante ao apontar em Aleksievitch a utilização da estética da mutilação de guerra como não só uma forma de resistir à militarização da sociedade, mas ainda uma espécie de figura de linguagem que representaria o futuro “arruinado” das mulheres, que não seriam mais completamente mulheres após a deficiência. Isso porque a representação do corpo com deficiência, mutilado e desfigurado contrasta com as imagens militarizadas de saúde, força e vigor associadas ao treinamento e serviço militar, tornando-a uma evidência corporificada das transformações causadas pela guerra (Baker, 2020). Nessa perspectiva,

A guerra, ao criar grandes números de veteranos com deficiência em categorias sociais nas quais a deficiência pré-guerra era relativamente rara, frequentemente cria crises nas imaginações públicas do corpo, potencialmente alterando as políticas corporais generificadas da militarização e a resistência a ela (Baker, 2020, p. 76, tradução nossa)¹³

De acordo com a autora, Aleksievitch mobiliza essa estética primeiro ao descrever a aparência de corpos generificados “normais” e como as mulheres temiam que seus corpos se tornariam após a mutilação, e segundo ao escrever sobre esses tipos de corpos de forma a despertar nos leitores seus próprios “sentidos-memórias” ou “sentidos-imaginações” (Baker, 2020), na medida em que enfatiza aspectos como olfato, audição, toque e paladar (Savchenkova, 2022). Na perspectiva dos trabalhos que se debruçam sobre a obra de Svetlana

¹³ Original: “War, creating large numbers of disabled veterans in social categories where disability pre-war was relatively rare, often creates crises in public imaginations of the body, potentially altering the gendered bodily politics of militarisation and resistance to it.”

Aleksiévitch, temos ainda Angela Brintlinger (2017), que destaca a importância de pensar na obra de Aleksiévitch dentro do contexto social, histórico e cultural no qual ela foi produzida, bem como suas rupturas e continuidades em relação à tradição literária na qual se inscreve e a importância da categoria gênero tanto para o livro em si como para a produção dele, assim como Liubov Kartashova (2020), que explora como Aleksiévitch desconstrói as narrativas de guerra tradicionais através da narrativa das mulheres.

Ekaterina Khokhrina (2022) também examina a obra de Aleksiévitch, mas em contraposição ao livro “*And the Dawns Here are Quiet*”, escrito em 1969 por Boris Vasil’ev e considerado um dos maiores expoentes da literatura tenentista, mas conclui que mesmo quando as mulheres são mostradas em uma perspectiva diferente no front (tirando o protagonista, que é o comandante da unidade, todas as personagens são mulheres), elas são frequentemente idealizadas e vistas a partir de uma ótica simplista e essencialista de gênero.

Outra grande referência nessa perspectiva da memória e da representação é Adrienne Harris, que analisa o trabalho da poeta e veterana Yulia Drunina em “*Yulia Drunina: the ‘blond-braided soldier’ on the poetic front*” (2010) e “*After ‘A Youth on Fire’: The Woman Veteran in Iulia Drunina’s Postwar Poetry*” (2013a). No primeiro, a autora salienta as representações da poetisa acerca de sua experiência no front, especialmente no que concerne às relações de gênero representadas em sua obra, que são ora subversivas e ora se conformam com a imagem tradicional da feminilidade. Nesse sentido, Harris (2010) considera que Drunina “resolveu” o conflito de gênero em sua experiência militar definindo sua feminilidade como o desejo sexual e romântico por homens acima de qualquer coisa. Todo o resto é fluído e negociado, menos sua identidade heterossexual que “media” sua performance enquanto mulher/militar, o que a autora considera que contribuiu para a sua aceitação com o público geral, assim como sua identidade enquanto médica/enfermeira (Harris, 2010).

Já no segundo, Harris (2013a) separa a vida de Drunina em períodos diferentes e analisa como o contexto social e histórico que a poetisa viveu marca a sua produção, que é sempre definida ora pelo seu papel enquanto soldado ora pelo seu gênero. Portanto, é uma identidade fluída, contraditória e constantemente renegociada, pois ainda que desafie as normas tradicionais de feminilidade, ela não as nega totalmente e em alguns pontos até as corrobora, embora ainda se defina primordialmente como uma “lutadora”, acima de sua identidade enquanto mãe, esposa, e avó até o momento de sua morte em 1991, quando comete suicídio após o fim da União Soviética (Harris, 2013a).

Harris também pensa as autorrepresentações das veteranas soviéticas e os elementos folclóricos que essas mulheres utilizaram para pensar e construir sua subjetividade nos

memoriais pós-guerra em “*No Nastas’ias on the Volga: Soviet Women Veterans and Folkloric Self-Representations*” (2013b). Dentre as principais escritoras analisadas pela autora estão as veteranas do 46º Regimento de Aviação de Bombardeiros Noturnos da Guarda “Taman”, conhecidas como Bruxas da Noite, um dos únicos regimentos que permaneceram exclusivamente femininos durante toda a guerra. A autora aponta as principais motivações para a escrita como o desejo de corrigir concepções e mal-entendidos sobre suas motivações e suas habilidades na guerra. Assim, elas elencam elementos épicos para se inserir não apenas na história da guerra, mas na história mais ampla do país, primeiramente se identificando com o arquétipo do guerreiro e posteriormente com o da bruxa, como uma figura fronteira que simultaneamente se conforma e transgride as normas de gênero, que reafirma sua feminilidade ao mesmo tempo que destaca seu perigo (Harris, 2013b).

Nessa perspectiva da figura fronteira da mulher veterana, Tatiana Mikhailova e Mark Lipovetsky (2012), ao analisarem o filme *Wings*, produzido em 1966, argumentam que na cultura patriarcal soviética o único destino possível para mulheres que transgrediam a ordem de gênero tradicional e se tornavam assassinas profissionais (ou seja, soldadas), violando assim sua prerrogativa de gênero de portadora da vida, era a morte – com a exceção de mães em busca de vingança pelos seus filhos, que, portanto, já teriam cumprido seu “dever” de dar à luz. Caso contrário, elas criariam um problema insolúvel para a ordem de gênero, já que não se encaixariam nem no modelo “legítimo” de mãe e garota inocente, nem no “transgressivo” de puta, ocupando assim uma espécie de não-lugar (Mikhailova; Lipovetsky, 2012).

Nesse contexto, a protagonista de *Wings*, uma pilota veterana que aparentemente tem a vida perfeita, vive em um eterno dilema em busca de sua “verdadeira” identidade, já que ela não se encaixa nem no modelo de mulher doméstica – sua filha adotiva a odeia e ela não sabe como se relacionar com seu pretendente –, nem no de oficial burocrata – indicado pelas cenas em que ela é restringida pelo terno feito sob medida para ela – e muito menos no de veterana militarizada, como pode ser visto pela forma caricaturizada que ela age quando colocada nessa posição (Mikhailova; Lipovetsky, 2012). Isolada e alienada de todos os “modelos” prontos de feminilidade, a única ocasião em que ela age com naturalidade e se sente confortável diante de si mesma é durante sua juventude no front, de forma que, destacando sua incongruência com os novos tempos e com sua vida desprovida de qualquer sentido verdadeiro, o único fim possível para ela é o suicídio no final do filme (Mikhailova; Lipovetsky, 2012).

Na perspectiva contrária, Alexander Prokhorov (2012) analisa dois filmes que retratam o único modelo “adequado” para mulheres com armas: a figura da mãe-partisan, que se torna uma combatente exclusivamente por causa das condições extremas e brutais da ocupação

alemã, um símbolo de um mundo macabro onde todas as relações “normais” foram invertidas (Prokhorov, 2012). Através desse tipo de representação, o autor argumenta que durante a guerra o cinema stalinista reabilitou a figura mitológica da Mãe Rússia, combinando as imagens tradicionalmente femininas de amor e auto sacrifício com a imagem masculina do guerreiro para criar uma história do martírio de um povo, a fim de mobilizar a população para a guerra (Prokhorov, 2012). Nesse contexto, a guerra era representada como um conflito entre o mundo alemão, masculino, tecnológico e “moderno” (aqui se trata de uma modernidade corrompida, antinatural), e o mundo natural, tradicional e feminino personificado na figura maternal da protagonista (Prokhorov, 2012).

De modo semelhante aos melodramas maternais de Prokhorov, Katharine Hodgson (1993) argumenta que a poesia de guerra soviética, tanto escrita por homens como por mulheres, constantemente enfatizava a feminilidade das mulheres que representavam, especialmente se elas estivessem em uma posição de combate no contexto militar. Dessa forma,

As soldadas eram representadas como a epítome da gentileza e domesticidade – uma imagem em conflito com seus novos papéis como assassinas treinadas. A mensagem era clara. O papel apropriado das mulheres é como esposa e mãe; o envolvimento na guerra é meramente uma extensão de seus deveres femininos a sua família. Quando a guerra terminar ela vai retornar ao seu papel costumeiro como se nada tivesse acontecido (Hodgson, 1993, p. 78, tradução nossa).¹⁴

Dessa forma, havia uma insinuação de que a feminilidade era intrinsecamente oposta ao heroísmo, de forma que a maior tragédia das mulheres que se sacrificavam pela sua nação, era, sobretudo, a sua incapacidade de cumprirem seu destino como mulheres – se casarem e terem filhos. Nesse sentido, enquanto o típico homem era celebrado por um ato militar excepcional de bravura e coragem, nas mulheres era destacado sua gentileza, paciência, fidelidade e auto sacrifício (Hodgson, 1993). Da mesma maneira, Robert Rothstein (2012) aponta que a maior parte de canções populares do período da guerra mobilizavam a imagem da “mulher que espera”, destacando sua fidelidade e constância ao seu noivo ou marido no front, o que o confortaria e o motivaria a lutar melhor. Assim, além de representar uma espécie de consolo para o soldado, seria também um modelo de comportamento para as mulheres da retaguarda, que deviam cuidar da casa enquanto seu parceiro não volta.

Desse modo, como Helena Goscilo (2012) argumenta, a propaganda de guerra, mobilizando séculos de tradição russa de heroísmo martirizado, produziu narrativas que reforçaram a assimetria de gênero ao apelar a masculinidades jovens e viris a aniquilarem

¹⁴ Original: “Female soldiers were represented as the epitome of gentleness and domesticity - an image which clashed with their new roles as trained killers. The message was clear. Woman's proper role is as a wife and mother; involvement in the war is merely an extension of her womanly duties to her family. When the war is over she will revert to her customary role as if nothing had happened”.

completamente o inimigo em um exemplo de coragem física e vingança “sagrada”. Lisa Kirschenbaum (2000) também descreve o esforço de reconstrução da propaganda soviética de guerra a partir das ligações familiares e da esfera privada doméstica, principalmente a partir da representação da obrigação de servir e defender o país como um dever para com suas mulheres, irmãs, mães e esposas. A utilização dessa imagem doméstica serviu como uma forma de estimular uma visão específica de masculinidade protetora nos soldados, que seriam os defensores por excelência das mulheres, que nessa perspectiva seriam responsáveis por “auxiliar” os homens na vitória trabalhando e cuidando da casa até seu retorno, como apontam Susan Corbesero (2010) e Madison Pavia-Logan (2017).

Do mesmo modo, investigando as estratégias utilizadas pela propaganda para mobilizar as mulheres nos territórios ocupados, Regina Kazyulina (2021) argumenta que através da perspectiva da vingança o governo buscava não só estimular o ódio contra o inimigo ao retratar graficamente os crimes cometidos contra mulheres e crianças, mas também coibir qualquer espécie de colaboracionismo, especialmente em mulheres, que eram vistas como o “elo” mais fraco e mais suscetíveis a serem seduzidas por alemães. Dessa forma, elas eram representadas ora como guerrilheiras vingativas ora como vítimas incondicionais, criando expectativas irrealistas de comportamento que não levavam em consideração as reais condições de vida durante a ocupação, nas quais nem sempre era possível resistir da forma como era esperado.

Portanto, ainda que superficialmente exista uma variedade de representações femininas nesse contexto, elas são sobretudo um reforço das diferenciações de gênero já presentes, como, por exemplo, a sua personificação simbólica do ideal de nação e pátria. Com o decorrer da guerra, essa imagem foi mudando ligeiramente para representar Stalin como o “pai” da nação que educa seus filhos e os guia para a vitória, e às mulheres era legado o papel de reconstruir sua casa e sua família, principalmente através da maternidade como base para sua feminilidade, tanto através de seus filhos biológicos como adotados (Kirschenbaum, 2000). De forma semelhante, Goscilo (2012) descreve que nesse sentido, enquanto a tarefa de eliminar o inimigo e libertar os territórios ocupados é masculina, o trabalho de reconstrução é majoritariamente visto como feminino, de forma similar à enfermeira no front que tem como função auxiliar a recuperação do soldado.

Nessa perspectiva, Anna Krylova (2001) também fala sobre a reconstrução do país, mas a partir da representação do trauma na literatura soviética pós-guerra – e como ela foi uma construção generificada na medida em que só os homens tinham “direito” ao trauma, enquanto as mulheres foram representadas como personagens unidimensionais cuja única função na narrativa é “curar” as almas dos homens através de sua feminilidade e domesticidade. Além de

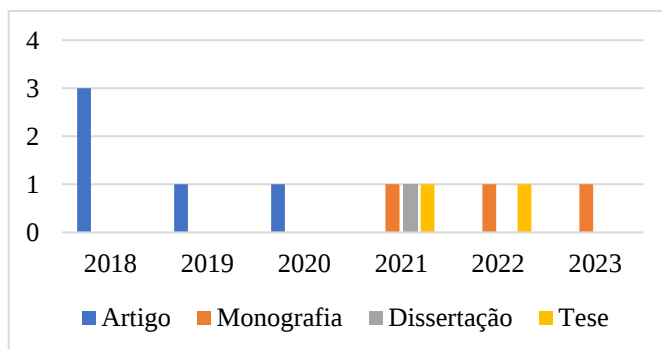
excluir as mulheres que lutaram no front, a autora considera que não só o trauma das mulheres foi apagado, mas essa representação ainda criou novos traumas para elas na medida que precisavam negar sua própria subjetividade e sua própria vida em prol do conforto de seus maridos, filhos e irmãos (Krylova, 2001).

Em relação à memorialização, no sentido de construção de uma memória coletiva de guerra, temos também Lisa Kirschenbaum e Nancy Wingfield (2009), que traçam um paralelo entre a memorialização do heroísmo de guerra na Tchecoslováquia e na União Soviética; Taylor Dews (2019), que analisa a experiência de mulheres judias que lutaram nos destacamentos partisanos especialmente na Bielorrússia e como elas são lembradas hoje; Ana Lolua (2020), que estuda as representações de mulheres nos museus dedicados à guerra na Geórgia; e David Hoffman (2022b), que examina os monumentos de guerra enquanto imagens generificadas que ajudaram a moldar a ordem de gênero do pós-guerra e seus efeitos até a contemporaneidade.

Além disso, Harris também analisa os monumentos de guerra construídos em homenagem a Zoya Kosmodemyanskaya em “*Memorializations of a martyr and her mutilated bodies: Public monuments to Soviet war hero Zoya Kosmodemyanskaya, 1942 to the present*” (2012), que fala sobre as representações simbólicas da *partizanka* ao longo da URSS tanto como uma representação de feminilidade de forma geral como uma representação do destino da Rússia, assim como o constante reenquadramento da história e da memória da guerra, de forma que não só ela ocupou um espaço de mito de origem da sociedade soviética, mas Zoya adquiriu um status parecido com o de uma santa que representava o ideal do regime. Da mesma forma, Anja Tippner (2014) também analisa as representações de Zoya, mas no contexto da literatura infantojuvenil de guerra, que tinha como intuito fomentar o nacionalismo entre crianças e adolescentes e criar uma espécie de “modelo” de comportamento a ser seguido, o que culminou para a autora em uma cultura de martírio que se retroalimentava, na medida em que os mártires de ontem se tornavam os exemplos para os mártires de amanhã e assim por diante.

1.2.2 Produções brasileiras

A busca em português com os termos “mulheres soviéticas segunda guerra mundial” apresentou 78 resultados. Após a adoção dos critérios indicados, feita principalmente pela análise do título e do resumo, foram selecionados 11 trabalhos, dentre os quais 5 são artigos, 3 são monografias, 1 é dissertação e 2 são teses (Gráfico 4). Um ponto que chama a atenção nesses dados é que todas as produções são bastante recentes, com a mais antiga datando de 2018, como pode ser visto no Gráfico 4, e 10 são escritas por mulheres.

Gráfico 4 – Tipos de produção brasileira distribuídos por ano

Fonte: Google Acadêmico (2023)

Organização: Borges, 2023

Devido à maior parte das produções estarem concentradas na literatura, o foco dos trabalhos é sobretudo na questão da memória e do relato, analisando-os a partir do recorte e da categoria de gênero, pensando no geral na construção da subjetividade feminina em momentos traumáticos e/ou de violência (Gráfico 5). Outro ponto observado é que todos eles dialogam diretamente com a obra de Svetlana Aleksievitch, “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, publicada no Brasil pela editora Companhia das Letras em junho de 2016, relação que não é tão proeminente nas publicações em inglês, por exemplo.

Gráfico 5 – Produções brasileiras distribuídas por eixos temáticos

Fonte: Borges, 2024

Nesse sentido, a maioria dos trabalhos foram alocados no primeiro eixo, “Memória, representação e narrativa”, considerando que tratam sobretudo sobre os aspectos de gênero implicados nas memórias e narrativas das mulheres sobre a guerra. Dentre eles, alguns fazem uma análise comparativa entre duas ou mais obras, ficcionais ou não, como é o caso da tese de Joyce Gonçalves (2022), que analisa o diário de Anne Frank, as biografias de Eva Schloss, e o livro de Svetlana Aleksievitch para pensar a representação das mulheres na guerra a partir da escrita e narrativa autobiográfica enquanto ferramentas de resistência; o artigo de Fernanda Menegotto (2018) que aborda o romance de Elizabeth Wein e o livro de Svetlana Aleksievitch com o intuito de mostrar as intersecções entre as “faces femininas” de cada guerra particular,

tanto reais como fictícias; e a monografia de Beatriz Lustosa (2021), que estuda o diário de Anne Frank, a biografia de Nanette Blitz Konnig, “Eu sobrevivi ao holocausto”, e o livro de Svetlana Aleksievitch com o objetivo de demonstrar a importância do arquivo para a divulgação das narrativas de mulheres durante a guerra.

Dentre as publicações que se dedicam especificamente a “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, temos um artigo de Joyce Gonçalves (2020), “Lembranças de Mulheres em Armas: Relatos Memorialísticos Sobre o Front”, que é um recorte da tese defendida em 2022 mencionada anteriormente; Guido Arosa (2018), que discute de forma geral as obras de Aleksievitch em suas particularidades subjetivas; Ercio Sena e Juliana Gusman (2018), que discutem a obra de Aleksievitch no contexto do jornalismo literário; e finalmente, Isabella Aparecida de Souza Lisboa (2021), que pensa na produção de Aleksievitch como uma obra na fronteira do discurso literário, jornalístico e testemunhal que tem como intuito desenvolver narrativas sobre o trauma e a catástrofe, especificamente do ponto de vista feminino.

Um dos trabalhos mais abrangentes que encontramos em nossa busca foi a tese de Thaiz Carvalho Senna (2021), que explora as representações de mulheres soviéticas durante a guerra tanto em uma perspectiva individual como estatal. Para isso, a autora analisa cartazes, diários, biografias, discursos e revistas para contrastar o discurso governamental com o discurso privado, mostrando assim as diferenças e similaridades entre as representações de gênero “oficiais” e as representações mais subjetivas produzidas nos diários. A hipótese central da autora é que a representação das mulheres soviéticas na Segunda Guerra seria o símbolo por excelência da “Nova Antiga Mulher”, na medida em que seria uma experiência contraditória, conflituosa e que envolvia elementos tanto revolucionários como conservadores, resultado de anos de políticas de gênero ambíguas, ora conservadoras, ora progressistas (Senna, 2021).

Dentre os trabalhos no segundo eixo, “Relações de gênero e poder”, a principal questão que aparece é a crítica aos estereótipos de gênero, tanto no âmbito da literatura (Batista et. al, 2019), como no da história (Souza, 2022; Fernandes, 2023). Embora essas obras também tangenciem alguns aspectos do primeiro eixo temático, como a representação e a narrativa, a escolha por essa categoria se deve sobretudo porque essas questões aparecem mais como um pano de fundo do que um fim em si mesmas.

Nessa perspectiva, Jessica Batista, Juliane Mondim, Sara Ribeiro, Yve Penido e Luiz Rogério Camargo (2019), buscam fazer uma breve contextualização histórica afim de explicar como o machismo construiu estereótipos de gênero e como a obra de Aleksievitch pode ser usada para desconstruí-los. De forma semelhante, Aline Fernandes (2023) analisa a biografia e o filme inspirados na vida de Lyudmila Pavlichenko, francoatiradora soviética, com o intuito

de pensar a participação das mulheres na guerra e destacar sua presença, dialogando com a obra de Aleksiévitich para pensar e problematizar as relações de gênero russas. A participação de Lyudmila Pavlichenko é especialmente destacada pois ela se tornou mundialmente conhecida após liderar a delegação soviética enviada aos Estados Unidos para um congresso de estudantes universitários em setembro de 1942 com o intuito de aproximar as relações da União Soviética com os demais países Aliados. Como a autora conta,

Esse episódio foi mais um reflexo da figura de Lyudmila como forma de propaganda soviética, tendo em vista que ela foi a representante de seu grupo e obteve mais destaque durante a visita à Casa Branca. Sua posição dentro do exército, enquanto mulher, considerando seus feitos, expressava as conquistas do Exército Vermelho, que teoricamente começava com a abertura de espaço concebida para as mulheres, que puderam se alistar, e se estendia até a evolução alcançada por ela e tantas outras que puderam crescer militarmente (Fernandes, 2023, p. 41).

Além de fortalecer as relações diplomáticas entre Stalin e Roosevelt, outro objetivo da visita foi solicitar maior apoio militar dos Estados Unidos, especificamente para a abertura de uma segunda frente de batalha na Europa para aliviar a pressão no front oriental, que, contudo, foi negada (Fernandes, 2023). Entretanto, a delegação de forma geral alcançou resultados positivos e há indícios de que Lyudmila tenha se tornado bastante próxima da primeira-dama estadunidense, Eleanor Roosevelt. Outro ponto interessante sobre o trabalho de Fernandes é que o filme analisado por ela, “A Batalha de Sevastopol”, lançado em 2015, foi a última produção feita em parceria entre Rússia e a Ucrânia antes do estopim do conflito na Criméia em 2014, patrocinado pelo Ministério da Cultura e da Federação Russa, pela Sociedade Militar Russa e pela Agência do Estado da Ucrânia sobre Cinema (Fernandes, 2023). Entretanto, como a autora aponta,

O filme pode ser considerado uma produção claramente patriótica, pois remete a essa característica não só pelo contexto que faz parte do longa, mas também pelas circunstâncias do momento em que foi produzido, o que pode ser percebido desde os créditos iniciais, ao vermos o apoio de instituições russas importantes, como o Ministério da Cultura da Federação Russa e da Sociedade Militar Russa. Contudo, apesar desse fator, ele não representa uma glorificação da guerra, mas ao contrário, nos mostra o seu custo humano e sentimental, considerando as inúmeras mortes. [...] A guerra por um viés mais sensível, que trata de romances, amizades verdadeiras e duradouras, sofrimentos profundos ao perder pessoas, não é encontrada em filmes do gênero em que a história gira em torno de homens. Isso porque, além da característica de sensibilidade que sempre foi atribuída às mulheres, torna-se possível não só reforçar essa imagem, até certo ponto, estereotipada, mas também explorá-la de maneira a deixar a produção mais impactante e profunda para quem assiste (Fernandes, 2023, p. 77).

Essa observação vai de encontro ao que também observa Thaiz Senna (2021): a historiografia militar russa contemporânea, apesar de cada vez mais nacionalista, foi de certa forma “obrigada” pelo sucesso mundial de Svetlana Aleksiévitich a incorporar uma perspectiva “feminina” em seus discursos com a inclusão de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” em seu

currículo. Entretanto, ainda que isso possa proporcionar uma certa pluralidade de pontos de vista, ainda é feito de forma um tanto estereotipada, que visa mais confirmar papéis de gêneros conservadores do que contestá-los. Como a autora bem observa, por exemplo, a negação presente no título em “não tem rosto de mulher” é mais dialética do que categórica, ao contrário das apropriações mais recentes feitas por essas instituições (Senna, 2021).

Da mesma forma, o trabalho de Janaína de Oliveira Souza (2022) também se dedica à análise do filme “A Batalha de Sevastopol” (2015), assim como dos filmes “O Leitor” (2008), “As Mães Do Terceiro Reich” (2012), e “As Espiãs De Churchill” (2019) para pensar na atuação das mulheres no esforço de guerra na União Soviética, Alemanha, França e Grã-Bretanha, respectivamente. Nesse sentido, embora a noção de representação atravessasse todo o trabalho, optamos por classificá-lo no segundo eixo, “Relações de gênero e política”, por entendermos que o foco principal continua sendo a categoria gênero, já que a proposta da autora é uma espécie de revisão historiográfica sobre o caráter generificado da guerra, considerando que “a guerra politiza as relações de gênero” (Souza, 2022, p. 44), e os filmes seriam assim um exemplo disso, mostrando os diferentes impactos que a guerra teve na vida das mulheres dos diferentes países beligerantes.

1.3 Estrutura do texto

O intuito aqui foi mostrar em linhas gerais um pouco do que já foi produzido sobre o tema, considerando as diferentes abordagens, categorias e lentes de análise utilizadas pelas autoras, tanto nacionais como estrangeiras. Com isso, procuramos mostrar alguns dos problemas investigados e alguns recortes temáticos em um breve esboço geral, com suas convergências e divergências, já que seria impossível discutir a fundo todas as contribuições de cada um. Diante dessas considerações iniciais, dividimos o texto em três capítulos: o primeiro, “O Pesadelo das Nuances”, explica mais detidamente um pouco da vida e obra da autora Svetlana Aleksievitch, o contexto histórico a partir do qual ela escreve, assim como um breve resumo do início dos movimentos de mulheres na Rússia e suas contribuições para a revolução e para os primeiros anos da URSS. O segundo, “Escreva Sobre Nossa Grande Vitória”, analisa o livro em si, sua estrutura e algumas de suas principais interlocutoras, assim como os temas mais frequentes que aparecem nos testemunhos das mulheres. Já o terceiro, “O Passado Ainda Está Por Vir”, foca nas disputas pela memória, desde o momento imediato do pós-guerra até alguns reflexos que ela ainda exerce contemporaneamente nos conflitos do leste europeu.

2 “O PESADELO DAS NUANCES”: SVETLANA ALEKSIÉVITCH E O SÉCULO XX

A Segunda Guerra Mundial é um dos acontecimentos mais estudados do século XX. Porém, a maior parte do que sabemos sobre a guerra foi escrito por homens, sobre homens e para homens, que a consideram implícita ou explicitamente como um fenômeno inerentemente masculino (Aleksiévitch, 2016a). Nessa perspectiva, o trabalho de Svetlana Aleksiévitch é importante porque ela foi uma das primeiras autoras a questionar a visão majoritariamente masculina que se tinha sobre a Segunda Guerra Mundial. Em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, publicado originalmente em 1985, a jornalista bielorrussa entrevistou centenas de mulheres que serviram nas forças armadas soviéticas e produziu um relato praticamente inédito utilizando técnicas de colagem para produzir uma obra nas fronteiras entre o trabalho documental e o literário. Nas suas palavras,

Já aconteceram milhares de guerras – pequenas e grandes, famosas e desconhecidas. E o que se escreveu sobre elas é ainda mais numeroso. Mas... foi escrito por homens e sobre homens, isso ficou claro na hora. Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas. [...] Até as que estiveram no front estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra “feminina”, mas a “masculina”. Seguem o cânone. E só em casa, ou depois de derramar alguma lágrima junto às amigas do front, elas começam a falar da sua guerra, que eu desconhecia (Aleksiévitch, 2016a, p. 12).

Cerca de 1 milhão de mulheres serviram nas forças militares soviéticas, dentre as quais pelo menos metade atuaram diretamente em combate, embora nem sempre fosse possível fazer essa distinção, como argumenta Fernanda Menegotto (2018). Entretanto, ainda que a participação feminina no conflito tenha sido em alguma medida utilizada pela propaganda como evidência de quão emancipadas fossem as condições sociais na União Soviética, que havia declarado ainda nos anos 1930 que a “questão histórica da mulher foi resolvida” (Senna, 2017, p. 262), na prática a situação era bem diferente. Quanto mais perto do fim da guerra, mais a imagem da médica e da enfermeira ganharam destaque na propaganda estatal, substituindo cada vez mais a antiga imagem da heroína militarizada, de modo que “quanto mais distantes do combate as mulheres estivessem durante a guerra, mais elas foram valorizadas ao seu fim” (Menegotto, 2018, p. 119).

Essa preocupação está diretamente relacionada com o interesse político em reabilitar a imagem das mulheres enquanto mães e donas de casa, promovendo um retorno à “normalidade” e a uma ordem de gênero mais conservadora. Assim, enquanto os homens voltaram para casa como heróis nacionais, as mulheres foram alvo de diversos estigmas, de forma que sua guerra permaneceu em grande medida desconhecida, já que era considerado que a “verdadeira” guerra

era contada por homens (Aleksiévitch, 2016a). Nesse sentido, como Elizabeth Jélin (2002) aponta, o silêncio pode ser uma forma de se reinserir no mundo da vida “normal”, expressar uma dificuldade de alinhar o testemunho com as normas morais vigentes ou ainda evidenciar a ausência de condições sociais favoráveis para que alguém escute esse testemunho. Como Michael Pollak (1989) considera, toda memória coletiva é alvo de disputas políticas entre os diversos grupos que estão presentes nessa sociedade, porque a memória representa um projeto de poder e de sociedade na medida em que diz respeito aos sujeitos que são representados e como são representados, especialmente em um contexto nacional como foi o da guerra.

Nesse cenário, como Benedict Anderson (2008) coloca, toda nacionalidade é imaginada no sentido de que define uma comunidade política ao mesmo tempo que necessariamente limitada, soberana, que constituem objetos de desejo e projeções para o futuro. Assim, ela é construída, selecionada, tem determinados aspectos suprimidos ou enfatizados. Definindo uma identidade mais ou menos coesa e comunitária a respeito de um “nós” claro com um passado compartilhado. Dessa forma, “pauta-se pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção, com frequência consciente”, como coloca Lilia Schwarcz (2008, p. 10). Assim,

[...] tudo surge sob nova luz a partir de uma lente que desfoca identidades que parecem homogêneas e estabilizadas e demonstra como estas podem ser híbridas. Com efeito, [...] a partir do momento em que a nação é imaginada, ela é, então, modelada, adaptada e transformada (Schwarcz, 2008, p. 14)

Desse modo, a guerra nos oferece uma perspectiva interessante porque na medida em que a cidadania foi gestada a partir de princípios militares, ela está barrada a diversos grupos marginalizados, como mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas não brancas, entre outras, o que dá a impressão de que essas pessoas não atuam como agentes e sujeitos históricos, como aponta Izadora Monte (2010). Com a totalização da guerra, as fronteiras entre as esferas pública e privada são dissolvidas e na maior parte dos casos não é possível fazer uma separação clara entre o front e a retaguarda. Embora Françoise Thébaud (1996) não considere que a guerra enquanto fenômeno social possa ocasionar mudanças nas relações de gênero em nível estrutural, apenas na esfera individual, é interessante observar como as narrativas nacionais e “oficiais” lidam com essas contradições a nível estrutural, especialmente no que concerne ao objeto do presente estudo, a União Soviética.

Porém, como salienta Joan Scott (1998, p. 304), não se trata apenas de dar “visibilidade” ou romper os silêncios da história ortodoxa porque

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída em relação mútua. Por isso

precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. [...] Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz.

Dessa forma, mais do que expor pontos de vista alternativos e outros sujeitos, a problematização da experiência de grupos marginalizados precisa colocar em questão não só a suposta “neutralidade” da sociedade estudada como também historicizar identidades apresentadas como monolíticas e a-históricas. Pensando a partir da perspectiva de gênero, isso significa que

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (Scott, 2016, p. 38).

Portanto, as identidades dos sujeitos não são fixas e imutáveis, mas estão em constante processo de transformação e reconstrução, de modo que “não existem corpos generificados/sexuados de modo essencial e imutável. [...] Há um processo constante de fazer corpo, fazer gênero”, como escreve Letícia Nascimento (2021, p. 90), especialmente em um contexto de ruptura social como foi a experiência do front. Além disso, há também a questão do tempo e da memória: os relatos recolhidos por Aleksiévitich que serão analisados posteriormente foram feitos quase 30 anos após a experiência do front. Como a própria autora comenta,

As lembranças não são um relato apaixonado ou desapaixonado de uma realidade que desapareceu, mas um renascimento do passado, quando o tempo se volta para trás. Antes de mais nada, é uma criação. Ao contar, as pessoas criam, “escrevem” sua vida. Acontece inclusive de “acrescentarem” e “reescreverem” passagens. [...] Este é um elemento muito importante: na época elas eram jovens e agora se lembram disso na velhice. Estão lembrando depois de uma vida — depois de quarenta anos (Aleksiévitch, 2016a, p. 13 e 15).

Por isso, como Joyce Gonçalves (2020) aponta, um dos principais fatores que precisa ser levado em consideração quando se trata do processo de rememoração é que a pessoa que se lembra de uma experiência já não é mais a mesma que a vivenciou, mas “é um sujeito atravessado pelo tempo, pelas suas próprias transformações pessoais e psicossociais” (Gonçalves, 2020, p. 37). Assim, a memória, elaborada através do discurso, está em constante processo de reconstrução e reelaboração conforme a época histórica e a linguagem são atualizadas (Passerini, 2011), de modo que

[...] o cruzamento particular entre a representação de si, que diz respeito a uma identidade narrativa ou cultural, e a identidade ligada ao papel social, encenada nas relações profissionais e afetivas [...] não coincidem plenamente, apesar de seus entrelaçamentos e referências cruzadas (não somos tudo que dizemos ser, nem dizemos tudo que somos). (Passerini, 2011, p. 52-53).

Nesse sentido, Passerini (2011, p. 7) entende a

memória como forma de subjetividade – e esse termo implica necessariamente a intersubjetividade, já que a memória narrativa de que trato só se constitui como diálogo, como troca entre sujeitos diferentes. Por consequência, a dimensão na qual essa memória se situa compreende sempre dois polos: um individual e um coletivo, que interagem e se influenciam mutuamente.

Assim, há uma espécie de relação dialética entre a memória individual e a coletiva, na qual a memória coletiva é formada e ao mesmo tempo formadora das memórias individuais, sendo sempre passível de transformação de acordo com as necessidades do presente (Passerini, 2011). O que evidencia que a memória é, antes de tudo, “um fenômeno construído” que implica um “trabalho de organização” (Gonçalves, 2020, p. 69). Dessa forma, para pensar o testemunho das mulheres soviéticas que serviram na Segunda Guerra é preciso não só problematizar e questionar quem são essas mulheres e como elas se constituíram enquanto sujeitos, mas também levar em conta o contexto histórico e social no qual viveram durante a guerra e no qual testemunharam, dezenas de anos mais tarde. É preciso levar em consideração especialmente que essas mulheres, que de forma geral eram muito jovens na época na guerra, não só viveram e falam de um momento histórico diferente do de Aleksiévitich, mas que elas também majoritariamente partem de crenças e visões de mundo bastante distintas das da geração da jornalista, especialmente no momento em que elas narram suas memórias, no final dos anos 1970, quando o estilo de vida soviético já demonstra vários sinais de sua crise que levariam às políticas de abertura de Gorbachev em 1985 e por fim à dissolução da URSS em 1991.

Por isso, nesse capítulo apresentaremos um pouco da autora Svetlana Aleksiévitich e o momento histórico a partir do qual ela escreve, no final dos anos 1970 e início dos 1980, e depois faremos uma breve contextualização sobre a constituição dos movimentos de mulheres na Rússia assim como as transformações sofridas por ela até a eclosão da guerra, fundamental para entendermos como a ordem de gênero soviética se constituiu.

2.1 Esculpindo a imagem de uma época: vida e obra de Svetlana Aleksiévitich

Svetlana Aleksiévitich é uma escritora e jornalista nascida em 31 de maio de 1948 em Stanislav (posteriormente renomeada como Ivano-Frankivsk), na Ucrânia, filha de dois professores, sendo o pai bielorrusso e a mãe ucraniana. Ela cresceu e passou a vida toda na Bielorrússia até 2000 quando precisou deixar o país por perseguição política, após a represália que sofreu com a publicação de “Meninos de Zinco” e posteriormente com “Vozes de

Tchérnobil”, acusada, dentre outras coisas, de pacifismo e sentimentos anti-Soviéticos¹⁵. Seu primeiro trabalho como jornalista foi no jornal local de Narovl, na região de Gomel, Bielorrússia, no qual trabalhou até 1967, quando entra no Departamento de Jornalismo na Universidade de Minsk. Após sua condenação parcial no julgamento de “Meninos de Zinco” em dezembro de 1993, a *International Cities of Refuge Network* (ICORN), organização internacional dedicada à proteção de escritores, artistas e jornalistas arriscados de perseguição política, oferece asilo para ela em Toscana (2000-2002) e Gothenburg (2006-2008) (ICORN, 201-). Ela também viveu em Berlim e Paris até 2011, quando se mudou de volta para Minsk¹⁶. Entretanto, a autora comenta que não foi apenas pelo julgamento que ela tomou a decisão de partir, mas também pela escalada dos conflitos políticos na região:

E eu olhei para tudo aquilo, para os olhos brilhantes deles, e eu pensei ‘não’. Eu não quero ser uma escritora que gosta da visão de sangue humano sendo derramado. Barricadas são lugares perigosos para um artista. Você não vê seres humanos. O que você vê são alvos. Mocinhos, vilões. É isso o que está acontecendo agora¹⁷. E então eu decidi ir embora. Eu queria reganhar uma visão normal. Então..., mas tudo é de interesse... para o artista. Tanto o carrasco como a sua vítima. E para falar sobre ambos – o escritor deveria ouvir ambas as suas histórias (Aleksiévitch, 2017, transcrição e tradução nossa)¹⁸

Desde o início de sua carreira no jornalismo, quando ainda trabalhava na seção de cultura e atualidades do jornal, ela se especializou em construir narrativas a partir de testemunhos, inscrevendo-se na tradição literária de Aliés Adamóvitch, escritor bielorrusso a quem ela chama frequentemente de “seu professor”, em um novo gênero de escrita, denominado “novela coletiva”, “novela-oratório” ou “novela-evidência”, que utiliza a técnica da colagem para produzir uma obra nas fronteiras entre o trabalho jornalístico e literário (Aleksiévitch, 2017; Nobel, 2015). De acordo com a autora, foi nessa experiência que ela encontrou seus “instintos narrativos” (Aleksiévitch, 2017). Em suas palavras,

Passei muito tempo procurando... Com que palavras seria possível transmitir o que escuto? Procurava um gênero que respondesse à forma como vejo o mundo, como se

¹⁵ Com fama de jornalista dissidente desde seus primeiros trabalhos no jornal, ela ainda foi acusada de antipatriotismo pelo “naturalismo primitivo” com que retratou os heróis e heroínas de guerra e pela sua recusa em se filiar ao Partido Comunista. De acordo com sua página no Lannan, fundação artística dedicada ao apoio de escritores, artistas e ativistas em busca de liberdade e diversidade cultural, posteriormente foi “frequentemente atacada pelo regime de Lukashenko [presidente da Bielorrússia desde 1994], [...] acusada de ser um membro da CIA, teve seu telefone grampeado e foi proibida de fazer aparições públicas” (Lannan, 200-).

¹⁶ Atualmente, ela se encontra novamente exilada na Alemanha desde 2020.

¹⁷ A autora provavelmente está se referindo aos conflitos provenientes da anexação russa da Crimeia em 2014. O expansionismo russo e a ascensão do nacionalismo nas repúblicas ex-soviéticas tem sido palco de tensões na região desde a dissolução da URSS em 1991, mas se agravaram a partir de 2010 com a política externa agressiva de Putin e a expansão da OTAN no leste europeu.

¹⁸ Original: “And I looked at all that, at their glittering eyes, and I thought ‘no’. I don’t wanna be a writer who enjoys the sight of human blood being spilled. Barricades are a dangerous place for an artist. You don’t see human beings. What you see is a target. Good guys, bad guys. That’s what is happening now. And so I decided to leave. I wanted to regain a normal vision. So... But everything is of interest... to the artist. Both the executioner and his victim. And in order to speak about them both – the writer should listen to both their stories.”

estruturam meus olhos, meus ouvidos. Uma vez, veio parar em minhas mãos o livro *Ia iz ógnennoi deriévni* [Eu venho de uma vila em chamas], de Aliés Adamóvitch, Iánka Bril e Vladímír Kolipesnik. [...] Tinha um formato incomum: um romance constituído a partir das vozes da própria vida, do que eu escutara na infância, do que agora se escuta na rua, em casa, no café, nos trólebus. É isso! O círculo se fechou. Achei o que estava procurando. O que estava pressentindo. Aliés Adamóvitch se tornou meu professor... (Aleksiévitch, 2016a, p. 11)

Mais do que isso, Angela Brintlinger (2017) aponta que Adamóvitch ocupou não só o lugar de mentor e guia de Aleksiévitch, mas também teve um papel importante na publicação de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” como um de seus principais apoiadores, utilizando sua relativa influência para mediar as relações de Svetlana com seus editores e escrevendo o prefácio da primeira versão do livro, uma versão resumida que foi publicada em 1984 como forma de divulgação do projeto. Além disso, o próprio título “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” é uma referência a uma passagem de um dos livros de Adamóvitch, publicado em 1960 sobre a experiência do autor nos destacamentos *partisan*: “A guerra não tem rosto de mulher. Mas naquela guerra foi os rostos de nossas mães o que nós mais nos lembrávamos, de forma mais nítida, bela e aterrorizante” (Adamóvitch, 1960 apud Brintlinger, 2017, p. 203, tradução nossa)¹⁹

Outra influência que Aleksiévitch menciona bastante em sua obra é Dostoiévski, que abordaremos posteriormente, e seu pai. De acordo com a autora, seu pai, que também era jornalista, se tornou membro do Partido Comunista quando foi convocado para lutar na Segunda Guerra durante seu segundo ano de faculdade e continuou fazendo parte dele por toda sua vida. Ele se tornou professor e acreditava que tudo acontecia em ciclos – uma pessoa pode se tornar ora carrasco e ora vítima; tudo se alterna, e o bem e o mal se misturam porque o objetivo da maior parte das pessoas era sobreviver (Aleksiévitch, 2017). Ainda que essa ideia se apresente em todo o trabalho de Aleksiévitch e ela cite o pai como uma de suas principais influências, há também uma ideia muito clara de bem e mal no trabalho da autora que ela atribui à influência de sua geração – a geração mais nova dos anos 1960, que acreditava que a palavra era uma das mais poderosas ferramentas de transformação social e “um poeta na Rússia não era apenas um poeta”, o que hoje em dia a autora acredita que se trate apenas de mais uma utopia (Aleksiévitch, 2017).

A jornalista tem 5 livros que fazem parte de uma coleção denominada Vozes da Utopia: “A guerra não tem rosto de mulher” ([1985] 2016) e “As últimas testemunhas” ([1985] 2018), que contam a Segunda Guerra Mundial através da perspectiva de mulheres e crianças,

¹⁹ Original: “*War has an unwomanly face. But in that war it was the faces of our mothers that we remembered most, most sharply, terrifyingly, and beautifully.*”

respectivamente, ambos publicados originalmente em 1985; “Meninos de zinco” ([1991] 2020), publicado originalmente em 1991, sobre o envolvimento soviético na Guerra do Afeganistão; “Vozes de Tchernobil” ([1997] 2016), publicado em 1997 sobre o desastre nuclear; e “O fim do homem soviético” ([2013] 2016), publicado em 2013 sobre o fim da União Soviética. Todos utilizam o relato oral como principal fonte e foram publicados no Brasil pela editora Companhia das Letras. Juntos, eles criam um retrato da época soviética que a autora entendia que estava sob ameaça de desaparecimento – um tema constante no trabalho dela, além da dimensão da crise, é a ideia de que essa pessoa, o *homo sovieticus*, como ela chama, está “em extinção”, que os tempos e os ideais são outros (Aleksiévitch, 2016b), etc. Em suas palavras,

E apesar de tudo, ele existiu, o homem soviético. Pessoas assim, acho, não vão existir nunca mais, eles mesmos já entenderam isso. Até nós, seus filhos, somos diferentes. [...]. Mas eu os amo. Eu os admiro. Eles tiveram Stálin e o gulag, mas também tiveram a Vitória. E eles sabem disso (Aleksiévitch, 2016a, p. 23).

Dessa forma, é importante que além de analisar o trabalho de Aleksiévitch pelo valor histórico dos testemunhos que ela coleta, seja considerado o próprio texto que ela produziu como um documento histórico. Como Catherine Baker (2020) salienta, o livro, produzido durante a Guerra do Afeganistão com o intuito de questionar a memória oficial da “Grande Guerra Patriótica”, só pôde ser amplamente circulado quando a *glasnost*²⁰ começou. Assim, a autora aponta que o rosto “não-feminino” da guerra serve aqui como uma metáfora não só para o “lado sombrio” da Vitória que permaneceu oculto nas narrativas heroizantes do pós-guerra, mas também para a resistência de Aleksiévitch à crescente militarização que ocorreu no final dos anos 1970 com o envolvimento soviético na Guerra do Afeganistão, que será explorado em seu terceiro livro, “Meninos de Zinco”²¹ (2020). Esse propósito é admitido em alguma medida pela própria Aleksiévitch:

Devia escrever um livro sobre a guerra que provoque náuseas e que faça a própria ideia de guerra parecer repugnante. Louca. Os próprios generais ficariam nauseados... Essa lógica “feminina” deixou meus amigos baratinados (ao contrário das minhas amigas). [...] Os homens se escondem atrás da história, dos fatos e a guerra os encanta como ação e oposição de ideias, diferentes interesses, mas as mulheres são envolvidas pelos sentimentos. E mais: desde a infância, os homens são preparados para que, talvez, tenham que atirar. Não se ensina isso às mulheres... elas não se aprontaram para fazer esse trabalho... E elas lembram de outras coisas, ou lembram de outra forma. São capazes de ver o que está escondido para os homens. (Aleksiévitch, 2016a, p. 20).

²⁰ A *glasnost* foi uma das políticas implantadas por Gorbachev a partir de 1985 que, dentre outras coisas, assegurava maior liberdade de expressão para a população soviética, com o intuito de aumentar a transparência do governo e iniciar um processo de abertura política.

²¹ O título é uma referência irônica tanto aos caixões de zinco no qual os soldados foram enterrados nesta guerra como à imagem popular soviética nas representações de guerra dos “homens de aço” (Connell; Pearse, 2015).

Embora não seja o foco da pesquisa, é interessante analisar os paralelos entre “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” e “Meninos de Zinco” porque a história da Segunda Guerra ecoa o tempo todo nos testemunhos dos veteranos do conflito do Afeganistão recolhidos por Aleksiévitich em “Meninos de Zinco”: em diversos momentos do livro há a ideia de que a guerra do Afeganistão não era a guerra “certa” porque não era heroica ou justa como a Segunda Guerra tinha sido (Jones, 2017; Aleksiévitich, 2020). Contudo, o que Aleksiévitich nos mostra em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” é que a “Grande Guerra” também não tinha sido essa guerra; ela fora substituída pela história da Vitória (Aleksiévitch, 2016a). Assim, Brintlinger (2017) argumenta que o primeiro livro da autora está envolto simultaneamente em dois contextos sociais e políticos interligados: na memorialização da Segunda Guerra, que passara por diversas transformações ao longo principalmente dos anos 1960 e 1970, e no ativismo pela paz que se tornara cada vez mais popular no final da Guerra Fria, do qual seu “professor”, Aliés Adamóvitich, era um dos principais expoentes.

Dessa forma, os próprios questionamentos e indagações que orientam sua obra são indissociáveis do contexto histórico a partir do qual ela escreve: recorrentemente em seus livros aparece a menção a um passado grandioso que não retornará mais, ou ideias e pessoas grandiosas que se encontram em extinção; a ideia de crise e decadência de uma sociedade que está cada vez mais datada, lutando contra o inevitável “avanço” do tempo:

Param de soar saudações doloridas – e de novo o silêncio. Nossa mentalidade mitológica é inabalável – somos justos e grandiosos. E estamos sempre certos. Queimam e ardem os últimos reflexos da ideia de revolução mundial. Ninguém repara que o incêndio já está em casa. Nossa casa pegou fogo. Começou a *perestroika* de Gorbachóv. Corremos ao encontro de uma nova vida. O que nos espera adiante? De que nos revelaremos capazes depois de tantos anos de um sono letárgico artificial? E nossos meninos, em algum lugar distante, estão morrendo não se sabe para quê... (Aleksiévitch, 2020, p. 18)

Essa ideia, que ela vai trabalhar mais detidamente em seu último livro, “O Fim do Homem Soviético”²² (2016b), está presente em sua obra desde o início. Em uma das conversas que ela descreve em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” (2016a, p. 115), por exemplo, ela narra o seguinte diálogo que ficou em sua memória: “Somos uma tribo em extinção. Mamutes! Somos de uma geração que acreditava que há coisas maiores que a vida humana. A pátria e a Grande Ideia. Bom, e Stalin também. Para que mentir? É como dizem por aí, não dá para separar a letra da música”. É aqui que está presente uma das principais teses da autora: que para

²² Alguns autores criticam a tradução do título por seu caráter um tanto sensacionalista que teria sido mudado para “vender” mais; o título original estaria mais próximo do título em inglês, “*Secondhand Time*”, que em uma tradução livre significaria algo como “Tempo de Segunda Mão”, implicando o “retorno” de ideias consideradas “antiquadas”, simultaneamente se referindo tanto ao passado soviético como a uma estética de guerra que remonta à época da Rússia imperial.

construir uma história “humana”, baseada nos sentimentos e não nos fatos frios e objetivos seria preciso uma pessoa pequena, comum, um “pequeno grande ser humano”, como ela chama:

Mas em que consiste meu conflito com o poder? Entendi que uma grande ideia precisa de pessoas pequenas, e não de alguém grande. Para ela, o grande é supérfluo e incômodo. Dá trabalho para moldar. E é por ele que procuro. Procuro pelo pequeno grande ser humano. Humilhado, pisoteado, ofendido — ele passou pelos campos de trabalho stalinistas e pela traição, e mesmo assim venceu. Realizou um milagre. Mas a história da guerra foi substituída pela história da Vitória. Ele mesmo contará isso... (Aleksiévitch, 2016a, p. 26)

Essa lógica, que ela chama em alguns momentos de “feminina”, permeia todo o trabalho da autora e nesse sentido, é particularmente emblemático que seu primeiro livro seja sobre a “Grande Guerra”, pois implica uma espécie de resgate ao que foi perdido pela narrativa heroizante do pós-guerra e a desconstrução dos mitos que de alguma maneira sustentavam a sociedade soviética, que ela descreve repetidamente como uma sociedade primordialmente militar (Aleksiévitch, 2016a, 2016b, 2017, 2020): “[n]o geral, somos um povo bélico. Ou guerreávamos ou nos preparávamos para a guerra. Nunca vivemos de outra maneira. [...] Mesmo durante a paz, tudo na vida era próprio da guerra” (Aleksiévitch, 2016b, p. 21).

É interessante notar essa lógica “feminina” porque a dimensão de gênero é indissociável do trabalho de Aleksiévitch, não só pelo propósito original de buscar uma “história dos sentimentos”, mas pela própria forma como as entrevistas foram realizadas, como foram narradas etc. O seu primeiro livro é contado como uma espécie de “conversa de mulheres”, com a autora se colocando ora como filha e ora como amiga das entrevistadas, destacando assim a intimidade e a domesticidade dos relatos (Brintlinger, 2017). Além disso, ainda que tenha se inscrito de alguma forma em uma tradição de literatura de guerra que se iniciou ainda nos anos 1960 conhecida como “verdade das trincheiras” ou “prosa tenentista” que buscava alcançar a “verdade” de forma mais neutra e objetiva possível através do retorno às memórias dos soldados que viveram a guerra, o propósito de Aleksiévitch ultrapassa o de seu mentor e de seus antecessores na medida em que ela não está preocupada com os fatos “objetivos” e “neutros”, mas com a verdade pessoal de cada uma de suas entrevistadas (Bush, 2017), o que também implica uma visão de gênero específica, pois embora ela ainda esteja pensando em uma “verdade”²³, seu parâmetro é outro, que ela chama de “feminino”. Dessa forma, a autora explica seu projeto da seguinte maneira:

²³ Na seção intitulada “dezessete anos depois” acrescentada na reedição do livro de 2002, a autora conta o seguinte diálogo com o censor: “Sim, a Vitória foi dura para nós, mas você deve procurar exemplos heroicos. Há centenas. No entanto, você nos mostra a sujeira da guerra. A roupa íntima. Para você, nossa Vitória foi terrível... O que está tentando alcançar?” ‘A verdade.’ ‘E você acha que a verdade é aquilo que está na vida. O que está nas ruas. Sob os pés. Para você, ela é tão baixa. Tão terrena. Não, a verdade é aquilo com que sonhamos. É como queremos ser!’”

A história relatada por uma testemunha ou por um participante que ninguém notou. Sim, é isso que me interessa, é isso que eu gostaria de transformar em literatura. Mas as pessoas que contavam não eram apenas testemunhas, menos que tudo testemunhas: eram atores e criadores. É impossível chegar muito perto da realidade, cara a cara. Entre a realidade e nós existem os nossos sentimentos. Entendo que estou lidando com versões, cada um tem a sua, e delas, do volume e do cruzamento delas, nasce a imagem do tempo e das pessoas que vivem nele. Eu não gostaria que, a respeito do meu livro, dissessem: os personagens dela são reais e nada mais. Que dissessem: é a história. Apenas a história.

Não estou escrevendo sobre a guerra, mas sobre o ser humano na guerra. Não estou escrevendo a história de uma guerra, mas a história dos sentimentos (Aleksiévitch, 2016a, p. 18).

Com isso, ela mostra que, no fim das contas, nenhuma guerra é verdadeiramente heroica porque o preço a ser pago é sempre alto demais. Em suas palavras,

Eu queria entender o que há de torturante na escolha de atirar ou não atirar. Para ele não havia nenhum drama nisso. O que é bom? O que é mau? É bom matar “em nome do socialismo”? Para esses meninos as fronteiras da moralidade são traçadas por uma ordem militar. [...] Sim, eu desconfio que não queremos escutar nada sobre isso, não queremos saber disso. Mas em qualquer guerra, não importa quem e em nome de quem a façam – seja Júlio César ou Ióssif Stálin –, as pessoas matam umas as outras. É assassinato, mas não temos o costume de pensar assim, inclusive nas escolas, não sei por que, mas não falamos de educação patriótica, e sim educação militar patriótica. Mas por que estou surpresa? Está tudo claro – um socialismo militar, um país militar, uma mentalidade militar (Aleksiévitch, 2020, p. 19 e 26)

Essa crítica à militarização soviética está presente em todo seu trabalho, e, iniciado apenas um ano após a publicação original de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, as reflexões de “Meninos de Zinco” são uma continuação direta de seus dois primeiros livros, especialmente o primeiro:

Estou escrevendo um livro sobre a guerra... Eu, que nunca gostei de ler livros de guerra, ainda que, durante minha infância e juventude, essa fosse a leitura preferida de todo mundo. De todo mundo da minha idade. E isso não surpreende – éramos filhos da Vitória. Filhos dos vencedores. [...] Estavam sempre relembrando a guerra: na escola e em casa, nos casamentos e batizados, nos feriados e velórios. Até nas conversas das crianças. [...]. Estávamos o tempo todo em guerra ou nos preparando para ela. E rememorando como combatíamos. Nunca tínhamos vivido de outra forma, talvez nem saibamos como fazer isso. Não imaginamos outro modo de viver, teremos que passar um tempo aprendendo. Na escola, nos ensinavam a amar a morte. Escrevíamos redações dizendo como queríamos morrer em nome de... Sonhávamos com isso... (Aleksiévitch, 2016a, p. 9-11).

Ao que ela conclui, em “Meninos de Zinco”:

Eu não queria mais escrever sobre guerra. Mas aqui estou, numa guerra de verdade. Por toda a parte há gente de guerra, coisas de guerra. Tempos de guerra. [...] Não consigo afastar o sentimento de que a guerra é fruto de uma natureza masculina em grande parte incompreensível para mim. Mas o cotidiano da guerra é grandioso. De Apollinaire: ‘Ah, que bela guerra’. (Aleksiévitch, 2020, p. 23).

(Aleksiévitch, 2016a, p. 34). Embora alguns autores levantem dúvidas em relação à veracidade do diálogo, a imagem do censor aqui atua como uma espécie de símbolo do papel assumido pelo Estado de guardião e fiscalizador da memória coletiva da guerra,

Assim, enquanto em seus dois primeiros livros ela permaneceu em grande parte como espectadora, aqui ela assume um papel mais participativo e se torna parte da guerra e do cenário ao qual descreve: “A guerra é um mundo, não um acontecimento... Aqui tudo é diferente: a paisagem, as pessoas, as palavras. A parte teatral da guerra fica na memória: um tanque dá a volta, soam os comandos... O caminho da bala que se ilumina na escuridão” (Aleksiévitch, 2020, p. 27). A utilização do termo “a parte teatral da guerra” também é interessante pois ecoa na forma como o livro é construído – em três “atos” que representam os três dias após os quais Jesus ressuscitou. A metáfora religiosa é recorrente em toda a narrativa, assim como a ideia de que a Rússia estaria fadada à repetição do passado, tanto em relação à Segunda Guerra como ao passado imperial, ecoando em alguma medida a ideia de que a história se repete duas vezes, a primeira como tragédia, e a segunda como farsa (Marx, 2011). A tragédia, representada pela “Grande Guerra Patriótica” tinha sido suprimida pela história da Vitória, como abordaremos extensivamente mais adiante, restando apenas a sua repetição enquanto farsa – a Guerra do Afeganistão, que seria especialmente inútil.

Por isso a importância da categoria de gênero para invocar esse sentimento de estranhamento. Ao longo do seu primeiro livro, Aleksiévitch utiliza como recurso narrativo a contraposição das categorias de “menina” e “soldado” como identidades não só contraditórias, mas socialmente incompatíveis (ao menos normativamente), salientando dessa maneira a tragédia nacional do que foi a guerra e os perigos da militarização, bem como de suas terríveis consequências, tanto emocionais, como psíquicas e físicas (Baker, 2020). Assim,

Os testemunhos das mulheres [...] transmitem exatamente essa tensão entre ‘a dor do apagamento discursivo’ e os medos das mulheres de admitir seu status como veteranas no meio da ‘dissociação popular da vida familiar e da experiência feminina no front’ na sociedade soviética pós-guerra (Baker, 2020, p. 83, tradução nossa)²⁴.

Como Elizabeth Jélin (2002) aponta, em um contexto militar a representação é, quase por definição, a autorrepresentação masculina. As mulheres enquanto sujeitos aparecem como “não-representáveis”, na medida em que os homens são identificados com a dominação e a agressividade características da identidade militar, e as mulheres são associadas à submissão e passividade, vistas como guardiãs da moral e espiritualidade nacional, de forma que as próprias noções de “Pátria” e “Nação” são feminilizadas. Nesse contexto, o único papel que as mulheres podiam assumir é simbólico: “a mulher-mãe era identificada com a própria Rússia, enviando seus filhos-soldados para libertar o mundo” (Connell; Pearse, 2015, p. 73).

²⁴ Original: “*The women’s testimonies [...] convey this very tension between ‘the pain of discursive erasure’ and women’s fears of admitting their veteran status amid ‘the popular dissociation of family life and female front experience’ in post-war Soviet society.*”

Logo, ao priorizar as experiências e os testemunhos femininos em seu trabalho, Aleksiévitich não só desafiou a narrativa oficial da guerra, mas também questionou em alguma medida as relações de gênero soviéticas ao deslocar os marcos interpretativos do passado a outras questões e outros sujeitos. Como Jélin (2002, p. 111, tradução nossa)²⁵ observa, “as vozes das mulheres contam histórias diferentes das dos homens, e dessa maneira se introduz uma pluralidade de pontos de vista. Essa perspectiva também implica o reconhecimento e legitimação de ‘outras’ experiências além das dominantes [...]” Nas palavras de Aleksiévitich,

Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar: como umas pessoas heroicamente mataram outras e venceram. Ou perderam. Qual foi a técnica e quais eram os generais. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali não sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na terra. Sofrem sem palavras, o que é ainda mais terrível (Aleksiévitch, 2016a, p. 12).

Assim, ao mesmo tempo que Aleksiévitich critica a ordem de gênero soviética, que apagou as experiências das mulheres que lutaram e escondeu a “sua” guerra, ela também se conforma em alguma medida a ela, tanto ao reproduzir representações estereotipadas de gênero, como ao salientar constantemente uma suposta “natureza” ou “alma” feminina que seria inerentemente incompatível com as experiências vividas na guerra e, portanto, “anormal” – ainda que algumas entrevistadas não concordem com essa visão. E mais uma vez, ao menos em sua obra, a Guerra do Afeganistão ecoa a Segunda Guerra quando ela observa: “Passamos muito tempo esperando o avião militar para Cabul. [...] Há umas cem pessoas esperando. Todos militares. Inesperadamente, há muitas mulheres” (Aleksiévitch, 2020, p. 21). Se após 1945 as mulheres que serviram no front passaram por uma severa repressão ao voltarem para casa, no caso das veteranas do Afeganistão a situação foi ainda pior, pois a guerra foi vista como uma vergonha nacional. Assim, como Raewyn Connell e Rebecca Pearse colocam,

A memória da derrota e da devastação mental e a poderosa imagem do cemitério de guerra com suas sepulturas sem identificação estilizam a imagética habitual do heroico soldado homem de guerra. Mas a posição simbólica das mulheres em relação a essa guerra também é insustentável. O símbolo da mulher forte, da amazona, daquela que luta por uma causa maior é destruído pelas memórias reais de assédio, humilhação e exploração sexual na zona de guerra por homens que lutavam ao seu lado. O ativismo das mulheres – como a participação na cruzada – simplesmente as tornou vulneráveis à exploração, destruindo sonhos românticos de casamento e amor. Ao voltarem da guerra, as mulheres perceberam essa experiência como inconciliável com as expectativas culturais sobre o ser mulher e com o modelo da trabalhadora-esposa virtuosa. A única forma de lidar com essa contradição foi apagar a memória. Daí vem

²⁵ Original: “Las voces de las mujeres cuentan historias diferentes a las de los hombres, y de esta manera se introduce una pluralidad de puntos de vista. Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de «otras» experiencias además de las dominantes [...]”

a boa parte da indignação gerada pelo texto de Alexievich, que contestou esse apagamento (Connell; Pearse, 2015, p. 75).

Para entender melhor esse processo, é preciso ter em mente as especificidades do processo de construção da sociedade soviética, o modo como a revolução russa mudou a estrutura patriarcal czarista e como o Partido Comunista pensou a emancipação feminina. Com isso em mente, discutiremos um pouco do surgimento do feminismo da Rússia, as suas pautas e como se organizou enquanto um movimento; indicaremos brevemente como o movimento socialista revolucionário se apropriou dessas pautas e como ele pensava a emancipação das mulheres; como essa visão se mostrou no novo governo soviético, assim como suas principais características e contradições.

2.2 Contextualizando o século XX

A partir da virada do século XX, a maternidade passou a ser uma das principais preocupações das políticas públicas na medida em que diversos movimentos de mulheres passaram a ganhar mais visibilidade (Thébaud, 1996). Alarmados com a queda da natalidade e com as mudanças nas relações de gênero que a imagem da “mulher moderna” trouxera após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a partir dos anos 1920 a maior parte dos países europeus tentou “nacionalizar” os direitos reprodutivos de suas cidadãs, reformulando a maternidade como uma questão de dever patriótico e uma das principais contribuições das mulheres ao Estado (Thébaud, 1996). Como Cynthia Enloe (1980) aponta, a glorificação da família, encorajada e materialmente recompensada, tinha a intenção de preservar e domesticar as mulheres que eram as produtoras dos soldados e da força de trabalho do país. Como essa questão era vista como primordial para o Estado e para o futuro da nação, a autora diz que “essa função reprodutiva não pode ser deixada ao acaso; é básica demais para a segurança estatal. Assim, os Estados ocupam-se de mobilizar as mulheres como mães em nome do dever, patriotismo e defesa [da nação]” (Enloe, 1980, p. 47, tradução nossa)²⁶.

No que concerne à União Soviética, a situação era um tanto contraditória: embora os movimentos de mulheres surgidos no século XIX tenham exercido grande influência no movimento bolchevique, e a emancipação das mulheres tenha sido alvo de debate mais ou menos constante durante a revolução e nos anos iniciais do novo governo, como veremos nos próximos tópicos, nunca foi efetivamente questionada a figura da mulher-mãe. Mesmo grandes

²⁶ Original: “This reproductive function cannot be left to chance; it is too basic to state security. Thus, states undertake to mobilize women as mothers in the name of duty, patriotism, and defense.”

revolucionárias como Nadiéjda Krúpskaia (1869-1939) e Aleksandra Kollontai (1872-1952), que dedicaram suas vidas às pautas das mulheres, consideravam natural que as mulheres contribuíssem com o Estado através da maternidade e da geração dos filhos, embora Kollontai ([1923] 2018) considerasse que era função do Estado garantir a criação das crianças, a futura geração de trabalhadores. Corroborando o argumento de Enloe, Bebel, um dos socialistas alemães mais proeminentes da época, defendia que mais que um serviço à sociedade, gerar filhos era um dever e uma obrigação social de todas as mulheres, comparando o trabalho de parto com o trabalho militar de um soldado em defesa de sua nação (Attwood, 1999).

Dessa forma, ainda que a imagem da mulher-trabalhadora enquanto “mulher emancipada” tenha dominado a narrativa estatal e em diversos aspectos fosse indistinguível de seus colegas homens, na prática elas continuaram a ser a parcela mais vulnerável da população. Além disso, mesmo as mudanças trazidas pela revolução como o direito ao aborto, divórcio e abolição da distinção entre crianças “legítimas” e “ilegítimas” se provaram passageiras com as mudanças no código da família a partir de 1936, que, dentre outros aspectos, fortalecia o casamento e reestabelecia os homens como patriarcas da família, como será mais explorado adiante (Thébaud, 1996; Goldman, 2016; Arruzza, 2019). Não obstante, até mesmo a figura da “mulher-trabalhadora” e “mulher-camarada” enquanto exemplos de mulher emancipada trazia suas contradições, como também será discutido. Como Kollontai argumenta, a Nova Mulher socialista

[...] aceitou completamente as especificidades naturais de cada sexo e exigiu apenas que cada pessoa, seja homem ou mulher, tenha uma oportunidade real da mais livre e completa autodeterminação, assim como o maior escopo possível para o desenvolvimento e aplicação de todas as suas inclinações naturais (Kollontai, 1977 apud Attwood, 1999, p. 11, tradução nossa).²⁷

Escrevendo sobre a criação da “Nova Mulher Soviética” a partir da análise de revistas femininas publicadas de 1921 até 1953, Lynn Attwood observa que as revistas dos anos 1920 encorajavam as mulheres soviéticas a ocuparem a esfera pública e promoviam a imagem de uma mulher “confiante e autossuficiente com um amplo escopo de habilidades que ela poderia usar em uma variedade de situações. Em resumo, [...] como uma cidadã completa e valiosa de uma nova sociedade” (Attwood, 1999, p. 13, tradução nossa)²⁸. Mas a partir dos anos 1930 a tendência é o oposto. Alarmados com a queda brusca de natalidade e com as tensões sociais que

²⁷ Original: “[...] fully accept[ed] the natural specificities of each sex and demand[ed] only that each person, whether man or woman, has a real opportunity for the fullest and freest self-determination, and the widest scope for the development and application of all natural inclinations”

²⁸ Original: “[...] confident, self-reliant person with a wide range of abilities which she could put to use in a variety of settings. In short, [...] as a full, valuable citizen of the new society”.

emergiram a partir do Primeiro Plano Quinquenal, a família e a esfera privada são reabilitadas pelo governo, mas agora a partir de um novo plano simbólico: o Estado soviético passou a se apresentar como análogo à família de seus cidadãos com Stalin ocupando o papel de patriarca da nação, de forma que jurar lealdade ao Estado era jurar lealdade à própria família. Dessa maneira,

O novo papel da mulher soviética como trabalhadora foi transplantado em seu velho papel de dona de casa, e a identidade feminina deveria englobar qualidades e traços tradicionalmente masculinos e femininos. Ela foi glorificada pela sua capacidade de trabalhar como um homem, e ao mesmo tempo celebrada pelo seu cuidado e sua disposição de se sacrificar pelos outros. Ela foi descrita simultaneamente como igual aos homens e o “sexo frágil” (Attwood, 1999, p. 13, tradução nossa)²⁹.

Nessa perspectiva, como Barbara Clements (2012) aponta, a “nova mulher”, que se libertara das amarras da tradição sexista, agora deveria contribuir para um bem maior: o da construção da nova sociedade, através tanto de seu trabalho nos campos e nas indústrias como de sua “natureza feminina”, ao acolher e guiar seus filhos e maridos a se transformarem no “novo homem”, que se tornaria um trabalhador eficiente, responsável e autodisciplinado, um marido atencioso, educado e fiel que sustenta sua casa, disciplina seus filhos e não bebe. Attwood (1999) ainda argumenta que esse tipo de visão enfatizava menos os direitos individuais das mulheres enquanto trabalhadoras e mais o “serviço heroico” à nação, o que parece ser comprovado pela reação da juventude à invasão da URSS pela Alemanha em 1941. Em diversos dos relatos recolhidos por Aleksievitch, as mulheres que foram servir no front ecoam em alguma medida o testemunho de Maria Ivánovna Morôzova:

Minhas amigas... As meninas diziam: ‘Tem que ir para o front.’ Isso já estava pairando no ar. Todas nos alistamos no curso do centro de alistamento. [...] Logo veio o recrutamento do Comitê Central do Komsomol da Juventude, pois os alemães já estavam nos arredores de Moscou, e todos tinham que sair em defesa da pátria. Como é que Hitler ia tomar Moscou? Não vamos deixar! Não era só eu... Todas as meninas manifestaram o desejo de ir para o front (Aleksievitch, 2016a, p. 46-47).

Entretanto, ao mesmo tempo que corroborou essa visão da mulher soviética, a guerra também a mudou. As mulheres, que até então tinham uma posição ambivalente na propaganda pela sua posição simbólica enquanto representação da “pátria” a ser protegida ao mesmo tempo que eram apresentadas como “mulheres emancipadas”, agora assumiam a posição da Mãe Rússia, que após enviar seus filhos para libertar a Europa do “monstro” nazifascista, agora chora

²⁹ Original: “the Soviet woman’s new role as worker was grafted onto her old role of homemaker, and female identity was meant to encompass traditional male and female qualities and traits. She was glorified for her capacity to work like a man, and at the same time celebrated for her nurturance and her willingness to sacrifice herself for others. She was described both as man’s equal, and as the ‘weak sex’.”

por eles (Connell; Pearse, 2015; Harris, 2010). Como Françoise Thébaud (1996, p. 19, tradução nossa)³⁰ coloca,

A guerra tradicionalmente era coisa de homem, a própria essência da virilidade. Mas a guerra moderna requer a mobilização da retaguarda assim como a do front e torna ambos os sexos tanto vítimas como participantes. A longo prazo, entretanto, é uma força mais conservadora e até reacionária, do que uma força pela mudança. [...] Quando a resistência se tornava combate armado, quando unidades militares eram organizadas, as mulheres foram excluídas do comando. E sempre que a guerra acabava, as mulheres eram lembradas do caráter excepcional do papel feminino.

Dessa forma, os próximos tópicos serão dedicados a explorar mais o processo de como surgiram os movimentos de mulheres na Rússia, como eles foram alterados pela revolução e como o novo governo lidou com as pautas das mulheres, principalmente a partir da crescente militarização dos anos 1930 que culminaram posteriormente na Segunda Guerra Mundial.

2.2.1 O surgimento dos movimentos de mulheres na Rússia³¹

A ascensão do que ficou conhecido como a “questão feminina” na Rússia ocorreu no final da década de 1850 e começo de 1860 após a derrota russa na Guerra da Criméia (1853-1856), a partir principalmente da influência francesa, de acordo com Richard Stites (1991). Entretanto, já havia alguns esboços pontuais de um debate nesse sentido desde pelo menos duas décadas antes. Como aponta Stites (1991), as primeiras noções “feministas” surgiram ainda em meados da década de 1840 como uma forma de se contrapor ao ideal de mulher austera, leal e pura trazido pelo romantismo e idealismo alemão no começo do século XIX, que representavam a mulher russa como “a personificação da Virtude e Maternidade” (Stites, 1991, p. 15, tradução nossa)³², e cujo outro aspecto era a noção da mulher como “mãe-cidadã”. Nesse sentido, a mulher era a “representante da moralidade, do amor, da modéstia e da constância” (Stites, 1991, p. 16, tradução nossa)³³.

Entretanto, influenciadas pelos movimentos utópicos franceses, principalmente os dos discípulos de Saint-Simon e Enfantin que defendiam “o amor livre, a abolição da ilegitimidade

³⁰ Original: “*War traditionally was man’s business, the very essence of virility. But modern war requires mobilization of the rear as well as at the front and makes victims as well as participants of both sexes. In the long run, however, it is more a conservative, even reactionary, force than a force for change. [...] When resistance turned to armed combat, when regular military units were organized, women were excluded from command. And whenever the war ended, women were reminded of the uniqueness of the female role.*”

³¹ Embora posteriormente seja problematizada a equivalência do termo “soviético” com “russo”, a contextualização foi feita primordialmente a partir da Rússia devido à sua influência nas políticas de gênero das demais repúblicas soviéticas, assim como por conta das limitações de tempo e da maior facilidade de acesso às fontes.

³² Original: “*the embodiment of Virtue and Maternity.*”

³³ Original: “*representative of morality, love, modesty, and constancy*”

e a socialização da criação dos filhos”, como aponta Wendy Goldman (2014, p. 43), a partir de 1840 surgiram as primeiras discussões questionando o papel do casamento na vida das mulheres a partir da noção do amor romântico enquanto meio de satisfação e realização pessoal e que as mulheres tinham o direito de alcançá-lo, independente das expectativas sociais ou da opinião pública. Considerando a estrutura social da época era uma noção bastante progressista, pois casamentos raramente ocorriam fora da mesma classe social (Stites, 1991; Goldman, 2014).

A noção de amor livre, embora rejeitada pelos setores mais conservadores da sociedade, foi amplamente debatida dentre a *intelligentsia* russa e com isso, surgiram os primeiros esforços no sentido de resolver a “questão feminina”, pois um relacionamento verdadeiramente livre implicaria que ambas as partes deveriam ser livres e iguais (Stites, 1991). De acordo com Stites, Aleksandr Herzen, filósofo e escritor socialista da época, escreve,

O casamento não é resultado do amor, mas do cristianismo; e traz com ele a terrível responsabilidade de educar as crianças, da vida em uma família organizada etc. [...] No futuro, não haverá casamento e a esposa será liberta de sua escravidão; [...] A mulher é tão humilhada que, como um animal, ela é chamada pelo nome de seu mestre. Relações livres entre os sexos, educação pública para as crianças e a [re]organização da propriedade, moralidade, consciência e da opinião pública [...] – tudo isso irá definir os relacionamentos familiares. Na nova sociedade comunal, a mulher será mais envolvida nos interesses gerais; ela será fortalecida moralmente pela educação e ela não ficará tão unilateralmente presa à família (Herzen, 1958 apud Stites, 1991, p. 22, tradução nossa).³⁴

A visão de Herzen representa mais ou menos o conteúdo programático de toda a tradição socialista revolucionária que o seguiria até a década de 1930: liberdade sexual, abolição do casamento, a integração das mulheres na vida pública através principalmente do emprego no trabalho formal, socialização do cuidado com as crianças etc. (Goldman, 2014). Na década seguinte, entretanto, após a derrota humilhante na guerra da Criméia e a morte de Nicolau I, todas as “feridas sociais” da Rússia ficaram evidentes, encorajando debates fervorosos na elite intelectual sobre as reformas urgentes que o país precisaria passar para romper com um sistema sociopolítico que consideravam arcaico e atrasado em relação ao resto da Europa (Stites, 1991).

Dessa forma, o casamento foi deixado de lado e o novo enfoque da “questão feminina” foi a educação. O que se iniciou como uma discussão acerca de como melhorar a educação feminina – amplamente criticada por formar apenas moças obedientes preparadas para o casamento – evoluiu então para um debate mais amplo a respeito do destino antropológico das

³⁴ Original: “*Marriage is not the result of love, but its Christian result; it brings with it the terrible responsibility of the education of children, of life in an organized family, etc. [...] In the future there will be no marriage, the wife will be freed from slavery; [...] Woman is so humiliated that, like an animal, she is called by the name of her master. Free relations between the sexes, the public education of children and the organization of property, morality, conscience, public opinion [...] – all this will define the details of family relationships. In the new communal society, woman will be more involved in general interests; she will be strengthened morally by education, she will not be so one-sidedly attached to the family*”.

mulheres e a suposta “natureza” feminina (Stites, 1991). Nesse contexto, os intelectuais da época consideravam que o principal motivo da suposta inferioridade das mulheres seria não seu papel no casamento e na família, mas sua educação insuficiente. Por isso, “não é a posição da mulher na sociedade, mas sua educação [...] que precisa ser mudada” (Pirogov, 1900, p. 44 apud Stites, 1991, p. 32, tradução nossa)³⁵.

Assim, paralelamente à questão da educação, buscou-se valorizar as mulheres ao exaltar as virtudes supostamente femininas, como o trabalho de cuidado, e seu importante papel social como “professoras da humanidade” (Stites, 1991). Porém, como Pirogov escreveu, não se tratava de questionar efetivamente a lógica patriarcal, mas de proporcionar melhores condições às mulheres dentro do antigo sistema. No final de 1850, Barbara Clements (2012) mostra que as mulheres da nobreza russa podiam frequentar internatos, ler e escrever jornais acadêmicos, administrar caridades e pequenas propriedades e em alguns aspectos nutriam uma relativa autonomia em comparação às suas contemporâneas europeias. Entretanto, elas ainda deviam obediência aos patriarcas de suas famílias, não podiam viajar ou trabalhar sem a permissão do marido – as mulheres russas só obtiveram passaportes individuais a partir de 1914³⁶ – e devido à ênfase da doutrina ortodoxa no casamento como uma instituição sagrada e eterna, o divórcio era virtualmente impossível (Clements, 2012).

Nesse sentido, vale também ressaltar que até mesmo as poucas conquistas que as mulheres obtiveram nesse período eram as condições de uma parcela extremamente limitada da sociedade russa representada pelas mulheres nobres, que consistiam menos de 10% da população. E mesmo nesses círculos, a educação ainda era limitada: a ênfase da educação feminina era formar mães e esposas apropriadas dentre a nobreza, e elas não podiam cursar o ensino superior até 1878 (Clements, 2012). Como escreve Stites (1991, p. 5, tradução nossa)³⁷, havia uma “[...] hostilidade institucionalizada contra o entusiasmo pelo aprendizado ou ‘curiosidade excessiva’ [...] A ênfase estava na obediência, na aderência estrita ao currículo e às regras sociais”.

³⁵ Original: “*It is not the position of woman in society, but her education [...] which needs to be changed*”

³⁶ A Duma Estatal outorgou em 4 de fevereiro de 1914 a lei junto com o Conselho de Estado que permitia às mulheres (principalmente nobres) o passaporte individual separado sem a autorização do marido, mas manteve o artigo 103 de uma lei promulgada em 22 de janeiro de 1669 que dizia que “os cônjuges têm a obrigação de morar juntos e, portanto: 1) proíbe-se rigorosamente qualquer ato que conduza à separação não autorizada; 2) em caso de mudança, admissão no trabalho ou qualquer outra alteração no lugar da residência permanente do marido, a esposa deve acompanhá-lo” (Pokróvskaja, 2017, p. 63), que contradizia a nova lei. Na prática, portanto, a situação continuou a mesma.

³⁷ Original: “[...] *institutionalized hostility toward enthusiasm for learning or ‘inordinate curiosity’.* [...] *The emphasis was on obedience, strict adherence to the curriculum, and parietal rules*”.

Foi só a partir de uma renovada crítica à família russa em 1860 – e da libertação dos servos em 1861 – que os intelectuais do período começaram a perceber que não só a educação precária e o casamento, mas a própria estrutura familiar e a dependência econômica limitavam o escopo de possibilidades para as mulheres na sociedade, e que, portanto, todos esses problemas estavam relacionados à “questão feminina”. Dessa forma, surgiu assim o movimento feminista russo, fortemente fundado na tradição liberal e moderada, que pretendia realizar reformas graduais a partir de medidas legais e políticas e estava ancorado em uma moral cristã de caridade que pretendia salvar suas “irmãs trabalhadoras e camponesas” a partir de esmolas e doações, sem questionar o sistema que produzia sua miséria (Stites, 1991). Por isso, desde praticamente sua origem, surge também um movimento radical, socialista e revolucionário, que se contrapõe drasticamente a esse feminismo e pretende pensar a emancipação feminina em seus próprios termos, a partir de uma crítica anticapitalista e anticzarista.

Entretanto, como aponta Judy Cox (2017), os russos não tinham uma tradição revolucionária na qual se inspirar, e, portanto, precisavam se voltar às obras de Marx, Engels e às grandes revoluções europeias. Ora, a maior insurreição europeia do século XIX foi a Comuna de Paris. Foi ela que mostrou como as elites mantinham seu poder e revelou novas possibilidades para a atuação da classe operária e como não só os homens, mas também as mulheres poderiam ser mobilizadas nesse sentido. Nas palavras da autora, “através de uma rede de ativistas [...], a Comuna teve um efeito profundo nas políticas socialistas da Rússia, onde acordou uma geração de revolucionários” (Cox, 2017, p. 18, tradução nossa)³⁸.

Foi após a Comuna que muitos socialistas perceberam a necessidade de organização das mulheres trabalhadoras, que eram as mais afetadas pela exploração capitalista. Nos anos que seguiram a derrota da insurreição, as primeiras gerações de mulheres revolucionárias buscaram se educar – principalmente no exterior, onde tinham mais oportunidades – com o objetivo de educar e agitar as massas camponesas (Cox, 2017). O senso comum, dentre a juventude radical, era de que a história não estava se movendo a uma velocidade adequada, e, portanto, “[...] o progresso precisava ser acelerado através de gestos de sacrifício próprio e martírio” (Cox, 2017, p. 24-25, tradução nossa)³⁹.

Como Stites (1991) aponta, as ações dos militantes da época eram predominantemente atos terroristas individuais que não contavam com grande mobilização política, influenciados também por uma tradição de sacrifício cristão. Entretanto, os exemplos deixados por militantes

³⁸ Original: “*Through a network of activists [...] the Commune was to have a deep effect on socialist politics in Russia where it awakened a generation of revolutionaries.*”

³⁹ Original: “[...] progress needed to be speeded up by gestures of self-sacrifice and martyrdom.”

como Sophia Perovskaya, Vera Figner e Vera Zasulich mostraram o papel importante que as mulheres poderiam ocupar na luta pela revolução armada, e influenciou as mulheres das próximas décadas a seguir uma tradição de dedicação e auto sacrifício que fundou as bases morais do movimento radical pelos próximos anos (Cox, 2017).

Uma sequência de greves e motins em 1870 e 1880 – principalmente na indústria têxtil, setor predominantemente feminino –, gerou uma forte repressão estatal, obrigando a maior parte do movimento revolucionário a se tornar clandestino e só ser retomado integralmente na virada do século XX (Cox, 2017; Kollontai, [1920] 2017c). A maior parte das indústrias grevistas eram setores que empregavam majoritariamente mulheres, como as de tabaco em Chancal, de linha e manufatura em São Petersburgo, além das históricas greves da indústria têxtil no final dos anos 1890 (Kollontai, [1920] 2017c).

Dessa forma, fazia-se necessário a organização e formação política das mulheres trabalhadoras. Exploradas, isoladas no lar e com quase nenhuma educação formal, as mulheres das classes populares se voltavam então à religião, pois a única possibilidade que tinham de consumir arte, cultura e educação era através da Igreja (Krúpskaia, [1922] 2017a). Por isso, e porque a maior parte delas estavam concentradas em trabalhos não qualificados extremamente precarizados, elas eram consideradas a facção mais atrasada politicamente, “[que] ainda acreditavam que seu destino era a panela no fogão, a tina e o berço” (Kollontai, [1920] 2017c, p. 194).

Judy Cox (2017) indica que a partir de 1904 houve uma onda de revoltas e motins populares incitados por milhares de camponesas às quais a guerra russo-japonesa (1904-1905) trouxe condições de vida terríveis, e a revolução de 1905 se inicia após as tropas do czar massacrarem cerca de 200 mil homens, mulheres e crianças que marchavam em São Petersburgo no episódio que ficou conhecido como “Domingo Sangrento”. Interligada à revolta de operários, camponeses e intelectuais russos contra a autocracia, Benedict Anderson (2008) também aponta que houve uma forte reação da população não-russa às políticas “russificantes”⁴⁰ do czar, de forma que operários poloneses, camponeses letos e georgianos protagonizaram e ampliaram a revolução às regiões não-russas anexadas pelo império. Assim, após as grandes greves que agitaram o país até mesmo nos setores mais tradicionais e conservadores, as trabalhadoras começaram a se organizar – pela primeira vez na história russa,

⁴⁰ Como o autor aponta, a partir do reinado de Alexandre III (1881-1894), a “russificação” se torna uma política oficial de Estado com o intuito de criar um nacionalismo “grão-russo” nas retaguardas do império e assim unificar as mais diversas populações sob o domínio do imperador. Dentre suas principais medidas, estava a imposição do russo como língua oficial em todas as escolas públicas e privadas, bem como a centralização burocrática em São Petersburgo (Anderson, 2008).

por exemplo, as lavadeiras, cozinheiras e trabalhadoras domésticas se sindicalizaram e se revoltaram (Cox, 2017).

Dessa forma, as integrantes femininas da seção bolchevique perceberam a necessidade de ações mais sistemáticas em prol da continuação de uma mobilização política efetiva das trabalhadoras russas. Revolucionárias experientes como Krúpskaia, Kollontai, Karelina, Drabkina e Stasova, embora não fossem maioria na organização, ocuparam então um papel primordial de agitação e organização nas trabalhadoras recentemente radicalizadas para o socialismo revolucionário (Cox, 2017). Ainda assim, elas encontraram bastante resistência em setores mais conservadores do movimento operário que se recusava a ouvir suas demandas ao mesmo tempo em que rechaçava a necessidade de criar organizações próprias para as mulheres.

Quando foi criada a Comissão de Chidlovski, em março de 1905, por exemplo, que pretendia ouvir as demandas dos trabalhadores, foi barrado às mulheres enviarem suas próprias delegadas. Entretanto, com a derrota violenta da revolução no ano seguinte, logo tornou-se evidente que, apesar das aparentes concessões aos revoltosos, nenhuma das demandas dos trabalhadores foi de fato atendida. A Duma criada por Nicolau II não tinha quase nenhum poder efetivo, pois era controlada firmemente pela nobreza e com a acentuação das diferenças entre os mencheviques e bolcheviques, os revolucionários se dividiram e, em alguma medida, fortaleceram o poder do imperador.

Em contrapartida, a insatisfação popular crescia cada vez mais conforme as condições de vida da população deterioravam. Entre 1901 e 1914, a população trabalhadora russa cresceu em 37%. As mulheres representavam 65% desse aumento – e 32% do montante total, um número que ainda cresceria progressivamente nos próximos anos –, embora apenas 6% delas fossem sindicalizadas (Cox, 2017; Goldman, 2014). Apesar de uma parcela dos bolcheviques sempre terem advogado pela emancipação feminina⁴¹, havia dentre alguns trabalhadores a crença de que as mulheres ainda eram atrasadas política e culturalmente e eles se ressentiam delas pois viam na inserção feminina no mercado de trabalho formal a causa do desemprego e dos salários baixos, como aponta Inessa Armand ([1920] 2017). Após as publicações de edições especiais sobre as mulheres no jornal socialista *Pravda*, organizadas pelas bolcheviques Armand, Krúpskaia, Samoilova e Zinovieva, o jornal recebia diariamente centenas de cartas de trabalhadoras reclamando sobre suas condições de trabalho extremamente precárias e a falta de solidariedade que encontravam nas organizações e sindicatos formados majoritariamente por

⁴¹ Devido principalmente às contribuições das mulheres nos anos de exílio, pois como indica Cox (2017) elas podiam passar mais facilmente pelas autoridades contrabandeando armas, documentos e panfletos.

homens, que não ouviam suas demandas e suas pautas específicas – como legislação trabalhista para o trabalho doméstico, proteção à maternidade, combate ao aumento do custo de vida, entre outros (Cox, 2017; Kollontai, [1920] 2017a).

Mas mesmo quando desencorajadas por seus companheiros, cada vez mais e mais as trabalhadoras percebiam que suas demandas só poderiam ser atendidas através da mobilização coletiva (Cox, 2017). Esse processo foi acelerado consideravelmente pela eclosão da Primeira Guerra Mundial em julho de 1914. Conforme os homens iam sendo mobilizados para lutar na guerra, as mulheres precisavam substituí-los nas fábricas e ambientes de trabalho, de modo que em apenas 3 anos, o número de mulheres trabalhando nas indústrias metalúrgicas passou de 3% a 18%. Da mesma forma, enquanto em 1914 as mulheres representavam um quarto de todos os trabalhadores da indústria, em 1917 elas já eram quase a metade (Cox, 2017).

A convocação em massa dos homens para o front significava que havia menos camponeses para trabalhar no solo, o que, associado a uma exploração severa em prol do lucro, significou uma grave crise de abastecimento em Petrogrado (antiga São Petersburgo) e, enquanto os alimentos básicos se tornavam cada vez mais caros e a população padecia de fome, a elite se alimentava de caviar e champanhe (Cox, 2017). A oposição absoluta à guerra imperialista rendeu aos bolcheviques cada vez mais apoiadores dentre as trabalhadoras insatisfeitas, que tomaram as ruas na histórica marcha das mulheres no Dia Internacional da Mulher, gerando uma greve geral que seria o estopim tanto da Revolução de Fevereiro quanto da Revolução de Outubro, após a falha do governo provisório em atender suas demandas, como aponta Graziela Schneider (2017).

O próprio Comitê Central Bolchevique notou que “foi a insistência das mulheres organizadas que desencadeou a revolta” (Cox, 2017, p. 60, tradução nossa)⁴². Mulheres bolcheviques como Nina Agadzhanova e Marília Vydrina, indo contra as recomendações de alguns dirigentes do partido que aconselhavam cautela pois acreditavam que ainda não era o momento para uma revolta, organizaram reuniões, greves, protestos e fizeram o melhor que podiam para armar a população (Cox, 2017). Nas palavras da autora,

As mulheres que não eram consideradas capazes de se organizarem ou de desenvolverem consciência política trouxeram a indústria e os serviços de São Petersburgo a uma paralisação completa e provocaram motim nas guarnições. As crenças que foram sustentadas por séculos foram derrubadas em dias. Pessoas acordaram rezando pela saúde da família imperial e terminaram o dia gritando “abaixo

⁴² Original: “it was the insistence of the organized women that sparked the uprising.”

ao czar!” Foi uma reversão de status e posições sociais sem precedentes na sociedade mais despótica e hierárquica da Europa (Cox, 2017, p. 62-63, tradução nossa)⁴³

Entretanto, mesmo após a renúncia do czar, o Governo Provisório ainda se mostrou hesitante em atender as pautas das trabalhadoras. O sufrágio universal feminino foi inicialmente negado e a guerra, prolongada (Cox, 2017). Além disso, as mulheres continuaram incitando greves e protestos por todo o país por melhores condições de trabalho, redução da jornada para 8 horas diárias, reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, e, principalmente pelo fim da guerra, que “levou o país ao extremo da miséria e da ruína” (Krúpskaia, [1920] 2017b, p. 94). Quando chegou outubro de 1917, já havia cerca de 30 mil mulheres nas fileiras bolcheviques, exercendo um papel fundamental não só na tomada de poder, mas também na guerra civil que se seguiria (Cox, 2017). Como Nadiéjda Krúpskaia ([1933] 1980, p. 9-10) escreve,

As mulheres – nós o sabemos – tomaram a parte mais ativa na guerra civil, muitas tomaram nos combates, outras tantas se formaram nesses combates. Pela ativa participação na luta pelos Sovietes nas frentes da guerra civil, um bom número de mulheres foram condecoradas com a Ordem da Bandeira Vermelha. Não poucas ex-guerrilheiras ocupam hoje postos de destaque.

Até 1920, estima-se que cerca de 50 mil a 70 mil mulheres se juntaram ao Exército Vermelho, com algumas ganhando grande destaque como líderes militares, como foi o caso de Eugenia Bosh (Cox, 2017). Portanto, Kollontai defende que “é claro e indiscutível que, sem a participação das mulheres, Outubro não poderia ter levado a bandeira vermelha à vitória” (Kollontai, [1927] 2017b, p. 221). Da mesma forma, Cinzia Arruzza (2019, p. 49) considera que “apesar de seus limites, dos retrocessos, da reação conservadora e das dificuldades decorrentes da guerra civil e do colapso da economia, os primeiros anos da Revolução Russa certamente representaram o ponto alto do processo de emancipação feminina”. Houve um forte embate político entre grupos com tendências mais libertárias, que pretendiam abolir o casamento e socializar o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, e grupos mais conservadores que consideravam que isso levaria ao caos social. Assim, os primeiros anos do governo soviético foram marcados por um intenso debate sobre o assunto e ele foi o primeiro país a legalizar o aborto e a descriminalizar a homossexualidade, que até então era tipificada como crime pelo código penal czarista (Arruzza, 2019).

⁴³ Original: “The women who were not considered capable of organizing themselves of of developing political consciousness had brought the industry and services of St. Petersburg to a standstill and pushed the garrison toward mutiny. The beliefs that held for centuries were blown away in days. People woke up praying for the health of the imperial family and ended the day shouting ‘Down with the Tsar!’ . There was an unprecedented reversal of rank and status in the most despotic, hierarchical society in Europe.”

Além das disputas políticas em torno do assunto, também havia outras limitações em jogo: a Rússia, que já havia sido economicamente destruída pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), passou quase cinco anos em uma guerra civil, o que colocou sérios entraves econômicos em suas políticas sociais – a socialização do cuidado das crianças, por exemplo, se provou impossível, já que o Estado mal tinha recursos para manter orfanatos abertos (Goldman, 2014). Entretanto, mesmo entre os grupos mais comprometidos com a pauta da emancipação feminina, dificilmente as relações de gênero eram efetivamente questionadas. Assim,

Resolver o problema da exploração da mulher relacionava-se, portanto, mais com a questão da socialização do trabalho doméstico e menos com a intenção de desafiar os papéis tradicionais familiares e com a divisão sexual do trabalho. Na verdade, considerava-se quase natural que as mulheres cuidassem das creches, lavanderias e cantinas, mas como trabalhadoras assalariadas e não como mães e esposas. As mulheres eram vistas como predispostas a esse tipo de trabalho. [...] Defendia-se que, para serem realmente livres, as mulheres precisavam ser economicamente independentes dos homens. Entretanto, as relações monogâmicas não foram colocadas em debate, e a posição sobre homossexualidade tornou-se ainda mais retrógrada. Esperava-se que houvesse uma transformação radical através do enfraquecimento dos laços familiares e das relações interpessoais baseadas na dependência econômica (Arruzza, 2019, p. 50).

2.2.2 A “nova-velha” mulher soviética

Após a revolução, frequentemente se fazia referência ao “novo homem” soviético que, liberto da exploração capitalista, se dedicava agora a “construir uma nova sociedade sem dominação, sem classes e justa”, segundo Sabine Richebächer (2019), uma espécie de “Super-Homem”. Impelidos por esses ideais de renovação, muito se discutiu sobre como esse “novo homem” seria, que tipo de ideais ele encarnaria, como seria uma sociedade socialista, e daí em diante. Logo, a ideia também se estendeu às mulheres.

Por muito tempo havia a concepção de que as mulheres russas seriam a classe mais atrasada social e política, por serem supostamente passivas e ignorantes – em torno de 90% das mulheres russas eram analfabetas, por exemplo, como mostra Elena Sahno (2017). Nesse contexto, Kollontai (2000) entendia que a industrialização e a inserção cada vez maior das mulheres no trabalho formal significaria a possibilidade de desenvolvimento de uma personalidade feminina autônoma e independente, desprendida dos conceitos de submissão e passividade associadas à feminilidade tradicional. Assim, a partir de sua participação forçosa na luta de classes as mulheres seriam obrigadas a repensar suas “verdades morais” (Kollontai, 2000, p. 5), de modo a se fortificar espiritual e psicologicamente e entender que as “virtudes femininas” seriam não apenas inúteis e supérfluas, mas também prejudiciais ao seu caráter.

Nesse contexto, a revolução, ao menos em teoria, teria vindo para mudar isso. Como Trótski (1945 apud Goldman, 2014, p. 13-14) escreve,

A Revolução de Outubro inscreveu em sua bandeira a emancipação da mulher e produziu a legislação mais progressista na história sobre o matrimônio e a família. Isso não quer dizer, no entanto, que imediatamente a mulher soviética conquistou uma “vida feliz”. A verdadeira emancipação da mulher é inconcebível sem um aumento geral da economia e da cultura, sem a destruição da unidade econômica familiar pequeno-burguesa, sem a introdução da elaboração socializada dos alimentos e sem educação.

Desse modo, um dos principais objetivos da revolução russa em relação às mulheres era a transformação da *baba*, termo ocasionalmente pejorativo para se referir a mulheres (especialmente camponesas), que personificava a “antiga mulher” do regime imperial, pobre, ignorante e sem instrução, em uma camarada, uma “nova mulher” que, alfabetizada e emancipada pelo seu próprio trabalho, assume um papel primordial na construção de uma nova sociedade como comunista e revolucionária, não mais limitada ao espaço doméstico da maternidade e da família, de acordo com Ekaterina Américo e Thaiz Senna (2018). Assim, como já foi mencionado, os primeiros anos após a revolução foram palco de um vigoroso debate a respeito de como a família deveria se estruturar na nova sociedade soviética a fim de libertar as mulheres da “escravidão do lar” (Goldman, 2014, p. 14).

Era em grande parte consenso dentre os revolucionários que o trabalho doméstico deveria ser relegado à esfera pública, da mesma forma que se fazia extremamente necessário a mobilização das mulheres para a produção, especialmente na primeira fase de industrialização do país (Goldman, 2014; Sahno, 2017; Kollontai, [1923] 2018). Assim, as primeiras décadas da revolução foram marcadas por reformas profundas na sociedade visando alcançar esses objetivos, assegurando às mulheres acesso privilegiado à educação, facilidade no divórcio, salários justos, proteção à maternidade, entre outros, com o fim de remover juridicamente qualquer discriminação de gênero⁴⁴.

Como Elena Sahno (2017) aponta, isso foi uma novidade para a época, e a Rússia Soviética foi o primeiro país do mundo a assegurar cidadania plena às suas mulheres e reorganizar a sociedade não mais de acordo com as divisões de gênero, mas de classe. Nas palavras da autora, “a única divisão social apoiada pelo Governo do novo país era a divisão

⁴⁴ Uma das principais pautas das militantes bolcheviques era o amor livre e a abolição do casamento, o que removeria juridicamente a distinção entre crianças “legítimas” e “bastardas” e daria suporte para as mulheres que passaram anos com seus companheiros, ainda que não tenham sido legalmente casadas. O código da família de 1921 foi formulado com esse fim em vista, de modo a aproximar os casamentos *de facto* dos casamentos legais para futuramente aboli-los completamente. Ainda assim, foi criticado pelos setores mais radicais da sociedade que consideravam que era moderado demais em relação à abolição da família, enquanto setores mais conservadores acreditavam que era radical demais e a abolição da família, defendida pelas militantes, levaria a sociedade ao caos e à desordem.

entre explorados e exploradores” (Sahno, 2017, p. 29). O compromisso proclamado pelo novo governo com a emancipação das mulheres e a igualdade de gênero, assim como a nova cidadania feminina, significou também a possibilidade de ambos os gêneros servirem em posição de relativa igualdade ao exército. Isso representou um marco importante pois mostrava, de maneira inédita, a mobilização das mulheres para setores considerados historicamente masculinos: a política e a guerra (Sahno, 2017).

A ideologia do Partido encorajava a participação de todos os trabalhadores e trabalhadoras nos mais diversos cargos, e principalmente em posições de poder que tradicionalmente lhes foram negadas, pois, de acordo com Lenin, toda a população tinha um papel igualmente importante no governo e tinham, portanto, de se dedicar a uma causa maior que si mesmos, a da edificação de uma nova sociedade (Lenin, 1980; Vajskop, 2008). Entretanto, a ascensão do stalinismo e a crescente burocratização do Partido alteraram radicalmente esse projeto. Conforme Arruzza (2019) considera, o primeiro divórcio completo entre o movimento das mulheres com o movimento dos trabalhadores se deu a partir da burocratização stalinista da União Soviética. Da segunda metade da década de 1920 em diante, todas as estruturas do governo que nutriam relativa autonomia foram sendo dissolvidas ou incorporadas à máquina estatal. A justificativa para isso foi que “estruturas separadas ameaçam a coesão das organizações partidárias e do movimento e abrem espaço para uma possível divisão” (Arruzza, 2019, p. 73)⁴⁵. Assim, a secretaria das mulheres do Comitê Executivo da Internacional é dissolvida em 1926 e em 1929 é a vez do *Jenotdel*, o Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas do partido.

Thaiz Senna (2021) argumenta que a dissolução do departamento das mulheres é fruto de um longo processo de dissolver a “questão feminina” na “questão geral” da nação: “as mulheres não devem servir a si próprias, mas à pátria e aos homens que por ela lutam” (Senna, 2021, p. 134). Isso se tornou cada vez mais importante conforme o *Jenotdel* ocupou um papel primordial para a organização das camponesas contra a coletivização forçada dos campos – torna-se, assim, cada vez mais evidente que a “questão feminina” era importante demais para ser deixada a cargo das mulheres, como a autora argumenta, o que pode ser visto no Dia das Mulheres de 1930, o primeiro após o fim do *Jenotdel*, que teve como *slogan* principal “100%

⁴⁵ Como já mencionado, se a única divisão social que importava era a de classe, então não haveria necessidade de políticas públicas específicas voltadas às mulheres. Não coincidentemente, esse período marca a escalada da intolerância e da violência contra as minorias étnicas que viviam na Rússia e nas demais repúblicas soviéticas que mais tarde seriam forçosamente anexadas. Essa homogeneização da identidade soviética com base na identidade russa – herança do passado imperial – geraria diversos conflitos entre o centro e a periferia da URSS que persistem até hoje.

coletivização dos campos” (Senna, 2021). Dessa forma, “a questão feminina estava, finalmente, dissolvida na ‘questão geral’ – autoritária, partidária, estatal e masculina.” (Senna, 2021, p. 62).

A partir de 1930 a família, que até então era considerada pelo movimento operário “como um lugar onde a superstição, o preconceito e a opressão das mulheres eram perpetrados” (Arruzza, 2019, p. 73), passa a receber novos contornos paternalistas, sendo vista como a base primordial para uma sociedade forte e saudável. O código penal de 1933 também reestabelecia a homossexualidade como um crime, passível de 5 a 8 anos de trabalhos forçados. De acordo com Arruzza (2019, p. 73),

[...] os homossexuais foram acusados de serem ‘objetivamente’ contrarrevolucionários e o Regime passou a descrever a homossexualidade como um sintoma de ‘fascismo’. A homossexualidade, graças a essa mistura de postura política e orientação sexual, tornou-se uma ferramenta eficaz usada na perseguição de dissidentes, muitas vezes sem qualquer conexão com suas reais preferências sexuais.

A partir de 1936, o aborto, que já era difícil de ser obtido em algumas regiões, passou a ser cada vez mais dificultado, assim como o divórcio. Embora Wendy Goldman (2014) aponte que não é possível explicar essas transformações unicamente pelo conservadorismo do governo, pois há indícios de que o fortalecimento do casamento era em alguma medida uma pauta das mulheres que não podiam sustentar a si mesmas e a seus filhos sozinhas⁴⁶, é inegável que a escalada ao autoritarismo stalinista promoveu um enrijecimento dos papéis de gênero e trouxe de volta os velhos ideais patriarcais: “condenação da sexualidade livre e das ‘perversões sexuais’, glorificação de rituais e símbolos matrimoniais (cerimônias e anéis, por exemplo), valorização da divisão sexual dos papéis” (Arruzza, 2019, p. 74), mas agora sob uma nova roupagem:

A família tradicional foi restaurada pelo stalinismo exatamente pelas mesmas razões que os revolucionários queriam que ela fosse superada. Não se tratava de varrer o passado, livrar-se da camisa de força da burocracia e da autocracia ou de abolir a exploração. Não, agora tudo girava em torno da garantia da preservação e reprodução de uma casta burocrática. O fortalecimento da família, portanto, tornou-se uma importante arma para o Termidor stalinista na medida em que ajudava a garantir aquilo que o regime precisava: a combinação entre obediência e produtividade. (Arruzza, 2019, p. 75)

Além disso, a partir dos anos 1930 a sociedade soviética passou por uma campanha de militarização sem precedentes, resultado da constatação dos comandantes militares Kliment Voroshilov e Mikhail Tukhachevsky de que o Exército Vermelho não estaria pronto para uma possível guerra, como aponta Adrienne Harris (2008). Dessa forma, com o intuito de preparar

⁴⁶ Ainda que legalmente os homens fossem obrigados a pagar pensão a suas ex-companheiras de um valor proporcional à quantidade de filhos do casal – independentemente de haverem se casado formalmente ou não –, devido à severa crise econômica enfrentada pela URSS na prática muitas vezes a quantia (determinada com base no salário do pai) era insuficiente, especialmente em casos que o homem tinha que sustentar duas ou mais famílias.

todos os cidadãos soviéticos para o combate, ergueu-se um verdadeiro culto a uma heroína militarizada que refletia a “nova mulher” promovida pelo governo, a “mulher-camarada”, baseada nas militantes do movimento comunista internacional do final do século XIX,

que desconstrói os valores tradicionais femininos e se dedica a preparação da Revolução Mundial e aproximação da chegada do futuro comunista, trabalhando igual ao homem, o que traz para ela o mesmo salário e os mesmos direitos que o homem tem (emancipação). A esfera de atividade dessa mulher é a sociedade inteira (que tradicionalmente é a esfera masculina). O nível de educação e a competência dessa mulher são os mesmos que os dos colegas homens. Por isso ela merece todo respeito por camaradas do trabalho e do grupo político (Sahno, 2017, p. 25).

Entretanto, com as políticas pró-natalistas que acompanharam o primeiro Plano Quinquenal e o fortalecimento da família socialista, o novo ideal de mulher apresentado pelo Estado unia vários elementos contraditórios, como a concepção cristã da santidade da maternidade (com a nova importância atribuída à “mulher-mãe”) e o arquétipo popular da camponesa forte que se auto sacrifica pela sua nação (Goldman, 2014; Markwick, 2018). Como Harris (2008) argumenta, com a construção da “nova mulher” soviética houve uma expansão dos papéis de gênero esperados que incorporava tanto elementos tradicionalmente femininos como masculinos, e por vezes contradiziam um ao outro.

Nesse contexto, se Stalin, como patriarca da “grande família”, deveria liderar seus filhos com coragem e bravura para defender a pátria-mãe em batalha, às mulheres, em seu papel de mães-trabalhadoras e esposas-trabalhadoras, caberia o papel de cuidar da casa no front doméstico e defender sua família como filhas patrióticas da nação (Clements, 2012; Harris, 2008; Markwick; Cardona, 2012). Desse modo, a maternidade seria não só compatível com a militarização, mas ainda um dever de todas as mulheres soviéticas, que deveriam se tornar defensoras da nação pelo seu papel enquanto guardiãs da família, protegendo as crianças como um símbolo dos trabalhadores do futuro, como podemos ver de forma bastante emblemática em uma edição da revista *Voroshilovskii strelok* (Figura 1).

Figura 1 – *Voroshilovskii strelok* [Outubro de 1939]



Fonte: Harris, 2008

Da mesma forma, o Primeiro Plano Quinquenal com seu plano de industrialização massivo implicou em uma reconfiguração de gênero da força trabalhadora, na medida em que

mulheres foram estimuladas e encorajadas a ocupar papéis e cargos até então tidos como masculinos na indústria, ainda que, como Barbara Clements (2012) saliente, elas ainda estivessem de forma geral em posições hierárquicas inferiores aos homens e vulneráveis a todo tipo de assédio, do moral ao físico. Nessa perspectiva, dois símbolos importantes desse período foram o trator e o avião, vistos como exemplos do poderio industrial da União Soviética, bem como da excelência do treinamento de seus cidadãos e cidadãs. Assim, o governo buscou estimular diversas campanhas para a criação de unidades de mulheres tratoristas e pilotas, com níveis de sucesso variados (Figura 2). Dentre as mulheres mais engajadas nesse tipo de publicidade, como observam tanto Roger Markwick e Euridice Cardona (2012) como Barbara Clements (2012), eram jovens provenientes da Liga da Juventude, o *Komsomol*, ambiciosas e idealistas que, ansiosas para contribuir com a construção do socialismo, respondiam aos chamados do partido para fazer trabalho pioneiro no campo, nas cidades e nas fronteiras, ainda que fossem minoria na organização.

Figura 2 – “Mulher proletária, domine os equipamentos de aviação!” [1931]



Fonte: Bri-Bein, 2019

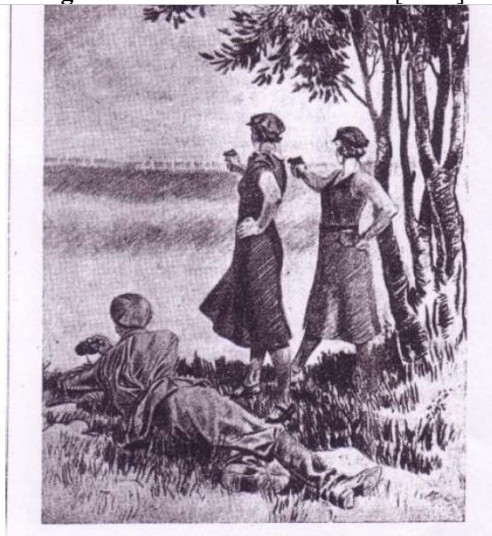
A aviação era particularmente incentivada pois não só era um símbolo da industrialização acelerada da URSS, mas passou também a representar a “Nova Pessoa” soviética, pronta para assumir qualquer desafio e dar a sua vida pelo país se for preciso, e as mulheres soviéticas quebraram mais recordes do que as pilotas de qualquer outro país, como aponta Alison Rowley (2000, 2008). O episódio mais emblemático nesse sentido foi o voo do *Rodina* em 1938, pilotado por três mulheres, Marina Raskova, Polina Osipenko e Valentina Grizodubova, que tinha o intuito de quebrar o recorde de voo mais longo sem reabastecimento, partindo de Moscou até o extremo leste da Sibéria, e as transformou nas três primeiras mulheres a receberem o título de Heroínas da União Soviética. Marina Raskova e Polina Osipenko em

particular se tornaram verdadeiras personificações da “nova mulher” soviética através da mídia, vistas como exemplo de coragem, heroísmo e patriotismo e se tornando um modelo para milhares de jovens (Rowley, 2008). Nesse contexto,

Ideais militantes e habilidades militares foram inculcados e adotados por uma nova geração [...]. Seus anos de adolescência majoritariamente coincidiram com os ‘Grandes Expurgos’ de Stalin em 1937-8 direcionados contra os chamados ‘inimigos do povo’. Mas também coincidiram com a ameaça de guerra iminente e a necessidade de se preparar para a luta, martelada na juventude soviética com urgência crescente. A ascensão do fascismo e a temida e imediata ameaça da guerra ‘imperialista’ deu origem à mentalidade de cerco que permeou a União Soviética de Stalin através dos anos 1930. “Nós estamos cinquenta a cem anos atrás dos países avançados. Nós devemos cobrir essa distância em dez anos. Ou nós fazemos isso ou eles irão nos massacrar.” Stalin declarou de forma presciente em 1931. O medo da guerra iminente resultou em uma crescente ‘militarização da sociedade’ com uma ênfase cada vez maior que a juventude soviética de ambos os sexos adquirissem habilidades paramilitares (Markwick; Cardona, 2012, p. 08, tradução nossa)⁴⁷.

Isso pode ser visto, por exemplo, na Figura 3, uma ilustração presente na revista da organização de defesa civil *Osoaviakhim*, patrocinada pelo Estado, que fornecia treinamento em tiro, paraquedismo e aviação para o *Komsomol* e tinha mais de 700 mil mulheres dentre seus integrantes (Harris, 2008).

Figura 3 – O *Komsomol* armado [1939]



Fonte: Harris, 2008

Criados nesse ideal de “super-homens” e “super-mulheres” e ameaçados tanto do leste, com a ocupação da Manchúria pelo Japão em 1931, como do oeste, pela Europa, a geração do

⁴⁷ Original: “Militant ideals and military skills were inculcated into and embraced by a generation newly born [...]. Their adolescent years in the main coincided with Stalin’s ‘Great Purges’ of 1937–8 directed against so-called ‘enemies of the people’. But they also coincided with the looming threat of war and the need to prepare to fight, drummed into Soviet youth with increasing urgency. The rise of fascism and the feared, immediate, threat of ‘imperialist’ war gave rise to a siege mentality which pervaded Stalin’s Soviet Union throughout the 1930s. ‘We are fifty to a hundred years behind the advanced countries. We must cover this distance in ten years. Either we do this or they will crush us’, Stalin presciently declared in 1931. Fear of impending war resulted in the growing ‘militarization of society’ with an increasing emphasis on Soviet youth of both sexes acquiring paramilitary skills.”

front via como seu dever se preparar da melhor forma que pudessem para contribuir com seu país, através de treinamento para se tornarem pilotos e paraquedistas, enfermeiras, aprendendo a atirar, usar armas, e até se tornando superatletas, como demonstra Alison Rowley (2000, 2008), sob o slogan “Prontos para o trabalho e a defesa!”⁴⁸. Mais do que isso, a imagem de mulheres militarizadas estava difundida em toda a sociedade, desde filmes, livros, músicas, cartazes, e especialmente em revistas (Figura 4).

Figura 4 – *Rabotnitsa* [1938]



Fonte: Harris, 2008

Entretanto, é preciso ressaltar que como Connell e Pearse (2015, p. 38-39, grifos das autoras) indicam,

[...] não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado – na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana.

Nesse sentido, embora tenha havido uma virada conservadora a partir dos anos 1930, ela não foi absoluta: como demonstramos nesse tópico, havia elementos contraditórios nessa visão de gênero, formando uma espécie de “nova-velha” mulher, como Thaiz Senna (2017) coloca, e as pessoas ainda tinham alguma margem de liberdade para negociar sua identidade mesmo em torno de normas mais severas. Outro ponto relevante é que essa escalada em busca de papéis de gênero mais rígidos coincidiu com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que amplificou as contradições da sociedade soviética nesse quesito – para além da questão do conflito em si, por exemplo, havia um interesse em se diferenciar radicalmente do inimigo nazifascista e isso incluía ilustrar quão livres e avançadas eram as condições sociais da União Soviética ao utilizar pilotos e *snipers* como rosto da propaganda de guerra, como foi o caso da francoatiradora Lyudmila Pavlichenko, enviada à Casa Branca em 1942 para uma visita pública,

⁴⁸ O programa “Prontos para o trabalho e a defesa da URSS”, conhecido como GTO e desenvolvido em 1930, tinha como intuito militarizar o treinamento físico e o esporte ao equipará-los com a defesa do país. Após a dissolução da URSS o programa foi descontinuado na maior parte das repúblicas pós-soviéticas, mas em março de 2014 o programa foi reinstaurado na Rússia sob o mesmo nome.

se tornando a primeira cidadã soviética a ser recebida pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e convidada pela primeira dama Eleanor Roosevelt a fazer uma turnê pelos Estados Unidos contando suas experiências de guerra.

3 “ESCREVA SOBRE NOSSA GRANDE VITÓRIA”: TESTEMUNHO, GÊNERO E VIOLÊNCIA

Como Françoise Thébaud (1996) escreveu anteriormente, o desenvolvimento da indústria bélica e das tecnologias de guerra no século XX significou que pela primeira vez, a guerra assumiu um caráter de um fenômeno total, na medida em que precisava da mobilização de todos os seus cidadãos e cidadãs para o esforço de guerra, ainda que alguns de forma mais secundária que outros. Especialmente na Segunda Guerra, a maior parte dos países beligerantes precisou envolver suas cidadãs de uma forma ou de outra na guerra. Seja assumindo os postos de trabalho na indústria, nos escritórios, realizando tarefas de defesa civil, ou até mesmo ocupando cargos logísticos no exército com o intuito de liberar mais homens para o front.

Nesse capítulo, discutiremos brevemente sobre a militarização dessas mulheres durante a guerra e como sua mobilização diferiu da militarização das mulheres soviéticas. Assim como apresentaremos algumas das protagonistas de Aleksievitch, alguns dos principais temas do livro e questões recorrentes nas centenas de testemunhos recolhidos pela jornalista. Depois, comentaremos sobre algumas das estratégias que Adrienne Harris (2008) considera que foram utilizadas para desarmar essas mulheres, tanto simbólica quanto literalmente no pós-guerra e um pouco da vida delas após 1945.

3.1 “A pátria-mãe chama!”: panorama geral da guerra

Quase todos os países aliados incorporaram mulheres no esforço de guerra à medida que o combate se prolongava e mais homens eram mobilizados para o front. A maior parte delas ocupavam funções de enfermeiras, secretárias ou em serviços de produção e logística. No caso dos países do eixo, entretanto, ainda que houvesse a necessidade de força de trabalho, houve uma resistência muito maior para isso – tanto por parte dos governos quanto da população. Claude Quétel, historiador francês, relata que Albert Speer, ministro do Armamento e da Produção de Guerra da Alemanha, ao escrever suas memórias na prisão, atribui essa recusa à mobilização das mulheres alemãs a um “temor de favorecer assim uma revolução como a que ocorreu em 1918 na Alemanha”⁴⁹ (Quétel, 2009, p. 78).

⁴⁹ Com a crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial e a influência da Revolução Russa, o movimento comunista alemão organizou uma revolta que culminou na derrubada do Kaiser e o eventual estabelecimento da República de Weimar, que após sua escalada ao poder reprimiu os grupos radicais e fomentou a organização de milícias paralitares que foram as responsáveis pelo assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Por isso, como aponta Ana Claudia Mello (2012), era uma prioridade do Terceiro *Reich* manter suas mulheres em casa, onde deveriam cumprir seu suposto papel de mãe. Cabe ressaltar, contudo, que essa política não era universal e não eram todas as mulheres que deveriam ser mães – frequentemente, como Thébaud (1996) argumenta, as políticas pró-natalistas da população alemã entravam em conflito com o racismo antinatalista, que tinha como intuito conter os direitos reprodutivos principalmente de mulheres judias, ciganas e outras minorias “indesejáveis”⁵⁰. Nesse sentido, de acordo com Gisela Bock (1996), era responsabilidade das mulheres arianas “salvar” a Alemanha de uma suposta degeneração racial que estaria ameaçando o *Volkskörper* (o corpo do povo) ao ter muitos filhos e assim contribuir com a reconstrução da nação em declínio como “mães do povo”⁵¹, enquanto as mulheres “inferiores” deveriam ser esterilizadas pois elas eram impróprias para a maternidade e só com a erradicação desses “elementos indesejáveis” seria possível “limpar” o corpo étnico da nação.

Como a autora considera, a política de esterilização não só foi um componente fundamental para a política racial nazista, mas foi também o primeiro passo para a aniquilação dessas vidas consideradas indignas. Embora o principal alvo fossem as raças “inferiores”, elas estavam longe de serem as únicas. Já que para produzir a raça superior seria preciso prevenir também a proliferação dos elementos “mais fracos”, incluindo pessoas com deficiência, pessoas com doenças crônicas ou com qualquer tipo de transtorno psíquico ou mental e comportamento “antissocial”, o que poderia incluir “heterossexualidade irregular”, atividade política subversiva, dificuldade no trabalho, dentre outros (Bock, 1996). Nessa perspectiva, a “guerra racial” travada pelo aparato nazista era uma guerra sobretudo contra mulheres e crianças, vistas como “potenciais vingadores” no futuro (Bock, 1996).

Entretanto, as necessidades da guerra exigiram a criação de organizações auxiliares femininas em todas as áreas da *Wehrmacht*, as forças armadas alemãs, ainda que as mulheres mantivessem o status de civis e realizassem principalmente serviços de transmissões e trabalhos de escritório no estado-maior, como secretárias, contadoras e intérpretes. Embora as ativistas

⁵⁰ Os eslavos estavam incluídos dentre elas e, por isso, a invasão à URSS em 1941 foi tida como um dever alemão de subjugar um povo visto pela ideologia nazista como “bárbaro” e “selvagem”, de forma que os territórios ocupados foram alvo de tratamento particularmente brutal, já que se tratava de uma guerra de aniquilação. Dentre os prisioneiros trazidos para a Alemanha para trabalho forçado, quanto menor seus “valores raciais”, mais deles foram trazidos para trabalhar na indústria pesada. Nesse contexto, o menor valor era o dos russos, seguidos pelos poloneses. Assim, como Bock (1996) aponta, das 2 milhões mulheres estrangeiras trabalhando na Alemanha, 51% eram russas e 34% polonesas, compondo 85% de todas as trabalhadoras estrangeiras.

⁵¹ Como aponta Quétel (2009), e principalmente Bock (1996), os efeitos dessas políticas foram limitados: a taxa de natalidade aumentou apenas cerca de 4% entre 1933 e 1938 antes de voltar a estagnar, a proporção de mulheres casadas com quatro ou mais crianças caiu de 25% em 1933 para 21% em 1939 e dos casais que se casaram em 1933, mais de um terço continuava sem filhos em 1938. Dentre os casados com filhos, a tendência era uma ou duas crianças, assim como na maior parte dos países industrializados da época.

nazistas fossem uma minoria tanto no aparelho estatal como dentre as mulheres, Gisela Bock (1996) argumenta que, paradoxalmente, dentre as mais “ativas”, estavam mulheres não casadas e sem filhos, advindas de todas as classes sociais exceto das elites, que contribuíram com as políticas eugenistas através de seu trabalho como assistentes sociais, selecionando candidatos “inferiores”, enfermeiras em centros de esterilização, acadêmicas, utilizadas pela sua maior facilidade de se aproximar da cultura cigana, e até guardas em campos de concentração, principalmente conforme mais homens foram sendo mobilizados para o front. Contudo, Quénel indica que, conforme o marechal Keitel,

As medidas necessárias para a realização da assistência devem ser adaptadas à condição feminina e não devem, em nenhum caso, conduzir a uma militarização particularmente inimaginável no domínio da *Wehrmacht*. A mulher-soldado não se enquadra em nossa concepção nacional-socialista da feminilidade (Keitel, 1942 apud Quénel, 2009, p. 146).

O caso da Itália é semelhante – devido ao forte conservadorismo e à pressão da Igreja, houve pouquíssimo incentivo oficial ao alistamento e voluntariado feminino. Como Victoria de Grazia (1996) argumenta, o governo fascista tomou como verdade axiomática que os homens e as mulheres são intrínseca e fundamentalmente diferentes, de modo que essa diferença foi politizada e construída em um sistema repressivo e abrangente para limitar a cidadania feminina e governar a sexualidade, o trabalho e a participação social de mulheres em prol de homens italianos. Nessa perspectiva, “[...] esse sistema foi tão integral para as estratégias da ditadura de construção do Estado como foi a regulação corporativista do trabalho, suas políticas econômicas autárquicas, e seu belicismo.” (Grazia, 1996, p. 120, tradução nossa)⁵².

Da mesma forma que a Alemanha nazista, a Itália reabilitou a figura da mulher-mãe como responsável pelo “renascimento da nação”, considerando sua responsabilidade assegurar uma população exponencial para garantir força de trabalho, soldados e manter a demanda nacional de expansão (Grazia, 1996). Entretanto, ainda que sua ideologia também fosse eugenista, ao contrário da Alemanha nazista, o racismo antinatalista não ocupou um papel significativo na Itália por diversos motivos: o fascismo partia de uma concepção diferente de raça que, juntamente com um ceticismo pelas medidas de seleção biológica praticadas pelos anglo-americanos e posteriormente pelos nazistas, significou que a fertilidade de pessoas consideradas “inferiores” na verdade era vista como um fato positivo, já que representariam um “[...] reservatório de energia vital para o país [...]” (Grazia, 1996, p. 133, tradução nossa)⁵³,

⁵² Original: “[...] this system was as integral to the dictatorship's strategies of state-building as were its corporatist regulation of labor, its autarchic economic policies, and its warmongering.”

⁵³ Original: “[...] reservoir of vital energies [...]”

posição que foi reforçada pela reprovação da Igreja às técnicas eugenistas utilizadas na Alemanha.

No Japão, por outro lado, ainda que a propaganda estatal tenha feito alguns esforços nesse sentido para incentivar o emprego de mulheres nas indústrias de guerra, as campanhas foram um fracasso entre a população, que rechaçou essa nova visão de mulher, em parte devido ao tradicionalismo japonês e às políticas de incentivo à natalidade em voga na época (Quétel, 2009). Ao contrário da Alemanha e da Itália, o fascismo japonês se assentava sobretudo sobre uma xenofobia generalizada que tinha o intuito de combater as ideias “invasoras” disseminadas pela URSS tidas como as responsáveis por uma ordem social em crise, como aponta Nádía Saito (2012). Assim, ainda que fosse rechaçada sua participação direta no esforço de guerra, a mobilização civil das mulheres e jovens japonesas no âmbito das associações patrióticas ligadas ao Estado é sem precedentes: a participação da “Associação das Mulheres para o Grande Japão”, por exemplo, inicialmente pensada como uma organização para a juventude, ultrapassa sua jurisdição e envolve todas as mulheres, alcançando a cifra de 19 milhões de membras em 1942 (Quétel, 2009).

Embora a França ocupada também apresentasse restrições quanto ao emprego das mulheres na indústria e no serviço militar devido à nova ênfase e glorificação da família como a base de uma sociedade “saudável”, vista como a unidade orgânica que conciliava a felicidade pessoal (especialmente das mulheres) com a utilidade social afim de revolucionar e regenerar o país, como descreve Hélène Eck (1996), uma nova lei é promulgada em 1942 que propõe a contratação de todas as mulheres, tanto solteiras como casadas desde que não tivessem filhos, entre 18 e 45 anos para trabalhos considerados úteis para os interesses do país (Eck, 1996). Isso porque conforme a guerra se prolongava, as exigências alemãs se tornavam cada vez mais severas e embora a ideologia nazista de forma geral desaprovasse o emprego de mulheres alemãs em suas fábricas, eles não tinham nenhuma restrição quanto à força de trabalho feminina estrangeira, que era vista como “mais dócil, mais correta e mais trabalhadora” (Quétel, 2009, p. 81).

Em contrapartida, dentre os países aliados, a Inglaterra foi pioneira no alistamento feminino. Desde 1914 a Grã-Bretanha já tinha criado as primeiras organizações femininas destinadas às voluntárias civis que desejavam auxiliar no esforço da guerra (Quétel, 2009). Como observa Ana Claudia Mello (2012) e Quétel (2009), a partir do legado deixado por essas organizações desde 1940 o governo britânico já buscou incluir as mulheres em seu programa de esforço de guerra. Assim, a Inglaterra foi o primeiro país a instituir o recrutamento feminino, de início com mulheres solteiras entre 20 e 30 anos e posteriormente estendido a todas as

mulheres entre 18 e 50 anos (Quétel, 2009). Devido à falta de força de trabalho, elas podiam optar entre a defesa civil, o auxílio nos exércitos e empregos civis e durante seu apogeu, em 1943, elas chegaram a constituir 9,39% das forças armadas (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014).

Assim, um decreto real em setembro de 1938 criou a organização *Auxiliary Territorial Service* (ATS) que instituía o serviço militar feminino estritamente como voluntário e não-combatente, realizando todo tipo de trabalho logístico e doméstico por trás das linhas de combate com o intuito de liberar homens para o front, como motoristas, inspetoras de munição, oficiais de comunicação, mensageiras, bombeiras, entre outras (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014; Zaliotok, 2018). Conforme a falta de mão de obra se tornava cada vez mais severa, em abril de 1941 elas também foram incorporadas no estatuto da disciplina militar, passando assim a serem as principais responsáveis pela defesa antiaérea, pela localização dos alvos inimigos e pela mira deles (embora não tivessem a permissão de atirar) (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014). Devido ao número insuficiente de voluntárias, Nataliia Zaliotok (2018) aponta que em 1942 todas as mulheres nascidas entre 1920 e 1921 hábeis para o serviço deveriam contribuir para o esforço de guerra, principalmente a partir das organizações auxiliares femininas, excetuando o caso de quem já trabalhava em alguma indústria de guerra.

Além da ATS, havia ainda mulheres na organização auxiliar da Força Aérea, a *Air Transport Auxiliary* (ATA), que tinha como função transportar aeronaves das fábricas até as bases de combate, sendo também estritamente proibida sua atuação em combates aéreos e em 1939 foi fundada a *Women's Auxiliary Air Force* (WAAF), que atuavam principalmente como mecânicas de aviação, mas também na interceptação de comunicação inimiga, na instalação de radares e na interpretação de fotografias aéreas (Zaliotok, 2018). Na dimensão da marinha, também foi fundada a *Women's Royal Navy Service* (WRNS), que tinha o intuito de substituir o maior número de homens ainda trabalhando em terra possível. Ao contrário dos demais regimentos femininos, o WRNS nutre uma importância maior, sendo ligado diretamente ao Ministério da Marinha e, apesar de possuir um efetivo menor, seu trabalho é mais técnico e especializado, com uma formação mais completa e melhores instrutores, responsável por transmissões e serviços meteorológicos, manutenção mecânica, verificação e transporte de torpedos e minas e reabastecimento de navios de guerra (Quétel, 2009). Entretanto, nenhuma delas tem permissão para servir a bordo, exceto em barcos de salvamento com tripulação exclusivamente feminina ou a bordo de transporte de tropas (Quétel, 2009).

Somando os três regimentos, não há um consenso entre os autores consultados: Claude Quétel (2009) indica que cerca de 450 mil mulheres britânicas serviram ao todo, Beate Fieseler,

M. Michaela Hampf e Jutta Schwarzkopf (2014) elencam algo em torno de 470 mil mulheres, e Nataliia Zalietok (2021) aponta 487 mil. Entretanto, seu número relativo não significou uma aprovação mais fácil: muitas pessoas, principalmente mais velhas, não viam com bons olhos que mulheres estivessem assumindo um trabalho “masculino” como o militar, ainda que em caráter auxiliar. Nesse sentido, a proibição de atuar em combate era mais um aspecto formal que garantia a manutenção, ainda que pífia, de uma hierarquia de gênero do que uma limitação real, já que nem sempre era possível fazer essa distinção, como no caso das unidades de baterias antiaéreas (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014).

Logo, tanto os Estados Unidos quanto o Canadá seguiram o exemplo da Inglaterra e instituíram o alistamento feminino, embora não sem controvérsias. Ainda que no Canadá houvesse uma quantidade considerável de mulheres trabalhando na indústria aeronáutica desde o início da guerra, o governo se mostrou hesitante em instituir o alistamento feminino. Foi só na segunda metade de 1941 que foi criado o *Canadian Women's Auxiliary Air Force*, que já contava com uma lista de espera de 17 mil mulheres e posteriormente alcançou o efetivo de algumas centenas de milhares; o *Canadian Women's Army Corps*, com 21.624 mulheres; e o *Women's Royal Canadian Naval Service*, organização mais elitizada com um efetivo de 6.781 (Quétel, 2009).

Nos Estados Unidos, elas alcançam as cifras de quase 18 milhões de trabalhadoras em 1944 e chegaram a constituir um terço da população ativa do país (Quétel, 2009), mas o governo estadunidense se mostrou ainda mais hesitante do que o Canadá na criação de organizações militares femininas. Quétel relata que ao surgir a proposta, um senador democrata de Nova York teria proclamado, “um exército de mulheres para defender os Estados Unidos da América? Que humilhação! Que fim levou a virilidade americana, se é necessário confiar a nossas mulheres o que sempre tem sido o dever dos homens?” (Quétel, 2009, p. 152). Por isso, a primeira organização auxiliar feminina que surge em maio de 1942, *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), apesar de ligada ao exército, mantém seu estatuto civil. É só no segundo semestre de 1943, quando sua gestão se prova impossível, que ela é transformada em um corpo militar, o *Women's Army Corps* (WAC), que contava então com cerca de 140 mil mulheres (Quétel, 2009; Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014). Logo surgem também o *Women's Accepted for Voluntary Emergency Service* (WAVES), auxiliar da Marinha, e o *Women's Airforce Service Pilots* (WASP), auxiliar das forças aéreas.

Devido ao seu caráter extremamente controverso, o serviço militar feminino foi representado em grande parte “[...] como uma mera extensão do seu trabalho doméstico e nas

indústrias de guerra” (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014, p. 117, tradução nossa)⁵⁴. Assim, ao salientar seu caráter não combatente e a segregação das unidades femininas em relação às masculinas, foi representada uma imagem de auto sacrifício das mulheres militares estadunidenses que reforçou seu papel familiar tradicional, de modo que elas passaram a ser retratadas como as representantes das virtudes dos tempos de paz, dos valores morais e da estabilidade do lar (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014). Como as autoras apontam, a participação das mulheres no exército foi uma questão mais polêmica nos Estados Unidos porque o país não estava tão ameaçado quanto a Grã-Bretanha, por exemplo, de forma que a mobilização total da sociedade como ocorreu em quase todos os países da Europa era vista como desnecessária e, mais do que isso, imoral. Isso pode ser comprovado porque após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, a oposição às organizações militares femininas diminuiu, agora que o país enfrentava uma guerra em dois fronts diferentes e experimentava pela primeira vez de forma significativa escassez de mão de obra (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014).

Dessa forma, as unidades femininas foram retratadas com uma forte ênfase na sua respeitabilidade, ressaltando sua castidade e modéstia não só como forma de legitimar o funcionamento dos regimentos perante o público, mas também de manter as diferenças de gênero, raça e classe existentes na sociedade estadunidense pré-guerra, apesar dos novos papéis assumidos pelas mulheres. Isso incluía, dentre outras coisas, regimentos “completamente” segregados não só por gênero, mas também por raça (a separação completa e total, claro, era impossível durante a mobilização das tropas), assim como um complexo sistema de regulação moral com o intuito de eliminar qualquer relacionamento amoroso e/ou sexual não só com os outros soldados, mas também principalmente dentre as próprias recrutas (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014). Nessa perspectiva,

[...] para oficiais da WAC relacionamentos intrarraciais lésbicos constituíam uma ameaça maior para a legitimação da organização do que envolvimento intrarracial com homens em serviço [...]. A ameaça quintessencial para o regime militar de gênero e para a masculinidade militar hegemônica era a sapatão de uniforme. A lésbica ‘masculina’ – por definição uma agente sexual – era pensada não apenas como uma parceira sexual ativa e agressiva de uma mulher, mas também como uma apropriadora do papel masculino de provedor e protetor. Por isso, a soldada lésbica se tornou a epítome do gênero e sexualidade desviante e a personificação dos traços de caráter e hábitos indesejados que tornavam uma mulher imprópria para servir na WAC (Fieseler; Hampf; Schwarzkopf, 2014, p. 122, tradução nossa)⁵⁵.

⁵⁴ Original: “[...] as a mere extension of their work in the home and in the war industries.”

⁵⁵ Original: “[...] because for WAC officials intraracial lesbian relationships constituted a greater threat to the legitimacy of the corps than intraracial heterosexual involvement with servicemen [...]. The quintessential threat to the military's gender regime and the hegemonic military masculinity was the dyke in uniform. The ‘mannish’ lesbian – by definition a sexual agent – was thought to be not only the active and aggressive sexual partner of a woman, but also to appropriate man's role as provider and protector. Hence, the lesbian woman soldier became

Dentre as três organizações femininas dos EUA, apenas a WASP manteve seu estatuto civil até o final, sendo dissolvida no final de 1944 e impedindo suas integrantes do acesso a pensões e outros benefícios militares até 1977, quando finalmente foram concedidas o status de veteranas a suas ex-integrantes após mais de trinta anos de mobilização e *lobby* no Congresso (Myers, 2003). Contudo, Beth Myers (2003) aponta que isso só foi possível devido à nova atenção da mídia ao tema após a admissão da primeira turma de mulheres na academia da Força Aérea em 1976, propagandeadas como as “primeiras” pilotas militares dos EUA, expressão criticada por quase todas as ex-integrantes da WASP que aproveitaram a oportunidade para publicizar suas memórias e contar suas experiências na guerra pela primeira vez em larga escala.

Aqui, nos concentramos sobretudo nos principais países envolvidos na guerra, mas na medida em que a Segunda Guerra Mundial envolveu direta ou indiretamente o mundo todo, existiram diversas mulheres envolvidas nela também, como as finlandesas, chamadas de Lottas, que constituíam um quarto das forças armadas finlandesas e cumpriam todas as funções não combatentes do exército (Quétel, 2009), as chinesas no exército revolucionário de Mao Tsé-Tung lutando contra a ocupação japonesa, as voluntárias polonesas, havaianas, filipinas, (Quétel, 2009), e até mesmo brasileiras, como observa Cristina Wolff:

Em 1942 [...] quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, junto com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada a Organização Feminina Auxiliar de Guerra (OFAG) composta por mulheres uniformizadas, entre 17 e 50 anos de idade, que prestavam os serviços (tradicionalmente considerados femininos) de secretária, telefonista, recepcionista, enfermeira, datiloscopista, datilógrafa, entre outros. Ao entrar na organização, a recruta fazia um juramento que incluía termos que lembravam características do modelo de feminilidade dominante na época (afeição, bondade), como a dizer que, embora estivessem se associando ao Exército, uma instituição masculina por princípio, elas não deixariam de lado os ‘valores femininos’ [...]. Aos campos de batalha na Europa foram enviadas 73 enfermeiras brasileiras que, ao final da guerra, foram condecoradas, promovidas a oficial e licenciadas do serviço militar. Porém, muitas outras mulheres da OFAG trabalharam aqui no Brasil durante o período da guerra, auxiliando inclusive no policiamento de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (Wolff, 2018, p. 430-432).

Além da dimensão do exército regular, havia também as mulheres que Quétel (2009) chama de “combatentes sem uniforme”, mulheres, em geral jovens, artistas e intelectuais que por convicção política ou por sobrevivência começaram atividades de resistência ao ingressar em grupos de guerrilha, contrabandear livros e suprimentos, praticar atos de sabotagem, ajudar judeus a escaparem etc. Como Aleksiévitich conta,

Teve ainda uma outra guerra... Nessa guerra, ninguém ressaltava no mapa onde passava a faixa neutra e onde começava a linha de frente. Ninguém conseguia calcular todos os soldados que havia ali. As unidades armadas. Atiravam com equipamento

the epitome of gender and sexual deviance and the embodiment of the ‘undesirable habits and traits of character’ that made a woman unfit to serve in the WAC”

antiaéreo, metralhadoras, armas de caça. Com velhas espingardas Berdan. Não havia pausa para respirar nem ataques generalizados, muitos lutavam a sós. Morriam a sós. Quem combatia não era um exército — divisões, batalhões, companhias —, mas *partisans* e grupos clandestinos: homens, velhos, mulheres, crianças (Aleksiévitch, 2016a, p. 307).

Em especial, Quéтел (2009) destaca as francesas, as italianas e as soviéticas, embora as gregas, iugoslavas e alemãs também tenham tido um importante papel nos movimentos de resistência de seus próprios países. Entretanto, apesar de seu caráter militar e da crescente qualificação pela qual as mulheres desses países passaram com o desenrolar da guerra, nenhuma delas tiveram permissão para portar armas e atuar efetivamente em combate, com a exceção das mulheres soviéticas, ainda que nem sempre fosse possível no front fazer uma distinção tão clara de posições combatentes e não combatentes. A seguir, discutiremos em mais detalhes o processo de militarização das mulheres soviéticas a partir de algumas das protagonistas do livro de Svetlana Aleksiévitch, orientando o debate na perspectiva de gênero, subjetividade e memória para a construção da identidade dessas mulheres durante e após a guerra.

3.2 “Ah, minha querida, é o nosso fardo feminino”: A Guerra Não Tem Rosto de Mulher e suas interlocutoras

O projeto que resultaria em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” se iniciou em 1978 com a entrevista de Maria Ivánovna Morôzova, que na época contava com cerca de 60 anos. A autora explica que o que a levou até ali foi

[...] uma pequena nota no jornal da cidade dizendo que havia pouco tempo, na fábrica de máquinas de pavimentação Udárník, estava se aposentando a contadora sênior Maria Ivánovna Morôzova. Durante a guerra, dizia também a nota, ela fora francoatiradora, recebera onze medalhas, e a sua contagem em combate era de 75 mortos. Em minha consciência era difícil unir a profissão militar dessa mulher com sua ocupação civil. Com a foto corriqueira do jornal. Com todos aqueles sinais de vida comum (Aleksiévitch, 2016a, p. 45).

Embora Maria inicialmente se mostre receosa – o que é particularmente simbólico por se tornar o primeiro capítulo do livro, “Não quero me lembrar...” – ela eventualmente responde às perguntas de Aleksiévitch e a apresenta à sua amiga, Klávdia Grigórievna Krókhina, outra francoatiradora. A partir daí, nas palavras de Aleksiévitch,

O caminho e os caminhos... Dezenas de viagens por todo o país, centenas de fitas cassetes gravadas, milhares de metros de fita. Quinhentos encontros; depois parei de contar, os rostos desapareciam da memória, só as vozes ficavam. Um coro ressoa em minha memória. Um coro enorme, às vezes quase não se escutam vozes, apenas o choro. [...] Entretanto, na época, bem no começo do meu caminho, eu não suspeitava de nada disso... (Aleksiévitch, 2016a, p. 45).

Embora o livro tenha sido concluído em 1983, ele não pôde ser publicado até 1985, quando, como já mencionamos, Gorbachev assumiu o poder e começou a *Perestroika* e a *Glasnost*. Mas uma versão resumida do projeto com cerca de 80 páginas foi publicada em 1984, com um prefácio de Adamóvitch. No ano seguinte, a versão completa foi publicada e em 2004 o livro foi reeditado para uma versão mais longa não censurada que incluía agora, dentre outras coisas, passagens do diário da autora, um prefácio intitulado “de uma conversa com um historiador”, e uma espécie de epílogo chamado “dezessete anos depois”⁵⁶ que incluía conversas com o censor, algumas das passagens censuradas anteriormente e alguns trechos que a própria autora cortou e por quê (Brintlinger, 2017). Essa foi a edição que tornou o livro popular mundialmente e foi utilizada pela Companhia das Letras na publicação da edição brasileira em 2016 após a autora ganhar o prêmio Nobel de literatura.

O livro é dividido em 16 capítulos e um prólogo, no qual Aleksiévitich explica o propósito do livro, suas inspirações, métodos etc. De imediato o que é possível chamar a atenção é que dentre esses, 7 capítulos contêm entrevistas mais longas e o restante são trechos agrupados como uma colagem a partir de temas comuns. Nesses trechos, no geral há poucas intervenções da autora além da composição específica e da reticência que marca a quebra de tom entre um testemunho e outro. Nas entrevistas mais longas a autora se coloca como uma interlocutora da sobrevivente, apresentando sua presença de forma mais marcada no diálogo e na narrativa, a partir de suas interpretações, impressões e questões, que apresentam de forma mais explícita as marcas da oralidade. O foco é menos em episódios específicos e fala mais detidamente da vida de cada uma dessas mulheres, suas motivações, impressões, sentimentos etc. que estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Entrevistas longas

NOME	IDADE (ALIST.)	OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO CIVIL	NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	CAPÍTULO	CONDEC.
Maria Ivánovna Morózova (Ivánuchkina)	17	Cabo, francoatiradora	Contadora sênior	Russa (Diákovskoie)	Casada	“Não quero me lembrar...”	11 medalhas, 75 mortos
Klávdia Grigórievna Krókhina	21 (fim da guerra)	Primeiro-sargento, francoatiradora	-	Russa (Tcheliabinsk)	Casada	“Não quero me lembrar...”	75 mortos
Nina Iákovlevna	17	Subtenente, enfermeira-instrutora de	-	Russa (Moscou)	Casada	“Fui a única a voltar	-

⁵⁶ Embora Brintlinger chame de epílogo, na edição brasileira a seção “dezessete anos depois” está incluída no primeiro capítulo do livro, “O ser humano é maior que a guerra”.

NOME	IDADE (ALIST.)	OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO CIVIL	NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	CAPÍTULO	CONDEC.
Vichniévskaia		um batalhão de tanques				para minha mãe...”	
Olga Vassílievna Podvíchenskaia	-	Suboficial de primeira classe, Destacamento Especial de Cortina de Fumaça, Marinha	-	Bielorrussa (Minsk)	Casada	“Em nossa casa vivem duas guerras...” ⁵⁷	-
Valentina Pávlovna Tchudáieva	18	Sargento, comandante de canhão antiaéreo.	Auxiliar de laboratório no Instituto Politécnico	Russa (Sibéria)	Casada	“O gancho do telefone não atira	-
Olga Iákovlevna Oméltchenko	16	Enfermeira-instrutora de uma companhia de fuzileiros	-	Bielorrussa (Polotski)	Casada	“Não era eu”	-
Zinaída Vassílievna Korj	14	Enfermeira-instrutora no esquadrão de cavalaria.	-	Polonesa/Bielorrussa ⁵⁸ (Pinsk).	-	“Até agora me lembro daqueles olhos...”	Medalha por Bravura
Ólia Vassílievna Korj	16	Enfermeira-instrutora no esquadrão de cavalaria.	Professora na Universidade Patrice Lumumba	Polonesa/Bielorrussa ¹ (Pinsk). Na época do relato mora em Moscou.	-	“Até agora me lembro daqueles olhos...”	-
Tamara Stiepánovna Umniágui	17	Terceiro-sargento da guarda, enfermeira-instrutora	-	Bielorrussa (região de Minsk)	Casada	“De repente me deu uma vontade enorme de viver...”	-

Podemos, portanto, dividir o livro entre “monólogos” e “coros”, como Arthur Marchetto (2024) coloca, na qual os monólogos assumem a função de pilares narrativos, guiando de certa

⁵⁷ Esse capítulo é interessante, pois embora a protagonista ainda seja Olga, é uma das três únicas entrevistas do livro na qual a autora inclui diretamente um homem no diálogo; no caso o marido de Olga, Saul Guénrikhovitch, veterano que serviu na Infantaria e age como uma espécie de contraponto à guerra feminina de Olga. A segunda entrevista está no capítulo “Sobre a batata miudinha...”, com Ióssif Gueórguievitch, ex-*partisan* que se tornou responsável pelo cuidado da filha Maria após ela ter as pernas paralisadas aos 13 anos em uma missão da resistência. E o último é I. A. Levítski, ex-comandante da Quinta Divisão do 784º Regimento da Artilharia Antiaérea, uma divisão feminina. É uma subversão interessante se pensarmos que todos os homens representados só aparecem no livro por causa de suas ligações às protagonistas, quando de forma geral é mais comum que aconteça o contrário.

⁵⁸ A cidade, a sudoeste de Minsk, era polonesa, localizada próxima à fronteira ucraniana e anexada à URSS em 1939. Sua população era composta por ucranianos e poloneses, dos quais 90% eram judeus e após 1991 passou a pertencer à Bielorrússia.

forma o tom do livro, enquanto os coros se mesclam, se complementam, se contradizem, enfim, dialogam em torno de uma certa ideia ou de uma história maior. Nessa perspectiva,

[...] Ler esses pequenos pedaços no livro [...] é como ler uma tragédia grega. Nas tragédias, há as Parcas, e então há os coros. Os coros podem prever o futuro. Esses pedaços são pequenos no que diz respeito ao espaço que cobrem, mas são cruciais. Eu estava tentando criar uma arquitetura ou uma sinfonia de tipos. Um tipo de templo feito de vidas humanas e vozes humanas (Aleksiévitch, 2022 apud Marchetto, 2024, p. 20).

Assim, ao sintetizar na tabela acima esses “pilares”, as protagonistas do livro, buscamos, como Lidia Possas (2019, p. 121) defende, “[...] mapear continuidades, diferenças, singularidades, rupturas e toda a diversidade de experiências vivenciadas diante de eventos traumáticos”, de modo a evidenciar o que os testemunhos demonstram, de “[...] como é viver em [uma] situação-limite.” (Possas, 2019, p. 121). Nesse sentido, como a autora coloca,

[O testemunho] trata-se, portanto, de uma forma típica de captar a concretude de itinerários sociais, de variadas formas de negociação e transgressão, sem perder de vista a subjetividade da experiência e do relato. [...] Os relatos, mesmo apresentando diferentes texturas temporais e, a despeito das descontinuidades, permitem cruzar uma dimensão intersubjetiva e social revelando os modos de apropriação, a constituição de subjetividades não captadas pelo discurso normativo, que abrem fértil campo de possibilidades e de análises ainda rarefeita na historiografia (Possas, 2019, p. 53-54).

Desse modo, ao “[...] demonstrar a pluralidade de protagonismos e as subjetividades assumidas ao observar os fragmentos de vidas [...]” (Possas, 2012, p. 96), podemos explorar “[...] as minúcias de histórias de mulheres em uma determinada realidade concreta.” (Possas, 2012, p. 96). Nesse contexto, a expressão “coro de vozes” que a jornalista utiliza recorrentemente para descrever seu trabalho e que aparece no trecho em que ela descreve o percurso de seu projeto é interessante porque além de representar em alguma medida a crise pela qual a sociedade soviética passava então e os conflitos entre as ideias universalistas e unificantes que a tornavam coesa, também se refere a já mencionada influência de Dostoiévski, que pode ser vista tanto na estrutura como nos temas de sua obra: como, por exemplo, quando ela menciona a visão messiânica do povo russo (Aleksiévitch, 2017) e pelo caráter polifônico de seus livros, mostrando “[...] vozes diferentes cantando diversamente o mesmo tema” (Bakhtin, 2002, p. 44). Mikhail Bakhtin (2002, p. 4, grifos do autor), ao analisar a obra de Dostoiévski, define polifonia como a “*multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis*” em uma obra que não se submete à vontade criadora do autor, de forma que “[...] o autor atuaria como organizador e participante desse diálogo, sem reservar-se a última palavra [...]” (Bakhtin, 2002, p. 73).

Embora não sem alvo de controvérsias, entendemos que o trabalho de Aleksiévitch se encaixa nessa definição na medida em que ainda que exista uma intenção autoral por trás da

seleção e recorte de cada testemunho e entrevista, as interlocutoras nem sempre concordam entre si, com a autora, e por vezes nem consigo mesmas⁵⁹. Dessa forma, ainda que Aleksiévitich tenha uma tese central que norteie seu livro e por vezes se apresente implicitamente como portadora da “verdade”, frequentemente suas interlocutoras a contradizem ou deslocam a conversa para outros pontos e outras questões, de modo que nem sempre a história que a jornalista quer contar e a história que suas interlocutoras querem contar coincidem (Brintlinger, 2017). Isso pode ser visto em trechos como o seguinte:

Não importa de que falem as mulheres, nelas estava *sempre* presente a ideia de que a guerra é só uma matança, e depois, trabalho duro. E então só a vida habitual: cantavam, se apaixonavam, usavam bobes de cabelo... No centro, *sempre* o fato de não querer e não aguentar morrer. *E é ainda mais insuportável e angustiante matar, porque a mulher dá a vida*. Presenteia. Carrega-a por muito tempo dentro de si, cria. Entendi que para as mulheres é mais difícil matar (Aleksiévitch, 2016a, p. 21, grifos nossos).

Entretanto, embora algumas mulheres corroborem essa visão, principalmente dentre as protagonistas, ao longo do livro encontramos recorrentemente trechos como os das partisans Maria Timofêievna Savítskaia-Radiukevitch, Elena Fiódorovna Kovaliévskiaia, e no da operadora de artilharia antiaérea Klara Semiónovna Tikhonóvitch, respectivamente: “Os alemães entraram na nossa aldeia... [...] Eu só sonhava em me vingar. Imaginava que ia morrer e escreveriam um livro sobre mim. Meu nome ficaria. Eram esses os meus sonhos.” (Aleksiévitch, 2016a, p. 85); “Conheci o ódio... Pela primeira vez conheci esse sentimento... Como eles podiam andar por nossa terra? [...] Tive febre quando vi essa cena. [...] Fomos todos embora para a floresta: meu pai, meu irmão e eu. Ninguém fez propaganda para nós nem nos obrigou — fomos por conta própria.” (Aleksiévitch, 2016a, p. 87); e “Eu escutava... Palavras... Veneno... Palavras são como pedras... Dizem que esse era um desejo masculino: ir lutar. Por acaso uma mulher é capaz de matar?! São umas anormais, não são mulheres verdadeiras... Não! Mil vezes não! Não, era um desejo humano.” (Aleksiévitch, 2016a, p. 249). Da mesma forma, Valentina Pávlovna Tchudáieva, comandante de canhão antiaéreo, conta:

Servi no ponto de controle, e talvez tivesse sido telefonista até o fim da guerra se não tivesse recebido a notificação da morte do meu pai. Não tinha nada no mundo mais importante para mim do que meu amado pai. Era a pessoa mais próxima de mim. A única. Comecei a pedir: ‘Quero me vingar. Quero acertar as contas pela morte do meu pai’. Queria matar... Queria atirar... Apesar de terem me mostrado que, na artilharia,

⁵⁹ Um recurso narrativo interessante que é utilizado no relato de Valentina Pávlovna Maksimtchuk para demonstrar o conflito emocional dos jovens ao deixar para trás sua cidade em chamas, tanto a relutância e impotência diante da destruição de suas casas e da vida que conheciam antes como o anseio de contribuir com uma causa maior que si mesmos, de fazerem história com as “próprias mãos”, por assim dizer: “No fim do dia, o calor baixou, ficou mais fácil de andar, começamos a caminhar mais rápido, *sem olhar para trás*. Dava medo de olhar para trás... [...] *Andávamos olhando para trás o tempo todo*. Parecia que nossas costas estavam cozinhando. Não paramos a noite inteira, e ao amanhecer nos pusemos a trabalhar: cavar fossos contra os tanques” (Aleksiévitch, 2016a, p. 82, grifos nossos).

o telefone era muito importante. Mas o gancho do telefone não atira... [...] Você entende? Dá para entender agora? Queria que você entendesse meus sentimentos... Ninguém vai atirar sem ódio. É uma guerra, não uma caçada. Eu me lembro que nas aulas de educação política leram para nós o artigo de Iliá Ehrenburg, ‘Mate-o!’. Todas as vezes que encontrar um alemão, mate-o. É um artigo famoso, na época todos liam, sabiam de cor. Ele me provocou uma impressão profunda, levei esse artigo e a notificação de morte do meu pai na bolsa durante toda a guerra... Atirar! Atirar! Precisava me vingar... (Aleksiévitch, 2016a, p. 151).

Nessa perspectiva, como Angela Brintlinger (2017) considera, em muitos aspectos Aleksiévitch possui uma visão muito mais essencialista sobre gênero e o papel das mulheres do que suas interlocutoras. De certo modo, isso reflete em todo seu trabalho, desde o estranhamento que inicia a pesquisa até a forma como as entrevistas são narradas e sua consideração sobre a guerra dessas mulheres. Assim, ainda que em diversos pontos ela critique a ordem de gênero soviética, ela também se inscreve a ela ao elencar e generalizar uma visão binária essencialista que não necessariamente corresponde a forma como as mulheres viam a si mesmas. Ao fazer isso, Aleksiévitch está se filiando diretamente à retórica dos veteranos que se tornou popular nos anos 1960 que associa as mulheres à paz e à vida. Nesse sentido,

As mulheres, ela argumenta através do livro – seja em suas introduções, seus títulos de capítulos ou em suas reflexões pessoais intercaladas – são principalmente mães, as doadoras e defensoras da vida, e matar, ser verdadeiras combatentes militares, não está em sua natureza. Ao contrário, elas são o repositório da memória, e através da sua prosa documental ela está mantendo aquela memória viva e a si mesma defendendo a vida. [...] Enquanto escreve sobre mulheres veteranas individuais, a essencialista Aleksievich também inventa uma “mulher” genérica, uma que assumiu e assumirá muitos papéis para salvar a humanidade (Brintlinger, 2017, p. 205, tradução nossa)⁶⁰

Em muitos aspectos, essa visão está diretamente relacionada ao seu ativismo pela paz, como já mencionado, pois ao salientar a incompatibilidade “intrínseca” entre uma suposta natureza feminina que seria incapaz de odiar e matar como os homens com o cotidiano violento da guerra, ela espera lançar luz sobre o caráter absurdo e terrível do conflito, deixando subentendido que essas mulheres foram vítimas “desnecessárias” de seu tempo. O próprio título do livro reflete isso ao retratar implicitamente uma estética moral generificada da guerra que brinca com o contraste entre o arquétipo masculino do “Guerreiro Justo” e o feminino da “Bela Alma”, virtuosa e maternal (Baker, 2020). Além disso, outro instrumento narrativo que a autora usa é a imagem da mutilação e desfiguração como evidência da tragédia da guerra, especialmente para as mulheres, já que isso

⁶⁰ Original: “Women, she argues throughout the book – whether in its introductions, its chapter titles, or its interpolated personal reflections – are primarily mothers, the givers and defenders of life, and to kill, to be true military combatants, is not in their nature. Instead they are the repository of memory, and through her documentary prose she is keeping that memory alive and herself defending life. [...] While writing about individual women veterans, the essentialist Aleksievich also invents a generalized “woman,” one who has and will take on many roles in order to save mankind.”

[...] impediria as mulheres de serem plenamente mulheres após a guerra. Esse tropo amplifica o que as suas entrevistadas [...] relatam como seus próprios medos durante e após a guerra, quando comumente se acreditava que mulheres com deficiência não seriam capazes de se tornar esposas e mães como a ordem de gênero stalinista esperava – papéis que já eram menos acessíveis a mulheres do Exército Vermelho porque elas tinham servido no front (Baker, 2020, p. 77, tradução nossa)⁶¹.

Nessa perspectiva, a “verdadeira” tragédia da guerra para as mulheres em muitas das representações de guerra que Aleksievitch indiretamente utiliza em seu trabalho seria a incapacidade de cumprirem seu destino de mulheres: se tornar mães e esposas (Kurkijärvi, 2010). Esse é um tema muito comum em diversas interlocutoras de Aleksievitch: o temor da mutilação, que em muitos dos relatos é apresentado como um destino pior que a morte, como conta Klávdia Grigórievna Krókhina:

Minha mãe chorava: ‘Agora dá no mesmo ter meninos ou meninas. Mas ele, [o filho] apesar de tudo, era homem, era obrigado a defender a pátria; você é uma garota. Só pedia uma coisa a Deus: se você fosse mutilada, era melhor que a matassem. Ia sempre na estação. Esperar os trens. Uma vez, vi uma moça militar com o rosto queimado... Estremeci: seria você?! Depois, passei a rezar por ela também.’ (Aleksievitch, 2016a, p. 53).

De maneira semelhante, Olga Vassílievna Korj conta:

Sempre tentei andar bem cuidada, severa. E muitas vezes me diziam: ‘Meu Deus, ela esteve na guerra mesmo? É tão limpinha’. Tinha muito medo de, se me matassem, ficar feia. Via muitas moças mortas... Na lama, na água... Bem... Desse jeito... Eu não queria morrer assim... Às vezes eu me escondia de um bombardeio e não pensava tanto em não ser morta, e sim em esconder o rosto. Os braços. Acho que todas as nossas meninas pensavam nisso. Os homens riam de nós, achavam isso divertido. Diziam que não estávamos pensando na morte, e sim o diabo sabe em que, em alguma coisa idiota. Em bobagens de mulher. (Aleksievitch, 2016a, p. 204)

Contudo, ainda que esse tema percorra todo o livro, aparecem poucos relatos de mulheres realmente mutiladas, como é o caso de Ksênia Serguêievna Ossadtcheva: “Agora moro na Crimeia... Estamos cobertos de flores, mas todo dia olho para o mar pela janela e morro de dor, *até hoje não tenho um rosto de mulher*.” (Aleksievitch, 2016a, p. 76, grifo nosso). Aqui, o ferimento representa de certa forma o fim de sua própria mulheridade, na medida em que, como Kirsi Kurkijärvi (2010) aponta em sua análise literária, no imaginário social popular os ferimentos e as mutilações transformariam essas jovens em uma Baba Yaga⁶² assexuada, fazendo-as perder suas identidades enquanto mulheres e assumindo o estereótipo da “velha bruxa”. Não fica claro no relato de Ksênia a perspectiva que Kurkijärvi observa em romances

⁶¹ Original: “[...] preventing women from fully being women after the war. This trope amplifies what her interviewees [...] relate as their own fears during and after wartime, when it was commonsensically believed that disabled women would not be able to become wives and mothers as the Stalinist gender order expected – roles already less accessible to former Red Army women just because they had served at the front.”

⁶² Figura folclórica eslava que assume a forma de uma mulher idosa deformada que voa pelos céus em um almofariz, assumindo ora um papel maternal ora uma personificação da natureza selvagem nas florestas.

escritos no pós-guerra, na qual a protagonista, com menos de 40 anos, é chamada de “avó” por todas as pessoas que encontra, mas na medida em que ela ecoa o título do livro em seu relato, ela assume de certa forma um paralelo com a própria guerra ao longo da narrativa, ressaltando suas sequelas e consequências terríveis.

Outro tema bastante comum é que apesar da frequente alusão a uma alma ou essência inerentemente “feminina” destacada pela autora, os testemunhos explicitam a artificialidade do gênero quando usam recorrentemente expressões como “deixar de ser mulher”; “se tornar mulher”; como pode ser visto no seguinte trecho dito por uma piloto não identificada:

Não posso... Não quero lembrar. Passei três anos na guerra... *E, nesses três anos, não me senti mulher.* Meu organismo perdeu a vida. Eu não menstruava, não tinha quase nenhum desejo feminino. E era bonita... Quando meu futuro marido me pediu em casamento... Isso já em Berlim, ao lado do Reichstag... Ele disse: ‘A guerra acabou. Sobrevivemos. Tivemos sorte. Case comigo’. Eu queria chorar. Começar a gritar. Bater nele! Como assim casar? Agora? No meio de tudo isso — casar? No meio da fuligem preta, de tijolos pretos... Olhe para mim... Veja em que estado estou! *Primeiro, faça de mim uma mulher:* me dê flores, flerte comigo, diga palavras bonitas. Eu quero tanto isso! Esperei tanto! (Aleksiévitch, 2016a, p. 16, grifos nossos).

Esse sentimento é ecoado ao longo de quase todo o livro em passagens como: “Acho que vivi duas vidas: uma como homem, outra como mulher...” (Aleksiévitch, 2016a, p. 40). Isso porque como Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015, p. 211) argumentam, “[...] a identidade de gênero não é tomada de maneira alguma como um padrão estável de personalidade. Em vez disso, é uma posição de fala inscrita em um discurso de gênero, que uma pessoa pode tomar ou abandonar em diversos momentos”. Nessa perspectiva, a identidade de gênero é a “[...] repetição estilizada de atos ao longo do tempo, e não uma identidade aparentemente sem suturas [...]” (Butler, 2018, p. 217), de forma que é impossível se tornar “mulher de fato”, considerando o caráter ideal e ilusório de gênero enquanto uma fantasia inscrita e instituída nos corpos (Butler, 2018; Senna, 2021). Um episódio que ilustra bem esse caráter performativo é o relato de Antonina Grigórievna Bóndarieva, piloto, que conta:

Ela [a cunhada] dizia que eu era cruel... *Que não tinha alma feminina...* Mas nós sofriamos muito na guerra. Sem família, sem casa, sem filhos... *Muitos deixaram os filhos em casa, não fui só eu.* Ficávamos sentados sob um paraquedas, esperando a missão. Os homens fumavam, jogavam dominó, e nós, enquanto não havia mísseis para o voo, ficávamos sentadas, bordando lenços. *Continuávamos sendo mulheres.* Sabe, minha navegadora. Ela queria mandar uma fotografia para casa, então nós — alguém conseguiu um lenço — nós amarramos esse lenço nela para que as dragonas não aparecessem e escondemos a *guimnastiorka* com o cobertor. Parecia que ela estava de vestido... Assim tiramos a foto. Era a fotografia preferida dela... (Aleksiévitch, 2016, p. 347, grifos nossos).

A piloto conta que após a morte do marido, deixou a filha com a sogra para ir ao front, mas ela logo morreu, deixando os cuidados da menina sob a responsabilidade da cunhada, que “[...] era uma dessas mulheres para quem a família, os filhos, são o que há de mais importante

na vida. Bombardeios, fogo inimigo, e ela só pensava em uma coisa: como não deram banho nessa criança hoje? Não posso julgá-la...” (Aleksiévitch, 2016a, p. 347). Embora Antonina reconheça em alguma medida que a maternidade não era sua prioridade, pois implica que não era uma “dessas mulheres” como a cunhada, há um tom defensivo em seu relato, quando afirma que várias pessoas deixavam os filhos para ir lutar, “não fui só eu”, possivelmente como resposta a comentários que a questionavam enquanto mãe no pós-guerra. Também fica evidente o caráter performático de gênero quando observamos que ela afirma “continuávamos mulheres” logo depois de contar seus passatempos “femininos” no front, como uma evidência de sua suposta natureza feminina. Outra piloto, Anna Semiónovna Dubróvna-Tchekunova, também narra um episódio emblemático nesse sentido, de uma jovem que precisou performar uma suposta sensibilidade feminina: “Uma das meninas que viajou comigo não chorava, todos choravam mas ela não. Depois, ela foi lá e molhou os olhos com água. Uma vez, outra vez. Com o lencinho de nariz. Senão não fica bem, dizia; estão todos chorando.” (Aleksiévitch, 2016a, p. 88).

Portanto, podemos ver a partir dos trechos acima que “a diferença de gênero não é algo que simplesmente existe. É algo que acontece e precisa ser feito acontecer; é também algo que pode ser desfeito, alterado, tornado menos importante.” (Connell; Pearse, 2015, p. 56). Além disso, esse processo não é estável e como as autoras colocam, frequentemente envolvem todo tipo de tensões e ambiguidades (Connell; Pearse, 2015). Em um cenário como o front, isso implica um constante processo de desconstrução e reconstrução de gênero na medida em que as mulheres passaram pelo processo de “se tornar” soldados (Corbesero, 2010). Como coloca Thaiz Senna (2021, p. 22), “[q]ualquer guerra é um momento de exceção e, com as transformações que causa, facilita a visibilização de que o gênero não é natural”.

Um ponto fundamental nessa perspectiva é que o “ser militar” em muitos aspectos é uma contradição do “ser mulher”, então ao lutar em posições “masculinas”, as mulheres estariam renegando sua feminilidade ao mesmo tempo em que, como discutiremos adiante, na maior parte dos casos elas nunca poderiam verdadeiramente integrar a “irmandade” combatente formada pelos demais soldados do front. Dessa forma, muitas vezes elas ocupavam uma espécie de fronteira na qual não eram mulheres “de verdade” por terem lutado ao mesmo tempo que nunca poderiam verdadeiramente alcançar o lugar de soldados “de verdade” (Harris, 2010). Um relato que ilustra bem isso é o de Lola Akhmétova: ao descrever que a coisa mais terrível da guerra foi ter que usar cueca, e o quão ridícula e absurda era a aparência das garotas nas trincheiras com elas, ela salienta essa aparente inadequação e a cueca aqui se torna um símbolo da transgressão e dos papéis de gênero contraditórios, o que se torna mais evidente quando ela

comenta a incredulidade em receber roupas íntimas “normais” de mulher no fim da guerra (Aleksiévitch, 2016a).

Diante dessa posição, como Lidia Possas argumenta,

[V]ejo ser possível dilatar o significado da palavra “fronteiras” para novas possibilidades de interpretação, relacionando diretamente aos sujeitos que absorvendo instâncias do local e global, o individual e o nacional, da cultura e da natureza tecem novas relações, improvisam inserções e forçam protagonismos. Portanto as palavras e as ideias nelas contidas devem ser (re)colocadas a todo o momento em contraste permitindo (re)significar sentidos e observar aproximações de modo a romper com visões de homogeneidade e de imutabilidade dos papéis sociais. É como viver nas fronteiras, onde é possível engendrar constantes processos de construção diante da presença de experiências culturais difusas, híbridas dos sujeitos e onde torna-se possível conciliar para avançar tendo em vista as novas identidades que afloram, as singularidades que distinguem os indivíduos que convivem com diversas relações de autoridade, seja aquelas de sutis ingerências e inserções como as de monopólio pela força, pela violência (Possas, 2012, p. 97)

Pensando nessa perspectiva, de forma semelhante ao que Possas (2019) observa em seu estudo sobre a viuvez no contexto das ditaduras do Cone Sul, podemos perceber que as mulheres soviéticas, ao assumirem novas posições no front, consciente ou inconscientemente deslocaram os marcos de feminilidade “aceitáveis” socialmente. Como Maria Ivánovna Morôzova conta em seu relato: “Para onde estávamos indo? Não sabíamos. No fim das contas, isso não era tão importante quanto o que nos tornáramos. *Qualquer coisa, desde que chegássemos ao front. Todos estavam lutando, e nós também.*” (Aleksiévitch, 2016a, p. 49, grifos nossos). A inserção das mulheres nessa cultura militante incentivada principalmente nas organizações da juventude que pregavam a necessidade de construir e defender o país significava que toda uma geração de jovens via lutar no front não apenas como seu direito, mas seu dever como cidadãs soviéticas com o objetivo de construir um mundo novo (Markwick; Cardona, 2012). Como conta Vera Danilovtseva, “As meninas se sentiam em igualdade com os meninos, não nos separavam. Pelo contrário, desde a infância escutávamos na escola: ‘Meninas, para o volante do trator!’, ‘Meninas, para o manche do avião!’” (Aleksiévitch, 2016a, p. 70).

Nessa perspectiva, como Anna Krylova (2011) argumenta, não é que essas jovens não tivessem consciência que lutar era “coisa de homem”. Mas na década dos anos 1930 os papéis de gênero soviéticos de forma geral, apesar de ainda binários, não eram necessariamente opostos ou conflitantes: como Fieseler, Hampf e Schwarzkopf (2014) também defendem, a militarização das mulheres, longe de conduzir a uma “masculinização” simplista como se pensava, enriqueceu e expandiu a feminilidade, criando novos arranjos e formas de identidade para as envolvidas, ainda que temporariamente, como veremos a seguir. Diante disso, parece ter ocorrido com as mulheres soviéticas o mesmo que Possas observa sobre as viúvas argentinas e brasileiras:

Foi possível observar que as relações que se imbricaram a todo o momento, ofereceram condições de rever os paradigmas; melhor, entender os enfrentamentos, as tensões e conflitos gerados. É vivendo *nas fronteiras*, onde as oposições se encontram e são uma forma de evidenciar a presença de experiências culturais difusas, híbridas dos sujeitos envolvidos que as viúvas brasileiras foram assumindo um caráter político. No entanto, justamente ali, naquele limite entre ser ou não ser, entre assumir-se como *viúva* ou *mulher de desaparecido*, que se conciliou e vivenciou processos de mediação, de exercício de trocas, principalmente de escolhas, tendo em vista a construção de identidades, de singularidades que passam a conviver, não sem conflitos [...]. Compreendi que ao viverem na ‘fronteira’, como o lugar onde teve início um movimento de ruptura, não dissimulado, de articulação, ambivalente, elas questionaram o hegemônico, mesmo enfrentando a ironia de muitos que exigiam que assumissem a identidade tradicional. Elas romperam papéis para se fazer presente e ao agirem assim descobriram-se e agiram. (Possas, 2019, p. 112-113).

Esse posicionamento coloca em questão noções estereotipadas sobre a suposta incapacidade feminina de violência, como também coloca em xeque a visão de mulheres como representantes de uma moralidade superior e mais pura que serviria de contraponto à natureza belicosa masculina. Assim, esse tipo de experiência nos ajuda a questionar “[...] premissas fundamentalistas na questão do sujeito: ser homem e ser mulher, superando a noção de uma existência dada, determinada, refletindo sobre o caráter constitutivo do sujeito, de sua capacidade de ser, de agir como uma precondição de ser analisada e captada, e, portanto, ressignificada” (Possas, 2019, p. 54-55). Nesse sentido, é relevante que, como já mencionado, o projeto comece com o estranhamento de Aleksievitch por não só encontrar uma mulher militar, mas ainda uma francoatiradora. O espanto indica a “antinaturalidade” e o esforço para entender melhor essa experiência aparentemente contraditória. Nas palavras da autora,

Depois dos primeiros encontros...

O espanto: mulheres que tiveram profissões militares — enfermeira-instrutora, francoatiradora, atiradora de metralhadora, comandante de canhão antiaéreo, sapadora — agora são contadoras, auxiliares de laboratório, guias turísticas, professoras de escola... Os papéis lá e cá não combinam. Recordam como se não estivessem falando de si mesmas, mas de outras garotas. Hoje, se espantam consigo. E aos meus olhos a história vai “se humanizando”, ficando mais parecida com a vida comum. Surge outra interpretação (Aleksievitch, 2016a, p. 13).

Essa perspectiva de Aleksievitch vai ao encontro das novas tendências dos estudos sociais que buscam priorizar elementos da vida privada que por muito tempo não foram considerados de interesse científico, com o intuito de

[...] superar a história do cotidiano como sendo terreno estático de hábitos e rotinas obscuras. Ele seria o universo das tensões, de movimentos de confrontos, de formas peculiares de ser, de resistência/luta, de integração/diferenciação, de permanência/transformação evidenciando toda sua potencialidade como espaço para recriar, ressignificar e restaurar as tramas da vida (Matos, 2002, p. 26 apud Possas, 2019, p. 36).

Nesse contexto,

O cotidiano apresenta-se como um campo de múltiplas possibilidades e intersecções, que aproximam e diluem as polaridades público/privado, razão/paixão, tempo/espaço,

sujeito/objeto, permitindo observar as articulações, as infinitudes de tramas que, de maneira contínua, se compõem e recompõem (Possas, 2019, p. 37).

Aleksiévitch se inscreve nesse movimento ao tentar encontrar em acontecimentos extremos não “grandes personagens” ou “lideranças heroicas”, mas relatos comuns, aparentemente banais, como uma forma de “[...] enquadrar a catástrofe no contorno do cotidiano [...]” (Aleksiévitch, 2016b, p. 24). Na visão da autora, essa é a única forma de entender efetivamente o ser humano, procurando pela pessoa soterrada pelos eventos, não só como testemunhas, mas também atores e criadores (Aleksiévitch, 2016a, 2016b; Marchetto, 2024): “Não precisamos seguir o cânone tradicional, é possível encontrar novos caminhos” (Aleksiévitch, 2016 apud Marchetto, 2024, p. 15). Por isso, é particularmente significativo que a entrevista inicie com uma recusa – a dimensão de gênero é destacada desde a apresentação de Maria aos leitores com a descrição de sua vida “normal” e a sua aparência física, assim como sua primeira reação ao ouvir Aleksiévitch:

... Uma mulher pequena, com uma longa trança em torno da cabeça, como uma coroa de moça, estava sentada em sua poltrona, cobrindo o rosto com as mãos: ‘Não, não vou. Voltar para lá? Não consigo... Até hoje não assisto filmes de guerra. Na época eu era menina de tudo. Sonhava e crescia, crescia e sonhava. E de repente veio a guerra. Tenho até pena de você... Sei do que estou falando... Você quer mesmo saber disso? Pergunto como se fosse para minha filha’ (2016a, p. 45, grifos nossos).

Esse trecho também é uma espécie de prelúdio da experiência pela qual a própria jornalista passaria ao longo dos anos durante a escrita do livro, que Aleksiévitch chama de “sua guerra”. Aqui, mais uma vez, ela se coloca diretamente no diálogo com as interlocutoras ao se apresentar como a testemunha-observadora delas, ou melhor, como “[...] um grande ouvido, sempre voltado para outra pessoa” (Aleksiévitch, 2016a, p. 16), passando por um processo de transformação simultâneo ao de suas personagens. Como ela explica:

Tive minha guerra... Percorri um longo caminho junto de minhas personagens. Como elas, por muito tempo não acreditei que nossa Vitória tivesse dois rostos — um maravilhoso, outro terrível, cheio de cicatrizes, insuportável de olhar. “No combate corpo a corpo, ao matar uma pessoa, a gente olha nos olhos. Não é a mesma coisa que jogar bombas ou atirar da trincheira”, me contavam. Escutar uma pessoa contando como ela matou e morreu é a mesma coisa — você olha nos olhos... (Aleksiévitch, 2016a, p. 43)

Esse envolvimento foi primordial para a construção artística a qual a autora se propõe porque como aponta Bakhtin (2002), nada pode ser criado da perspectiva de um “terceiro” indiferente, já que é através do diálogo e das relações dialógicas que os sujeitos mostram sua visão de mundo. Nesse contexto,

[...] os momentos concludentes, conscientizados pelo próprio homem, inserem-se na cadeia da sua consciência, tornando-se autodefinições passageiras e perdendo sua força concludente. As palavras concludentes estariam fora do todo dialógico, coisificariam e humilhariam o ser humano enquanto indivíduo, razão por que se faz

necessário escutá-lo, deixá-lo falar, provocá-lo socraticamente para que externar em discurso e como discurso sua visão de mundo (Bezerra, 2002, p. IX).

Desse modo, é através do diálogo que o autor constrói não só suas personagens, mas também a si mesmo, na medida em que revela a sua individualidade e a sua subjetividade em todos os elementos da obra: no estilo, na visão de mundo, na composição etc. (Bakhtin, 2016). Na perspectiva da composição do livro, um dos principais elementos que destacamos é a forma pela qual os relatos são contados: a repetição rítmica, que é utilizada em diversos testemunhos como uma ferramenta narrativa com diferentes sentidos e conotações ao longo da história. Aqui, a repetição adquire um novo significado em cada nova posição, utilizada ora para demonstrar a incredulidade da pessoa do presente com a experiência da sua juventude, ora como forma de convencer o ouvinte da credibilidade de sua história e “amarrar” tudo em uma narrativa mais ou menos coesa. Nesse contexto, como escreve Bakhtin, “No âmbito de um mesmo enunciado, a oração pode repetir-se (a repetição, a citação de si mesma, o involuntário), mas a cada vez ela é sempre uma nova parte do enunciado, pois mudou de lugar e de função na plenitude do enunciado” (Bakhtin, 2016, p. 79).

É o que podemos observar no primeiro capítulo, quando Maria repete “É, pois é” e Klávdia “É... Não dá pra esquecer” e por fim, “Como ia me esquecer disso?” (Aleksiévitch, 2016a, p. 58). Da mesma forma, Anna Ióssifovna Strumílina repete “Veja só que coisa!” (p. 90-92) e Olga Vassílievna Podvíchenskaia “Você imagina?”, a partir do que seu marido, Saul Guénrikhovitch, conclui: “Você não imagina... Não imagina!” (p. 140). Aqui, a interrogação se transforma em uma negativa categórica ao longo da história, de modo que se a interrogação “você imagina?” ainda tenta de alguma forma incluir o espectador no diálogo, a negação o afasta, pois se a outra pessoa não compartilhou aquela experiência terrível, não pode nem começar a tentar compreendê-la. Esse é um aspecto notável de ser observado nesse monólogo específico porque Saul, veterano da Infantaria, representa aqui uma espécie de contraponto masculino à guerra “feminina” de Olga, ecoando o título do capítulo “Em nossa casa, existem duas guerras...”. Mesmo que ele conte que pegou o hábito de dizer “Você não imagina” de sua esposa, a conotação que ele dá é marcadamente distinta da dela, mostrando que cada enunciado é único, mesmo quando em diálogo direto com outros discursos (Bakhtin, 2016).

A utilização dessa repetição também é particularmente interessante no relato de Nadiéjda Vassílievna Aníssimova, enfermeira-instrutora, pela contraposição que ela faz através dela, como podemos ler em:

Aos dezenove anos recebi a Medalha por Bravura. Aos dezenove anos meus cabelos ficaram brancos. Aos dezenove anos, na última batalha, um tiro pegou meus dois pulmões, a segunda bala passou no meio de duas vértebras. Minhas pernas ficaram

paralisadas... E fui dada como morta... *Aos dezenove anos...* Minha neta tem essa idade agora. Olho para ela e não acredito. É uma criança! (Aleksiévitch, 2016a, p. 77, grifos nossos).

Esses aspectos são fundamentais para a compreensão do texto na medida em que eles ajudam a construir a história. Outro elemento que pode ser salientado é a alternância dos sujeitos ao longo do relato. Isso é particularmente fácil de ser observado ao retomarmos mais uma vez o capítulo de Olga Vassílievna Podvíchenskaia: a interlocutora, ao contar suas experiências, por vezes narra em terceira pessoa, utilizando “as meninas” ou “as mulheres”, demonstrando uma tentativa de se afastar do episódio em questão e por vezes se inclui, utilizando a primeira pessoa do plural como “nós, mulheres” ou “a gente”, aludindo a uma espécie de mulher ideal que personificaria todas as virtudes e características ditas como femininas, da qual ela às vezes se aproxima e às vezes se afasta.

Ela ainda salienta que “[...][c]laro, também ríamos e nos divertíamos, mas nada era como antes da guerra...” (p. 139), de modo que, a ingenuidade, vista como uma espécie de “essência” feminina e o que a definiria enquanto “garota”, se perdesse. Portanto, como muitas interlocutoras contam, as meninas que foram para a guerra de certa forma nunca retornaram dela, causando uma espécie de alienação entre a “eu” do passado, que representaria sua juventude, seus sonhos, sua coragem e inocência, e a “eu” do momento do relato, uma mulher idosa que revisita suas memórias depois de décadas de mudança social, política, cultural e subjetiva (Aleksiévitch, 2016a). Dois relatos em particular demonstram bem isso: a história de Maria Aleksándrovna Árestova, que se tornou a primeira mulher maquinista soviética e a de Elena Boríssovna Zviáguintseva, arqueira, ambos na perspectiva de mulheres idosas que rememoram o passado não necessariamente com saudosismo, mas com um certo afeto, porque não se tratava apenas de um momento histórico, mas de sua juventude, de quem elas foram e não podem ser mais. Nas palavras de Aleksiévitch (2016a, p. 24): “[...] elas são apaixonadas pelo que aconteceu com elas, porque não se trata só da guerra, mas também de sua juventude.” Como podemos ver a seguir, Maria Aleksándrovna Árestova diz:

Eu trabalhava desde 1929 nas ferrovias. Era ajudante de maquinista. Naquela época não havia mulheres maquinistas em nenhum lugar na União Soviética. E eu sonhava com isso. O chefe do depósito de trens a vapor não sabia o que fazer: ‘Ah, essa menina, tinha que ter uma profissão de homem’. Mas eu consegui. E em 1931 me tornei a primeira... Eu era a primeira mulher maquinista. Você não vai acreditar, mas quando eu conduzia a locomotiva a vapor juntava gente nas estações: ‘Tem uma menina conduzindo o trem’. [...] Na evacuação, eu e meu filho fomos mandados para Uliánovsk, para a retaguarda. [...] Todos me adoravam. Mas é claro! Uma mulher maquinista, e ainda a primeira... Você não vai acreditar, morei lá por pouco tempo, menos de seis meses. Não aguentava mais: como assim, todos defendendo a pátria e eu sentada em casa? Veio meu marido: ‘E então, Marússia, vai ficar na retaguarda?’ ‘Não’, falei, ‘vamos.’ [...] A locomotiva é a minha vida, minha juventude, o que tenho

de mais bonito na vida. Mesmo agora eu gostaria de conduzir trens, mas não me deixam: estou velha (p. 354-355).

Da mesma forma, Elena Boríssova Zviáguintseva relata:

Sou que nem uma pega, uso de tudo, e sempre brilhante. Ninguém acredita que estive na guerra. Eu mesma já não acredito. Nesse minuto que estamos aqui sentadas, conversando, eu não acredito. Mas tenho no porta-joias uma Ordem da Estrela Vermelha... A ordem mais enfeitada... Não acha bonita? Deram para mim de propósito. Hahaha. Mas sério... É para a história, sim? Esse negócio está gravando, não é?... Então é para a história... Vou dizer o seguinte: *sem ser mulher não dá para sobreviver na guerra*. Nunca tive inveja dos homens. Nem na infância, nem na juventude. Nem na guerra. *Sempre fui feliz por ser mulher*. [...] Eu via com que admiração os homens olhavam para um bom revólver, isso para mim era incompreensível. *Eu sou mulher*. Por que fiquei sozinha? Tive namorados. Não me faltava namorado... Mas veja, estou sozinha... Eu mesma me alegro. Todas as minhas amigas são jovens. Amo a juventude. Tenho mais medo da velhice do que da guerra. Você veio tarde... Agora penso na velhice, e não na guerra. (p. 377, grifos nossos).

O testemunho de Elena é interessante porque nos mostra uma perspectiva incomum: a de que não apenas é possível ser mulher na guerra, ao contrário das crenças habituais de que ela seria intrinsecamente oposta a uma suposta natureza feminina, mas de que ainda *só* é possível sobreviver a ela sendo mulher. Esse posicionamento pode ser uma possível resistência às pressões sofridas na guerra por uma mulher forte, militarizada e que por vezes aparece como uma espécie de “mulher-homem”, como observa Thaiz Senna (2021). Assim, o ato de se decorar, “enfeitar”, com diversos tipos de acessórios e coisas brilhantes, como conta Elena, pode ser uma forma de “apagar a herança masculina que a guerra deixou em seu corpo” (Senna, 2021, p. 534), causando uma ruptura entre a “eu” do passado e a “eu” do presente que pode ser vista no trecho “Ninguém acredita que estive na guerra. Eu mesma já não acredito”. Além disso, podemos notar que as reiteradas afirmações de sua feminilidade por parte de Elena possivelmente podem estar relacionadas com o seu confesso temor de envelhecer, de não ser mais vista na mesma ótica que em sua juventude, já que como Kurkijärvi (2010) nos mostra, a mulher idosa na sociedade russa em grande parte não é mais vista como mulher.

Assim, o que podemos ver nos trechos acima é que

O sujeito que narra atribui sentidos, detalhes pormenorizados que ele inclui no seu relato e que ele só sentiu e viveu. A rememoração do passado não é uma escolha, mas uma condição da existência; é a ligação do passado com a subjetividade que é rememorada no presente. As noções de história e discurso (narrativas) [...] desdobram-se em duas temporalidades: o momento de contar e o tempo do narrado; logo, há uma dimensão reflexiva original do sujeito. Narrar uma experiência “fictícia” do tempo fica ligado ao tempo em que se inscreve essa experiência. (Possas, 2019, p. 78).

Nessa perspectiva,

A memória, acionada pelas lembranças, afloravam, fragmentadas, improvisadas, mas tentando enfrentar as contradições entre o relato situado entre o passado e o tempo presente [...] deixando transparecer os lapsos, as fragmentações de tempos vivenciados e os silêncios oportunos sobre alguma coisa que não era para ser dita (Possas, 2019, p. 41).

Na medida em que cada elemento, dos seus aspectos mais técnicos até as escolhas artísticas de Aleksiévitich, constrói a narrativa do livro, é relevante para a análise também que cada um dos seus aspectos seja questionado, da escolha das entrevistadas até a escolha dos temas e a composição dos capítulos. A própria autora comenta em alguma medida sobre isso quando escreve sobre como orientou suas escolhas:

Já começo pensativa: como escolher entre dezenas de endereços? Num primeiro momento eu gravava todas as que encontrava. Me indicavam outros contatos em corrente, ligavam uma para a outra. Me convidavam para os encontros, ou então simplesmente para ir à casa de alguém para uma torta com chá. Comecei a receber cartas do país inteiro, também trocavam meu endereço nas cartas das veteranas. Escreviam: “Você já é uma das nossas, já é uma garota do front”. Logo ficou claro que não seria possível gravar entrevistas com todas, era preciso estabelecer algum critério de seleção e busca. Mas qual? Depois de classificar os endereços que tinha, formulei assim: tentar entrevistar mulheres de diferentes profissões militares. Cada um de nós vê a vida segundo sua atividade, segundo seu lugar na vida ou nos acontecimentos de que participa. Podemos pressupor que a enfermeira viu uma guerra, a padeira viu outra, a paraquedista uma terceira, a piloto viu uma quarta, a comandante de um pelotão de atiradores de fuzil uma quinta... Cada uma delas esteve na guerra que existia em seu raio de visão (Aleksiévitch, 2016a, p. 144)

Um ponto que merece atenção é que ainda que ela escreva isso, a maior parte das mulheres que ela escolheu como protagonistas atuaram direta ou indiretamente em trabalhos relacionados ao cuidado, atividades que majoritariamente já eram entendidas como femininas desde a segunda metade do século XIX. Dos 7 capítulos com entrevistas longas, por exemplo, 5 são sobre enfermeiras, uma das formas mais comuns da contribuição das mulheres ao esforço de guerra. Entretanto, ainda que esses testemunhos evoquem menos estranhamento do que os de mulheres atuando diretamente em combate, Cynthia Enloe (2000, p. XII, tradução nossa)⁶³ considera fundamental nos dedicarmos a pensar também esses tipos de experiências militarizadas, “[...] a fim de compreender plenamente o que acontece quando as mulheres são autorizadas, em número limitado, a servir como soldados em forças armadas ainda masculinizadas”.

Além disso, como Beate Fieseler, M. Michaela Hampf e Jutta Schwarzkopf (2014) apontam, quando se considera enfermeiras e médicas servindo no front, frequentemente são menosprezados ou subestimados o quão brutal e ameaçadoras são suas condições de trabalho, nas quais frequentemente o cuidado dos feridos era indissociável do combate em si. Uma das entrevistadas de Aleksiévitich, Maria Seliviôrstovna Bojok, descreve que frequentemente o fardo mais pesado é se tornar a cuidadora principal ou exclusiva de um corpo ferido durante a guerra. Da mesma forma, outra enfermeira não identificada narra: “E como são pesados os

⁶³ Original: “[...] in order to make full sense of what happens when women are permitted in limited numbers to soldier in still-masculinized militaries.”

feridos no inverno... As *guimnastiorki* ficavam duras de sangue e água congelada, os coturnos cheios de sangue e gelo, não tinha como cortar. Todos ficavam frios feito cadáveres.” (Aleksiévitch, 2016a, p. 167). Como analisa Kirsi Kurkijärvi,

[...] as ‘partes quebradas’ dos corpos feridos são cuidadas pelas enfermeiras. O cuidado por outra pessoa e pela dor corporal dessa outra pessoa se estende até o membro amputado que a enfermeira carrega cuidadosamente ‘como um bebê’, tentando evitar que o paciente ou a paciente veja a verdade dura de sua condição. A enfermeira em si, entretanto, vive com ela e se lembra da dor de novo e de novo em seus sonhos. A dor da guerra não era sempre causada pelas batalhas e pelas bombas, mas pelo trabalho físico pesado (Kurkijärvi, 2010, p. 124-125, tradução nossa)⁶⁴.

Como pode ser visto no trecho, o trabalho de cuidado não estava limitado ao serviço médico, mas havia ainda todo um trabalho emocional envolvido, pois era considerado tarefa das mulheres “consolarem” e reabilitarem os homens muitas vezes às custas de seu próprio sofrimento. Como Susan Grant (2018) aponta, era função das enfermeiras não só cuidar dos seus pacientes e lutar por eles quando necessário, mas elas ainda tinham o “dever moral” de animar os soldados e preservar o “espírito moral” das tropas. Como conta Vera Vladímirovna Cheváldicheva,

Passei a guerra toda sorrindo... Achava que devia sorrir o máximo possível, porque uma mulher deve iluminar. Antes de ser mandada para o front, um velho professor nos ensinava: ‘Vocês devem dizer a cada paciente que o ama. *O seu remédio mais potente é o amor*. O amor preserva, dá forças para sobreviver’. O ferido estava chorando de tanta dor, e você dizia para ele: ‘Ah, meu queridinho. Ah, meu benzinho...’. ‘Você me ama, irmãzinha?’ (Eles chamavam todas nós, jovens, de irmãzinhas.) ‘Claro, amo. Só se recupere logo.’ *Eles podiam se ofender, xingar, mas nós, nunca. Por uma palavra grosseira éramos punidas até com a prisão*. Era difícil... Claro, era difícil... Até subir no veículo de saída quando só havia homens em volta. Os caminhões eram altos, uns veículos médicos especiais. Vá se enfiar lá no alto! Tente... (Aleksiévitch, 2016a, p. 239, grifos nossos).

Isso muitas vezes incluía o conforto físico, emocional, e até mesmo sexual dos feridos, como pode ser visto nos seguintes trechos:

Estávamos saindo do cerco... Não importa para onde fôssemos, havia alemães por todos os lados. Decidimos que de manhã entrariamos em combate. Se íamos morrer de qualquer forma, melhor ter uma morte digna. Em combate. Havia três moças. À noite, elas saíram com todos os que puderam... Nem todos conseguiam, claro. Os nervos, você entende. É assim... Todos estavam se preparando para morrer (Aleksiévitch, 2016a, p. 31).

Da mesma forma,

Eu estava no turno da noite... Entrei na enfermaria de feridos em estado grave. Um capitão estava deitado... Os médicos tinham me avisado antes do turno que ele morreria à noite. Não chegaria até a manhã... Perguntei para ele: ‘E então? Em que posso ajudar?’. Nunca vou me esquecer... Ele de repente sorriu, um sorriso tão

⁶⁴ Original: “[...] the ‘broken pieces’ of the wounded bodies are taken care of by the nurses. The caring for someone else and someone else’s bodily pains extends all the way to the amputated limb that the nurse carries carefully ‘like a baby’, trying to avoid the patient seeing the harsh truth of his or her condition. The nurse herself, however, lives through and remembers the pain again and again in her dreams. The pain of the war was not always caused by battles and bombings, but by heavy physical work.”

luminoso em um rosto esgotado: ‘Abra o seu avental... Me mostre seu seio... Há muito tempo não vejo minha mulher...’. Fiquei desnorreada, eu nunca tinha nem dado um beijo. Respondi algo para ele. Saí correndo e voltei uma hora depois. Ele estava morto. E ainda tinha aquele sorriso no rosto... (Aleksiévitch, 2016a, p. 30).

Outro ponto que precisa ser mencionado é que embora essas expectativas fossem maiores para as enfermeiras, não estavam limitadas a elas; em vários relatos ao longo do livro era esperado das mulheres que performassem esse tipo de trabalho de cuidado, mesmo quando elas não possuíam nenhum treinamento médico ou similar, às vezes como uma forma de “mantê-las seguras” do front (Aleksiévitch, 2016a). A seguir, discutiremos mais a fundo os relacionamentos entre homens e mulheres no front, tanto em uma perspectiva mais geral sobre os relacionamentos interpessoais estabelecidos nas trincheiras, como na produção de masculinidades e feminilidades nos campos de batalha que frequentemente entravam em conflito, especialmente do final da guerra em diante.

3.3 “Só que naquele caso era amor”: romance, estupro e violência

A ruptura social causada pela experiência no front significou uma flexibilização nas normas morais para as mulheres, mas ao mesmo tempo as tornou mais vulneráveis aos avanços sexuais indesejados de seus companheiros e superiores que majoritariamente as viam como potenciais parceiras sexuais antes de qualquer outra coisa. Em um estudo sobre a masculinidade no front através da perspectiva do romance em unidades mistas, Steven Jug (2012) observa que é através da atuação em batalha que os recrutas se tornavam “verdadeiramente” homens, adotando uma série de comportamentos que demarcava quem fazia/podia fazer parte da “irmandade” militar e traçando uma linha clara entre um “nós” e “eles”, na qual qualquer tipo de característica desviante desse modelo era marginalizada e/ou tida como feminina, covarde e infantil. Isso incluía também os homens da retaguarda. Como o autor mostra,

Esse contraste esclarece o caráter generificado da afiliação dos homens do Exército Vermelho ao coletivo combatente que excluía os soldados de reforço chegando ao front. Homens vindo da retaguarda feminina não eram ainda irmãos no coletivo combatente. Em vez disso, eles precisavam provar a si mesmos como homens, acima de tudo em batalha, mas também através de normas de comportamento, como beber, que era uma forma de afiliação tradicionalmente masculina nas culturas russa e eslava (Jug, 2012, p. 325, tradução nossa)⁶⁵.

⁶⁵ Original: “This contrast sheds light on the gendered character of Red Army men’s affiliation with a combatant collective that excluded replacement soldiers arriving at the front. Men coming from the feminine rear were not yet brothers in the combatant collective. Instead, they had to prove themselves as men, in battle above all, but also through norms of behaviour, such as drinking, that were a traditionally masculine form of affiliation in Russian and Slavic cultures”

Nessa perspectiva, a retaguarda, caracterizada como “feminina”, era vista como menos importante e os seus soldados, ainda que cumprissem tarefas necessárias, teriam uma vida fácil em comparação aos que serviam diretamente no front, e por isso sua contribuição ao esforço de guerra seria inferior. Da mesma forma, os homens que lá serviam, ainda que também fossem militares, não eram considerados homens “de verdade” por estarem fazendo trabalho “de mulher” e, portanto, não estavam incluídos na irmandade combatente, dentre os *frontoviks* (Jug, 2012). Como conta o ex-comandante I. A. Levítski, um dos poucos homens entrevistados por Aleksiévitich nesse livro:

Em 1942... Fui designado comandante da divisão. O comissário do regimento avisou: ‘Estude, capitão: você não vai receber uma divisão comum, e sim uma de meninas. A metade do efetivo é de moças, e isso exige uma atitude especial, atenção e cuidados especiais’. Claro, eu sabia que havia moças servindo o Exército, mas não imaginava muito bem o que era. Nós, oficiais de carreira, observávamos um pouco ressabiados como o ‘sexo frágil’ dominaria a atividade militar, considerada desde tempos imemoriais uma ocupação masculina. Digamos que com enfermeiras estávamos acostumados. [...] Mas o que iam fazer aquelas meninas na artilharia antiaérea, onde era preciso levantar projéteis pesados? Como ia colocá-las na bateria, onde só havia um abrigo na terra, e o efetivo das guarnições também era composto por homens? Elas precisariam passar horas nos aparelhos, e eles são de metal, o assento dos canhões também era de metal, elas são moças, não podem. E, por fim, onde iriam lavar e secar os cabelos? [...] Confesso que estava um pouco incomodado: uma garota de guarda com um fuzil, uma garota na torre, de binóculos — eu viera da linha de vanguarda, do front. E elas eram tão diferentes: acanhadas, medrosas, manhosas, mas decididas, ardentes. Nem todos conseguem se submeter à disciplina militar, e a natureza feminina é oposta à ordem do Exército. Ora ela se esquecia do que fora ordenado, ora recebia uma carta de casa e passava a manhã inteira chorando. Você punia, mas depois cancelava a punição: dava pena. Eu pensava: ‘Estou perdido com essas daí!’ (Aleksiévitch, 2016a, p. 162-163).

Porém mais do que isso, como Jug (2012) salienta, os soldados utilizavam essas construções de gênero não só para determinar sua posição moralmente superior em relação a seus comandantes — que em grande parte tinham trabalhos administrativos, e, portanto, não eram soldados de “verdade” —, mas também para se impor às mulheres conforme sua presença aumentava no front, considerando-as majoritariamente como um recurso sexual a ser disputado. Assim, flertar com enfermeiras ou mensageiras era considerado um comportamento natural da experiência do front para os homens, enquanto as mulheres que engajavam nesse tipo de relacionamento seriam motivadas pela sua inerente fraqueza feminina que não podia suportar a realidade difícil da guerra e, portanto, as levaria a procurar “privilégios” e “tratamento especial” na cama de seus superiores (Jug, 2012). Entretanto, o testemunho das mulheres mostra o contrário, como pode ser visto no relato de Sófia K-vitch, enfermeira-instrutora que preferiu não ser identificada:

Você me pergunta sobre o amor? Não tenho medo de dizer a verdade... Eu era ECC, decifrando, ‘esposa de campo e campanha’. Esposa de guerra. A segunda. Ilegítima. Era o primeiro comandante do batalhão...

Eu não o amava. Era uma boa pessoa, mas eu não o amava. Fui para o abrigo de terra com ele uns meses depois. Onde ia me meter? Só havia homens à minha volta, melhor viver com um do que ter medo de todos. Nas batalhas não era tão terrível quanto depois, principalmente nos momentos de descanso, quando recuávamos para a reorganização. Quando estavam atirando, fogo aberto, eles te chamavam: ‘Irmãzinha! Irmãzinha!’, mas depois da batalha todos ficavam espreitando... À noite, não tinha como sair do abrigo... Outras meninas falaram disso, ou não admitiram? Acho que ficaram com vergonha... Ficaram caladas... Que orgulhosas! Tinha de tudo, porque a gente não queria morrer. É uma pena morrer quando você é jovem... E para os homens é difícil passar quatro anos sem uma mulher... No nosso Exército não havia bordéis e também não davam pílulas. Talvez em outros lugares cuidassem disso. Conosco, não. Quatro anos... Só os comandantes podiam se permitir algo, mas um soldado simples, não. Disciplina. Mas não se fala disso... Não é bem-aceito. Não... Eu, por exemplo, era a única mulher do batalhão, vivia no abrigo de terra comum. Junto com os homens. Separaram um lugar para mim, mas que separação podia ter? O abrigo todo tinha seis metros (Aleksiévitch, 2016a, p. 291).

Embora o relato de Sôfia K-vitch seja um dos poucos que mencione assédio e violência sexual abertamente, é um tema que tangencia o livro todo, que se faz ainda mais evidente pela sua ausência deliberada, na medida em que, como Aleksiévitch (2016a) coloca, tanto as palavras como o silêncio podem ser vistos como um tipo de texto. Aqui, o trabalho de Thaiz Senna (2021) com diários pode nos oferecer perspectivas valiosas já que, ao contrário de entrevistas e biografias, nesse tipo de fonte pressupõe-se que seu interlocutor seja privado, possibilitando uma liberdade consideravelmente maior para tratar de temas tabus como sexualidade que seria impossível para mulheres tratarem de forma “pública”, sob risco de prejudicarem sua reputação. Mais do que isso, no cenário hostil do pós-guerra não havia espaço para qualquer tipo de ambiguidade que “mancharia” a reputação das mulheres, especialmente as do front, que já estariam “contaminadas”.

Analisando o diário da francoatiradora Roza Chanina, Senna (2021) observa que em várias instâncias comandantes e oficiais de altas patentes tinham a presunção de obter “serviços” das mulheres no front ao oferecê-las privilégios como comidas, ingredientes diferenciados, presentes, tecidos etc. Um ponto importante apontado pela autora é que ainda que esse tipo de comportamento fosse naturalizado entre os homens, não o era entre as mulheres, que o viam como inadequado e tinham diversas formas de resistir a ele, da recusa direta à mobilização de uma rede de informações para advertir as novatas sobre oficiais que gostavam de tomar “liberdades” (Senna, 2021). Um dos poucos exemplos que podemos ver disso no livro de Aleksiévitch é no relato de Nina Iákovlevna Vichniévskaja:

E o tenente Micha T. — o comandante de batalhão estava ferido, e ele estava ocupando o posto, tinha uns vinte anos — começou a se lembrar de como adorava dançar e tocar violão. Depois perguntou:
 ‘Você já provou?’
 ‘O quê? Provei o quê?’, estava morrendo de fome.
 ‘Não o quê, mas quem... Moça!’
 Antes da guerra havia uns doces com esse nome.

‘Na-a-ão...’

‘Eu também ainda não provei. Veja, você vai morrer sem saber o que é o amor... Vão nos matar esta noite...’

‘Vá se danar, idiota!’, nessa hora entendi do que ele estava falando (Aleksiévitch, 2016a, p. 129).

Entretanto, nem sempre era possível resistir, como um excerto do diário de Roza comprova:

Então, na vida de uma das nossas, aconteceu uma rachadura, não por culpa dela: “[...] a partir de agora *eu não sou mais uma menina*”, - são as palavras dela. Pelo menos se fosse um que ela amava, mas foi para o primeiro que apareceu, e *quantos ataques ela tinha repelido!* Nos portões da minha reserva também mais de uma vez *teve inimigos, mas eles foram repelidos com sucesso*, será que algo assim pode acontecer com a gente? É bem provável, precisamos nos precaver. (Chánina, 2017 apud Senna, 2021, p. 353, grifos nossos).

Como Senna (2021) analisa, a palavra “rachadura” é aqui importante porque demonstra uma ruptura na vida da jovem, que já não seria mais uma “menina”, ou seja, não seria mais “pura”, e, portanto, não seria casável. O linguajar militar denota que a resistência à violência sexual “é uma defesa de si frente aos inimigos: [os] homens soviéticos do Exército Vermelho.” (Senna, 2021, p. 354), um inimigo tido como comum entre as garotas. Contudo, vale salientar que nessa e outras passagens, o principal a ser defendido não é necessariamente o corpo, embora também o seja, de forma indireta, é a sua virgindade, que representaria sua pureza em uma perspectiva moral (Senna, 2021). Isso pode ser visto nos seguintes excertos: “Por essa eu não esperava. Oh, Deus, você jura que elas são [virgens] e elas já tiveram tempo de aprontar. Elas se afundaram ao extremo. Entre as nossas, (...), (...), eu, (...) – essas são garotas com certeza, mas as demais, já tenho dúvida.” (Chánina, 2017 apud Senna, 2021, p. 338) e “Minha amiga Sachka e Toska casaram-se. Senhor! Sobraram quatro garotas, não, cinco, das vinte e sete” (Chánina, 2017 apud Senna, 2021, p. 356).

O uso da palavra “menina”/“garota” evidencia bem isso. De acordo com Brandon Schechter (2016), os termos “menina” ou “garota”, recorrentemente utilizados pelas veteranas para se referirem a si mesmas, implicam sua pureza sexual e como elas colocaram seu dever de defender a pátria acima de sua felicidade pessoal que seria alcançada nos papéis de namoradas, esposas e principalmente mães. Era uma forma de excluir a profanidade associada com a palavra “mulher” que se referia a uma pessoa sexualmente ativa que perdeu a virgindade. Nessa perspectiva, “[...] ‘garotas’ implicava lealdade absoluta à causa e integridade moral, enquanto ‘mulheres’ poderia implicar colocar o pessoal acima do político, uma forma de decadência moral através do sexo” (Schechter, 2016, p. 02, tradução nossa)⁶⁶. Como Aleksiévitch escreve,

⁶⁶ Original: “[...] ‘girls’ implied absolute loyalty to the cause and moral uprightness, while ‘women’ could imply placing the personal above the political, a form of moral decay through sex.”

O que terminou sendo inesperado para mim? Que, sobre o amor, elas falassem de forma menos franca do que sobre a morte. O tempo todo eu sentia que elas não contavam a história completa, sempre paravam em algum ponto. Protegiam isso diligentemente. Existia entre elas um acordo não dito: daqui para a frente é proibido. Baixa-se a cortina. Eu entendia do que elas se defendiam: das ofensas e calúnias do pós-guerra. Tinham levado a culpa! Depois da guerra, tiveram ainda uma outra guerra, não menos terrível do que aquela da qual voltavam. Se alguém decidia ser sincera até o fim, se deixava escapar uma confissão desesperada, invariavelmente vinha o pedido no fim: “Mude meu sobrenome”, ou “Na nossa época não era permitido falar disso em voz alta... era indecente...”. (Aleksiévitch, 2016a, p. 279).

Além disso, de acordo com Jug (2012), na visão dos soldados, as mulheres ainda tinham um “trunfo” em relação aos homens: através da gravidez, elas podiam ser mandadas para casa e assim escapar do sofrimento coletivo do front sem “grandes consequências”. Como o autor coloca, isso era considerado outra evidência do egoísmo e da fraqueza que fundamentariam a feminilidade do front na perspectiva dos soldados: as mulheres seriam inerentemente individualistas ao buscar privilégios especiais só para si mesmas, de forma que assim elas seriam incapazes de se tornarem efetivamente parte da irmandade dos *frontoviks* (Jug, 2012). Entretanto, que tipo de “trunfo” seria esse? As mulheres que voltavam do front frequentemente não tinham apoio nem de sua família nem eram aceitas pela família do pai da criança, sendo ostracizadas socialmente em condições de vida precárias. Nina Leonídnovna Mikhai fala um pouco sobre isso em seu relato:

O nosso comandante de batalhão e uma enfermeira, Liuba Sílna... Eles se amavam! Todos viam isso... Ele ia para uma batalha, e ela... Dizia que não se perdoaria se ele morresse longe dos olhos dela, se ela não o visse em seu último minuto. ‘Que nos matem juntos’, dizia ela ‘que nos acertem com o mesmo projétil.’ Estavam se preparando para morrer juntos ou viver juntos. [...] Em uma batalha, o comandante do batalhão foi gravemente ferido, e Liuba teve um ferimento leve, um arranhão no ombro. Ele foi mandado para a retaguarda, ela ficou. Já estava grávida, ele deu uma carta a ela: ‘Vá para a casa dos meus pais. Aconteça o que acontecer comigo, você é minha esposa. Teremos nosso filho ou filha’.

Depois, Liuba me escreveu: os pais dele não a aceitaram e não reconheceram a criança. O comandante morreu (Aleksiévitch, 2016a, p. 299).

De forma semelhante, Sófía K-vitch, conta que após a morte do primeiro comandante, se apaixonou pelo segundo, que tinha uma esposa e dois filhos:

No fim da guerra eu engravidei. Queria tanto... Mas criei nossa filha sozinha, ele não ajudou. Não mexeu um dedo. Nem um presente, uma carta... um postalzinho. *Acabou a guerra, acabou o amor*. Como uma canção... Ele foi para a esposa legítima, para os filhos. Deixou uma foto de lembrança. E eu não queria que a guerra acabasse... Dá medo dizer isso... Abrir meu coração... Eu era louca. Estava apaixonada! *Sabia que o amor acabaria junto com a guerra. O amor dele...* Mas mesmo assim sou agradecida por esse sentimento que ele me deu, que conheci com ele. Eu o amei por toda a vida, carreguei esse sentimento por anos. Não tenho para que mentir. Já estou velha. Sim, por toda a vida! E não me arrependo.

Minha filha me repreendia: ‘Mamãe, por que você o ama?’. Mas eu amo... Há pouco tempo soube que ele morreu. Chorei muito. Eu e minha filha até brigamos por isso: ‘Por que está chorando? Ele já morreu há muito tempo para você’. Até agora eu o amo. Lembro da guerra como a melhor época da minha vida, eu era feliz...

Só lhe peço que não ponha meu sobrenome. Por minha filha... (Aleksiévitch, 2016a, p. 292, grifos nossos).

Contudo, mesmo quando não havia gravidez envolvida, a “contaminação” da experiência do front que mencionamos significava que as mulheres que serviram foram estigmatizadas como “putas” por não se enquadrarem na concepção idealizada de feminilidade do pós-guerra, por serem “impuras”. Em muitos aspectos, a experiência do front para as mulheres se tornou uma espécie de crime secreto pecaminoso, o que pode ser percebido em trechos como: “Me escondi com gosto. Minha mãe também me pedia: ‘Fique calada! Fique calada! *Não confesse*’” (Aleksiévitch, 2016a, p. 15, grifo nosso). Podemos notar que a utilização da expressão “não confesse” aqui já implica uma condenação moral que também pode ser vista em outros relatos. Como Klávdia S-va, uma francoatiradora que também preferiu não se identificar, conta:

Como a pátria nos recebeu? Não consigo contar sem soluços... Quarenta anos se passaram, e até hoje meu rosto queima. Os homens se calavam, mas as mulheres... Elas gritavam para nós: ‘Sabemos o que vocês faziam lá! Com as b... jovens seduziam nossos homens. P... do front. Cadelas militares...’. Nos ofendiam de várias maneiras... O vocabulário russo é rico... (Aleksiévitch, 2016a, p. 304)

Valentina Pávlovna Tchudáieva ainda vai além:

Ele [chefe do estado-maior] e meu marido conversaram, se lembraram... Começaram a falar sobre nossas meninas... E aí eu desandei a chorar: ‘Vocês falam de honra, de glória. Mas essas meninas estão quase todas sós. Solteiras. Morando em apartamentos comunitários. Quem teve pena delas? Quem as defendeu? Onde vocês foram parar depois da guerra? Traidores!’ Enfim, estraguei o clima de festa deles. O chefe do estado-maior estava sentado no seu lugar. ‘Mostre quem ofendeu você’, e bateu com o punho na mesa. ‘Só me mostre!’ E me pedia perdão: ‘Vália, não tenho o que falar para você, só posso chorar’. Mas não precisa ter pena de nós. Temos orgulho. Que reescrevam a história dez vezes. Com Stálin ou sem Stálin. Mas isso vai ficar: nós vencemos! E o nosso sofrimento também. Tudo o que aguentamos. Não são trastes e cinzas. É nossa vida. [...] Antes de ir, [...] [r]ejebo ainda uma longa lista com endereços e telefones: “Todas ficarão felizes em falar com você. Estão esperando. Vou explicar: é terrível lembrar, mas é mais terrível ainda não lembrar”. Agora entendo por que todas querem falar, apesar de tudo. (Aleksiévitch, 2016a, p. 159).

Um ponto que vale destacar é que esse tipo de reação não foi uma exclusividade da União Soviética nem desse período histórico (as mulheres estadunidenses que serviram na *Women’s Army Corps*, por exemplo, também foram difamadas de modo similar) – ou seja, há a presunção de uma suposta “degradação moral” que imprescindivelmente aconteceria pela inserção de mulheres em esferas entendidas como masculinas que, como Silvia Federici (2017) aponta, está intrinsecamente relacionada com a associação do trabalho feminino ao trabalho doméstico e de cuidado. Nesse sentido, a autora demonstra que por muito tempo, mesmo dentre a tradição socialista que se pretendia revolucionária, houve um discurso moralista sobre o trabalho feminino que recriminava implícita ou explicitamente as mulheres por uma suposta

degeneração moral da família e da sociedade como um todo. Da mesma forma, em uma etnografia realizada por Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2017, p. 10-11), os autores relatam a opinião pública a respeito dessas mulheres que eram empregadas em “trabalhos de homens”:

Dava para perceber que o subtexto, aqui, era moral: trabalhando como homem, Mariazinha trabalhava com homens; trabalhando com homens e sendo solteira, presumia-se que Mariazinha exerceria outras funções no campo além das estritamente agricultoras. Presumia-se, enfim, que Mariazinha era puta [...] Puta é termo usado [aqui] para indicar qualquer mulher cujo comportamento defronta as expectativas da família monogâmica e a dominação masculina.

Embora esse estigma e a necessidade de se provar “pura” fosse maior no caso das mulheres do front, claro, na retaguarda elas não estavam necessariamente “salvas”. As mulheres em territórios ocupados, por exemplo, como discutiremos a seguir, constantemente estavam sob suspeita direta ou indireta de colaboração com os alemães, por serem “facilmente seduzíveis”. Da mesma forma, de 1944 em diante diversas canções e poemas se tornaram populares ao estabelecer como condição do sucesso dos soldados no front a fidelidade de suas namoradas e esposas na retaguarda, já que de alguma forma eles sentiriam que tinham sido trocados/abandonados e agiriam com imprudência na batalha, resultando absurdamente em sua morte, como nos mostra Robert Rothstein (2012). De acordo com o autor, esse tipo de narrativa fornece uma clara divisão de trabalho: os soldados deveriam defender a pátria, enquanto suas esposas na retaguarda manteriam seu “amor” seguro, implicando aqui tanto que se manteriam “puras” até seu retorno, como que haveria um “lar” para retornarem (Rothstein, 2012).

Curiosamente, embora a fidelidade feminina fosse enfatizada e posta à prova o tempo todo, raramente a masculina é sequer mencionada, excetuando uma canção que o autor chama de “incomum”: nela, o eu lírico, uma jovem na retaguarda escrevendo para seu namorado/marido no front “[...] diz ao seu soldado que se ele for infiel a ela, ela se recuperará daquela ferida, mas se ele for infiel ao seu juramento militar, o desdém dela pela covardice dele nunca sumirá” (Rothstein, 2012, p. 187, tradução nossa)⁶⁷. Parece simbólico que a infidelidade masculina seja tida aqui quase como natural, sendo mencionada apenas no contexto de manutenção da hierarquia e obediência militares.

Além do estigma e da vulnerabilidade ao assédio de seus compatriotas a que as mulheres estavam sujeitas, também havia o risco da violência sexual do inimigo. Como relata outra enfermeira não identificada:

Os alemães não faziam prisioneiras de guerra... Se fosse uma mulher, fuzilavam na hora. Conduziam as mulheres diante das fileiras de soldados e mostravam: vejam, não

⁶⁷ Original: “[...] tells her soldier that if he is unfaithful to her, she will recover from that wound, but if he is unfaithful to his military oath, her disdain for his cowardice will never fade.”

são mulheres, são monstros. Sempre deixávamos dois cartuchos para nós mesmas: dois para o caso de a arma falhar. (Aleksiévitch, 2016a, p. 171).

Da mesma forma, Katherine Jolluck (2016, p. 525, tradução nossa)⁶⁸ escreve:

Através da ocupação, homens alemães com poder usaram chantagem sexual e oficiais de baixa patente frequentemente estupravam durante revistas em apartamentos. Interrogadores às vezes usavam estupro como tortura para extrair confissões, ou simplesmente para punir suas vítimas. Alemães respondiam com brutalidade particular às *partisans* russas que eles capturavam. Eles não apenas as espancavam, mas as estupravam e abusavam de seus corpos após a morte: eles gostavam, como um historiador nota, de cortar pedaços de carne em forma de estrela em seus seios.

Muitas também foram coagidas de diversas formas a trabalharem em bordeis militares organizados tanto pelo exército alemão como pelo italiano, como Katherine Jolluck (2016) e Raffaello Panacci (2020) apontam. Nos territórios ocupados pela Alemanha era frequente o estupro de mulheres soviéticas, que eram então taxadas de “colaboradoras” e vistas como traidoras do povo, por terem dormido com um alemão (Aleksiévitch, 2016a). O contrário também era verdade: com o avanço das tropas soviéticas em território alemão, o estupro foi utilizado como uma forma de “punir” as mulheres alemãs pela destruição causada pela guerra e como uma forma de demonstrar a “conquista” do território inimigo, estando as mulheres incluídas nessa perspectiva dentre os espólios de guerra que seriam “devidos” aos soldados soviéticos (Monte, 2010). Como Françoise Vergès (2021) aponta, o estupro e a agressão sexual contra as mulheres “inimigas” são uma tática militar central para a guerra, já que o estupro institui uma dominação heteronormativa virilista sobre o que os soldados entendem ser a “propriedade” de seus inimigos. Boa parte dos casos não eram punidos e/ou denunciados, mas um caso que chama atenção no livro de Aleksiévitch é o contado por A. Rátkina de um rapaz que se apaixonou por uma moça alemã:

Um de nossos oficiais se apaixonou por uma garota alemã... A notícia chegou aos superiores... Ele foi degradado e mandado para a retaguarda. Se tivesse estupro... É... Claro, acontecia... *Em nossa terra se escreve pouco sobre isso, mas é a lei da guerra. Os homens ficam tantos anos sem mulheres e, claro, havia o ódio.* Entrávamos em uma cidadezinha ou vila: os primeiros três dias eram saque e... Em segredo, óbvio... Você entende... Mas passados os três dias já era possível ir até para o tribunal. Num acesso de raiva. Mas por três dias bebiam e... Só que naquele caso era amor. O próprio oficial admitiu na seção especial: amor. Claro que isso era traição. Se apaixonar por uma alemã, pela filha ou esposa de um inimigo? Era... E... Bem, resumindo, tomaram as fotografias, o endereço dela. Claro... Eu me lembro... Claro, lembro de uma alemã estuprada. Ela estava deitada nua, com uma granada enfiada no meio das pernas... Agora dá vergonha, mas na época eu não sentia vergonha. Os sentimentos mudavam, claro. Sentíamos uma coisa nos primeiros

⁶⁸ Original: “Throughout the occupation, German men with power used sexual blackmail, and lower-ranking officials frequently raped during searches of apartments. Interrogators sometimes used rape as torture to extract confessions, or simply to punish their victims. Germans responded with particular brutality to female Russian *partisans* they captured. They not only beat them but raped them and abused their dead bodies: they were fond, one historian notes, of cutting star-shaped pieces of flesh from their breasts.”

dias e outra coisa depois... E alguns meses depois... (Aleksiévitch, 2016a, p. 364, grifos nossos)

A história chama a atenção porque logo em seguida ela menciona duas situações diferentes de violência sexual contra alemãs que não tiveram grande repercussão nem foram punidas da mesma forma que o oficial que havia se apaixonado: a primeira, mencionada no trecho acima de uma mulher estuprada com uma granada; e logo em seguida 5 moças que sofreram estupros coletivos durante a noite toda e por isso tinham graves ferimentos no próximo dia quando foram procurar o comandante do batalhão. Embora ele tenha se oferecido para fuzilar os responsáveis, o caso se encerrou com cada uma ganhando um pedaço de pão após um exame do ginecologista.

Ainda que esse seja um dos dois únicos relatos (o outro é de um soldado não identificado que descreve o estupro coletivo de meninas alemãs de 12 ou 13 anos⁶⁹) a narrar explicitamente a violência sexual contra mulheres alemãs, está implícito nos demais que a maioria das veteranas considerava mais ou menos justo que os alemães sofressem como elas tinham sofrido. Nessa perspectiva, sob a lógica da vingança qualquer violência contra o “inimigo” era não só permitida, mas silenciosamente encorajada e as mulheres alemãs eram os alvos primordiais dessa violência, pois a violação sexual seria uma forma de “humilhação nacional”, simbolizando a perda da honra tanto da mulher como da nação de forma geral (Enloe, 2000). Como Jolluck (2016, p. 527, tradução nossa)⁷⁰ escreve,

As mulheres foram alvo não apenas de políticas oficiais de derrotar, humilhar e exterminar populações inteiras, mas também de violências oportunistas. Ódio racial, étnico e de classe parecia justificar ou encorajar ferir e estuprar mulheres de povos conquistados. O significado de estupros em tempos de guerra variava com os responsáveis, as vítimas, o lugar, e o tempo. O estupro em diversas maneiras demonstrava a derrota total e a humilhação dos conquistados, sua existência além de normas legais ou morais. Ele ressaltava o poder absoluto dos ocupantes, seu direito de “tomar” o que eles quisessem.

⁶⁹ Foi um dos trechos cortados pela censura que Aleksiévitch descreve no primeiro capítulo: “Estávamos avançando... Os primeiros povoados alemães... Éramos jovens. Fortes. Estávamos havia quatro anos sem mulheres. Nas adegas havia vinho. Petiscos. Capturamos umas moças alemãs e... Dez homens estupravam uma. Não havia mulheres o suficiente, a população havia fugido do Exército soviético, pegamos as jovens. Meninas... Uns doze, treze anos... Se choravam, batíamos nelas, enfiávamos algo na sua boca. Elas sentiam dor e achávamos engraçado. Agora não entendo como pude... Um rapaz de família intelectual... Mas fui eu... A única coisa que temíamos era que nossas meninas soubessem. Nossas enfermeiras. Na frente delas tínhamos vergonha...” (Aleksiévitch, 2016a, p. 34-35).

⁷⁰ Original: “*Women were targeted not only as part of official policies to defeat, humiliate, and exterminate entire peoples, but also opportunistically. Racial, ethnic, and class hatred seemed to justify or encourage harming and raping women of the conquered peoples. The meaning of wartime rapes varied with the perpetrators, the victims, the place, and the time. Rape variously demonstrated the total defeat and humiliation of the conquered, their existence beyond legal or moral norms. It highlighted the absolute power of the occupiers, their entitlement to “take” what they wanted.*”

Em vista disso, a seguir discutiremos brevemente como as mulheres foram “reinseridas” na sociedade após o fim da guerra, tanto na perspectiva de sua autorrepresentação como em como foram representadas. Como já discutimos, o período imediato do pós-guerra foi caracterizado por um enrijecimento drástico dos papéis de gênero em prol de um retorno à “normalidade” visando primordialmente uma ordem de gênero mais conservadora. Nesse contexto, era responsabilidade das mulheres não só reconstruírem e repopularem o país através da maternidade, mas também reabilitarem os homens que retornavam do front com todo tipo de sequela física e psicológica, muitas vezes em detrimento de si mesmas.

3.4 “Os meninos corriam [...] e jogavam pedras... E as mulheres choravam...”: as representações das mulheres na guerra

As representações dos corpos femininos na guerra variam de descrições de dor extrema e degeneração a deslocamento e desconforto por não se encaixar nos padrões tradicionais de feminilidade. Levando em consideração que situações de conflito frequentemente relegam mulheres ao cargo de cuidadoras de alguém, é possível perceber um constante entrelaçamento entre dor e conflitos psicológicos e a dor física nos escritos de mulheres sobre a guerra (Kurkijärvi, 2010). Um dos arquétipos mais populares na literatura de guerra é justamente a mulher que espera, que se mantém passiva e imóvel como que congelada no tempo quando o soldado a deixa para ir para o front, com uma calma e paciência maternal ilimitada persistente – Penelope esperando Odisseu, por exemplo (Kurkijärvi, 2010). Na literatura soviética de guerra, essa imagem se torna cada vez mais presente a partir de 1944 quando as narrativas sobre o heroísmo cedem gradativamente lugar para a recepção e a cura desses soldados que começavam a voltar para casa (Krylova, 2001). Nessa perspectiva, era considerada responsabilidade das mulheres enquanto esposas, mães e noivas acolher de volta o soldado mutilado e traumatizado. De acordo com Rothstein (2012), a fórmula do soldado, calmo e estoico em batalha confortado pela crença de que sua esposa devota o amará e receberá com lágrimas não importa o que aconteça com ele se tornou tão popular que persistiu até a década de 1970. Como Anna Krylova coloca,

Nessas narrativas de cura tem quase por necessidade um Outro que vai reconhecer o soldado traumatizado e mutilado. Com maior frequência, os escritores soviéticos designaram esse papel de “curador da alma”⁷¹ para a mulher soviética dentro do âmbito da família. Imagens de esposas recebendo maridos mutilados e traumatizados [...] funcionavam como uma promessa e esperança para os homens e uma sugestão e instrução para as mulheres. As mulheres deveriam reconhecer nos homens

⁷¹ A expressão “ferida da alma” é utilizada para se referir ao trauma e ao sofrimento provenientes da experiência de guerra, que frequentemente eram piores que os ferimentos físicos.

deformados, mutilados seus antigos eus masculinos, ver neles sua antiga força e beleza e prover suas próprias partes do corpo saudáveis como substitutas para aquelas desaparecidas ou disfuncionais [nos soldados]. A criação de uma vida familiar privada na qual homens mutilados seriam capazes de tomarem seu “familiar lugar à cabeceira da mesa” se tornou um tema narrativo central na literatura soviética, o que explica porque o lar era o principal local da ação literária (Krylova, 2001, p. 324-325, tradução nossa)⁷²

Isso implicou no apagamento direto não só das mulheres que serviram no front, mas das experiências de guerra das mulheres de forma geral. Como Anna Krylova (2001) escreve, nessa nova forma de representação as heroínas têm duas características comuns: a força psicológica, capaz de aguentar e suportar os horrores pelos quais seus maridos/filhos passaram no lugar deles, e a integridade física. Nos raros casos em que as mulheres que lutaram são representadas, é destacado o como a experiência do front as desfeminizou, já que elas teriam perdido sua “natureza” feminina e por isso seriam incapazes de curar os homens dos traumas de guerra. Isso pode ser visto, por exemplo, na história de Ekaterina Nikítitchna Sánnikova:

Depois da guerra...

Eu morava em uma *kommunalka*. Todas as minhas companheiras de apartamento tinham marido, me ofendiam. Humilhavam: ‘Ha-ha-a... Conte como você f... com os homens lá’. Jogavam vinagre na minha panela de batata. Botavam uma colher de sal... Ha-ha-a...

Meu comandante deu baixa. Ele veio me encontrar e nos casamos. Registramos no cartório e pronto. Sem casamento. Um ano depois ele foi embora com outra mulher, a chefe do refeitório da nossa fábrica: ‘Ela cheira a perfume, você fede a botas e trapos’. Agora, vivo sozinha. Não tenho ninguém em todo o mundo. Obrigada por ter vindo... (Aleksiévitch, 2016a, p. 293)

Da mesma forma, Aleksiévitch conta que em uma conversa no trem, alguns veteranos a contaram o seguinte:

“Encontrei muitas moças bonitas no front, mas não as via como mulheres. Na minha opinião, porém, eram moças maravilhosas. Porém eram nossas amigas, que nos arrastavam para fora do campo de batalha. Nos salvavam, cuidavam de nós. Duas vezes me arrastaram, ferido, para fora do campo. Como posso ter uma visão negativa delas? Mas você se casaria com um irmão? Nós as chamávamos de irmãszinhas.”

“E depois da guerra?”

“Quando a guerra acabou, elas ficaram terrivelmente indefesas. Minha esposa, por exemplo, é uma mulher inteligente, mas tem uma visão negativa de mulheres militares. Acha que elas iam para a guerra procurar noivo, que todas tinham casos por lá. E apesar disso, na verdade, se a gente pode falar francamente, elas eram, em sua maioria, mulheres direitas. Puras. Mas depois da guerra... Depois da sujeira, depois dos piolhos, depois das mortes... A gente queria algo bonito. Claro. Mulheres bonitas... Eu tinha um amigo; no front, uma moça maravilhosa, pelo que me lembro, se apaixonou por ele. Uma enfermeira. Mas ele não casou com ela: deu baixa e

⁷² Original: “In these healing narratives there is almost by necessity an Other who will recognize the traumatized, mutilated soldier. Soviet writers most frequently assigned the role of soul-healer to the Soviet woman, within the realm of the family. Images of wives welcoming mutilated and traumatized husbands [...] functioned as a promise and hope for men and as a suggestion and instruction to women. Women were to recognize in deformed, mutilated men their former masculine selves, to see in them their former strength and beauty, and to provide of their own healthy body parts substitutes for those missing or dysfunctional. The creation of a private family life in which mutilated men would be able to take their “familiar place at the head of the table” became a central narrative theme in Soviet literature, and this explains why the home was a main locus of literary action.”

encontrou para si uma outra, mais bonitinha. E é infeliz com a esposa. Agora fica lembrando da outra, do seu amor de guerra, essa sim, seria uma amiga. Depois do front ele a deixou porque tinha passado quatro anos vendo a moça com botas gastas e casaco acolchoado masculino. Tentávamos esquecer a guerra. E também esquecíamos nossas meninas...” (2016a, p. 119)

Esse tipo de cenário era em alguma medida antecipado pelas próprias jovens, que a partir dos momentos finais da guerra começaram a se preocupar com seu destino após a desmobilização, tanto de uma perspectiva prática como moral. Como conta Klávdia S-va,

Me tornei francoatiradora. Podia ficar nas comunicações, era uma profissão útil, tanto na guerra quanto em tempos de paz. Uma profissão feminina. Mas disseram que era preciso atirar, eu atirava. Atirava bem. Recebi duas Ordens da Glória, quatro medalhas. Por três anos de guerra. Gritaram para nós: Vitória! Anunciaram: Vitória! Lembro do meu primeiro sentimento, alegria. E na mesma hora, no mesmo minuto, medo! Pânico! Como ia continuar a vida? Papai tinha morrido perto de Stalingrado. Meus dois irmãos mais velhos foram dados como desaparecidos no começo da guerra. Sobramos mamãe e eu. Duas mulheres. Como íamos viver? Todas nós, meninas, ficávamos pensando nisso... Nos reunimos à noite no abrigo de terra... Em nossas conversas, dizíamos que a vida estava só começando. Alegria e medo. Antes tínhamos medo da morte, agora, da vida... Era igualmente assustador. Verdade! (Aleksiévitch, 2016a, p. 304).

Da mesma forma, Valentina Pávlovna Tchudáieva também conta:

Fomos para o front com dezoito, vinte anos, e voltamos com vinte, 24. No começo era muita alegria, depois o medo: o que vamos fazer na vida civil? Um medo diante da vida em tempos de paz... As amigas da universidade já tinham se formado, e nós? Não estávamos adaptadas a nada, não tínhamos nenhuma formação profissional. Só conhecíamos a guerra, só o que sabíamos fazer era a guerra. Queríamos nos afastar da guerra o quanto antes. Rapidinho usei o capote para costurar um casaco, troquei os botões. Vendi os coturnos em uma feira e comprei sapatos. Na primeira vez que usei um vestido, me afoguei em lágrimas. Eu mesma não me reconhecia no espelho, estava havia quatro anos usando calças. Para quem eu ia dizer que estava ferida, lesionada? Você experimenta dizer, depois quem vai lhe dar um emprego, quem vai casar com você? Ficávamos caladas feito peixes. Não confessávamos para ninguém que tínhamos lutado no front. Mantivemos a ligação entre nós, trocávamos cartas. Depois de trinta anos começaram a nos homenagear... Convidavam para encontros... No começo nos escondíamos, não usávamos nem as medalhas. Os homens usavam, as mulheres não. Os homens eram vencedores, heróis, noivos, a guerra era deles; já para nós, olhavam com outros olhos. Era completamente diferente... Vou lhe dizer, tomaram a vitória de nós. Na surdina, trocaram pela felicidade feminina comum. Não dividiram a vitória conosco. Isso era ofensivo... Incompreensível... [...] Agora sempre recebo convites para encontros no museu militar... Me pedem que guie excursões. Agora, sim. Quarenta anos depois! Quarenta! (Aleksiévitch, 2016a, p. 156 e 158).

Dessa maneira, após a guerra as mulheres deveriam ser lembradas de seus “verdadeiros” papéis na sociedade: dentro de casa e da família. Como escreve Adrienne Harris (2008, p. 150, tradução nossa)⁷³: “agora que a guerra está terminada, o Estado tenta colocar Pandora de volta em sua caixa”, assunto que discutiremos melhor no próximo capítulo. Um episódio emblemático nesse sentido é uma edição do *Rabotnitsa*, o principal jornal feminino da URSS,

⁷³ Original: “Now that the war had finished, the State tried to put Pandora back in her box.”

do começo dos anos 1950 que mostrava a Major Bershanskaya, agora em trajes civis, como uma “amorosa mãe de três filhos” (Figura 5). Mesmo que a antiga comandante do 46º Regimento de Bombardeio Noturno de Guardas de Taman ainda trabalhasse com aviação, o que é constantemente destacado é seu papel como mãe, que seria sua maior fonte de autossatisfação e a realização de um suposto sonho de felicidade e família que as mulheres nutriam durante a guerra (Harris, 2008).

Figura 5 – *Rabotnitsa* [Fevereiro de 1954]



Fonte: Harris, 2008

Mas além disso, no tipo de representação popularizada no fim da guerra são destacados o sofrimento e o trauma masculino, mas nunca o feminino; se os homens são curados através do reconhecimento, o sofrimento das mulheres deve ser suportado em silêncio, de forma invisível (Krylova, 2001). Não só as mulheres tiveram que curar seus traumas sozinhas, mas esse tipo de representação abriu precedentes para uma nova revitimização, já que para aceitar seu papel de cuidadoras e curadoras, era preciso negar a si mesmas e a sua própria subjetividade, através do novo papel de mãe-esposa, que cuida do marido mutilado como se fosse uma criança:

Ao mesmo tempo, eles traçaram uma linha clara entre o front e a retaguarda, delineando o primeiro como exclusivamente masculino e traumatizado e o último como feminino, saudável e curador. A missão de cura da literatura soviética, como um projeto generificado, marcaram o trauma como uma prerrogativa masculina e falharam em reconhecer e articular a experiência das mulheres no front. Como resultado, centenas de milhares de veteranas foram excluídas do discurso do pós-guerra de sofrimento; suas experiências traumáticas no front e suas mutilações, junto com seu medo do retorno, foram apagadas da memória da guerra (Krylova, 2001, p. 330, tradução nossa)⁷⁴.

⁷⁴ Original: “At the same time, they drew a sharp line between the front and the rear, delineating the former as exclusively masculine and traumatized and the latter as feminine, healthy, and healing. The healing mission of Soviet literature, as a gendered project, marked trauma as a male prerogative and failed to recognize and articulate women’s experience at the front. As a result, hundreds of thousands of female veterans were excluded from the postwar discourse on wartime suffering; their traumatic experiences at the front and their mutilations, along with their fears of return, were erased from the memory of the war.”

Klávdiya S-va também conta um pouco sobre isso:

Era a guerra... E precisava aprender a ser carinhosa. Ser fraca e frágil, e os meus pés se alargaram de tanto usar botas — calçava quarenta. Não tinha o costume de ser abraçada. Estava acostumada a responder por mim mesma. Esperava por palavras ternas, mas não as entendia. Para mim, pareciam infantis.

[...] Tenho dois filhos... Um menino e uma menina. O primeiro foi o menino. É um rapaz bom, inteligente. Se formou na universidade. É arquiteto. Mas a menina... Minha menina... Ela começou a andar com cinco anos, falou a primeira palavra, ‘mamãe’, com sete. Até hoje não sai ‘mamãe’, mas ‘muma’, nem ‘papai’, mas ‘pupa’. Ela... Agora acho que não é verdade. É um engano. Ela vive em um manicômio... Está lá há quarenta anos. Desde que me aposentei, vou vê-la todo dia. Meu pecado. [...] Não guardo mágoas do meu marido, há muito tempo o perdooi. Dei à luz minha filha... Ele olhou para nós... Ficou um pouco e foi embora. Saiu dando bronca: ‘É uma mulher normal vai para a guerra, por acaso? Aprende a atirar? Por isso você não é capaz de ter um filho normal’. Rezo por ele... Será que ele está certo? Às vezes penso isso também... Meu pecado... Eu amava a pátria mais do que tudo no mundo. Amava... A quem posso contar agora? Para minha filha... Só para ela... Eu me lembro da guerra, e ela pensa que estou contando contos de fadas. Historinhas de criança. Contos terríveis para criança... Não escreva meu sobrenome. Melhor não... (Aleksiévitch, 2016a, p. 304-305)

Em sua perspectiva, Klávdiya foi punida com a deficiência da filha pela sua suposta “anormalidade”, por não conseguir cumprir as normas de comportamento esperados de uma mulher “normal”. Dessa forma,

No contexto da guerra, o corpo vivido é tratado com presunções e imagens culturais diferentes quando se refere por exemplo, a homens na linha do front versus mulheres na linha do front. Diferentes combinações de lugares e corpos vividos na guerra constroem diferentes realidades, experiências e memórias dos eventos. Essas memórias também são construídas e valorizadas de acordo com diferentes escalas na cultura. Os corpos vividos são abordados com questões, símbolos e significados divergentes dependendo da sua localização na guerra. Representações de mulheres na linha do front lidam com questões sobre o deslocamento cultural do corpo feminino em relação a um lugar que é frequentemente considerado um ambiente impossível para mulheres. Nessa localização as noções essencialistas de feminilidade fraca e maternidade produtora de vida, que são frequentemente reivindicadas para tornar as mulheres incapazes de serem participantes ativas da guerra, são desafiadas. Nessa conexão mulheres frequentemente expõem a natureza construída da feminilidade e se opõem a narrativas essencialistas de feminilidade (Kurkijärvi, 2010, p. 117, tradução nossa)⁷⁵.

Embora as representações das mulheres no front doméstico não desafiem tanto a percepção social sobre o papel das mulheres na medida em que ainda estão incorporadas dentro

⁷⁵ Original: “In the context of war, the lived body is addressed with different cultural assumptions and images as regards, for example, men at the front line versus women at the front line. Different combinations of places and lived bodies in war construct varying realities, experiences and memories of the events. These memories are also constructed and valued according to a different scale in culture. The lived bodies are addressed with divergent questions, symbols and meanings, depending on their location in war. Representations of women at the front-line deal with questions about the cultural dislocation of the female body in relation to a place that is often considered an impossible environment for women. In this location the essentialist notions of weak femininity and life-producing motherhood, which are often claimed to make women incapable of being active participants of war, are challenged. In this connection women often expose the constructed nature of femininity and oppose the essentialist narratives of femininity”

do suposto domínio feminino na divisão público/privado, elas frequentemente deslocam a figura da guerra em si, na medida em que é impossível manter a violência da guerra longe de casa, do ambiente doméstico considerado “seguro” (Kurkijärvi, 2010). Por isso, em última instância, elas desafiam a separação convencional entre o front de batalha e o front doméstico, entre o combate e o não-combate porque a guerra invade todos os espaços e expõe a fragilidade da divisão público/privado. Como conta Rita Mikháilovna Okunévskaja,

Um ano depois chegou nosso pai. Papai voltou com condecorações importantes, eu trouxe uma ordem e duas medalhas. Mas na nossa família ficou assim: a heroína principal era minha mãe. Ela salvou a todos. Salvou a família, salvou a casa. A guerra dela foi a mais terrível. Meu pai nunca usava nem ordens, nem fitas, ele tinha vergonha de se exibir na frente da minha mãe. Ficava sem jeito. Minha mãe não tinha condecorações. (Aleksiévitch, 2016a, p. 378)

Entretanto, um dos maiores empecilhos para as mulheres escreverem e compartilharem suas experiências de guerra é a convenção de que é preciso ter estado “lá” para escrever sobre a guerra, como uma forma de legitimação de suas próprias memórias e opiniões. Evidentemente, não é o caso da maioria das que serviram no chamado front doméstico. Nesse ponto, os relatos de mulheres como Elena Rzhevskaja, que serviu como intérprete, e Yulia Drunina, enfermeira, mostram que a experiência das mulheres foi profundamente diferente da experiência masculina, marcando assim a guerra como uma experiência generificada que é constantemente invisibilizada pela perspectiva “tradicional” da guerra (Kurkijärvi, 2010). Assim, ao escrever um romance, a personagem principal de Rzhevskaja é situada em um espaço liminar entre os militares e os civis, em uma espécie de fronteira, enquanto Drunina através de seus poemas expõe o gerenciamento enviesado da mobilização e desmobilização das mulheres, desafiando a grandeza do Exército Vermelho. Essa experiência do cotidiano não só tem sido um tópico secundário na literatura de guerra, mas desafia a própria ideia de uma dita “literatura de guerra” ao questionar essa ideia da guerra como um acontecimento distante experimentado apenas pelos soldados. Como Aleksiévitch escreve,

Havia muita gente na guerra. E muitas tarefas na guerra... Muito do trabalho não gira só em torno da morte, mas também da vida. As pessoas não só atiram e fuzilam, ativam e desativam minas, bombardeiam e explodem, se lançam em combates corpo a corpo — lá, elas também lavam roupa, cozinham mingau, assam pão, limpam caldeirões, cuidam dos cavalos, consertam carros, aplainam e fecham caixões, distribuem cartas, forram botas, trazem tabaco. Mesmo na guerra mais da metade da vida é composta de afazeres banais. E de bobagens também. É insólito pensar assim, não? “Havia pilhas do nosso trabalho normal de mulher”, recorda a auxiliar de enfermagem Aleksandra Ióssifovna Michútina. O exército ia na frente, e atrás dele ia o “segundo front”: lavadeiras, cozinheiras, mecânicas, carteiras...

Alguma delas escreveu para mim: “Não éramos heroínas, estávamos nos bastidores” (Aleksiévitch, 2016a, p. 210)

Se a guerra foi uma experiência marcante porque estabeleceu uma marca distintiva em toda uma geração, definida por sua experiência compartilhada, então a noção de representação é importante pois é preciso questionar: como compartilhar essa memória com as gerações futuras? Essa questão está diretamente relacionada com a política da memória e a construção de memória da guerra, que discutiremos no próximo capítulo. Nesse contexto, Kurkijärvi comenta que

O cerco de Leningrado deveria ser mencionado aqui como uma localização particular da “guerra das mulheres” soviética que elevou e popularizou diversas escritoras soviéticas que viveram na cidade sitiada e escreveram sobre a vida durante o bloqueio. [...] Ol’ga Berggol’ts se tornou a “lamentadora” oficial do destino da cidade através do seu trabalho literário extensivo e também como uma “voz” de Leningrado pelas suas performances no rádio. Ela também é um bom exemplo de como escritores não conseguem escapar do impacto generificado da guerra no qual mulheres estão inscritas nas tradições de conforto e luto. [...] O que é importante já notar nesses primeiros textos é que o corpo feminino representado neles é mais concreto do que a figura assexuada da Mãe Rússia que simbolizava o país e suas pessoas. Eles trazem o leitor do nível simbólico para o nível do corpo vivido, assim refletindo as dores corporais da guerra experienciadas especialmente pelas mulheres já que Leningrado foi uma cidade ocupada principalmente por mulheres durante a guerra (Kurkijärvi, 2010, p. 120-121, tradução nossa)⁷⁶

Pensando nesse sentido, o poema de Margarita Aliger, Zoya, publicado em 1942, também é uma obra importante do ponto de vista da representação das mulheres na guerra. Ele conta a história da jovem *partisan* Zoya Kosmodemyanskaya, torturada e executada com apenas 18 anos pelos alemães e condecorada postumamente com o título de Heroína da União Soviética, a condecoração militar mais alta. Kurkijärvi (2010) conjectura que levando em consideração a época publicada e as fortes convicções políticas da autora, o poema parece ser obra de um esforço para motivar os homens a se alistarem no exército e nas atividades de guerrilha. Em suas palavras,

Apesar do cenário incomum e da descrição do caráter insistente da protagonista o poema conta a história de um martírio através de estereótipos de gênero pelos quais a vítima da guerra é uma garota, cujo futuro não realizado como uma mulher adulta é representado por uma alegoria de casamento. A tragédia pessoal de Zoia é que ela nunca se casará. [...] Na representação do corpo jovem feminino de Zoia e no seu ‘destino feminino’ não realizado de se tornar uma esposa e uma mãe, o conceito de heroísmo é feminilizado. A retórica tradicional da beleza da mulher [...] enfatiza o trágico deslocamento de Zoia da posição tradicional (reunião com o amante e casamento). O resultado da fragilidade corporal de Zoia (feminilidade) e sua força psicológica é o martírio. O soldado, ‘prometido da noiva da neve’, se torna seu

⁷⁶ Original: “the blockade of Leningrad should be mentioned here as a particular location of Soviet ‘women’s war’ which elevated and popularized several Soviet women writers who lived in the besieged city and wrote about life during the blockade. [...] Ol’ga Berggol’ts became the official ‘mourner’ of the city’s fate through her extensive literary work and also as a ‘voice’ of Leningrad through her radio performances. She is also a good example of how writers cannot escape the gendering impact of war where women are ascribed the mourning and comforting traditions. [...] What is important to notice already in these early texts is that the female body represented in them is more concrete than the asexual figure of Mother Russia that symbolized the country and its people. They bring the reader down from the symbolic level to the level of the lived body, thus reflecting the bodily pains of the war experienced especially by women since Leningrad was a city occupied mainly by women during the war”

seguidor, que luta pela causa de Zoia [...]. Além disso, o tempo de Zoia permanece parado e ela se transforma em uma estátua ‘feita de mármore’, elevada em um estágio divino no qual ela ‘não está morta e não está viva’ (Kurkijärvi, 2010, p. 121-122, tradução nossa)⁷⁷

Dessa forma, através do poema a jovem se tornou um ideal: a donzela que personifica a virtude e se sacrifica pela sua nação, considerada outra face do estereótipo da “Mãe Rússia”, a guardiã da tradição e da nação. Nessa perspectiva, a mulher é antes de tudo um tipo ideal, um arquétipo para a motivação masculina – nesse caso, para a vingança. Ainda que Zoya fosse uma *partisan*, representada com armas, a figura da mulher se torna uma figura a ser protegida e vingada, como um símbolo da honra da nação. Esse episódio é particularmente relevante porque a figura de Zoya foi alçada a proporções místicas; em muitos aspectos, ela se tornou uma espécie de “santa” soviética a partir do momento que sua história foi contada no *Pravda*, principal jornal da época, pelo jornalista Pyotr Lidov em janeiro de 1942 (Harris, 2012).

Harris (2012) argumenta que a inclusão da fotografia de Sergei Strunnikov de seu corpo exumado exibindo as mutilações da jovem (seu seio esquerdo foi cortado após a morte) e a corda ainda amarrada em seu pescoço de forma quase erótica (Figura 6) provocaram uma resposta emocional violenta de todos os leitores que reagiram à presunção da violação de seu corpo enfatizando sua pureza e honra, como foi o caso do poema de Margarita Aliger, que a chamou de “noiva da neve”. Mais do que isso, a jovem, morta em novembro de 1941 nos arredores de Moscou, passou a representar a Rússia como um todo no momento de sua maior vulnerabilidade e a violação de seu corpo em alguma medida representava a violação do próprio país pelas tropas nazistas em junho de 1941 (Harris, 2012). Dessa forma, a figura de Zoya se tornou um símbolo do luto coletivo da nação e ao mesmo tempo uma motivação para a vingança contra os alemães.

Figura 6 – Zoya Kosmodemyanskaya, por Sergei Strunnikov

⁷⁷ Original: “despite the unusual setting and description of the insistent character of the protagonist the poem tells the story of martyrdom through gendered stereotyping where the victim of the war is a girl, whose unrealized future as an adult woman is represented through an allegory of marriage. Zoia’s personal tragedy is that she will never get married: [...] In the depiction of Zoia’s feminine young body and the unrealized ‘female lot’ of her becoming a wife and a mother, the concept of heroism is feminized. The traditional rhetoric of woman’s beauty [...] emphasizes the tragic dislocation of Zoia from the traditional position (reunion with the lover and marriage). The outcome of Zoia’s bodily fragility (femininity) and her psychological strength is martyrdom. The soldier, ‘groom of the bride of snow’, becomes her follower, who continues to fight for Zoia’s cause [...]. Also Zoia’s time stands still and she changes into a statue ‘made of marble’ elevated onto a divine stage where she ‘is not dead, and not alive’.”



Fonte: Harris, 2012

Yulia Drunina, por outro lado, vai em uma direção contrária em seus poemas: após se alistar como enfermeira com apenas 17 anos, a perspectiva que ela traz em sua escrita é que as mulheres que foram para a guerra eram apenas garotas como quaisquer outras, contradizendo diretamente as representações mitológicas da “heroína soviética” (Kurkijärvi, 2010) – como pode ser visto, por exemplo, na resposta que Aleksievitch diz ter recebido do censor: “Depois de livros como esse, quem vai lutar na guerra? Você está humilhando a mulher com seu naturalismo primitivo. A mulher heroína. Destronando-a. *Está transformando-a em uma mulher comum*. Uma fêmea. E elas são nossas santas.” (Aleksievitch, 2016a, p. 31, grifos nossos). A poeta é particularmente relevante aqui porque ela foi uma das poucas veteranas a continuar publicando sobre suas experiências no front desde o fim da guerra, se recusando a promover o retorno de uma suposta normalidade que apagava a existência das mulheres na guerra. Além disso, o trabalho de Drunina também é inovador pois ainda que muitas vezes trate de temas considerados tradicionalmente femininos, frequentemente ela os desloca para outro contexto, utilizando-os para pensar sua experiência no front e como ela afetou e moldou todo o resto de sua vida (Harris, 2013). Nesse sentido, ainda que ela frequentemente se descreva como uma mulher carinhosa, compassiva e em muitos aspectos quase maternal, ela simultaneamente se define como uma soldada, criando uma feminilidade complexa e por vezes contraditória que não é ancorada na maternidade nem na domesticidade, mas no serviço militar, diametralmente oposta à imagem simbólica da Mãe Rússia, que incapaz de defender a si mesma, arma e depois chora pelos seus filhos perdidos em batalha (Harris, 2010, 2013). Isso pode ser visto, por exemplo, no seguinte poema:

Eu não estou acostumada a pessoas tendo pena de mim, / Eu tenho orgulho que
debaixo do fogo / Homens em capotes ensanguentados/ Me chamaram pedindo ajuda
– uma garota. / Mas nessa noite pacífica, branca e invernal, / Eu não quero me lembrar

do passado. / E eu, uma mulher tímida, desamparada, / Me apoio contra seu ombro. (Drunina, 2006 apud Kurkijärvi, 2010, p. 123, tradução nossa)⁷⁸

Um aspecto interessante em sua obra é que Drunina não apenas não renuncia a sua feminilidade ao se representar como uma soldada, mas ela ainda argumenta que foi na sua experiência na guerra que ela conheceu a ternura e seus “instintos maternos”, tornando-se assim uma mulher “de verdade”. Isso porque em sua visão, ao servir como enfermeira, era seu papel tanto confortar os feridos como defendê-los e carregá-los do campo de batalha, o que muitas vezes implicava pegar em armas para proteger seus pacientes (Harris, 2013a).

Figura 7 – Yulia Drunina tratando um ferido



Fonte: Gioia; Treviglio, 2020

Da mesma forma, outro elemento recorrente que Drunina menciona é o capote militar, que atua simultaneamente como o último lembrete da guerra e um símbolo para desistir e esquecer a sua experiência. Nesse sentido, as transformações provocadas pela guerra são representadas e exemplificadas nas dificuldades que as mulheres apresentam em se ajustar às demandas corpóreas da feminilidade:

Desistir da feminilidade do corpo frequentemente serve como um indicador da fronteira entre a guerra e a paz e também da mudança de perspectiva de si mesma. Um capote militar que não serve direito como um símbolo de um novo eu ocorre frequentemente nas descrições das mulheres da linha do front. As entrevistadas de Aleksievich também prestam atenção nos capotes [...]. Após a guerra, vender ou remodelar o capote em um casaco civil significa o fim da guerra e esforço para superar a experiência dolorosa assim como retornar às expectativas do pré-guerra de uma mulher feminina. As práticas de beleza durante a guerra foram marcadas por uma ‘falta’ de tudo. As mulheres frequentemente descrevem o retorno dessas práticas como algo ao mesmo tempo empoderador e difícil (Kurkijärvi, 2010, p. 127, tradução nossa)⁷⁹

⁷⁸ Original: “I’m not used to people pitying me, / I’m proud that under fire/ Men in bloodstained greatcoats/ Called me for help – a girl. / But on this peaceful white and wintry evening, / I do not want to remember the past. / And I, a helpless, timid woman, / Lean against your shoulder”

⁷⁹ Original: “Giving up the femininity of the body often serves as an indicator of the borderline between war and peace and also between changed perspectives on the self. An ill-fitting army greatcoat as a symbol of the new self occurs frequently in women’s descriptions of the front line. Aleksievich’s interviewees also pay attention to greatcoats [...]. After the war, selling or remodeling the greatcoat into a civilian coat comes to signify the end of the war and the effort to move on from the painful experience as well as to return to the pre-war expectations of a

A ideia de feminilidade aqui está intrinsecamente relacionada a ideia de “tornar a ser mulher” ou “faça-me mulher” que discutimos anteriormente. Ainda que após a guerra houvesse esse anseio de voltar a usar “coisas femininas”, em muitos relatos o que podemos ver é que nem sempre foi uma transição tão fácil assim – as transformações que a experiência da guerra deixou foram duradouras, então há uma espécie de dissociação entre a “eu” do presente e a “eu” do passado, que era jovem e ingênua, como mencionamos. De certa forma, é impossível retornar à “normalidade” porque o mundo se transformou e a pessoa também, então o cotidiano e as práticas da feminilidade adquirem novos contornos e novos significados. Um exemplo disso é o que conta Maria Seliviôrstovna Bojok:

E nós já tínhamos esquecido tudo isso, não sabíamos como fazer. Cheguei em casa, fui com minha mãe encomendar um vestido para mim. Meu primeiro vestido depois da guerra.

Chegou minha vez, e me perguntaram:

‘Que corte quer?’

‘Não sei.’

‘Como a senhora vem a um ateliê e não sabe que vestido quer?’

‘Não sei...’

Havia cinco anos eu não via um vestido sequer. Até tinha esquecido como se costurava um vestido. Que precisava de alguns ajustes, de alguns cortes... Cintura baixa, cintura alta... Era incompreensível para mim. Comprei sapatos de salto, andei pelo quarto e tirei. Deixei-os no canto e pensei: ‘Nunca vou aprender a andar nisso...’.

(Aleksiévitch, 2016a, p. 296).

Da mesma forma, Klávdia Grigórievna Krókhina relata que

Tinha voltado, e precisava começar tudo de novo. Reaprendi a andar de sapatos: no front, passei três anos usando botas. Estava acostumada aos cintos sempre apertados, e agora achava que todas as roupas pareciam um saco, me sentia incomodada. Olhava com horror para uma saia... Para um vestido... No front, estávamos o tempo todo de calça; à noite a lavávamos, depois a estendíamos sob o corpo, deitávamos, e parecia que estava passada. Na verdade, não secava por completo no frio, e ficava coberta por uma crosta. Como aprender a usar saia? Parecia que as pernas se confundiam. A gente estava de vestido, sapatos, e, quando encontrava um oficial, sem querer estendia o braço para bater continência. [...] Era preciso aprender de novo tudo o que era habitual. Lembrar a vida cotidiana. O normal! Com quem dividir? Você corria para falar com a vizinha... Com sua mãe... (Aleksiévitch, 2016a, p. 58-59).

Nesse contexto, é possível perceber que o estranhamento de algumas interlocutoras com certas peças de roupa e práticas de beleza representa de certo modo uma resistência não só ao retorno de uma suposta “normalidade”, com todas as expectativas e normas de conduta envolvidas em um “ser mulher”, mas também uma desconexão entre as experiências da guerra com o novo cotidiano da Vitória. Como Kurkijärvi (2010) demonstra, no centro da experiência traumática da guerra estão experiências psíquica e fisiologicamente extremas que frequentemente são alvo de censura, tanto dos próprios indivíduos que se recusam a reviver o

feminine woman. Beauty practices during the war were marked by a ‘lack’ of everything. Women often describe the return of beauty practices as something at once empowering and difficult.”

trauma como da literatura institucionalizada de guerra, que prefere versões enfatizando a coragem e a bravura da experiência de guerra. Nessa perspectiva, a guerra de muitas pessoas não era a “guerra certa” a ser contada pela história da Vitória: a das mulheres, dos judeus, das minorias étnicas, dos prisioneiros de guerra, dos colaboradores; enfim, de diversas parcelas da população que não se encaixavam no modelo pré-definido de heroísmo definido pela memória nacional, que será discutida no próximo capítulo. Isso porque a narrativa maniqueísta da Vitória, de um “nós” claro e bem definido contra um “eles” bárbaro e selvagem não comportava a ambiguidade desse tipo de experiência; era preciso uma identidade absoluta sem a “contaminação” da convivência com o inimigo no caso dos prisioneiros e colaboradores, ou dos diversos tipos de violência que mulheres e minorias étnicas estavam sujeitas de ambos os lados do conflito.

Se a história da Vitória é simultaneamente a peregrinação do povo soviético que libertou toda a Europa, como é possível afirmar a violência específica a qual os cidadãos soviéticos judeus estavam vulneráveis? Da mesma forma, se a guerra “sagrada” contra os alemães tinha como intuito vingar e proteger as mães, irmãs e esposas soviéticas, como reconhecer a violência contra mulheres cometida pelos próprios soldados que as deveriam proteger? Mais do que isso, Senna (2021) aponta que a *frontovítchka*, a mulher do front, representava uma ameaça para o Estado na medida em que ele precisava retomar o controle das práticas femininas de produção e reprodução social que se tornaram desviantes durante a guerra com a prerrogativa de retornar a uma suposta normalidade e reconstruir o país. Esse assunto será mais bem discutido no próximo capítulo, assim como as influências que essas políticas de memória exerceram na reconstrução do país de 1945 até hoje, quando assumem o papel de símbolo dos conflitos nacionalistas no leste Europeu na maior parte dos países pós-soviéticos.

4 “O PASSADO AINDA ESTÁ POR VIR”: A DISPUTA PELA MEMÓRIA NO PÓS-GUERRA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

Ao escrever sobre a poesia da já mencionada Yulia Drunina, Adrienne Harris (2013a) nota que entre a desmobilização e a ascensão do “mito” da guerra que discutiremos adiante, os poemas da veterana se mostram ainda mais marcados pelo seu gênero do que durante a guerra, demonstrando uma negociação complexa de sua identidade enquanto uma mulher soldada no estado soviético, após a desmobilização em massa das mulheres e a ênfase da natalidade no pós-guerra. Um poema bastante emblemático nesse sentido é o “*Akh, detstvo*” [Ah, infância], de 1958:

Ah, infância! Como de costume, como eu queria/ Ser igual aos garotos em tudo. / Mas papai e mamãe não valorizavam coragem:/ “Você é uma garota, sabe!” – eles repetiam para mim [...]/ Mas nossas faces eram fustigadas pelo vento da batalha/ E o vento do front fustigava nossos corações/ Mas você é uma garota, repetiam em casa [...] Me diga, memória, foi realmente ontem que/ minha pátria me separou de minha família [e]/ Eu fui com os meninos do nosso quintal/ Para a terra esfumaçada das trincheiras? / Naquele amargo, memorável verão, / Ninguém falou repetidamente de fraqueza para mim. / Obrigada, pátria-mãe –, pela felicidade/ De ser igual aos seus filhos em batalha (Drunina, 1958 apud Harris, 2013a, p. 75, tradução nossa)⁸⁰.

Trechos como esse mostram que Drunina ressentia e resistia a omissão de seu papel na memória da guerra, visto em sua perspectiva como uma experiência libertadora (Harris, 2013a). Esse ressentimento, compartilhado por boa parte das veteranas, estava ancorado não apenas na sua identidade conflitante com a nova feminilidade promovida pelas políticas natalistas do pós-guerra, que enfatizava a “doçura” e a vocação doméstica das mulheres, mas também com a sua “expulsão” do rol de filhos e filhas patrióticas da nação. Nessa perspectiva, ainda que os veteranos, de forma geral, também fossem encorajados a “superar” suas experiências do front, na medida em que a guerra é entendida como uma profissão masculina, eles raramente se viam na mesma situação das mulheres, de se verem imaginados fora da narrativa patriótica da guerra (Harris, 2013a).

Assim, nesse capítulo discutiremos mais a fundo algumas das políticas estatais de “retorno à normalidade” que apresentamos anteriormente, com ênfase no reenquadramento patriótico da maternidade. Nesse contexto, em grande parte isoladas e sem espaço para discutir suas próprias experiências, o que podemos observar é que as mulheres que retornaram do front

⁸⁰ Original: “*Oh, childhood! As usual, how I wanted/ To be equal to the boys in everything. / But papa and mama did not value bravery:/ “You are a girl, you know!—they repeated to me./ [...] But our faces were scorched/ With the wind of a battle/ And the wind of the front scorched our hearts/ But you are a girl, they repeated at home/ [...] Tell me, memory, was it really yesterday that/ my fatherland parted me from my family/ I went off with the boys from our yard/ To the smoky land of trenches? / In that bitter, memorable summer,/ No one repeatedly talked about weakness to me./ Thank you, Motherland,—for the happiness/ To be equal to your sons in battle*”

em grande medida se voltaram para si mesmas, estabelecendo e mantendo laços entre si que duraram décadas e foram um fator primordial para reclamarem seu lugar na memória oficial de guerra, anos mais tarde. Nesse contexto, à medida que o “mito” da guerra vai tomando forma, essas mulheres tentam reivindicar um espaço nessa memória que inicialmente lhes foi negado, obtendo níveis de sucesso variados. Esse conflito dura até o final da URSS, em 1991, quando a memória dos veteranos de forma geral é desvalorizada, e tem consequências até hoje, como mostraremos no último tópico.

4.1 “Não falem sobre os serviços que vocês prestaram”: a militarização da maternidade e a domesticação da *frontovítchka*

Em 1946, Aleksandra Kollontai (1872-1952) que, como já mencionado, dedicou sua vida aos movimentos de mulheres na Rússia, publicou um texto intitulado “A mulher soviética – uma cidadã plena e igualitária de seu país”. A antiga militante bolchevique foi uma das poucas mulheres a integrar o primeiro escalão do governo. Primeiro como comissária do povo do Bem-Estar Social em 1918, no qual tentou nacionalizar o atendimento materno e infantil, através da criação de um Escritório Central ao Bem-Estar Materno e Infantil. Depois como diretora-geral do *Jenotdel* em 1921, quando após a ascensão de Stálin foi realocada em uma missão diplomática para a Noruega, se tornando a primeira mulher “embaixadora” do mundo, realizando trabalhos diplomáticos até 1945 na Finlândia e Suíça, quando volta para a Rússia após um derrame e passa a integrar o Ministério de Relações Exteriores (Senna, 2021).

A autora, perseguida e vigiada pela NKPD sob suspeita de traição dos interesses soviéticos aos suecos e finlandeses, inicia o texto afirmando que “a mulher soviética é uma cidadã plena e igualitária de seu país” (Kollontai, 1946 apud Senna, 2021, p. 141). O texto, com teor comemorativo e propagandístico após a vitória, argumenta que

A guerra findou, a igualdade está conquistada, não há mais o que temer além de uma distante volta do fascismo. [...] Interpretamos, assim, que seu objetivo é exportar a condição nomeadamente igualitária das mulheres para os países estrangeiros, silenciando as desigualdades escancaradas pela guerra. Dessas, talvez a mais importante seja a demográfica, a qual aparece, subliminar, na idealização natalista. Assim, diz Kollontai que “Ao abrir-se às mulheres o acesso a todas as esferas da atividade criativa, nosso Estado garantiu simultaneamente todas as condições necessárias para que ela cumpra sua obrigação natural – a de ser mãe criando seus filhos e amante de sua casa.” (KOLLONTAI: 1946). Aqui, percebe-se que Kollontai exprime a ideia de que tudo o que foi conquistado – a mulher ser cidadã plena e igualitária, bem como ter acesso às esferas dirigentes – deu-se para que fossem alcançados, de forma adequada, objetivos maiores, mais importantes e naturais: a maternidade e a domesticidade. Isso é, de forma não dialética, mas circular, a Nova Mulher viria para substituir a Antiga, mas apenas para resolver problemas materiais e, ao final, poderiam, nas novas condições, reemergir o velho paradigma (Senna, 2021, p. 142).

Nessa perspectiva, podemos observar que Kollontai se tornou o símbolo por excelência do que Senna (2021) chama de “nova-antiga mulher”: “essa seria não apenas a junção das duas figuras opostas anteriores, mas uma nova representação, a qual teria elementos de ambas, não sendo, todavia, nenhuma das duas.” (Senna, 2021, p. 63). Assim, ainda que a pensadora tenha se intitulado “sexualmente emancipada” em sua autobiografia, sua posição acerca da postura cada vez mais conservadora do governo era ambígua e cercada de conflitos e contradições; ainda que fosse uma figura central no partido, era vigiada e perseguida; ainda que fosse utilizada como um exemplo das mulheres soviéticas emancipadas e das condições “igualitárias” da URSS, salientando suas continuidades com o programa revolucionário de liberdade e emancipação feminina, contribuiu direta e indiretamente para legitimar uma ordem de gênero conservadora. Desse modo, o texto de Kollontai, indo contra diversos dos seus escritos mais antigos, demonstrava a direção que o regime esperava das mulheres nesse novo cenário pós-guerra.

Nesse contexto, ainda que os regimentos e batalhões femininos tenham se provado eficazes e bem-sucedidos, eles foram os primeiros a serem desmobilizados ainda no começo de 1945. De modo simbólico, o discurso proclamado no desfile militar em comemoração à vitória soviética no dia 24 de junho destacou continuamente o importante papel das trabalhadoras e camponesas soviéticas na derrota das forças nazifascistas, mas nenhuma militar foi sequer mencionada. As mulheres estavam presentes apenas na qualidade de espectadoras, como observa Carmen Scheide (2018).

De acordo com Reina Pennington (1996), mais do que uma mera reversão a papéis de gênero mais “tradicionais”, ocorreu um verdadeiro cerceamento contra mulheres que buscassem carreiras não tradicionalmente femininas⁸¹ sob a justificativa de uma suposta preocupação com a saúde das mulheres, ou mais especificamente, com a sua capacidade de gerar filhos. Como mencionamos anteriormente, se as mulheres deveriam servir à pátria acima de tudo, isso significava também assumir o papel que a nação precisava naquele momento, o da reconstrução e repovoamento do país (Senna, 2021). Nessa perspectiva, o consenso, até mesmo dentre algumas das combatentes, era de que o alistamento feminino tinha sido um caso excepcional e com o fim da guerra, não havia motivo para mulheres se envolverem com determinados assuntos – considerados implícita ou explicitamente masculinos (Pennington, 1996; Scheide, 2018).

⁸¹ O trabalho industrial, assim como trabalhos técnicos no geral eram uma exceção, já que a industrialização soviética necessitava de toda a força de trabalho disponível, especialmente com a falta de homens após a guerra.

Alguns meses depois do desfile da vitória, o presidente do soviete supremo Mikhail Kalinin foi o primeiro a reconhecer a contribuição das mulheres soviéticas enquanto combatentes em um discurso no comitê central da Liga da Juventude Comunista (o *Komsomol*) às jovens recentemente desmobilizadas. Entretanto, como Carmen Scheide indica, ele conclui em um tom condescendente, aconselhando as jovens a não se darem “ares [de importância] nos seus futuros trabalhos práticos. Não falem dos serviços que vocês prestaram, deixem outros fazerem isso por vocês. Assim será melhor” (Kalinin, 1950 apud Scheide, 2018, p. 234, tradução nossa)⁸².

Desde 1943 o governo soviético já havia voltado a traçar uma linha clara entre a educação primária de meninos e meninas, aprovando uma nova medida que determinava que as meninas deveriam aprender habilidades domésticas e os meninos receber treinamento militar – o que parece denotar uma tentativa por parte do Estado e dos líderes soviéticos em promover um retorno a papéis de gênero mais rígidos e mais bem definidos. No mesmo sentido, a lei da família aprovada em 1944 fortalecia ainda mais o casamento e encorajava as mulheres a retomarem suas obrigações familiares ao fornecer incentivo financeiro para mães com crianças pequenas e extinguir o direito de pensão às mulheres solteiras, fortalecendo a distinção entre crianças legítimas e ilegítimas e restaurando a posição do homem como chefe da família (Pennington, 1996; Decoste, 2019).

Ainda que continuasse presente nos discursos e pronunciamentos oficiais alguma alusão à igualdade de gênero, como Carmen Scheide (2018) indica, a exclusão deliberada e o tom paternalista indicam que na prática a situação era diferente. Ao voltarem da guerra, os homens foram tidos como grandes heróis nacionais, sendo celebrados com diversas homenagens e honrarias. Enquanto as mulheres eram vistas como “prostitutas do front” que teriam se alistado para supostamente distrair os homens da batalha (Aleksiévitch, 2016a). Por isso, Aleksiévitch menciona que a guerra dessas mulheres não terminou com a vitória, pois ao retornar elas precisaram enfrentar ainda outra guerra, que lhes negava sua experiência e as hostilizavam abertamente, como mencionamos anteriormente.

Todavia, além do interesse em promover um retorno a uma suposta normalidade, a ênfase na maternidade como o maior dever da mulher soviética para com o Estado também era uma preocupação com o repovoamento do país em si, já que se estima que a URSS teve 26

⁸² Original: “Don’t give yourself airs in your future practical work. Don’t speak of the services you rendered, let others do it for you. That will be better.”

milhões de baixas na guerra, de acordo com Oleg Egorov (2020)⁸³. Como forma de incentivar a natalidade, o governo soviético passou a oferecer apoio financeiro e aumentou os benefícios sociais para mulheres grávidas, mães solas ou mães com muitos filhos. A legislação soviética ainda passou a premiar com a Medalha da Maternidade cidadãs que tinham 5 e 6 filhos (Figura 8), mulheres com 7, 8 e 9 filhos recebiam a Ordem da Glória Materna (Figura 9), e mulheres com 10 ou mais passaram a receber o título honorífico de “Mãe Heroína” (Figura 10) (Senna, 2017).

Figura 8 – Medalha da Maternidade



Fonte: Gúzeva, 2022

Figura 9 – Ordem da Glória Materna



Fonte: Gúzeva, 2022

Figura 10 – Medalha “Mãe Heroína”

⁸³ A quantia exata ainda é alvo de discussões. Como Oleg Egorov (2020) relata, inicialmente esse número era muito mais baixo, com a estimativa oficial divulgada em 1946 de uma perda de cerca de 7 milhões de cidadãos soviéticos. Ao longo dos próximos anos, a quantia foi gradativamente aumentando até chegar na cifra de 26,6 milhões, dos quais cerca de 12 milhões seriam baixas militares. Entretanto, a estatística incluía penas o período de conflito entre a URSS e a Alemanha e não a duração completa da Segunda Guerra, e alguns historiadores consideram a cifra de perdas civis exagerada, pois inclui todos os mortos por desnutrição, doença, sobrecarga etc. o que tornaria difícil distinguir entre as mortes naturais e as mortes causadas pela guerra.



Fonte: Gúzeva, 2022

Dessa forma, ao mesmo tempo que os novos códigos familiares estabeleceram as crianças nascidas fora do casamento como responsabilidade exclusiva da mãe, o Estado assumia esse papel de provedor, agindo como uma espécie de “pai” para a criança. Como escreve Senna (2021, p. 144-145),

Observa-se também que o uso de medalhas, títulos e ordens é originalmente de caráter militar – e realizado depois da reforma ocorrida após a derrota em Rostov. O fato de ser usado, então, em outras áreas, discursivamente militariza tais áreas. No caso da maternidade, então, pode-se pensar a mãe como uma soldada, cujo serviço obrigatório de servir a pátria é produzir filhos. Ao pensar que tais mecanismos intensificaram-se em 1944, mais ao fim da guerra, é perceptível não apenas a já existente separação entre mulheres que cumprirão tarefas tradicionais e mulheres que serão do tipo “novo” – colocando em contexto, mulheres que eram chamadas ao front militar e mulheres que eram chamadas para o front doméstico – mas sim, uma compulsoriedade de que mesmo as mulheres que antes lutavam no front militar, agora deveriam continuar sua luta pela pátria no front doméstico-reprodutivo.

Ao realizar uma análise da literatura soviética da década de 1950, Adrienne Harris (2008) mostra que nos livros de guerra escritos depois da vitória, só há dois tipos de personagens femininas “guerreiras”: as mártires, que se destacam não pelos seus feitos em si, mas pelo sacrifício excepcional que realizam pelo seu povo, geralmente às custas da própria vida; e as donzelas, que surgem como uma resposta masculina às antigas *polianitsy*, o arquétipo das combatentes que pegam em armas para defender sua nação, construído e popularizado ao longo das campanhas de militarização em 1930. Assim, as donzelas são caracterizadas como personagens submissas, gentis e sexualmente atraentes que em geral ocupam uma posição não-violenta, como operadoras de rádio ou enfermeiras. Elas são “refeminilizadas” como cuidadoras por excelência e é continuamente salientado como elas sempre precisam da ajuda de um homem para realizar até as tarefas mais simples, enfatizando dessa forma o quanto a sua “natureza feminina” era incompatível com a guerra. Nas palavras da autora,

As características de personagens do tipo donzelas mostram uma mulher refeminizada. Elas rejeitam tanto o obscurecimento dos papéis de gênero dos anos 1930 quanto os papéis das mulheres expandidos no meio da guerra. [...] Ao limitar o papel das mulheres no combate e ao refeminizá-las em suas revisões da guerra, os escritores enfatizam ainda mais o heroísmo dos soldados homens como algo naturalmente masculino [...]. Essa relação tradicional baseada em estereótipos e papéis de gênero bem definidos dá poder aos homens, na medida em que eles sempre assumem os papéis dominantes (Harris, 2008, p.150-151, tradução nossa)⁸⁴.

Dessa forma, é possível notar um esforço sistematizado não só da propaganda oficial do governo, mas da própria sociedade civil em desarmar as mulheres após a guerra, metaforicamente ou não, em prol do dever de contribuir com a nação através de seu “verdadeiro” papel, a maternidade (Harris, 2008). Contudo, como destacamos anteriormente, longe de representar um retorno simplista a uma “antiga mulher soviética”, essa mudança de paradigma foi apresentada como uma continuação das políticas de gênero existentes, que reenquadraram a maternidade como uma continuação do trabalho de guerra das mulheres de “defender” a nação, não sem diversas contradições (Senna, 2021). Isso exemplifica bem o que Judith Butler escreve, de que

[...] o gênero é uma construção que oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções — e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade. As possibilidades históricas materializadas por meio dos vários estilos corporais nada mais são do que ficções culturais punitivamente reguladas, alternadamente incorporadas e desviadas sob coação. (Butler, 2018, p. 216)

Assim, apelando a uma “natureza” feminina doméstica que sonha com sua casa e seus filhos, o conservadorismo do pós-guerra foi visto como um “retorno à normalidade”, já que a guerra teria rompido todas as relações ditas “naturais”, obrigando as mulheres a exercerem papéis contrários à sua “alma feminina”, como podemos ver em diversos relatos na obra de Aleksiévitich (2016a). Entretanto, como já mencionamos, as pessoas constroem a si mesmas, mesmo em períodos de normas mais extremas (Connell; Pearse, 2015), de forma que o que podemos observar no pós-guerra, foi que as mulheres, ao voltarem do front, “[...] por não encontrarem espaço para existir, uma vez que são *agentes dados de antemão*, acabaram excluídas, permanecendo como sujeitos desautorizados, ou melhor, pré-sujeitos.” (Possas, 2019, p. 68, grifos da autora). Como a autora argumenta,

⁸⁴ Original: “The character traits of the handmaiden type show a refeminized woman. They reject both the blurring of gender roles of the 1930s and the expanded roles offered to women in the midst of war. [...] By limiting women’s role in combat and by refeminizing her in their revisions of the war, writers further emphasized the male soldier’s heroism as something naturally masculine [...]. This traditional relationship, based on stereotypes and well-defined gender roles, empowers the male as he always assumes a dominant role.”

[...] aquele sujeito [...] busca a si mesmo a partir da consciência de que está em um lugar que lhe fora atribuído, sem seu consentimento, e, contraditoriamente, [é] capaz de mobilizar-se, perdendo ou ganhando. As relações vivenciadas [são] extremamente ricas pelas possibilidades de reinvenções e de novas apropriações. [...] Passei a reconhecer [...] cada processo de reconhecimento, de busca de identidades e de possibilidades de deslocamentos e de formulação de outros discursos. (Possas, 2019, p. 113)

Nesse contexto, podemos observar o que Axel Honneth chama de desrespeito social, entendido pelo autor como o “[...] ferimento de demandas por identidade levantadas durante a socialização” (Honneth, 2018, p. 30). Nessa perspectiva,

[...] sujeitos se relacionam no horizonte da expectativa recíproca, a fim de encontrar reconhecimento como pessoas morais e para suas realizações sociais [...] uma vez que a experiência do reconhecimento representa uma condição na qual se pendura o desenvolvimento da identidade humana como um todo, à sua denegação, isto é, ao desrespeito, acompanha necessariamente a sensação de uma ameaçadora perda da personalidade (Honneth, 2018, p. 32).

Dessa forma, esses déficits nas estruturas de reconhecimento produzem um impacto profundo na formação da personalidade e da identidade individual dentro desses grupos. Assim, como Joan Scott (2016, p. 32) aponta, “o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais” e cria diversos mecanismos que privilegia o que é considerado masculino ao mesmo tempo que marginaliza traços supostamente femininos. Nesse sentido, historicamente é imposto às mulheres um silêncio que perpetua e ao mesmo tempo é perpetuado pelas mais variadas violências que sofrem. Isso implica um processo contínuo de marginalização e desrespeito social, na medida em que “a história de cada pessoa é intimamente ligada à sua identidade, e ser privado de contar a própria história significa ter seu espaço negado na própria comunidade”, como escreve Fernanda Menegotto (2018, p. 117).

Isso pode ser visto no trecho já citado do testemunho de Valentina Pávlovna Tchudáieva: “Mantivemos a ligação entre nós, trocávamos cartas. [...]. Os homens eram vencedores, heróis, noivos, a guerra era deles; já para nós, olhavam com outros olhos. [...] Vou lhe dizer, tomaram a vitória de nós. [...] Não dividiram a vitória conosco. Isso era ofensivo... Incompreensível...” (Aleksiévitch, 2016a, p. 156). Assim, a experiência contínua de desrespeito implica uma violação sistemática das identidades das mulheres: após a guerra, as veteranas, isoladas da “nova” feminilidade recoberta por antigas ideologias, sofreram críticas severas por parte de seus familiares, o casamento se tornou em muitos casos impossível, suas experiências e contribuições foram menosprezadas e em diversos momentos seus direitos também foram violados. Como Thaiz Senna nos mostra,

Essa exclusão se deu de diversas formas. A exclusão militar, já citada, na ocultação da participação; a exclusão romântica – várias ex-combatentes argumentam que, caso revelassem seu passado, os homens não iriam querê-las. Algumas dizem que a própria aparência já demonstrava que haviam combatido; a exclusão financeira, relativa,

primeiramente, às oportunidades de empregos serem menores, por exemplo, do que das meninas que ficaram e estudaram obtendo experiência profissional. Em segundo lugar, relativa à moradia – muitas relatam viver em condições ruins, tal como Malákhova, que vivia em um apartamento muito pequeno e desistiu de conseguir o apartamento para veteranos, pois, depois de estar no número 19 da fila de espera “misteriosamente” retrocedeu ao número noventa, demonstrando certa marginalização quanto às vidas das veteranas. (Senna, 2021, p. 560).

Nesse contexto, a solução encontrada por muitas delas foi o estabelecimento de redes de solidariedade e camaradagem entre si mesmas, já que na medida em que a experiência do front só pode ser compreendida por quem a vivenciou, como também acreditavam muitos veteranos homens, as relações assimétricas de gênero exacerbaram essa alienação para as mulheres que retornavam. Como Svetlana Aleksievitch conta no seguinte trecho,

Mergulho cada vez mais fundo no infinito mundo da guerra, todo o resto perde um pouco das cores, torna-se mais comum do que o comum. Um mundo grandioso e feroz. Entendo agora a solidão da pessoa que volta de lá. É como se viesse de outro planeta ou do além. Ela tem o conhecimento de algo que os outros não têm, e só é possível conquistá-lo ali, perto da morte. Quando tenta transformar isso em palavras, tem a sensação de uma catástrofe. A pessoa se cala. [...] O espaço delas é sempre diferente do de seus ouvintes. Estão rodeadas por um mundo invisível. Pelo menos três pessoas fazem parte da conversa: a que está contando agora, a pessoa que ela era na época em que aconteceu e eu. [...] Logo depois da guerra, a pessoa contaria uma guerra; passadas dezenas de anos, claro, algo muda, porque ela deposita nas lembranças toda a sua vida. Tudo de si. Aquilo que viveu nesses anos, o que leu, viu, quem encontrou. Por fim, se é feliz ou infeliz. Se conversamos a sós ou se há mais alguém por perto. Família? Amigos — quais? Se são amigos do front, é uma coisa; se são os demais, é outra. (2016a, p. 17).

Podemos ver isso no relato de Valentina Pávlovna Tchudáieva, que conta:

Mesmo assim fomos felizes. Fiz tantas amigas! Os tempos eram difíceis, mas não perdíamos o ânimo. Trocávamos nossos cartões de comida e ligávamos umas para as outras: ‘Venha para cá, recebi açúcar. Vamos beber chá’. Não tínhamos nada sobre nós, nada embaixo, ainda não tínhamos tapetes, cristais... Nada... E éramos felizes. Felizes porque estávamos vivas. Falávamos, ríamos. Andávamos pela rua... Estávamos o tempo todo contemplando apesar de não ter o que contemplar — à nossa volta só havia pedras destruídas, até as árvores estavam estropiadas. Mas o sentimento do amor nos aquecia. Uma pessoa precisava das outras, todos sentíamos a necessidade de contar uns com os outros. Depois nos dispersamos, cada uma foi cuidar da vida, da casa, da família, mas naquela época ainda estávamos juntas. Ombro a ombro, como nas trincheiras do front... (Aleksievitch, 2016a, p. 157).

Nessa perspectiva, Roger Markwick (2008, p. 406, tradução nossa)⁸⁵ observa que “[q]uase todas essas mulheres que se voluntariaram forjaram amizades próximas e duradouras com outras mulheres, e às vezes homens, ao longo da guerra; e quase todas continuaram a ser membras ativas de suas organizações de veteranos [...]”. Embora Aleksievitch não se aprofunde nesse assunto, é possível encontrar pistas e indicações dessas relações duradouras que as

⁸⁵ Original: “Almost all these women who volunteered forged close, enduring friendships with other women, and sometimes men, in the course of the war; and almost all continued to be active members of their veterans’ associations [...]”

mulheres construíram em torno de sua experiência compartilhada de guerra em todo seu livro, em trechos como:

Minha correspondência pessoal lembra cada vez mais a de um centro de alistamento ou de um museu: “Um alô das pilotos do regimento Marina Raskova da Aeronáutica”, “Escrevo da parte das partisans da Brigada Jelesniak”, “As mulheres do grupo clandestino de Minsk parabênizam... Desejamos sucesso no trabalho em curso...”, “Nós, soldados de campanha, entramos em contato...”. (Aleksiévitch, 2016a, 160)

Um aspecto interessante dessas redes, baseadas na perspectiva do reconhecimento de suas identidades enquanto “veteranas”, e suas experiências no front em um cenário social no qual elas tinham, de forma geral, poucos espaços para se apropriar e se expressar, é que ela é fluída e se estende em diversos contextos. Como para Aleksiévitch, por exemplo, de acordo com o que vemos em “Comecei a receber cartas do país inteiro, também trocavam meu endereço nas cartas das veteranas. Escreviam: ‘*Você já é uma das nossas, já é uma garota do front*’” (2016a, p. 144, grifos nossos) e em alguns momentos assume até uma perspectiva transnacional. Em 1990, algumas veteranas da WASP, antiga organização auxiliar feminina estadunidense da força aérea, que também atuou na Segunda Guerra Mundial, visitaram a União Soviética para conhecer as pilotas soviéticas na comemoração do aniversário de 45 anos da Vitória. Dentre elas, estava Anne Nogle (1922-2005), que, ao entrevistar dezenas de mulheres, patrocinada pela Sociedade Aeronáutica da União Soviética, escreveu um livro sobre sua experiência na URSS, “*A Dance with Death: Soviet airwomen in World War II*” (1994), e foi condecorada como membra honorária do 125º Regimento Aéreo. Como ela conta,

Todas nós servindo como *Women Airforce Service Pilots* (WASPS) nos perguntávamos como nos sairíamos se fossemos chamadas para voar em combate. Nós falávamos sobre isso em nossos alojamentos durante nossos seis meses de treinamento em voo, treinamento conduzido com a mesma aeronave e a mesma rotina básica dos cadetes masculinos. Nossas questões e especulações eram puramente hipotéticas. Agora eu veria e ouviria de mulheres soviéticas que tiveram essa experiência, que sabiam a realidade dela daqueles longos anos de combate. Eu pensei na época, no meu caminho para o país delas, que essas histórias atravessariam todas as fronteiras e que nossa relação de gênero era a chave – nossa semelhança como garotas e mulheres, no passado e no presente, seria mais significativa que nossos contextos culturais diferentes. Isso se provou ser verdade. [...] Eu passei uma hora ou duas, e às vezes bem mais, com cada veterana, e conforme eu as entrevistava eu tive a experiência extraordinária de ser calorosamente aceita como uma companheira piloto que tinha feito meu melhor para ajudar a vencer a guerra, conhecida pelos soviéticos como a Grande Guerra Patriótica. Tanto as pilotas e tripulações soviéticas como as pilotas americanas sofreram a perda de amigos e amigas enquanto cumprindo deveres de guerra em suas respectivas forças armadas. Esse laço tornou possível que eu compartilhasse as suas reminiscências, seus sentimentos (Nogle, 1994, p. 04, tradução nossa)⁸⁶

⁸⁶ Original: “All of us serving as *Women Airforce Service Pilots* (WASPS) wondered how we would fare if we were called upon to fly combat. We talked about it in our barracks during our six months of flight training, training conducted in the same aircraft and with the same basic routine as the male cadets. Our questions and speculations

Nesse contexto, um episódio em particular merece destaque: no capítulo “Nos condecoravam com umas medalhas pequenas”, Svetlana é convidada para participar de uma reunião anual de veteranos que ocorre em Moscou, na Praça Vermelha, em maio, mês da Vitória:

Um dia, o correio trouxe um convite dos veteranos do 65º Exército do general P. I. Bátov: “Geralmente nos reunimos nos dias 16 e 17 de maio em Moscou, na Praça Vermelha. *É uma tradição e um ritual*. Todo mundo que tem forças vai vir. Vem gente de Múrmansk e Karagandá, de Almati e Omsk. De todo lado. De toda nossa inabarcável pátria... Enfim, contamos com sua presença...”. [...] Entro nesse fluxo, ele me ergue e me leva, me puxa irresistivelmente atrás de si, e logo me descubro em um mundo quase desconhecido. Em uma ilha desconhecida. Entre pessoas que reconhecerei ou não; mas sei de uma coisa — eu as adoro. Normalmente elas estão abandonadas no meio de nós, passam despercebidas, porque já estão indo embora; há cada vez menos delas e mais de nós, mas uma vez por ano elas se juntam para, ainda que por um instante, voltar ao seu tempo. E seu tempo são suas lembranças. No sétimo andar, no quarto 52, se reuniu o hospital 5257. Quem comanda a mesa é Aleksandra Ivánovna Záitseva, médica militar, capitã. Ficou feliz em me ver e com gosto me apresentou a todos, como se já nos conhecêssemos havia muito tempo. Vim bater nessa porta por absoluto acaso. Estava a esmo. Registro: Galina Ivánovna Sazónova, cirurgiã; Elizavieta Mikháilovna Aizenchtein, médica; Valentina Vassílievna Lukiná, enfermeira cirúrgica; Anna Ignátievna Gorélik, enfermeira-chefe de operações; e as enfermeiras Nadiéjda Fiódorovna Potujnaia, Klávdia Prókhorovna Borodúlina, Elena Pávlovna Iákovleva, Anguelina Nikoláievna Timofêieva, Sófia Kamaldínovna Motrenko, Tamara Dmítrievna Morózova, Sófia Filimónovna Semeniuk, Larissa Tíkhonovna Deikun (Aleksiévitch, 2016a, p. 163-164, grifo nosso).

Figura 11 – Svetlana Aleksiévitch (centro) em um encontro de veteranas no início dos anos 1980



Fonte: Nobel, 2015

O uso da palavra “ritual” para descrever a comemoração de episódios traumáticos também é feito por Possas, quando ela observa que um grupo, quando compartilha uma

were purely hypothetical. Now I would see and hear from the Soviet women who had such experience, who knew the reality of it from those long years of combat. I thought then, on my way to their country, that these stories would cut across all boundaries and that our gender-relatedness was a key-our sameness as girls and women, past and present, would be more significant than our differing cultural backgrounds. That proved to be true. [...] I spent an hour or two, and at times much longer, with each veteran, and as I interviewed I had the extraordinary experience of being warmly accepted as a fellow pilot who had done my best to help win the war, known to the Soviets as the Great Patriotic War. Both the Soviet women pilots and crews and the American women pilots suffered the loss of friends while fulfilling wartime duties in their respective armed forces. This bond made it possible for me to share their reminiscences, their feelings.”

experiência dolorosa e/ou traumática, “[...] passa a elaborar uma narração compartilhada, porém única, ou seja, uma versão homogeneizada do ocorrido, concentrada no fato provocador da ruptura” (Possas, 2019, p. 107). Portanto, “[a] ‘memória literal’ [...] está na repetição ritual, em uma unicidade do relato, compartilhado nas comemorações – quando há – a singularidade única que subtrai qualquer debate racional.” (Possas, 2019, p. 108).

Aqui, o capítulo é construído também como um coro, mas ao contrário dos demais, não há identificação de quem diz o que, e é ressaltado seu aspecto dialógico, como pode ser visto na frase que o encerra: “Ê-ê, meninas, que infame é ela... Essa guerra... Vamos relembrar nossas amigas...” (Aleksiévitch, 2016a, p. 178). Além disso, o final espelha o começo do encontro, indicando que, em última instância, não havia palavras o suficiente para descrever adequadamente suas experiências, que transitam nos limites entre o dizível e o indizível. Anne Nogle nos fornece uma visão mais detalhada sobre esses encontros, na perspectiva das pilotas veteranas:

Todo ano desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os três regimentos aéreos femininos se encontram em um pequeno parque na frente do Teatro Bolshoi em Moscou no dia 2 de maio. Em 1990 eu fui convidada pelo 125º Regimento Bombardeiro de Guarda para o seu almoço depois da reunião anual. O 46º Regimento Bombardeiro de Guarda foi até os degraus do Bolshoi para a sua foto em grupo. Elas então leram em voz alta cartas de outras membras incapazes de comparecer, enquanto graciosamente aceitavam flores, entrevistas e atenção de admiradores velhos e jovens. Elas eram o centro das atenções. [...] Elas tinham se reunido como uma memória, uma celebração. Elas são irmãs, elas vão te dizer – mais próximas uma da outra do que de seus próprios parentes. Em última análise, seu memento mori é um de sobrevivência, assombrada pelos fantasmas daquelas que não foram tão sortudas. [...] Nós estamos sentadas na mesa de banquete, e as festividades começam. Uma das mulheres se levanta de sua cadeira, levanta seu copo e propõe um brinde. Nós todas nos levantamos, e nossos copos se tocam com uma nota musical. Um marido, que também tinha sido um piloto, se maravilha com a maestria absoluta delas da aeronave bombardeira, tão pesada e implacável. Uma pilota brinda a habilidade e dedicação das mecânicas – elas são camaradas. Mais tarde nós nos levantamos para um momento de silêncio honrando aquelas que partiram. Então a atenção delas se volta para mim, a americana, que representa a *Women Airforce Service Pilots*, que também voou durante a guerra. [...] Eu sou apresentada com a medalha regimental de pós-guerra usada por todas as membras do 125º regimento, e eu sou transformada em uma membra honorária dele. Todo mundo conversa e come, e há mais brindes. Yevgeniya Gurulyeva-Smirnova se levanta e canta uma música assombrosa em uma voz clara e melodiosa, então se senta. Todas cantam juntas. Eu queimo junto, sentindo essa nostalgia, sentindo a vodka, e todas ao meu redor, seu passado que eu nunca soube, mas de qualquer forma me tocou. Eu proponho mais um brinde, com os cumprimentos das *Women Airforce Service Pilots* na América (Nogle, 1994, p. 346-347, tradução nossa)⁸⁷

⁸⁷ Original: “Each year since the end of World War II, the three women's airforce regiments meet in a small park in front of the Bolshoi Theater in Moscow on May 2. In 1990 I was invited to be the guest of the 125th Guards Bomber Regiment at their luncheon after the annual meeting. The 46th Guards Bomber Regiment proceeded to the steps of the Bolshoi for their group picture. They then read aloud letters from fellow members unable to attend, while graciously accepting flowers, interviews, and attention from admirers old and young. They were very much the center of attention. [...] They had gathered as a remembrance, a celebration. They are sisters, they will tell you-closer to one another than to their own relatives. Ultimately their memento mori is one of survival, haunted

Através de excertos como esse podemos observar uma diferença notável entre as comemorações privadas, organizadas e promovidas pelas próprias veteranas, e as oficiais, que se concentram sobretudo no poderio militar e bélico da nação. Aqui, o *ritual e a tradição* servem como uma forma de celebrar seu passado e as companheiras que perderam no caminho, de dar sentido e “honrar” uma experiência tão extrema e definidora como a do front. Um aspecto interessante aqui é que, como discutiremos adiante, para muitas das mulheres que contam suas memórias, o ato de testemunhar é uma forma de “vingar” e “ressuscitar”, ainda que metaforicamente, suas companheiras que pereceram em batalha, implicando que ser esquecida nesse contexto seria como morrer duas vezes ou ter seu martírio negado, o que tornaria seu sacrifício inútil. Como Possas mais uma vez escreve,

[...] observei a sua determinação em evitar o esquecimento de um fato merecedor de ser contado: foi o protagonismo das mulheres em um momento de luta e “guerra” contra o autoritarismo. É uma de suas respostas ficou em minha mente, ao indagar-lhe: por que lembrar? “A verdade é que não me esqueço, é como um aniversário. Do momento da liberdade não sei como alguém esquece” (Possas, 2020, 178).

De forma semelhante, Harris (2013b) mostra o memorial de uma veterana que comenta que para se ter paz é preciso conhecer o passado, e por isso a importância de se lembrar da experiência da guerra. Para entrarmos melhor nessa discussão, trataremos a seguir da construção dessa memória coletiva e como a partir dos anos 1960 as mulheres tentaram se inserir nela, explorar as intersecções e contrastes entre as experiências individuais com a memória coletiva e como as narrativas das mulheres dialogava com a narrativa geral de guerra (Markwick, 2009).

4.2 “É terrível lembrar, mas é mais terrível ainda não lembrar”: a construção simbólica da memória nacional e os desafios da nação

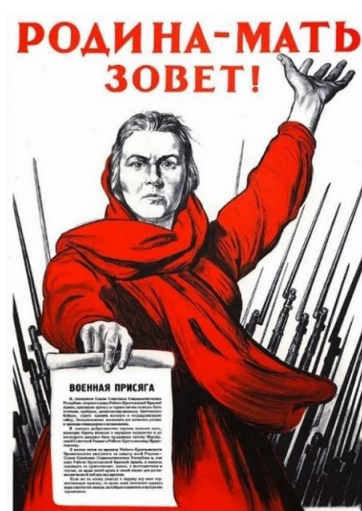
Lisa Kirschenbaum (2000, p. 825, tradução nossa)⁸⁸ descreve que “mães funcionavam na propaganda soviética tanto como símbolos nacionais, como onexo constantemente

by the ghosts of those not so fortunate. [...] We are seated at the banquet table, and the festivities begin. One of the ladies rises from her chair, lifts her glass, and proposes a toast. We all rise, and our glasses touch with a musical note. A husband, who had also been a pilot, marvels at their absolute mastery of the bomber aircraft, so heavy and unforgiving. The political commissar speaks at length about the deeds of the regiment. A pilot toasts the skill and dedication of the mechanics-they are comrades. Later we stand for a moment's silence honoring those who are gone. Then their attention is turned toward me, the American, who represents the Women Airforce Service Pilots, who also flew during the war. [...] I am presented with a regimental postwar medal worn by all the members of the 125th regiment, and I am made an honorary member of the regiment. Everyone talks and eats, and there are more toasts. Yevgeniya Gurulyeva-Smirnova stands and sings a haunting melody in a clear, melodious voice, then seats herself. Everyone sings together. I burn along, feeling this nostalgia, feeling the vodka; and all around me, their past that I never knew but nevertheless am touched by. I propose another toast, with greetings from the Women Airforce Service Pilots in America.”

⁸⁸ Original: “Mothers functioned in Soviet propaganda both as national symbols and as the constantly reworked and reimagined nexus between home and nation, between love for the family and devotion to the state.”

retrabalhado e reimaginado entre o lar e a nação, entre o amor pela família e a devoção ao Estado.”. Assim, nos primeiros anos da guerra seguindo a invasão alemã da URSS, a propaganda passou a enfatizar sobretudo a dimensão privada da família e do lar de seus cidadãos, em uma tentativa de motivá-los a lutar a partir de suas identidades familiares, já que proteger a pátria, seria aqui, como proteger a própria família, como já mencionamos. Um bom exemplo disso é o cartaz soviético de guerra mais conhecido, “A pátria-mãe chama”, de Irakli Toidze, produzido em 1941, que mostra uma camponesa segurando uma ficha de alistamento com uma postura exigente, convocando assim os seus filhos a servirem tanto suas famílias, como sua pátria-mãe (Figura 12).

Figura 12 – “A pátria-mãe chama!” [1941]



Fonte: Toidze, 2020

De acordo com a autora, “[a] santificação do lar como a fonte primária de identidade e cidadania retrabalharam e eventualmente ajudaram a refazer uma linguagem oficial que há muito tempo tinha borrado a linha entre público e privado, frequentemente ao submergir o privado no mundo público da revolução e do trabalho.” (Kirschenbaum, 2000, p. 827, tradução nossa)⁸⁹. Nessa perspectiva, a mídia, ainda que representando as mulheres como centrais para o esforço de guerra, ainda as associava intrinsecamente ao mundo privado e emocional da família, criando dessa forma uma feminilidade “austera, carinhosa e infalivelmente casta”. (Kirschenbaum, 2000, p. 840, tradução nossa)⁹⁰. Portanto, o lar e a família se tornaram elementos primordiais para o patriotismo soviético na época da guerra e o principal instrumento

⁸⁹ Original: “The wartime sanctification of hearth and home as the primary sources of identity and citizenship reworked, and eventually helped to remake, an official language that had long blurred the line between public and private, often by submerging the private in the public world of revolution and work.”

⁹⁰ Original: “austere, nurturing, and unfailingly chaste.”

utilizado para isso foi a publicação de cartas e testemunhos pessoais que demonstravam a importância individual de derrotar o inimigo (Kirschenbaum, 2000). Nas palavras da autora,

Durante a fase mais desastrosa da guerra para a União Soviética, a prática de contar a guerra na forma de cartas permitiu a imprensa fundir as tragédias e interesses das famílias e da nação. [...] Jornais reproduziam posters e faziam resenhas de livros e filmes que ligavam a família, a cidade natal e a nação. As cartas “pessoais” publicadas na imprensa ofereciam uma forma particularmente poderosa na qual enfatizar as dimensões pessoais da guerra. Enquanto o slogan onipresente “tudo para o front” sugeria que cidadãos soviéticos deveriam deixar de lado seus assuntos pessoais, as cartas publicadas sublinhavam as formas pelas quais as preocupações privadas poderiam fazer o serviço público mais urgente e significativo (Kirschenbaum, 2000, p. 831, tradução nossa)⁹¹

Isso pode ser visto, por exemplo, no primeiro discurso de Stalin ao público, quase duas semanas após o início da guerra, no qual ele se referiu à população, de maneira inédita, como “irmãos e irmãs”. Como coloca Senna,

[...] Stálin era concebido pela população como “o paizinho e guia genial dos povos soviéticos e da revolução mundial, o maquinista da locomotiva da História, o grande revolucionário do século XX, estratega, líder político, cientista, filósofo, estadista”, em suma, um “semi-deus”. E, assim sendo considerado, era também como se dirigia à população: de forma patriarcal e hierarquicamente superior. Já no primeiro discurso feito por Stálin após a invasão do Exército Alemão, em que ele fala pelo rádio, diretamente para a população, há esse uso, o qual, segundo Jeffrey Brooks, surpreendeu a população pelo uso do endereçamento: ao dizer “irmãos e irmãs”, ele abandonou seu papel patriarcal (Senna, 2021, p. 113).

Ao se colocar em patamar de relativa igualdade com a população em um momento de profunda instabilidade e incerteza no qual a liderança soviética estava até então virtualmente ausente, “o líder não apenas retoma as rédeas do destino, como também desce à mesma altura que o povo, acalentando-o como um familiar [...], unific[ando] as percepções do governo e do público sobre a guerra.” (Senna, 2021, p. 113-114) e produzindo dessa forma o alicerce para o que Yan Mann (2020) chama de “culto da Grande Guerra Patriótica” – como até hoje o conflito é conhecido na Rússia e região. Contudo, a partir de 1943, após a vitória na batalha de Stalingrado, Stalin voltou a ocupar um espaço cada vez mais central, mais uma vez assumindo seu papel de patriarca da nação, se associando direta ou indiretamente a todas as vitórias do Exército Vermelho, como um general experiente e um estrategista brilhante, como nos mostra Yan Mann (2022).

⁹¹ Original: “During the most disastrous phase of the war for the Soviet Union, the practice of telling the war in the form of letters allowed the press to conflate the tragedies and interests of families and of the nation. [...] Newspapers reproduced posters and ran reviews of books and movies that linked family, hometown, and nation. The “personal” letters published in the press offered a particularly powerful form in which to emphasize the personal dimensions of the war. While the ubiquitous slogan “everything for the front” suggested that Soviet citizens ought to set aside personal affairs, published letters underscored the ways in which private concerns could make public service more urgent and more meaningful.”

Na mesma ótica, as antigas derrotas foram pintadas como retiradas estratégicas com o intuito de supostamente atrair os inimigos alemães para fora do alcance de suas redes de suprimento, reencenando dessa forma a derrota napoleônica de 1812 (Mann, 2022). Embora a associação com 1812 tenha tido sua boa dose de controvérsia, principalmente pelo caráter reacionário que o exército russo exerceu na época, ela é em alguma medida ecoada pelo próprio título “Grande Guerra Patriótica”, que referencia a “Guerra Patriótica”, como a guerra russo-napoleônica é conhecida (Mann, 2022). Nesse contexto,

o triunfo soviético trouxe uma narrativa que apresentou os avanços soviéticos contra a *Wehrmacht* como a norma. Qualquer reviravolta de sorte no campo de batalha apenas daria falsa esperança à *Wehrmacht* enquanto o Exército Vermelho continuava seu avanço inexorável para o oeste [...] (Mann, 2022, p. 45, tradução nossa)⁹²

Dessa forma, os momentos mais difíceis da guerra em 1941 quando a Alemanha invadiu a União Soviética, inicialmente vistos como um fracasso militar e logístico, passaram então a ser retratados como o primeiro passo para a inevitável derrota alemã. Nas palavras de Mann (2020, p. 511, tradução nossa)⁹³, “o que eram anteriormente consideradas derrotas soviéticas foram remodeladas como representações do generoso heroísmo do Exército Vermelho”. Segundo o autor, esse “culto” foi então “completamente higienizado, desenvolvido, e cooptado pelo Estado para servir a múltiplos objetivos políticos e sociais, enquanto substituiu e se entrelaçou com as memórias individuais dos veteranos” (Mann, 2020, p. 508-509, tradução nossa)⁹⁴. Assim, pode-se notar as relações de poder e a mediação do Estado sobre a memória coletiva da guerra pois havia uma rígida fiscalização sobre o que era publicado sobre o conflito, de forma que tudo que escapava da versão higienizada promovida pelo Estado era banido ou tinha que se enquadrar à narrativa estatal (Mann, 2020).

Nessa perspectiva, a memória da guerra consolidou a imagem de Stalin como um grande estrategista e “confirmou” sua presciência ao demonstrar a necessidade (em grande parte debatível) de suas reformas no Exército Vermelho em 1930 que culminaram na perseguição de vários oficiais de alta patente – o que vários autores consideram, antes de qualquer coisa, um dos motivos primordiais das enormes perdas soviéticas no início da guerra (Mann, 2022). Contudo, ainda que essa narrativa tenha sido fortemente editorada, a celebração da vitória não se tornou uma ênfase da política estatal até a ascensão de Brezhnev, que governou a URSS de

⁹² Original: “The Soviet triumph brought forth a narrative that featured Soviet advances against the *Wehrmacht* as the norm. Any reverses of fortune on the field of battle only gave the *Wehrmacht* false hope as the Red Army continued its inexorable westward advance [...]”

⁹³ Original: “what were previously considered Soviet defeats were reshaped into representations of selfless Red Army heroism”

⁹⁴ Original: “[...] fully sanitized, developed, and co-opted by the state to serve multiple political and societal aims, as it displaced and intertwined with veterans’ individual memories”

1964 a 1982, como nos mostra Mann (2020, 2022). Isso porque o autor considera que não era interesse de Stalin se prender ao passado, mas que a guerra fosse vista como uma espécie de ponto de partida para o futuro, uma ponte para a construção de uma nova sociedade a partir dos moldes que mencionamos no tópico anterior (Mann, 2022).

Portanto, como argumenta Mischa Gabowitsch (2022), do final do período stalinista até o governo de Khrushchev (1953-1964), as comemorações da vitória eram em grande parte diversas, heterogêneas e tinham mais ênfase no público rural, que absorveu o maior impacto da guerra. Além disso, serviam em grande parte para mobilizar futuros soldados, com a construção de monumentos e competições atléticas demonstrando o poderio militar e as conquistas de cada regimento (Gabowitsch, 2022). É só sob a administração de Brezhnev (1964-1982), que o conflito adquire um caráter quase sagrado com a reconfiguração das representações heroicas da guerra – que já eram populares desde o período stalinista – em um “mito” mais coeso e coerente destinado a toda a população (Mann, 2020). Nesse contexto, a partir dos anos 1960, quando esse mito começa a tomar forma e se tornar mais presente na cultura popular, as mulheres, que se viram majoritariamente marginalizadas dessas narrativas começaram a resistir mais ativamente contra esse silenciamento, lutando “[...] por um lugar na memória cultural da nação, e pela ressurreição metafórica de suas camaradas em armas perdidas” (Harris, 2013b, p. 103, tradução nossa)⁹⁵.

Assim, durante a proliferação dos memoriais de guerra que surgiram na época de Khrushchev e atingiram seu apogeu em Brezhnev, estavam os primeiros escritos por veteranas, destacando seu heroísmo e a sua patriótica contribuição para a vitória do Exército Vermelho, como aponta Roger Markwick (2008). O autor descreve que nesse primeiro momento, eles eram publicados como antologias em uma forma peculiarmente soviética de autobiografia que foi cunhada e popularizada por Krupskaya, como “memoriais coletivos”, salientando sobretudo o processo emancipatório pelo qual as mulheres soviéticas passaram para se tornarem membras iguais na sociedade e contribuírem igualmente para a vitória, mostrando suas vidas heroicas e exemplares (Markwick, 2008). Assim, “[...] a identidade individual estava subordinada à identidade coletiva e a vida privada subordinada ao compromisso público com os ideais soviéticos.” (Markwick, 2008, p. 405, tradução nossa)⁹⁶, inscritos em uma meta narrativa de uma luta coletiva pela vitória.

⁹⁵ Original: “[...] for a place in the nation’s cultural memory, and for the metaphorical resurrection of lost comrades in arms.”

⁹⁶ Original: “[...] individual identity was subordinated to collective identity and private life subordinated to public commitment to Soviet ideals.”

Além disso, um dos fatores que mais chama atenção é que quase todos os memoriais foram escritos pelas mulheres que se voluntariaram para o front desde o estopim da guerra, em geral integrantes do *Komsomol* e na época garotas politicamente engajadas que acreditavam em seu dever patriótico de defender a nação (Markwick, 2008). Como o autor mostra,

[...] quase todas [as voluntárias] continuaram a ser membras ativas de suas associações de veteranos, as quais quase universalmente iniciaram e organizaram a publicações dessas e outras coleções similares de memoriais, em um esforço conjunto para manter a memória social da guerra viva. Devido à sua proveniência, não surpreendentemente a maioria dos memoriais ainda adere ao discurso heroico patriótico sobre a Grande Guerra Patriótica. É pouco provável que supostas “covardes” ou “colaboradoras” escrevam memoriais – exceto talvez para se justificarem (Markwick, 2008, p. 406, tradução nossa)⁹⁷.

Essa improbabilidade que Markwick fala pode ser vista em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, quando Aleksiévitich nos mostra a seguinte carta de uma veterana não identificada que não aceitou sua entrevista:

Meu marido, cavaleiro com uma Ordem da Glória, foi condenado a ficar dez anos em um campo de prisioneiros depois da guerra... Foi assim que a pátria recebeu seus heróis. Os vencedores! Ele escreveu numa carta para um camarada da universidade que tinha dificuldade de se orgulhar da nossa vitória, pois tanto a nossa terra quanto a estrangeira estavam repletas de cadáveres russos. Cheias de sangue. Foi preso imediatamente... Tiraram suas dragonas. Ele voltou do Cazaquistão depois da morte de Stálin... Doente. Não temos filhos. Não preciso me lembrar da guerra, passei a vida lutando... (Aleksiévitch, 2016a, p. 160-161).

No geral, somente em casos como o do trecho acima, de mulheres prisioneiras ou taxadas de alguma forma de inimigas do povo há realmente alguma intenção de se distanciar desses ideais nacionais. Nesse sentido, é evidente aqui o que mencionamos anteriormente, que em diversos pontos a história que Aleksiévitich quer contar não é a mesma de suas interlocutoras: esse tipo de jovem, que cresceu em um ambiente político, social e cultural bastante distinto do da jornalista, não tinha os mesmos receios que ela quanto às metanarrativas da vitória; pelo contrário, seu ressentimento foi por serem excluídas dela, e não por não se verem representadas nesses ideais. Como mostra Markwick (2008), em grande parte nunca foi interesse dessas mulheres reconstruir ou reescrever a história da guerra, mas apenas se inserir nela. Por isso há uma negociação em torno desse ideal que elas julgam justos, o da nação.

Um bom exemplo disso pode ser visto no memorial de uma “colaboradora” que o autor nos apresenta: a enfermeira militar judia Sof’ia Anvaer, que, após ter sido tomada como prisioneira de guerra e sobreviver ao campo de concentração por pura sorte, foi suspeita de

⁹⁷ Original: “[...] and almost all continued to be active members of their veterans’ associations, which almost universally initiated and organised the publication of these and similar collections of memoirs, in a concerted drive to keep social memory of the war alive. Given their provenance, not surprisingly most memoirs still adhere to the patriotic heroic discourse about the Great Patriotic War. Alleged “cowards” or “collaborators” are unlikely to write memoirs — except perhaps to vindicate themselves.”

colaboração com o inimigo e oficialmente taxada de “não confiável” em seus documentos. Mas ainda assim ela se inscreve na mesma tradição heroico-patriótica das demais mulheres, sacrificando suas próprias experiências dolorosas em prol do ideal da nação (Markwick, 2008). Como o autor coloca, “o compromisso de lutar contra o fascismo, sob o risco de vida e integridade física, era um ‘dever sagrado’ e discutir ou relembrar seu lado negativo é trai-lo” (Markwick, 2008, p. 418, tradução nossa)⁹⁸. Da mesma forma, “aqui temos a memória seletiva de uma sobrevivente militar, que quer relembrar o seu ‘dever sagrado’, livre de quaisquer dúvidas para justificar [...] que os sacrifícios extraordinários valeram a pena” (Markwick, 2008, p. 414, tradução nossa)⁹⁹.

Nesse contexto, dentre as que escreveram, podemos destacar principalmente as pilotas, especialmente as do 46º Regimento, o único regimento aéreo que permaneceu completamente feminino durante a guerra e por isso nutria uma coesão relativamente maior do que a dos regimentos mistos. Além disso, Markwick (2008) indica que possivelmente como a aviação era uma especialização mais técnica, suas integrantes eram de certa forma mais elitizadas, sendo jovens engajadas das organizações partidárias e/ou vindas de famílias de intelectuais. De acordo com Harris,

Os memoriais das pilotas indicam que como um todo elas estavam e sempre estiveram conscientes de sua marcada alteridade em relação aos pilotos e que elas queriam ser lembradas pelas futuras gerações precisamente como mulheres que confrontaram e desafiaram limites para se tornarem aviadoras habilidosas e defensoras de sua nação em seu momento mais terrível. Elas acreditavam que tinham provado a si mesmas em combate e em seus memoriais, elas tentaram sair da periferia para um espaço mais central na memória coletiva (Harris, 2013b, p. 104, tradução nossa)¹⁰⁰.

Isso porque, embora em uma instituição masculina como o Exército Vermelho, “valores e virtudes militares de heroísmo, auto sacrifício e martírio fossem inerentemente masculinos, [...] eles também eram valores cívicos soviéticos e frequentemente eram neutros de gênero ou até mesmo decididamente afirmados como atributos da feminilidade soviética.” (Markwick, 2008, p. 408, tradução nossa)¹⁰¹. Nesse sentido, o heroísmo era um aspecto central dessas coleções de memórias, tanto para homens como, principalmente, para as mulheres. Podemos

⁹⁸ Original: “Commitment to fight fascism, at the risk of life and limb, was a “sacred duty” and to discuss or recall the underside of this commitment is to betray it.”

⁹⁹ Original: “Here we have the selective memory of the military survivor, who wants to recall her “sacred duty”, purged of any doubts, to justify [...] that the extraordinary sacrifices were worthwhile”

¹⁰⁰ Original: “Women pilots’ memoirs indicate that as a whole they were and had always been aware of their marked otherness in relation to male pilots and that they wanted to be remembered by future generations precisely as women who confronted and challenged boundaries to become skilled aviators and defenders of their nation in its most dire hour. They believed that they had proved themselves in combat and in their memoirs, they attempted to push themselves out of the periphery, into a more central space in collective memory.”

¹⁰¹ Original: “military values and virtues, of heroism, self-sacrifice and martyrdom, were inherently “masculine”, [...] they were also Soviet civic values, and often as not gender neutral or even decidedly affirmed as attributes of Soviet womanhood.”

ver com isso o que Maria Clara Biajoli (2017) observa com as guerrilheiras exiladas ao fim da guerra civil espanhola: ao buscarem narrar suas experiências na guerra a partir de seus próprios termos, e se defender assim do estigma que sofreram, as veteranas em grande parte subverteram uma tradição literária da qual até então elas eram excluídas (Biajoli, 2017; Harris, 2008). Dessa maneira,

A ousadia dessas mulheres, ao se apropriarem de um gênero literário que era destinado a um universo masculino, branco e heterossexual, é também uma forma de resistência, uma forma de questionarem identidades historicamente impostas a elas e uma forma de inserir as mulheres dentro de uma história que era dominada por um pensamento falocêntrico (Biajoli, 2017, p. 33).

Como argumenta Adrienne Harris (2013b), através da utilização de elementos e imagéticas folclóricas, as mulheres construíram cuidadosamente narrativas demonstrando não só seu sucesso, mas ocasionalmente até mesmo sua superioridade aos homens em campo de batalha, se inserindo assim em uma narrativa épica e uma mitologia nacional. Curiosamente, a autora mostra que as principais imagens mobilizadas pelas veteranas eram, de forma um tanto contraditória, a do *bogatyr*’, o cavaleiro, e a da *ved’ma*, a bruxa (Harris, 2013b).

Embora a figura do *bogatyr*’ tenha sua contraparte feminina, a *polianitsa*, que já mencionamos, ela foi largamente ignorada, possivelmente porque na tradição russa as palavras femininas implicam uma subordinação rejeitada pelas pilotos (Harris, 2013b). Além disso, a figura específica da *polianitsa* estava fortemente associada a uma figura estrangeira que quase nunca era apresentada como russa, o que contrastava com o propósito das mulheres de demonstrar sua devoção patriótica, e havia uma certa implicação de que ela seria “domesticada” pelo casamento (Harris, 2013b). Nessa perspectiva, o *bogatyr*’, a representação do piloto por excelência pelo seu simbólico falcão¹⁰², era quem lutava pela terra russa contra os invasores, o que consolidou a escolha das mulheres. Como a autora argumenta, ele foi invocado sobretudo como uma evidência da capacidade e força militar das veteranas, assim como do tratamento igualitário esperado por elas em campo de batalha (Harris, 2013b).

Contudo, posteriormente, no decorrer dos anos 1960, essa figura passou a se tornar mais complexa nos escritos das pilotos, sendo às vezes substituído pela *ved’ma*, um símbolo específico do 46º regimento, que se tornou conhecido como “bruxas da noite”. Essa mudança salientava sua identidade feminina e argumentava não apenas que serem soldadas não anulava suas feminilidades, mas que era justamente isso que as tornava melhores pilotos do que os

¹⁰² Desde o final dos anos 1930 o falcão era visto como um símbolo da aviação soviética e os pilotos eram então chamados de “Falcões de Stalin”.

homens, eclipsando o *bogatyr*’ com a imagem da poderosa bruxa (Harris, 2013b). Nas palavras da autora,

[...] em 1943, as mulheres estavam muito interessadas em se provarem iguais aos homens e se deleitavam quando descobriam que outros tinham se surpreendido ou se confundido pelo seu gênero. Na época em que elas escreveram seus memoriais, mulheres soldadas tinham sido oficialmente e culturalmente silenciadas. A propagação de rumores questionando sua sexualidade, moralidade e a sua naturalidade enquanto mulheres levou numerosas veteranas a fazerem grandes esforços para provar sua feminilidade. Por uma variedade de razões, elas pararam de querer ser confundidas com homens e começaram a se representar através de uma imagem feminina poderosa, uma que existia nas margens da sociedade, separada pelo conhecimento oculto. Enquanto o guerreiro é tipicamente uma figura masculina, a bruxa velha é uma figura tanto inegavelmente feminina como rebelde, potencialmente perigosa e forte (Harris, 2013b, p. 120, tradução nossa)¹⁰³.

Através da apropriação dessa identidade de bruxas, elas “resolveram” o dilema enfrentado por diversas veteranas após a desmobilização: como conciliar a imagem de feminilidade tradicional promovida no pós-guerra com o seu orgulho de participar na destruição de seus inimigos e na defesa da pátria. Contudo, isso não implicava necessariamente uma visão “feminista”, como Markwick (2008) argumenta, porque essas mulheres se viam primordialmente como patriotas e ocasionalmente como comunistas, lutando pela *rodina*, sua pátria-mãe, ainda que por vezes com visões bem progressistas. Mesmo quando confrontadas com a violência nazista contra as mulheres,

[...] essas veteranas não interpretavam tais atrocidades contra seu sexo de uma forma generificada, como visceralmente antifemininas, mas simplesmente como outra manifestação de barbaridade fascista contra o povo soviético como um todo. Gênero não estava no léxico político das mulheres da geração da guerra (Markwick, 2008, p. 409, tradução nossa)¹⁰⁴.

Nesse contexto, podemos ver que os escritos das veteranas se enquadram em

[...] um gênero soviético de memorial no qual a dor pessoal e a experiência, embora certamente não ausentes da narrativa, estão subordinadas a retratar o drama histórico primordial da “guerra contra o fascismo” e à virtude de reafirmar a retidão daquela luta. Ao contrário, por exemplo, de memoriais da Grande Guerra ou do Vietnã, que frequentemente expressam desilusão com a causa pela qual eles lutaram, nos memoriais dessas mulheres sobre a Grande Guerra Patriótica não há arrependimentos

¹⁰³ Original: “[...] in 1943, the women were very interested in proving themselves equal to men and delighted when they learned that others had been surprised or confused by their gender. By the time they wrote their memoirs, women soldiers had been officially and culturally silenced. Widespread rumors questioning their sexual, morality, and naturalness as women had led numerous veterans to go to great lengths to prove their womanliness. For a variety of reasons, they stopped wanting to be mistaken for men and began representing themselves through a powerful female image, one existing on the edges of society, set apart by occult knowledge. In terms of archetypes, they chose the crone over the woman warrior. While the warrior is typically a masculine figure, the crone is both an undeniably feminine figure and a rebellious, potentially dangerous, and strong one.”

¹⁰⁴ Original: “[...] these women veterans do not interpret such atrocities against their sex in a gendered way, as viscerally anti-female; rather, they were simply another manifestation of fascist barbarism against the Soviet people as a whole. Gender was not in the political lexicon of the wartime generation of women.”

sobre vidas jovens, membros ou mentes desperdiçadas em vão. Nem há arrependimentos sobre matar (Markwick, 2008, p. 415, tradução nossa)¹⁰⁵.

Assim, através da utilização dos símbolos e instrumentos da memória “oficial”, os memoriais das mulheres tentaram se inserir nesse mito nacional da guerra, não sem seus conflitos ou contradições. Como Aleksiévitich nos mostra em uma carta que recebeu, “Minha filha me ama muito: sou a heroína dela. [...]. Sujeira, piolhos, uma infinidade de sangue – tudo isso é verdade. Não nego. Mas será que a lembrança disso é capaz de dar origem a sentimentos nobres? Preparar alguém para um grande feito?” (2016a, p. 24). Nesse sentido, o que podemos ver é que para boa parte das veteranas era mais importante a reivindicação de sua vitória do que uma representação fidedigna da guerra, com todo o terror e a violência que ela acarretaria, o que Aleksiévitich chama no primeiro capítulo de seu livro de contar a guerra “masculina”: “Já as mulheres estão caladas. [...] Até as que estiveram no front estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra ‘feminina’, mas a ‘masculina’. Seguem o cânone.” (2016a, p. 12). Em outras palavras, o projeto de Aleksiévitich, ao contrário do das veteranas, não se preocupava apenas com a representação das mulheres na guerra, mas com um deslocamento epistêmico, já que não se trata apenas dos sujeitos envolvidos no relato, mas de que tipo de narrativas estão sendo contadas e que tipo de mundo que elas defendem, implícita ou explicitamente.

Contudo, ainda que a substituição da história da guerra pela história da Vitória, como Aleksiévitich (2016a) coloca, tenha servido majoritariamente a interesses políticos, não é possível afirmar que essa narrativa foi imposta exclusivamente a partir do Estado. Os veteranos, convidados a compartilhar suas memórias e experiências em palestras e entrevistas em museus, escolas e cerimônias públicas, foram beneficiados por esse tipo de visão que destacava sua coragem e força, criando e reforçando uma autoimagem heroica que Mann (2020) considera ter sido em alguma medida terapêutico, já que a história contada sobre a guerra frequentemente era muito mais atraente do que a guerra em si.

O autor também menciona que quanto mais distantes temporalmente se tornaram do conflito, mais insistentes se tornaram a defesa desses tipos de mitos, atribuindo a eles um significado político cada vez maior (Mann, 2020), de forma que Ana Lolua (2020) diz que a Segunda Guerra Mundial ocupou uma espécie de “história de origem” e mito fundador da União

¹⁰⁵ Original: “[...] a Soviet genre of memoir in which personal pain and experience, although certainly not absent from the narrative, is subordinated to depicting the overriding historical drama of the “war against fascism” and to the virtue of reaffirming the rectitude of that struggle. Unlike, for example, memoirs of the Great War and of Vietnam, often expressing disillusion with the cause for which they fought, in these women’s memoirs of the Great Fatherland War there are no regrets about young lives, limbs or minds wasted in vain. Nor are there regrets about killing.”

Soviética, ao lado da revolução de 1917, no sentido de que representa uma história dramatizada basilar para a identidade soviética pós-1945 de uma luta coletiva em prol de um bem maior. Nesse contexto, podemos observar que “os discursos da nacionalidade são caracterizados pela noção de simultaneidade, que inaugura uma ideia de tempo vazio e homogêneo”, de forma que “[a]bolem-se divisões cronológicas claras, e em seu lugar se estabelecem regimes de temporalidade que jogam para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação.” (Schwarcz, 2008, p. 12). Do mesmo modo, como Judith Butler e Gayatri Spivak escrevem,

Em outras palavras, o Estado-nação assume que a nação expressa uma certa identidade nacional, é fundada através de um consenso acordado de nação, e que existe uma certa correspondência entre o Estado e a nação. A nação, nessa visão, é singular e homogênea, ou, pelo menos, se torna assim a fim de cumprir com os requerimentos do Estado. O Estado deriva sua legitimidade da nação, o que significa que aquelas minorias nacionais que não se qualificam para o ‘pertencimento nacional’ são consideradas como habitantes ‘ilegítimos’. Dada a complexidade e heterogeneidade dos modos de pertencimento nacional, o Estado-nação só pode reiterar sua própria base para legitimação ao literalmente produzir a nação que serve como base para sua legitimação (Butler; Spivak, 2007, p. 30-31, tradução nossa)¹⁰⁶.

Isso implica uma “história de origem” que define um “nós” claro, com valores, tradições e um passado comum, e no cenário da União Soviética pós-guerra, implicava também uma visão específica de gênero. Além disso, de forma geral essas narrativas heroicas do “cânone” enfatizavam seu caráter supra étnico e socialista, visando construir uma identidade soviética coletiva e destacando tanto a bravura e a coragem do povo soviético como sua irmandade, mas o que Lucia Dierenberger (2016) nos mostra é que havia um “russocentrismo” claro nesses discursos que assumiam a perspectiva da população russa como universal (especialmente de homens russos) em detrimento de outros povos e etnias, utilizando-a como sinônimo da identidade “soviética”. Isso porque, como Benedict Anderson (2008, p. 34) coloca,

[...] [a nação] é imaginada como uma porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.

Nesse contexto, apesar do discurso de irmandade e amizade entre os povos, é colocado implicitamente que o heroísmo seria uma característica intrínseca aos soldados russos, enquanto os não-russos raramente eram mencionados pela narrativa soviética, restritos na maior parte dos

¹⁰⁶ Original: “In other words, the nation-state assumes that the nation expresses a certain national identity, is founded through the concerted consensus of a nation, and that a certain correspondence exists between the state and the nation. The nation, in this view, is singular and homogeneous, or, at least, it becomes so in order to comply with the requirements of the state. The state derives its legitimacy from the nation, which means that those national minorities who do not qualify for ‘national belonging’ are regarded as ‘illegitimate’ inhabitants. Given the complexity and heterogeneity of modes of national belonging, the nation-state can only reiterate its own basis for legitimation by literally producing the nation that serves as the basis for its legitimation.”

casos a uma audiência específica, quando a propaganda intencionava estimular as audiências nacionais ao “heroísmo nacional” (Direnberger, 2016). Isso pode ser percebido pela escolha de palavras: os soldados russos são referidos como “defensores”, “libertadores” e semelhantes, enquanto outras etnias são quase sempre mencionadas na voz passiva como “libertos”, “emancipados” ou povos que precisam ser “salvos”. Embora a autora considere que é importante o recorte de gênero na medida em que esse tipo de representação privilegie essencialmente homens, ela diz que

Pesquisadores que analisaram a construção generificada da memória estatal da Segunda Guerra Mundial concordam que é uma memória centrada em homens. As narrativas soviéticas centrais dos campos de batalha da Segunda Guerra são baseadas nas narrativas de heróis masculinos de guerra. Como sujeitos indisciplinados ou desordeiros, violando as expectativas normativas de gênero, mulheres guerreiras foram negligenciadas por décadas pela narrativa dominante da história soviética. Entretanto, soldadas russas foram reabilitadas pela narrativa central da Grande Guerra Patriótica durante o período de Brezhnev. Mas essa reabilitação focou principalmente em mulheres russas, e mulheres de minorias étnicas continuaram na maior parte invisíveis (Direnberger, 2016, p. 03, tradução nossa)¹⁰⁷.

Ainda que a “reabilitação” que a autora menciona seja condicional e apenas em contextos específicos, é importante o recorte étnico na medida em que ele explicita o conflito entre o centro e a “periferia” da URSS, na qual os povos não-russos não possuíam direito de autodeterminação e frequentemente eram tratados de forma orientalista, como sociedades atrasadas que precisavam ser modernizadas e “emancipadas” pela burocracia soviética, como argumenta Yulia Gradskaia (2018). Nesse contexto, embora a maior parte da narrativa nas repúblicas também sejam centradas em homens, Direnberger (2016) aponta que em muitos casos as mulheres possuíam uma margem de liberdade maior para contar suas histórias e memórias em seus próprios termos, enfatizando sua igualdade, agência e suas capacidades para defender seus próprios direitos. Assim,

Ao contrário de diferentes representações nacionais e estatais de mulheres armadas, a participação das mulheres no conflito armado não foi considerada desviante, mas um fator positivo na defesa da pátria-mãe, mesmo depois do conflito [...] ainda que homens sejam usualmente representados como os protetores das mulheres contra os agressores, as narrativas locais soviéticas representavam mulheres armadas tajike protegendo seus direitos por si mesmas (Direnberger, 2016, p. 05, tradução nossa)¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Original: “Researchers who analysed the gendered construction of the Second World War state memory agree on its being a male-centred memory. Central Soviet narratives of the battlefronts of World War II are based on the narrative of male war heroes. As “unruly actors, violating normative gender expectations” women warriors have been neglected for decades by the dominant narrative of Soviet history. However, Russian women soldiers were rehabilitated in the central narrative of the Great Patriotic War during the Brezhnev period. But this rehabilitation focused mainly on Russian women, and women of ethnic minorities remained largely invisible.”

¹⁰⁸ Original: “contrary to different national and state representations of armed women, women’s participation to the armed conflict was not considered deviance but as a positive factor in the defence of the Fatherland, even after the end of the conflict [...] whereas men are usually represented as women’s protectors against the aggressors, Soviet local narratives represented armed Tajikistani women protecting their rights by themselves”.

Como a autora aponta, essa “margem” pode ser explicada na medida em que a guerra representou o evento propício para criar uma identidade soviética coletiva para a URSS e nesse sentido, a propaganda até algum ponto celebrava e incentivava os esforços individuais e coletivos necessários para a construção da sociedade soviética nas periferias (Direnberger, 2016). Dessa forma, as mulheres de minorias étnicas eram vistas como agentes privilegiadas para mobilização e construção da influência do Partido Comunista no interior e nas demais repúblicas, como as mais interessadas na emancipação humana dos velhos costumes, ainda que não sem conflitos. Embora a memória coletiva não possa ser referida como um monolito, mesmo em estados mais autoritários, isso implicava uma certa memória sancionada pelo Partido Comunista que em cada estado desenvolveu uma forma: como Ana Lolua (2020, p. 13, tradução nossa)¹⁰⁹ descreve, “cada estado soviético, cada cidadão soviético patriota, seja lutando no campo de batalha ou trabalhando na retaguarda, estava contribuindo para essa grande vitória”.

Na Geórgia, por exemplo, longe do teatro de guerra, o mito da vitória salientou o front doméstico e a contribuição da retaguarda, enquanto na Lituânia, os movimentos de resistência são nacionalizados e o foco se concentra sobretudo nos *partisans*. Já na Bielorrússia, a guerra ocupou um papel central no discurso patriótico, e as mulheres estavam em seu centro, o que gerou uma imagem tão consolidada que é possível ver até utilizações contemporâneas do emblemático poster de Irakli Toidze, “A pátria-mãe chama!” para convocar pessoas para protestos contra o atual governo (Lolua, 2020). Portanto, Direnberger (2016, p. 02, tradução nossa)¹¹⁰ considera que não é possível generalizar a experiência das mulheres russas que serviram para as mulheres asiáticas de forma geral, já que “[...] o tratamento soviético da questão feminina e as suas consequências para as mulheres foram de particular importância na Ásia Central.”.

Nesse ponto, é relevante observar a construção da identidade soviética na periferia da URSS e como isso impactou os diferentes nacionalismos com o fim da URSS, observando suas continuidades e rupturas e como as representações de mulheres armadas serviu tanto para a produção como a continuação de uma hierarquia de gênero cada vez mais rígida. Dessa forma, surge uma nova ordem nacional caracterizada pela promoção de uma visão conservadora de gênero, enfatizando a vulnerabilidade feminina e o dever masculino de defender a nação como uma forma de “retorno” a uma suposta naturalidade e tradição da antiga sociedade muçulmana

¹⁰⁹ Original: “Every Soviet nation, every Soviet patriot citizen, whether fighting on the battlefield, or working in the rear, was contributing to this great victory.”

¹¹⁰ Original: “[...] the Soviet treatment of the women’s question and its consequences on women were of particular importance in Central Asia.”

que teria sido perdida no regime soviético. Nesse sentido, “memórias da Segunda Guerra Mundial têm um papel crucial na produção de identidades nacionais, supranacionais, locais, coletivas e individuais nos regimes soviéticos e pós-soviéticos” (Direnberger, 2016, p. 3, tradução nossa)¹¹¹.

Por isso, quando Aleksiévitich começou em 1978 a pesquisa que mais tarde resultaria em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, ela conta que encontrou incontáveis empecilhos, tanto com a censura como com a população geral. A jornalista relata que quando ela explicava o intuito do livro, frequentemente ouvia comentários do tipo: “Por acaso falta homem para isso? Para que você quer essas histórias de mulher? Fantasias de mulher...” (Aleksiévitch, 2016a, p. 21) a partir do que ela conclui: “Os homens tinham medo de que elas não contassem direito a guerra” (Aleksiévitch, 2016a, p. 21). Podemos ver isso também em trechos como o seguinte:

Depois de meus pedidos insistentes, ele cedeu seu lugar a contragosto, dizendo: “Conte como eu te ensinei. Sem chorar e sem essas ninharias de mulher; que queria ser bonita, que chorou quando cortaram a trança”. Depois ela confessou para mim, sussurrando: “Ele passou a noite estudando comigo um livro de história da Grande Guerra Patriótica. Estava com medo por mim. E agora deve estar aflito de que não lembre direito. Não lembre do jeito certo”.

Isso aconteceu mais de uma vez, em mais de uma casa (Aleksiévitch, 2016a, p. 22).

Aqui aparece mais uma vez a perspectiva de uma “guerra certa” a ser contada pela História, como discutimos no final do capítulo anterior, da qual as mulheres não seriam, por definição, narradoras confiáveis. Portanto, a implicação é a de que os homens seriam efetivamente os sujeitos da História, enquanto às mulheres sobrava apenas o papel simbólico de lamentadoras e testemunhas dos grandes feitos masculinos. Dessa forma, o testemunho seria uma experiência inerentemente generificada na medida que homens e mulheres de forma geral desenvolvem práticas diferentes em relação às suas memórias, em relação a quanto, quando e como torná-las públicas, já que usualmente mulheres enfrentam mais repercussões sociais negativas ao publicizar suas vidas (Jélin, 2002). Como Judith Butler (2024, p. 192) argumenta, “o gênero, como forma de poder, elabora os esquemas classificatórios a partir dos quais fazemos inferências [...] [e] satura a maneira como nos vemos, nos sentimos e nos percebemos no mundo”.

Nesse sentido, a luta pelo direito à memória das veteranas é fundada em uma tentativa de romper o isolamento dessas mulheres, já que “sem a comunidade, a experiência, entendida como conhecimento transmitido e, portanto, lembrado, não existe” (Biajoli, 2017, p. 37). Como Aleksiévitich conta,

¹¹¹ Original: “*memories of the Second World War have a crucial place in the production of national, supranational, local, collective and individual identities in the Soviet and post-Soviet regimes*”

O que fica gravado na memória, mais do que tudo? Lembro de uma voz humana baixa, muitas vezes atônita. Uma pessoa que experimenta o espanto diante de si mesma, diante do que aconteceu com ela. O passado desapareceu, foi ofuscado por um turbilhão quente e se escondeu, mas a pessoa ficou. Ficou em meio à vida cotidiana. Tudo ao seu redor é costumeiro, menos a memória. Eu também me transformo em testemunha. Testemunha daquilo que as pessoas se lembram, e de como se lembram, do que querem falar, e do que tentam esquecer ou afastar para o canto mais distante da memória. Fechar a cortina. De como elas se desesperam na busca pelas palavras, e mesmo assim querem reconstituir o que desapareceu, na esperança de que a distância permita captar o sentido completo do passado. Ver e entender o que não viram e o que não entenderam na época. Lá, examinam a si mesmas, se reencontram de novo. Muitas vezes já são duas pessoas – aquela e essa, uma jovem e uma velha. A pessoa durante a guerra e a pessoa depois da guerra. Bem depois da guerra. Sou o tempo todo tomada pela sensação de que estou escutando duas vozes ao mesmo tempo (Aleksiévitch, 2016a, p. 179).

A partir do final da década de 1980, esse conflito se acentuou a partir da abertura de arquivos na *perestroika*, quando passou a se tornar cada vez mais difícil a defesa da “nação” ao menos nos moldes que era propagandeada, causando uma desvalorização de tudo que era visto como “soviético” que durou até o colapso da União Soviética, quando as mulheres viram o ideal pelo qual lutaram e se sacrificaram ruir. Como escreve Markwick (2008, p. 419, tradução nossa)¹¹²,

[...] para Zhukova, também uma veterana do antigo partido comunista, há uma urgência política sobre contar a sua história sessenta anos depois: o fim da União Soviética e o que ela viu como uma consequente difamação da geração do front e de sua causa “sagrada”. Para alguns, como a renomada poeta de guerra Iulia Drunina, o fim de tudo pelo qual eles lutaram foi insuportável; ela cometeu suicídio em novembro de 1991, três meses depois de Yeltsin ter tomado o poder na Rússia.

Pensando nessa perspectiva, o próximo tópico será dedicado a explorar mais os conflitos políticos em torno da guerra a partir do final dos anos 1980 até a contemporaneidade. Com a ascensão de Putin no cenário político russo, as disputas pela memória da guerra são instrumentalizadas, tanto para seu projeto de poder como por outras figuras do leste europeu, como uma espécie de símbolo para as tensões políticas na região, como demonstraremos a seguir.

4.3 O desejo de restauração e a produção do passado ideal: políticas de memória e gênero na construção da “ideia nacional”

Como Viacheslav Morozov (2020) aponta, a memória da Segunda Guerra tem sido um ponto fulcral na identidade nacional dos países bálticos desde o fim da Guerra Fria, sobretudo

¹¹² Original: “[...] for Zhukova, also a veteran member of the former communist party, there is a political urgency about telling her story sixty years on: the demise of the Soviet Union and what she saw as the ensuing denigration of the front generation and their “sacred” cause. For some, such as the renowned wartime woman poet Iulia Drunina, the demise of everything they stood for was unbearable; she committed suicide in November 1991, three months after Yeltsin seized power in Russia.”

pela denúncia do Pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em 1939 como um tratado de não-agressão com a Alemanha nazista com o propósito de estabelecer zonas de influência alemãs e soviéticas em países como Polônia, Lituânia, Letônia, Estônia, Finlândia e Romênia, com a Polônia e seus aliados de um lado e a Rússia de outro. A disputa, que se iniciou ainda nos anos 1970 por influência dos mecanismos públicos mais rígidos de rememoração nos Estados Unidos e na Europa ocidental, começou a se tornar cada vez mais acirrada a partir dos anos 2000 com a interferência estatal cada vez mais presente que culminou na regulação legislativa e até mesmo na criminalização de determinadas narrativas (Morozov, 2020), o que coincidiu tanto com a política externa cada vez mais agressiva de Putin, como aponta Seth Bernstein (2016), como com a crescente interferência ocidental na região, com a entrada da Estônia, Lituânia e Letônia na OTAN em 2004, como nos mostra David Hoffman (2022a). De acordo com o autor,

O colapso do comunismo deixou um grande vazio ideológico na Rússia pós-soviética. Durante os anos de presidência de Yeltsin, o país experimentou não apenas declínio econômico, mas também uma crise de identidade nacional. Tendo rejeitado o passado comunista, o governo russo procurou por tradições alternativas para unificar a população. A história czarista (particularmente o reinado de Nicholas II), oferecia poucos símbolos de unidade nacional e força. O renascimento da Igreja Ortodoxa Russa forneceu uma instituição nacional, embora nem todos os cidadãos da Federação Russa fossem cristãos ortodoxos. O que se destacou como o melhor emblema de orgulho nacional foi a vitória histórica na Segunda Guerra Mundial. No começo dos anos 2000, em um momento de queda de reputação internacional para a Rússia, Putin revitalizou a comemoração de guerra para relembrar um tempo quando o Exército Vermelho derrotou a Alemanha nazista e salvou a Europa do fascismo. Em 2011, Putin até chamou a memória da Guerra de “um excelente cimento, unindo pessoas de diferentes nacionalidades, diferentes etnias e diferentes religiões em uma nação russa indivisível”. [...] Com o avanço da aliança militar ocidental em suas fronteiras, os líderes russos consideram vantajoso relembrar um momento histórico em que seu país triunfou sobre um invasor ocidental implacável. O foco na invasão nazista também permitiu que eles amplificassem a sua versão da história da Segunda Guerra Mundial em resposta a condenações estonianas, letônias, lituanias e polonesas crescentes do Pacto Molotov-Ribbentrop (Hoffman, 2022a, p. 02, tradução nossa)¹¹³.

A explicação para isso é que como Yulia Nikitina (2020, p. 514, tradução nossa) coloca, “‘guerras de memória’ não são sobre o passado; elas são sobre o presente e, ainda mais, sobre

¹¹³ Original: “*The collapse of Communism left a large ideological void in post- Soviet Russia. During the years of Yeltsin’s presidency, the country experienced not only economic decline but also a crisis of national identity. Having rejected the Communist past, the Russian government searched for alternative traditions to unify the population. Tsarist history (particularly the reign of Nicholas II) offered few symbols of national unity and strength. The revival of the Russian Orthodox Church provided one national institution, though not all citizens of the Russian federation were Orthodox Christians. What stood out as the finest emblem of national pride was the historic victory in the Second World War. In the early 2000s, at a moment of diminished international standing for Russia, Putin revitalized war commemoration to recall a time when the Red Army had defeated Nazi Germany and saved Europe from fascism. In 2011, Putin even called war memory “an excellent cement, uniting people of different nationalities, different ethnicities and different religions into one indivisible Russian nation.” [...] With the advance of a Western military alliance right up to their borders, Russian leaders found it advantageous to recall a historical moment when their country had triumphed over a ruthless Western invader. Focus on the Nazi invasion also allowed them to amplify their version of World War II history in response to increasing Estonian, Latvian, Lithuanian, and Polish condemnations of the Molotov-Ribbentrop Pact.*”

o futuro. Então quando políticos russos falam sobre 1945 ou 1939, eles na verdade querem dizer 1991 ou 2024, o que definitivamente torna o assunto pessoal”. Nesse sentido, a “Grande Guerra Patriótica” volta a ocupar um papel importante na política do leste europeu nos últimos anos, especialmente na Rússia, na medida em que representa o maior evento histórico unificador para a sociedade russa e é utilizado como representação simbólica para os conflitos históricos da região, como também aponta Ivan Kurilla (2020). De forma semelhante a Hoffman, o autor argumenta que

Após o colapso da URSS em 1991 e o abandono da ideologia comunista, o Estado inicialmente descartou as políticas simbólicas. Entretanto, o fracasso de um aparato político e administrativo eficaz nos anos 1990, a presença de dificuldades econômicas e as crescentes divisões internas na sociedade russa resultaram em um vácuo político e ideológico, já que muitos russos se sentiram sem direção. De certa forma, as circunstâncias extraordinárias dos anos 1990 demandaram a invenção de uma nova “ideia nacional” (Kurilla, 2020, p. 503, tradução nossa)¹¹⁴.

Essas circunstâncias, debatidas pelos autores, e o vazio ideológico aparece, por exemplo, quando Aleksiévitich (2016b, p. 25) coloca: “Aí está ela, a liberdade! Foi essa que nós esperamos? Estávamos dispostos a morrer por nossos ideais. Travar uma luta. Mas então começou nossa vida ‘tchekhoviana’. Sem história. Ruíram todos os valores, exceto pelos valores da vida. [...] A liberdade de Sua Majestade, o Consumo”. Da mesma forma, Anna Krylova, autora e pesquisadora russa, conta:

Meu interesse em história russa moderna foi formado em um tempo e espaço particular: no meio de um debate público fervoroso sobre o significado do passado soviético que preocupava a sociedade soviética no final dos anos 1980. Tendo anunciado que uma discussão livre sobre história soviética era uma parte crucial de uma política *perestroika*, o chefe do Partido Comunista Mikhail Gorbachev liberou uma reexaminação pública na narrativa histórica oficial. [...] Na verdade, eu assisti história sendo debatida, investigada, invalidada, e denunciada em um fluxo sem fim de artigos de jornal, livros históricos, documentários e programas. Minha educação de ensino médio concluiu com o cancelamento do exame de graduação em história, o que transformou a perda pública de uma narrativa histórica coerente sobre o passado soviético em um evento pessoal memorável. Minha geração se tornou uma geração sem história e estava prestes a se tornar a última geração soviética. Para mim, as lutas da *perestroika* sobre o legado soviético sublinharam a centralidade da história para a identidade individual e nacional e sua suscetibilidade a relatos múltiplos e contraditórios, muito antes de eu fazer do estudo da história minha carreira profissional (Krylova, 2011, p. XIII, tradução nossa)¹¹⁵.

¹¹⁴ Original: “After the collapse of the USSR in 1991 and the abandonment of Communist ideology, the state initially discarded symbolic politics. Yet the failure of an effective political and administrative apparatus in the 1990s, the presence of economic hardships, and growing internal divisions in Russian society resulted in a political and ideological vacuum, as many Russians felt rudderless. In a sense, the extraordinary circumstances of the 1990s demanded the invention of a new ‘national idea’”.

¹¹⁵ Original: “My interest in modern Russian history was formed at a particular time and place: in the middle of a heated public debate over the meaning of the Soviet past that preoccupied the Soviet society in the late 1980s. Having announced a free discussion about Soviet history to be a crucial part of his *perestroika* policy, Communist Party chief Mikhail Gorbachev unleashed a public reexamination of the official historical narrative. [...] Rather, I watched history being debated, investigated, invalidated, and denounced in an endless flow of newspaper

Portanto, como a autora aponta no trecho acima, o processo que gerou o colapso da União Soviética significou de forma geral um povo sem história e, em última instância, sem nacionalidade, caracterizados pela desilusão com o modo de vida soviético e sem uma “ideia nacional” robusta o suficiente para substituí-la, com todo o envolvimento emocional, psíquico e ideológico, bem como as projeções para o futuro necessárias. O que se deu, assim, foi um processo de desmantelamento que deixou os cidadãos desamparados e exacerbou a incerteza com a qual conviviam, gerando os mais diversos conflitos políticos, culturais, étnicos e sociais com a explosão de nacionalismos cada vez mais autoritários, violentos e conservadores.

Na perspectiva dos veteranos, mas principalmente das veteranas, esse cenário era ainda pior. Isso porque como discutimos anteriormente, em muitos casos, durante o relato de suas memórias, havia uma autocensura como resultado de seus esforços de se incluir em uma história maior da nação que envolvia um negociação em torno das tensões e conflitos presentes nessa identidade, o fim da União Soviética significou o colapso do projeto pelo qual elas se sacrificaram. Isso acarretou, como coloca Possas (2019), em um processo dolorido e contraditório de identidades fragmentadas e desconexas no qual elas tentaram refazer suas subjetividades ao se inserirem em um contexto de mudanças significativas para darem um sentido ao seu passado. Porém, como coloca Aleksiévitich (2016a, 2016b), o mundo já não é mais o mesmo e, ao menos inicialmente, não as reconhece. Assim, se após a guerra sua perspectiva de gênero se provou primordial para consolidar suas identidades enquanto *mulheres* veteranas, aqui, em meio à desvalorização social experimentada por todos os veteranos de forma geral nos anos 1990, a categoria mulher se torna menos importante e é a sua perspectiva enquanto *veteranas* que afirma sua identidade (Harris, 2013a).

Isso pode ser visto, por exemplo, no suicídio de Yulia Drunina em 1991, também já mencionado que, de acordo com Harris (2010), se matou porque não reconhecia mais sua pátria. Em seu bilhete de suicídio, ela escreve: “na minha opinião, continuar nesse mundo terrível, conflituoso, [...] só é possível [...] quando possuindo um front doméstico forte e pessoal [termo militar]. [...] É melhor partir fisicamente, não destruída ou espiritualmente exausta, mas por sua

articles, historical novels, documentaries, and talk shows. My high school education concluded with the cancellation of the graduation exam in history, which made the public loss of a coherent historical story about the Soviet past into a memorable personal event. My cohort became a generation without history and was about to become the last Soviet generation. For me, the perestroika struggles over the Soviet legacy underscored the centrality of history to individual and national identity and its susceptibility to multiple and contradictory accounts, long before I made the study of history my professional career.”

própria vontade” (Drunina, 2008 apud Harris, 2010, p. 644, tradução nossa)¹¹⁶. Como escreve Aleksiévitich,

Li isso em todas as cartas: “Eu não contei tudo para você porque eram outros tempos. Nos acostumamos a calar sobre muitas coisas...”. “Não lhe confiei tudo. Ainda há pouco tempo era proibido falar sobre isso. Ou vergonhoso”. “Recebi a sentença dos médicos: meu diagnóstico é terrível. Quero contar toda a verdade.” E há pouco tempo chegou uma carta assim: “Para nós, velhos, é difícil viver... Mas não estamos sofrendo por culpa da nossa aposentadoria baixa e humilhante. *O que mais nos fere é que fomos expulsos de um passado grandioso para um presente insuportavelmente mesquinho*. Ninguém nos chama mais para ir às escolas, aos museus, já não precisam mais de nós. Se você lê os jornais, os fascistas são cada vez mais nobres, e os soldados do Exército Vermelho cada vez mais terríveis.” *O tempo também é uma pátria...* (Aleksiévitch, 2016a, p. 28, grifos nossos).

Essa perspectiva é ainda mais evidente em “O Fim do Homem Soviético”, no qual podemos ler relatos como:

Somos uma geração de covardes, de traidores. Essa é a sentença que os nossos filhos vão nos dar. ‘Nossos pais venderam um país grandioso por um par de jeans, um pacote de Marlboro e um chiclete’, eles vão dizer. Nós não conseguimos defender a URSS, a nossa pátria. Um crime terrível. Vendemos tudo! Eu nunca vou me acostumar a essa bandeira tricolor russa, nos meus olhos a bandeira será sempre vermelha. A bandeira de um grande país! *Da grande vitória!* O que é que foram fazer conosco... com o povo soviético... para que nós fechássemos os olhos e saíssemos correndo na direção dessa porra desse paraíso capitalista? Eles nos compraram com figurinhas, prateleiras de kolbassá e embalagens bonitas (Aleksiévitch, 2016b, p. 126, grifo nosso).

Da mesma forma,

Se eu tivesse morrido pelo ferimento naquela época, na guerra, eu saberia: tombeï pela pátria. Mas agora é por conta dessa vida de cão. Que isso seja escrito em meu túmulo... Não me considerem louco... Prefiro morrer de pé a pedir de joelhos por uma miserável ajuda financeira que vai estender minha velhice e fazer com que eu seja obrigado a esmolar até chegar ao túmulo! Assim, meus caros, não me julguem demais e coloquem-se em meu lugar. Deixei alguns recursos na esperança de que, se não forem roubados, bastem para o meu enterro... não é necessário um caixão... Já basta a roupa em que estou vestido, só não se esqueçam de colocar em meu bolso o certificado de defensor da fortaleza de Brest, para nossos descendentes. Nós fomos heróis, mas morreremos na miséria! Cuidem da saúde e não chorem por um tártaro que protesta em nome de todos: ‘Eu morro, mas não me rendo. Adeus, ó pátria!’” (Aleksiévitch, 2016b, p. 215).

Podemos ver esse conflito sintetizado no que Ana Lolua (2020) observa em seu estudo sobre as representações das mulheres nos museus da Geórgia: em uma conversa com a diretora do Museu da Glória Militar, Daria Vashagashvili, ela comenta que embora o interesse das gerações mais jovens pela história da guerra esteja cada vez menor, o museu ainda funciona como um lugar de encontro para os veteranos de Gori, e as mulheres especificamente, além de criarem um Conselho de Veteranas na cidade, foram primordiais para a obtenção de material

¹¹⁶ Original: “In my opinion, to remain in this terrible, conflicted world, [...] is possible [...] only when possessing a strong, personal home front [the military term]. [...] It's better to depart physically, not destroyed or spiritually exhausted, but by one's own will.”

para o museu e a sua manutenção, trabalhando arduamente para manter a memória social da guerra viva, ainda que com suas dificuldades. Isso demonstra, como Krylova colocou no trecho citado anteriormente, “a centralidade da história para a identidade individual e nacional e sua suscetibilidade a relatos múltiplos e contraditórios” (2011, p. XIII, tradução nossa), bem como o envolvimento emocional profundo e pessoal que a nação suscita.

Dessa maneira, “mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções”, de forma que “[...] o nacionalismo [...] possui uma legitimidade emocional profunda.” (Schwarcz, 2008, p. 10). Do mesmo modo, “não se imagina símbolos no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados ‘naturais e essenciais’; pouco passíveis de dúvida e de questionamento” (Schwarcz, 2008, p. 16). Nesse contexto, em um cenário de ruína desses símbolos, os veteranos e as veteranas experimentaram uma sensação profunda de perda que se propagou na sociedade pós-soviética como uma individualização crescente e ceticismo generalizado, sobre os quais Aleksievitch (2016b) também escreve em sua obra mais recente.

Nesse cenário, a memória da guerra surge então como uma espécie de atalho para estimular o patriotismo russo, criando uma união e coesão nacional na medida em que emprestam legitimidade para o regime político, já que, como mencionamos anteriormente, devido à “nação” ser o que legitima o poder do Estado, é preciso então que o Estado crie a nação que o legitime (Butler; Spivak, 2007). Contudo, se anteriormente a memória da guerra tinha em alguma medida o propósito de dar um sentido para as enormes perdas pessoais da população, assim como reafirmar o poder e a proteção do Estado contra potenciais invasores na garantia de um futuro melhor, ainda que com suas contradições, agora ela ressurge com o intuito primordialmente de legitimar uma nova fase do expansionismo russo, que assume seu legado na luta contra o nazifascismo como uma forma de consolidar sua posição mundial. Nesse sentido, analisando os memoriais da guerra na perspectiva de gênero, David Hoffman descreve que

Enquanto o objetivo do monumento é preservar a memória de um evento passado e fixar seu significado, o tempo avança de qualquer forma e, conforme as gerações passam e os regimes mudam, o significado dos memoriais muda também. Ainda que a memória da Segunda Guerra Mundial na Rússia continue a servir como um símbolo de unidade nacional, a geração da guerra majoritariamente já faleceu, e os memoriais de guerra não mais servem primariamente como lugares de luto. Além disso, novos símbolos foram incorporados em lugares de comemoração da guerra, especialmente

os da Igreja Ortodoxa Russa, agora vista como um pilar da identidade nacional russa na era pós-comunista (Hoffman, 2022b, p. 125)¹¹⁷.

Nesse cenário, como Mann analisa,

[...] a administração de Vladimir Putin transformou a Segunda Guerra Mundial em uma fonte pronta de patriotismo, enfatizando ideias familiares para a maior parte da população que giram em torno de unidade nacional, luta e perseverança. Tentativas de desafiar a memória coletiva da guerra foram vistas como “um insulto pessoal, um sacrilégio”. A narrativa geral da guerra continua a girar em torno de binários simplistas e temas familiares sobre o excepcionalismo russo, o heroísmo altruísta e a vitimização, o que inibe historiadores russos de oferecer estudos mais objetivos e com mais nuance sobre os anos da guerra (Mann, 2020, p. 512, tradução nossa)¹¹⁸.

Da mesma forma, Elizabeth Wood (2011) aponta que desde os anos 2000 Putin repetidamente se colocou como o defensor e o salvador da “pátria-mãe”, enfatizando inúmeras vezes sua conexão pessoal com a guerra através do sacrifício de seu pai e comparando-o com o sacrifício geral do povo russo, criando assim uma ligação entre sua história de vida pessoal com o destino da nação. Essa conexão é sempre reafirmada através de desfiles militares e comemorações cada vez mais grandiosas no dia da Vitória, e profundamente identificada com o sofrimento e a redenção do país. De maneira semelhante a Mann, a autora argumenta que

[...] ao tornar a Segunda Guerra Mundial o evento histórico central do século XX, Putin e seus apoiadores escolheram um evento de proporções místicas que sublinha a unidade e coerência da nação, dando a ela legitimidade e status como um poder mundial. Funciona precisamente como um mito deveria funcionar, criando um momento que é simultaneamente atemporal e ancorado no tempo, que envolve sofrimento e redenção, trauma e recuperação do trauma, criação da comunidade e um jeito narrativo de entender os desafios contínuos da Rússia (Wood, 2011, p. 174, tradução nossa)¹¹⁹.

Outro ponto que ainda vale ser ressaltado é que essa construção simbólica está também ancorada fortemente em uma perspectiva de gênero. Como a autora coloca, Putin continuamente se apresenta ora como um filho obediente, pronto para escutar os conselhos e

¹¹⁷ Original: “While the objective of monument building is to preserve the memory of a past event and to fix its meaning, time nevertheless moves forward and, as generations pass and regimes change, the meaning of memorials changes too. Although the memory of World War II in Russia continues to serve as a symbol of national unity, the wartime generation has largely passed away, and war memorials are no longer primarily places of mourning. Moreover, new symbols have been erected at sites of war commemoration, particularly those of the Russian Orthodox Church, now seen as a pillar of Russian national identity in the post-Communist era”

¹¹⁸ Original: “[...] Vladimir Putin’s administration turned to the Second World War as a ready source of patriotism, emphasizing ideas familiar to much of the population that revolved around national unity, struggle, and perseverance. Attempts to challenge the war’s collective memory were viewed as ‘a personal insult, a sacrilege’. The general war narrative continues to revolve around simplistic binaries and familiar themes of Russian exceptionalism, selfless heroism, and victimization, which inhibit Russian historians from offering more nuanced and objective studies of the war years.”

¹¹⁹ Original: “[...] by making World War II the central historical event of the twentieth century, Putin and his handlers have chosen an event of mythic proportions that underlines the unity and coherence of the nation, gives it legitimacy and status as a world power. It functions precisely as a myth is supposed to function, creating a moment that is simultaneously timeless and rooted in time, that involves suffering and redemption, trauma and recovery from the trauma, creation of community, and a narrative way to understand Russia’s ongoing challenges.”

atender os pedidos dos mais velhos, ora como um pai solícito e amoroso que trata seus cidadãos como seus próprios filhos, e ora como um líder viril que irá conduzir o país de volta a uma suposta glória (Wood, 2011). Wood exemplifica bem isso ao citar o discurso que Putin realizou em fevereiro de 2000 no dia do Defensor da Pátria: “desde o nascimento todo garoto já é um futuro defensor da pátria-mãe [*Rodina*] e sabe que é assunto de homem [*muzhskoe delo*] defender a pátria-mãe, sua família e seus entes queridos” (Wood, 2011, p. 182, tradução nossa)¹²⁰. Nesse sentido, a guerra é apresentada então como “o último fenômeno sagrado”, e o dia da Vitória é apresentado tanto como uma “lição” como um “aviso”, de modo que caberia a Putin liderar a nação a relembrar seu passado e assim reforçar sua coesão interna.

Como escrevem Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), as tentativas de criar uma identidade nacional nos países pós-soviéticos, ao tentar se distanciar de um passado recente soviético, proclamam um “retorno ao passado” em modelos paternalistas e autoritários que “[...] são abertamente dominados por homens, marginalizam as mulheres, enfatizam novamente religiões patriarcais e fazem um esforço conjunto por sua construção nacional a partir de uma masculinidade severa e agressiva” (Connell; Pearse, 2015, p. 71). Nessa perspectiva, parte-se da concepção de que os homens teriam sido “afeminados” ou “emasculados” pela pretensa igualdade de gêneros soviética, perdendo assim a sua identidade história que deveria ser restaurada (Connell; Pearse, 2015), de modo que “a celebração de uma masculinidade forte e competitiva pode ser vista como um meio de ajuste a esse novo ambiente hostil e potencialmente sufocante” (Connell; Pearse, 2015, p. 72).

Dessa forma, Putin simultaneamente se coloca como sucessor e opositor da figura de Stalin, criando uma conexão com ele na medida em que assume seu papel de “pai da pátria” ao mesmo tempo que o critica em contextos internacionais (Wood, 2011). Assim, ele busca retomar o prestígio das instituições militares através da reabilitação de um suposto passado glorioso ao retomar ideais mais “ másculos”, se colocando dessa forma como o líder natural da Rússia e defensor da pátria-mãe, representando tanto o heroísmo do passado como a glória do presente. Isso porque, como argumenta Benedict Anderson (2008), o surgimento do nacionalismo, por definição, precisa invocar um tempo imemorial e um futuro ilimitado em seus discursos, reivindicando uma pretensa antiguidade. Já que, se “o nacionalismo era a expressão de uma forma de consciência radicalmente transformada, então a percepção desse rompimento e o necessário esquecimento da consciência anterior não teriam de criar sua própria narrativa?”

¹²⁰ Original: “From birth every boy is already a future defender of the Motherland [*Rodina*] and knows that it is a man’s affair [*muzhskoe delo*] to defend the Motherland, his family and his loved ones.”

(Anderson, 2008, p. 23). Nesse contexto, a ideia nacional russa se consolida na contemporaneidade como patriótica, cristã ortodoxa e profundamente nacionalista.

Esse projeto, como mencionamos, não se dá sem contradições: da mesma forma que ainda que a URSS tenha se proposto a romper radicalmente com o império czarista, ela tenha herdado “estranhamente” sua extensão territorial (Anderson, 2008), embora tentem se distanciar do legado soviético e salientem continuamente sua ruptura, em vários momentos eles também se aproximam dele na reativação de seus projetos, por exemplo, como discutiremos adiante, e na forma da comemoração de guerra. Como escreve David Hoffman (2022a), apesar de algumas descontinuidades significativas, a narrativa geral da guerra continua em grande parte a mesma, exaltando a derrota do invasor fascista implacável através da união da população e do heroísmo do Exército Vermelho, embora o Partido Comunista não seja mais creditado pela vitória, reabilitando assim, de forma paradoxal, a figura de Stalin¹²¹. Em uma reportagem do *The New York Times*, Putin coloca a situação nas seguintes palavras:

Se nós concordarmos que os símbolos das épocas precedentes, incluindo a época soviética, não devem ser usados de forma nenhuma, estaremos admitindo então que as vidas de nossas mães e pais foram inúteis e sem sentido, que as vidas deles foram em vão. Nem na minha cabeça nem no meu coração eu posso concordar com isso (Tyler, 2000)

Svetlana Aleksíevitch (2024) sintetiza bem isso quando diz “Agora temos a KGB [antigo serviço secreto soviético, cujo espólio se tornou a atual FSB russa] no poder, e ninguém entende o que eles realmente querem. Querem a Grande Rússia? Querem reestabelecer a URSS? É uma completa loucura”. Nesse sentido, o autoritarismo de Putin apresenta continuidades e rupturas em seu projeto de nação que às vezes assume uma herança imperial e às vezes soviética, de acordo com a necessidade. Na perspectiva da população, a violência e a miséria vivenciadas durante os anos 1990 com a dissolução da URSS ainda suscitaram o que alguns pesquisadores chamam de “nostalgia soviética”. Como Aleksíevitch coloca,

Há um novo apelo pela União Soviética. Pelo culto a Stálin. Metade dos jovens de dezenove a trinta anos considera Stálin “um grande político”. [...] Tudo que é soviético está de novo na moda. Por exemplo, os cafés “soviéticos”, com nomes soviéticos e comida soviética. Apareceram doces “soviéticos” e *kolbassá* “soviética” com o cheiro e o gosto que conhecíamos desde a infância. [...] Ideias antiquadas estão de volta: do Grande Império, da “mão de ferro”, do “caminho peculiar da Rússia” ... Restituíram o hino soviético, existe um Komsomol, só que ele se chama *Náchi*, existe o partido do poder, que copia o partido comunista. O presidente tem o mesmo poder do secretário-

¹²¹ Como Yan Mann (2022) demonstra, durante o período de “desestalinização” promovida por Khrushchev, a imagem de Stalin foi em larga medida desacreditada, representando-o como um comandante débil, paranoico e egocêntrico. Se anteriormente todas as vitórias do Exército Vermelho foram creditadas a ele, agora todas as vitórias foram vistas como exemplo da liderança do Partido Comunista, que apesar de seu comando desprezível conseguiu contornar uma situação impossível, enquanto todas as derrotas foram culpa pessoal dele. Como o autor mostra, essa visão também tinha vários problemas.

geral. Absoluto. Em vez do marxismo-leninismo, a Igreja ortodoxa... (Aleksiévitch, 2016b, p. 29).

Aqui, ao mesmo tempo que os países pós-soviéticos tentam construir uma identidade nacional coesa e independente, eles se deparam com entraves de crise econômica, dificuldade de inserção na nova ordem mundial e projetos nacionais ambivalentes e contraditórios. Desse modo,

No centro e no leste da Europa, a revolução neoliberal – o dismantelamento do Estado de bem-estar socialista, com seu generoso sistema universal de atendimento de saúde, segurança no emprego e apoio estatal às famílias – ocorreu como parte sistêmica da década de 1990 e foi acompanhada por um retorno aos papéis de gênero tradicionais. [...] nos países pós-socialistas a revolução neoliberal foi vivida por muitas pessoas como uma destruição da comunidade e da tradição (Graff; Korolczuk, 2021, p. 31 apud Butler, 2024, p. 266).

Nesse sentido,

[...] os tradicionalistas conservadores [...] emergem como uma força política oposta ao neoliberalismo, e no Leste Europeu essa oposição centra-se em formas de individualismo (e em seu imperativo empreendedor) que são vistas como destruidoras das relações sociais e dos laços tradicionais. À medida que os serviços sociais são retirados e dismantelados sob o neoliberalismo (e à medida que o ideal de bem-estar social é dissolvido em prol de mercados privatizados), a família torna-se ainda mais importante, sobredeterminada e sobrecarregada na condição de substituta do Estado social. O individualismo, percebido como algo que flui livremente a partir de Bruxelas ou Washington é contrariado não pelo renascimento dos ideais socialistas ausentes de estruturas estatais totalitárias, mas pelo tradicionalismo de gênero e pela restauração da família patriarcal e do aparelho estatal (Butler, 2024, p. 266).

É nesse contexto, em um cenário cada vez mais conservador, com as relações com o Ocidente cada vez mais conturbadas, com a necessidade de estabilizar sua zona de influência externa e fortalecer sua posição na ordem internacional que Svetlana Ruseishvili (2023) descreve que o processo de erosão das instituições democráticas na Rússia foi longo e heterogêneo, mas atingiram seu ápice no início do terceiro mandato de Putin, em 2012, quando há uma virada conservadora que, além de empreender um conjunto de reformas políticas com o intuito de centralizar cada vez mais o poder no círculo mais próximo do presidente, intensifica o controle dos movimentos sociais e faz uma aliança governamental com a Igreja Ortodoxa, enfatizando a importância dos “valores tradicionais” no que marcou o início da perseguição às liberdades sexuais, religiosas e de expressão. A esse respeito, Judith Butler escreve:

Ao prometer a lealdade do Estado à família patriarcal em 2015, Vladimir Putin identificou o ‘gênero’ como uma construção ideológica ocidental, alegando, na Estratégia de Segurança Nacional daquele ano que confrontar o gênero, uma nefasta influência ocidental, é necessário para preservar a identidade espiritual e a unidade da nação russa. Em maio de 2012, em resposta à legalização do casamento homoafetivo em partes da Europa, ele se referiu à “Gayropa” para zombar e frustrar a potencial onda de influência LGBTQIA+ nos valores russos. Opondo-se ao uso de ‘palavras estrangeiras’ que subvertem os significados linguísticos tradicionais, Putin alertou que desafiar as ideias básicas de ‘mãe’ e ‘pai’ era inaceitável. Assim, apesar da retórica antieuropeia, suas visões estão em linha com os movimentos conservadores europeus

contrários à ‘ideologia de gênero’. Em sua crítica a Putin, Daria Ukhova aponta que questões como a do “gênero” não devem ser deixadas de lado como meramente culturais, pois o entendimento é de que elas atingem o núcleo espiritual do país. [...] A ideologia dos “valores familiares tradicionais”, na visão de Ukhova, visa legitimar apenas formas muito específicas de relações de gênero, ou seja, “heterossexuais, férteis [reprodutivas], baseadas na garantia de cuidados não remunerados etc.”. (Butler, 2024, p. 49).

Esse posicionamento, que se espalhou por todo o leste europeu, representa o “gênero” como uma ameaça à nação, entendendo quaisquer pautas feministas e/ou LGBTQIA+ como uma tentativa de “europeização” por parte tanto da União Europeia como da ONU (Butler, 2024). Nessa perspectiva, a Rússia, ao não assinar a Convenção de Istambul para a prevenção e o combate de violência contra as mulheres e associar os direitos humanos a uma espécie de imposição cultural, criou um precedente que foi seguido posteriormente pela Turquia, Polônia, Hungria e Bulgária (Butler, 2024; Ruseishvili, 2023). Isso pode ser visto, por exemplo, em um decreto governamental de 2000 que, de acordo com Maria Fedoríchina, do portal *Russia Beyond*, proibia o emprego de mulheres em 456 profissões, incluindo maquinista, caminhoneira, tratorista, mergulhadora, paraquedista, bombeira, carregadora de bagagem, mecânicas de aviação, técnicas montadoras, trabalhadoras em matadouros, manipuladoras de couro, madeireiras, entre outras (Fedoríchina, 2015).

Em 2017, uma reportagem do *The Moscow Times* mostra que a diferença salarial entre homens e mulheres russos é de 26%, sendo menor no setor educacional e maior na área de tecnologia, enquanto o número de mulheres na Duma (câmara dos deputados russa) é de 15% e no Conselho Federal de 17%, e dos 31 ministros, apenas 3 são mulheres (The Moscow Times, 2017). Na perspectiva da representação política, uma figura emblemática que sintetiza bem essa ambivalência do governo é a de Valentina Tereshkova, a primeira mulher a ir para o espaço em 1963, dois anos após o primeiro homem, que se tornou uma Heroína Soviética e um modelo para as mulheres de todo o país. Em 2011, ela se elegeu como deputada pelo partido de Putin, Rússia Unida, e, segundo Ekaterina Sinelschikova, também do *Russia Beyond*,

Desde 2015, a ex-cosmonauta é membra do grupo parlamentar para a proteção dos valores cristãos e dirige a fundação de caridade Memória de Gerações. Tereshkova apoiou projetos legislativos dos mais controversos e impopulares, dentre eles, o que elevou a idade de aposentadoria dos russos em 2018. Em 2020, Tereshkova propôs uma emenda à Constituição que remove o limite de número de mandatos presidenciais, o que permitiu que Putin possa ocupar o cargo de presidente até 2036 (Sinelschikova, 2022).

Contudo, o crescimento do movimento feminista russo a partir da virada conservadora de 2012, ainda que limitado, significou um interesse cada vez maior em pautas de mulheres que após anos de pressão popular, conseguiu, em 2019, com que o decreto governamental de 2000

fosse revisto e passasse a proibir “apenas” 98 profissões, válido a partir de 2021, de acordo com Erwann Pensec (2019), do *Russia Beyond*. Segundo o jornalista,

Entre as carreiras que ainda serão sujeitos a restrições para mulheres, sobretudo porque podem “prejudicar sua saúde reprodutiva” e, portanto, a “saúde da próxima geração”, estão cargos em indústrias química, metalúrgica, de petróleo, gás e mineração, na construção de medidores e túneis, mecânica aeronáutica, extinção direta de incêndios, manutenção de tubulações etc. (Persec, 2019).

A preocupação com a “saúde reprodutiva” pode ser vista também em outros âmbitos do governo, como na reativação do programa soviético da Mãe Heroína por decreto pessoal de Putin em 2022, como apontam Uliana Pavlova, do portal de notícias CNN, Sandra Cohen, do G1, e Aleksandra Gúzeva, do *Russia Beyond*. Desde 2008, a Rússia passou a atribuir a “Ordem da Glória Parental” a responsáveis com mais de 4 filhos, biológicos ou adotados, a qual foi atribuída também um benefício em dinheiro em 2022 que equivale a 200 mil rublos (cerca de 13 mil reais hoje). No dia 15 de agosto de 2022, o título “Mãe Heroína” foi reinstaurado para mulheres que tenham 10 ou mais filhos, juntamente de uma recompensa de um milhão de rublos (aproximadamente 65.700 reais), garantidas a todas as mães com cidadania russa desde que as crianças estejam vivas – embora seja possível se qualificar no caso de falecimento ou desaparecimento no exercício de funções militares, relacionadas ao trabalho, ou em consequência de atos terroristas e situações de emergência (Gúzeva, 2022). Junto com o título e o prêmio, também é recebida uma medalha, que pode ser vista na Figura 13.

Figura 13 – Medalha russa de “Mãe Heroína”



Fonte: Gúzeva, 2022

Embora curiosamente as mulheres não estivessem *a priori* proibidas de integrar as forças armadas mesmo na lista mais rigorosa de 2000, Maria Fedoríchina (2015) aponta que ainda assim, sua escalação nos *rankings* era mais difícil, embora haja indícios de que o cenário estava lentamente mudando. Em uma reportagem para o *Russia Beyond* de 2015, Aleksandr Korolkov aponta que ainda que mulheres não tivessem permissão de servir em navios de superfície da Marinha, na época o Comando Naval negou discriminação de gênero e atribuiu a proibição a uma suposta preocupação com as mulheres à luz de escândalos sexuais de países

como EUA, Austrália e Alemanha, já que ‘o espaço confinado dos navios e submarinos ‘torna impossível a convivência confortável para pessoas de sexos distintos’’. (Korolkov, 2015).

Como o jornalista conta,

Em meados de março, a vice-ministra da Defesa, Tatiana Chevtsova, informou que 220 mulheres foram recrutadas para as universidades militares este ano, e o corpo feminino de cadetes soma mais de mil mulheres. “Daqui 10 anos, as garotas que agora estão recebendo educação militar básica entrarão no efetivo do Exército e irão ocupar postos importantes de grande responsabilidade durante a carreira”, disse a vice-ministra. “Nossa tarefa atual é preparar uma reserva feminina digna de nossas Forças Armadas.” Hoje há mais de 35 mil mulheres nas Forças Armadas da Rússia, das quais 2.600 são oficiais e 72 ocupam postos de comando. [...] Nos últimos anos, 710 mulheres russas participaram de combates. Até mesmo nas tropas de elites as russas já provaram o seu valor. Quase 400 mulheres servem como paraquedistas na 76ª Divisão Paraquedista de Pskov. As que foram aceitas na Escola de Paraquedistas de Riazan irão em breve se tornar oficiais responsáveis pela logística, tratando desde a dobragem dos paraquedas até o lançamento de veículos blindados (Korolkov, 2015).

Em uma reportagem de 2017, Boris Egorov mostra que mais de 326 mil mulheres estão ligadas de alguma forma às Forças Armadas russas, dentre soldadas (cerca de 30 mil), pessoal civil em universidades militares, serviços logísticos e médicos, entre outros. Contudo, algumas áreas do serviço militar ainda lhes são proibidas, como atividades de guarnição e sentinela, e equipes de combate na frente, já que isso colocaria suas vidas em risco (Egorov, B., 2017a). Ainda de acordo com Boris Egorov, 2017 também marca o ano que pela primeira vez desde a queda da URSS são aceitas pilotas militares no corpo de avião militar da Rússia, “depois de inúmeros apelos junto ao Ministério da Defesa” (Egorov, B., 2017b). Atualmente, de acordo com uma reportagem do DW veiculada pelo G1, unidades de combate voluntárias vinculadas ao Ministério da Defesa russo estão recrutando pessoas através de plataformas na *internet* sem distinção de gênero, com algumas explicitamente direcionadas às mulheres, principalmente no cargo de pilotas de drone e atiradoras, com um salário mensal de 220 mil rublos (cerca de 14.500 reais) e outros benefícios (G1, 2023). Segundo a mesma reportagem,

Em março, o ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, anunciou orgulhosamente, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que cerca de 44.500 mulheres estavam servindo no exército, e 1.100 delas estiveram diretamente envolvidas em “operações militares especiais” na Ucrânia, das quais um terço foi condecorada pelo Estado. Outras 1.300 estudavam em faculdades militares. [...] Segundo a agência de notícias russa Ria Novosti, as mulheres servem em todos os ramos das Forças Armadas russas e desempenham 150 atividades diferentes (G1, 2023).

Na Ucrânia, desde a invasão russa em fevereiro de 2022 o número de mulheres no exército aumentou 40% em relação a 2021, chegando a 43 mil, como apontam os jornalistas Maria Varenikova e Andrew Kramer (2023), em reportagem veiculada pelo Estadão, embora estudos como o de Olesya Khromeychuk (2018) e Oksana Koshulko e Oleksandr Dluhopolskyi (2022) demonstrem que mulheres historicamente estiveram presentes em movimentos de

resistência ucranianos, especialmente na contemporaneidade. De forma semelhante às veteranas da Segunda Guerra Mundial, a maioria das mulheres ucranianas que se voluntariaram não se viam como feministas, mas sobretudo como patriotas, como podemos ver na seguinte reportagem: “‘Ninguém quer lutar nas trincheiras’, disse Olga Bakhmatova, 46 anos, [...]. ‘Não é natural querer isso’. Mas ela sentiu que era ‘inevitável’ que mais mulheres acabassem lutando e ela queria estar preparada. ‘Agora eu entendo: se não [for] eu, quem?’” (Varenikova; Kramer, 2023). O país, que passa por uma fase de mobilização total, com a força de combate masculina mais que triplicando no mesmo período, aboliu gradativamente as restrições que impediam mulheres de cumprir algumas tarefas do combate militar, como atiradoras, comandantes de tanque, metralhadoras, condutoras de caminhões, entre outras. Da mesma forma, se antes as mulheres precisavam burlar regras ou assumir funções de combate em grupos paramilitares para participar da defesa do país, a necessidade de recrutas fez com que as forças armadas aumentassem o limite para a idade de recrutamento de 40 anos para 60, tanto para mulheres como para homens (Varenikova; Kramer, 2023).

Olena Zelenska, esposa do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, compartilhou em sua conta no *Instagram* que “nossa resistência atual tem um rosto feminino”, salientando assim a contribuição das mulheres ao esforço de guerra após a invasão russa, como conta Harriet Orrell, da BBC (2022). Contudo, apesar dos contornos progressistas que a Ucrânia adquire principalmente na mídia ocidental, ela só se tornou signatária da Convenção de Istambul em junho de 2022, posicionando-se de forma mais contundente contra as falas de Putin contra gênero e à “Gayropa” após a invasão russa. Nessa perspectiva, como coloca Butler,

Na Geórgia e na Ucrânia, de acordo com Shevtsova, as Igrejas ortodoxas tiveram de decidir quão próximas ficariam da Igreja Ortodoxa Russa, em um momento em que buscavam a possibilidade de adesão à EU e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Assim, a “europeização dos direitos LGBTI tornou-se uma questão geopolítica”. Enquanto anexava a Crimeia em 2014 e fortalecia sua presença no Donbass, na Ucrânia, a Rússia procurou contrastar mais fervorosamente os valores familiares cristãos ortodoxos com as normas europeias, concentrando-se na forma “natural” da família, na condição “natural” da heterossexualidade e na imutabilidade da designação sexual. “Gayropa” foi o termo que Putin usou para descrever um conjunto de leis antidiscriminação e antiviolação que foram interpretadas como a imposição de “ideologia de gênero”. Em regiões que buscam maior autonomia em relação à Rússia, como a Geórgia e a Ucrânia, as igrejas ficaram em um beco sem saída depois de declararem independência no início dos anos 1990. Elas poderiam seguir o que Nikita Slepcev chama de “heteronacionalismo conservador”, prescrito pelo Patriarcado de Moscou [liderança da Igreja Ortodoxa russa], ou encontrar um terreno comum com as normas europeias sobre gênero e sexualidade. Gênero tornou-se um termo que, para algumas pessoas, carregava a ameaça de destruição da identidade nacional precisamente no momento em que as identidades nacionais estavam sendo afirmadas contra o antigo regime soviético. De fato, as Igrejas ortodoxas tornaram-se cada vez mais importantes nas últimas décadas, emergindo como “um símbolo de novas identidades nacionais”. Por um lado, elas jamais poderiam se posicionar contra os valores tradicionais. Por outro, sua independência dependia, paradoxalmente, de vínculos com a Europa que exigiam vários graus de

mudança em suas estruturas jurídicas (às vezes apenas simbólicas, sem a intenção de efetivá-las; outras vezes, apenas seletivas, a chamada “europeização seletiva” do Leste Europeu). (Butler, 2024, p. 76).

Podemos observar, com isso, que mesmo que discursivamente tanto a Rússia como a Ucrânia tenham se tornado cada vez mais conservadoras, a realidade da guerra mudou em alguma medida esse cenário. Como argumenta Svetlana Ruseishvili (2023, p. 11) “[...] a atual invasão da Ucrânia é a culminação da história pós-soviética. A guerra militar é a continuação de uma guerra de significados e de valores que sofreram drásticas mudanças nos trinta anos após o colapso da URSS”. Portanto, o intuito de “desnazificar” a Ucrânia atualmente se insere em uma narrativa oficial que busca consolidar a imagem da Rússia como herdeira e guardiã da luta contra o nazifascismo em um momento em que ela se volta cada vez mais para o Sul global com o fim de superar a subordinação ao Ocidente (Hoffman, 2022a; Ruseishvili, 2023). Nesse cenário,

A memorialização [da Segunda Guerra] em si mesma se torna sagrada, não-política. Ao aumentar o campo da memória sacra, Putin e seus conselheiros do Kremlin imperceptivelmente minam o potencial para o conflito de ideias e posições que normalmente seriam chamadas de políticas. Porque a guerra é sagrada, não pode ser criticada. Porque a guerra é maior que a vida, qualquer outra preocupação parece insignificante (Wood, 2011, p. 199, tradução nossa)¹²².

Essa narrativa foi sendo cada vez mais radicalizada nos últimos anos não só pelos conflitos na região, mas também pelo reenquadramento histórico da guerra nos países do leste europeu. Como Kurilla (2020) aponta, no Ocidente a partir do final do século XX a centralidade da atuação dos países aliados gradativamente deu lugar à memória do holocausto nas pesquisas e produções científicas, e a partir dos anos 2000 os países bálticos passaram a interpretar a guerra como um conflito entre duas potências totalitárias, ambas igualmente terríveis. Essa interpretação foi resultado principalmente dos conflitos internos desses países na construção de uma identidade nacional dissociada do passado soviético, de forma a conciliar tanto os grupos antissoviéticos como os pró soviéticos ao retratar ambos como vítimas coagidas por regimes autoritários, principalmente as mulheres¹²³ (Kurilla, 2020). Por sua vez, a Rússia reagiu à emergência desse tipo de narrativa como um desafio à sua influência na região e passou a fomentar cada vez mais discursos dicotômicos de bem versus mal, pintando a vitória e a

¹²² Original: “*Memorialization itself becomes sacred, non-political. By enlarging the field of sacred memory, Putin and his Kremlin advisers imperceptibly undermine the potential for the conflict of ideas and positions that would normally be called politics. Because the war is sacred, it cannot be criticized. Because the war is larger than life, any other concerns appear petty*”.

¹²³ Essa visão já era popular no Ocidente desde pelo menos a década de 1950, como nos mostra Tia Dang (2020), e considerava as mulheres soviéticas, de forma condescendente e infantilizada, vítimas de um regime brutal e sanguinário, já que elas não poderiam alcançar a “verdadeira” felicidade feminina, a de serem donas de casa nos moldes americanos do pós-guerra.

coragem em termos cada vez mais simplistas como características exclusivamente russas (e, direta ou indiretamente, masculina).

Nos países bálticos, essa disputa significou a proibição de símbolos comunistas na Letônia e na Lituânia, assim como o estabelecimento e financiamento de museus e institutos de pesquisa que visem a promoção da narrativa estatal (Morozov, 2020). Em 2014, ano da crise e anexação da Crimeia à Rússia, o parlamento russo aprovou uma lei que criminalizava “a disseminação de informações sobre datas comemorativas militares e memoriais relacionadas à defesa da Rússia que são claramente desrespeitosas com a sociedade e a profanação pública de símbolos da glória militar russa” (Kurilla, 2020, p. 505, tradução nossa)¹²⁴. Da mesma forma, a lei ainda “proibia a ‘criação artificial’ de evidência histórica” (Kurilla, 2020, p. 505, tradução nossa)¹²⁵, que implicava a presunção de uma “verdade histórica” definitiva que corresponderia à divulgada pelos historiadores aprovados pelo Kremlin. Não obstante, como aponta Svetlana Ruseishvili (2023), a lei foi enquadrada como um instrumento para combater a “reabilitação ao nazismo”, introduzindo uma pena de 5 anos pela disseminação de informações falsas que foi utilizada para perseguir a Sociedade Memorial, uma ONG de direitos humanos que fazia pesquisas sobre crimes de guerra.

Além disso, conforme o número de veteranos vivos diminuía cada vez mais, o governo incorporou nos desfiles da Vitória o Regimento Imortal, um movimento iniciado na Sibéria em 2012, com o intuito de honrar os antepassados e entes próximos que lutaram na Segunda Guerra, no qual até Putin marchou pessoalmente (Figura 14) (Hoffman, 2022a; Russia Beyond, 2015). Em 2019, o desfile da memória do Regimento Imortal foi realizado em mais de 110 países e 500 cidades ao redor do mundo, incluindo Washington, Nova York, São Francisco, Chicago, Buenos Aires, Tokyo, Sydney, Busan, Hong Kong, Hamburgo¹²⁶, Roma, Milão, entre outros (Russia Beyond, 2019). Os organizadores do primeiro evento, realizado em Tomsk, na Sibéria, atribuem o sucesso da iniciativa ao seu caráter “não-político”. De acordo com eles,

“O nosso princípio mais importante é a união”, disse Lapenkov à Gazeta Russa. “Qualquer pessoa pode fazer parte das fileiras do ‘Regimento’, independentemente de suas opiniões políticas, religiosas, partidárias ou outras quaisquer. Para nós, o mais importante é nos lembrarmos dos nossos soldados.” (Russia Beyond, 2015).

Figura 14 – Putin durante marcha do Regimento Imortal

¹²⁴ Original: “[...] the spreading of information on military and memorial commemorative dates related to Russia’s defense that is clearly disrespectful of society, and to publicly desecrate symbols of Russia’s military glory.”

¹²⁵ Original: “[...] prohibited the ‘artificial creation’ of historical evidence”

¹²⁶ Em Hamburgo, na Alemanha, além de levar flores para o cemitério onde quase 400 soldados soviéticos estão enterrados, os participantes soltaram pombas brancas simbolizando a paz e a harmonia entre a Rússia e a Alemanha (Russia Beyond, 2019).



Fonte: Kremlin, 2017

Enquanto isso, a União Europeia, adotando a posição da maioria dos países do leste europeu, aprovou uma resolução em 2019, aniversário de 80 anos do Pacto Molotov-Ribbentrop, denunciando toda a tradição comunista como uma ideologia intrinsecamente totalitária, equivalente ao regime nazista (Morozov, 2020). Essa disputa se tornou cada vez mais acirrada com a aproximação do 75º aniversário da vitória em 2020, momento em que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia estava se agravando. Em fevereiro de 2020, Putin propôs uma emenda constitucional para “honrar a memória dos defensores da pátria e proteger a verdade histórica. Diminuir a significância do heroísmo do povo na defesa da pátria não é permitido” (Kurilla, 2020, p. 505, tradução nossa)¹²⁷. A importância dessa memória de guerra se torna evidente, quando em junho de 2024, no aniversário de 80 anos do “Dia D”, na celebração oficial promovida pela França em comemoração ao desembarque das tropas aliadas na Normandia, Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, afirma que “não há futuro para a Rússia” (G1, 2024). Longe de excluir apenas representantes do governo de Putin, a França não convidou nem representantes da sociedade civil, excluindo a Rússia completamente da narrativa da celebração. Enquanto isso,

[...] o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, foi convidado, [como] uma forma de demonstrar até que ponto os aliados pensam que Moscou está do lado errado da história [...] “Não se enganem, nós não nos curvaremos, não nos renderemos aos agressores, isso é simplesmente impensável. Se fizermos isso, toda a Europa estará ameaçada”, afirmou o presidente norte-americano (G1, 2024).

Nessa perspectiva, como nos mostra Svetlana Ruseishvili, “[...] o espaço pós-soviético precisa ser pensado enquanto um ‘norte pobre’, que recusa a pensar sobre si mesmo enquanto um Sul global e que, por sua vez, contém o seu próprio ‘Sul’ e ‘Oriente’.” (Ruseishvili, 2023, p. 11). Sendo assim,

¹²⁷ Original: “[...] honors the memory of defenders of the Fatherland and protects historical truth. Diminishing the significance of the people’s heroism in defending the Fatherland is not permitted.”.

[...] o Império Russo foi historicamente sujeito [a uma diferenciação externa] enquanto um império não tão ocidental, não tão capitalista e não tão moderno. Um império racializado e orientalizado, atrasado nos padrões da modernidade europeia, [...], [um] império da periferia [...]. Essa dualidade da posição russa no sistema-mundo imperialista moldou os esquemas de pensamento que enquadram a política do país no período pós-soviético. Porém, o desejo explícito de superar a subordinação ao Ocidente é limitado pela dependência epistêmica do pensamento ocidental (Ruseishvili, 2023, p. 12)

Podemos ver isso no seguinte relato contado por Aleksiévitich: “[d]esde o primeiro momento, me fizeram entender, ao ouvir o russo, que eu tinha vindo para um país estrangeiro [Ucrânia]. Eu era um invasor. Vindo da Rússia, imunda e atrasada. O Ivan russo. Um bárbaro.” (Aleksiévitch, 2016b, p. 127). Da mesma forma, podemos ver na mídia posturas orientalistas que elencam uma dita violência inerente às populações russas devido a uma suposta influência asiática, mais especificamente mongol, já que “a Rússia nunca foi vista pela Europa ocidental como sua parte, porque a Europa interpretou a Rússia em termos racializados (como asiática)”, como coloca Madina Tlostanova (2023, p. 49), o que gerou uma posição ambígua do país como uma espécie de europeu secundário. Isso pode ser visto, por exemplo, na seguinte reportagem do *The Moscow Times*:

Logo após o começo da invasão, [...] a jornalista russa proeminente Yulia Latynina, tuitou “Estamos testemunhando o renascimento da Rus Kievana¹²⁸. Tudo democrático, voltado para o mercado e ocidental será concentrado em Kiev, que será mais uma vez a capital da Rus. Moscou será a capital da horda” (Couch, 2023, tradução nossa)¹²⁹.

A “horda”, aqui referida pela jornalista, representaria uma força bárbara e destrutiva cuja única função seria atacar e oprimir o povo russo, cujo verdadeiro legado seria agora localizado em Kiev. De modo semelhante, uma publicação por Larysa Tamlina, na plataforma *Vox Ukraine*, na tentativa de descobrir por que a Rússia é “incompatível” com a democracia, argumenta:

Mais especificamente, a tendência de russos terem uma mentalidade autoritária pode ser traçada às suas experiências históricas com essa forma de governo. Essas experiências têm raízes nas invasões mongóis, durante as quais a Horda Dourada estabeleceu dominância sobre uma grande parte do território russo e impôs um sistema centralizado de governo autoritário, estabelecendo a fundação para a tendência

¹²⁸ A Rus Kievana que a jornalista menciona se refere ao período Kievano que se iniciou após a cristianização da Rússia em 988 e se estende até a invasão dos mongóis em meados do século XIII, sucedido pelo período Moscovita (1283-1547) que daria origem posteriormente à Rússia Imperial moderna (Stites, 1991). Durante esse período, o Estado Kievano, ou Rus, era constituído basicamente por cidades-Estado que juraram lealdade ao grão-príncipe de Kiev, capital do território que hoje compreende a Ucrânia, Rússia e Bielorrússia.

¹²⁹ Original: “Shortly after the launch of the invasion, for example, prominent Russian journalist Yulia Latynina, tweeted “We are witnessing the rebirth of the Kievan Rus. Everything democratic, market-oriented, and western will be concentrated in Kyiv. Kyiv will once more become the capital of the Rus. Moscow will be the capital of the horde.””

continua de centralização. Esforços subsequentes para modernizar ou ocidentalizar a Rússia falharam consistentemente (Tamilina, 2024, tradução nossa)¹³⁰.

Em contrapartida, a Ucrânia é vista como civilizada, branca, cristã e europeia. Em uma reportagem demonstrando a parcialidade racial das coberturas da mídia nas reportagens em relação à Ucrânia, a jornalista Nadine White nos mostra os seguintes trechos escritos ou falados por repórteres de grandes jornais:

“Eles parecem tanto conosco. Isso é o que torna tão chocante. Guerra não é mais algo que visita populações remotas e empobrecidas. Pode acontecer com qualquer um” escreveu Daniel Hannan no *The Telegraph*. [...] Um correspondente externo sênior da CBS News, Charlie D’Agata, se desculpou no domingo depois de ter alegado ao vivo que o ataque à Ucrânia não pode ser comparado com guerras no Iraque e Afeganistão porque o país do leste europeu é mais “civilizado”. “Esse não é um lugar, com todo respeito, como o Iraque ou Afeganistão que tem visto conflitos se alastrando por décadas,” ele disse. “Essa é uma cidade relativamente civilizada, relativamente europeia – eu também tenho que escolher essas palavras cuidadosamente – onde você não esperaria ou torceria para isso acontecer.” [...] Visivelmente lutando contra lágrimas durante uma transmissão da Polônia, Lucy Watson do ITV News disse: “Agora o inimaginável aconteceu com eles, e isso não é uma nação de terceiro mundo em desenvolvimento, isso é a Europa”. A correspondente do NBC News Hallie Cobiella disse: “para dizer de forma grosseira, esses não são refugiados da Síria, esses são refugiados da Ucrânia [...]. Eles são cristãos, brancos. Eles são muito similares [conosco].” (White, 2022, tradução nossa)¹³¹

Contudo, o que Ruseishvili (2023) nos mostra é que a aceitação dos ucranianos no escopo de nações brancas e europeias também é condicional, e está diretamente relacionada à demanda de força de trabalho imigrante em um contexto europeu que restringe cada vez mais a imigração de pessoas vistas como não brancas e não europeias, já que esse tipo de imigrante representaria um risco e uma ameaça às nações europeias, ao contrário dos ucranianos “[...] com olhos azuis e cabelos loiros [...]” (White, 2022, tradução nossa)¹³². Nesse contexto,

[...] para reivindicar a legitimidade internacional de seu projeto político autoritário e reacionário (disfarçado sob o neologismo ‘democracia soberana’ e baseado na imposição de ‘valores tradicionais’ – heteronormatividade reprodutora, patriotismo, ortodoxia). Putin se dirige às forças reacionárias no mundo todo quando alega que os

¹³⁰ Original: “More specifically, the tendency of Russians to have an authoritarian mindset can be traced back to their historical experiences with such a form of rule. These experiences took their roots from the Mongol invasions, during which the Golden Horde established dominance over a large part of Russian territory and imposed a centralized authoritarian system of governance, laying the foundation for the ongoing trend of centralization. Subsequent endeavors to modernize or westernize Russia were consistently failing”

¹³¹ Original: “They seem so like us. That is what makes it so shocking. War is no longer something visited upon impoverished and remote populations. It can happen to anyone,” Daniel Hannan wrote in *The Telegraph*. [...] A senior foreign correspondent for CBS News, Charlie D’Agata, apologised on Sunday after claiming on air that the attack on Ukraine cannot be compared to the wars in Iraq and Afghanistan because the Eastern European country is more “civilised”. “This isn’t a place, with all due respect, like Iraq or Afghanistan that has seen conflict raging for decades,” he said. “This is a relatively civilised, relatively European – I have to choose those words carefully, too – city where you wouldn’t expect that, or hope that it’s going to happen.” [...] Visibly fighting back tears during a broadcast from Poland, Lucy Watson of ITV News said: “Now the unthinkable has happened to them, and this is not a developing, third world nation, this is Europe”. NBC news correspondent Hallie Cobiella said: “To put it bluntly, these are not refugees from Syria, these are refugees from Ukraine [...] They’re Christians, they’re white. They’re very similar [to us].”

¹³² Original: “[...] with blue eyes and blonde hair [...]”.

valores democráticos são imposição do Ocidente, a ‘degradação moral’ do liberalismo e o desrespeito aos valores ‘tradicionais’ não ocidentais. (Ruseishvili, 2023, p. 13).

Dessa forma, podemos ver que “Putin critica não a natureza violenta do colonialismo enquanto um sistema de exploração, mas uma hipocrisia do Ocidente segundo o qual a invasão, a violência e a destruição só podem ser prerrogativas das potências ocidentais.” (Ruseishvili, 2023, p. 14). Para Yulia Nikitina, o que está em jogo para a Rússia é uma chance de disputar

[...] um lugar na mesa onde as regras da ordem mundial são elaboradas. O Kremlin acredita que em 1991 a Rússia foi negada seu lugar de direito – como sucessor da União Soviética – na hierarquia mundial. Nos olhos das elites políticas russas, a crise nas relações com o Ocidente começou não em 2014, mas tão cedo como 1991, quando o Ocidente se proclamou vencedor da Guerra Fria e então o criador da ordem mundial pós-bipolar (Nikitina, 2020, p. 515, tradução nossa)¹³³.

Portanto, a memória da guerra seria uma forma simbólica de garantir seu status como potência mundial e legitimar seu poder tanto interna como externamente, de forma a manter e revigorar a imagem de Putin como líder vigoroso e defensor das tradições e valores russos (Kurilla, 2020). Nesse contexto, a defesa desses “valores tradicionais” assume um caráter de desejo de restauração de uma ordem patriarcal viril que “[...] serve a muitas outras formas de poder, mas constitui um projeto social próprio” (Butler, 2024, p. 20), de modo que “‘gênero’, aqui, é um cenário psicossocial, uma forma pública de sonhar, pois o passado que [...] procuram restaurar é um sonho, um desejo, até mesmo uma fantasia [...]” (Butler, 2024, p. 20). Isso porque, como demonstramos, essa ordem nunca existiu efetivamente, muito menos nos termos em que essas figuras propõem, de uma identidade sexuada e generificada que nunca muda. O problema, como bem aponta Morozov (2020), é que não só na Rússia, mas em todos os países bálticos, essa narrativa estatal adquire então um *status* de verdade incontestável, enquanto pesquisas e estudos mais aprofundados sobre o tema que podem oferecer mais nuance para o fenômeno permanecem marginalizados.

Tanto Mann (2020) como Wood (2011) apontam que a reação popular a esse tipo de estratégia não é unânime e parece gradativamente menos eficaz, principalmente entre as gerações mais jovens que se mostram cada vez mais indiferentes ou críticas aos antigos ideais de heroísmo e patriotismo. Entretanto, Wood (2011) argumenta que ainda que seja uma tendência de popularidade decrescente, há uma parcela significativa de jovens que aceitam essa narrativa, como também demonstra o estudo de Bernstein (2016) sobre os memoriais digitais dedicados à memória dos veteranos. Financiados a um baixo custo pelo governo, as plataformas

¹³³ Original: “[...] it is a seat at the table where the rules of the world order are elaborated. The Kremlin believes that in 1991 Russia was denied its rightful place — as successor of the Soviet Union — in the world hierarchy. In the eyes of the Russian political elites, the crisis in relations with the West started not in 2014 but as early as 1991, when the West proclaimed itself winner of the Cold War and thus the maker of the postbipolar world order.”

ênfatisam principalmente as perdas familiares e visam a recuperação do prestígio que os usuários entendem que foi perdido pelos veteranos ao longo dos anos 1990, “apresentando uma narrativa tradicional que uma grande parcela da população russa e parte da população em estados pós-soviéticos [...] pode apoiar” (Bernstein, 2016, p. 423, tradução nossa)¹³⁴.

Ainda que a *internet* e as mídias digitais tenham dificultado a centralização de uma única narrativa coesa para toda a população, o que Bernstein (2016) observa é que os usuários das plataformas em questão, que são organizadas por fóruns, em grande parte ainda se conformam às narrativas existentes propagadas pelo Estado, e há pouco espaço para discussão crítica sobre esses temas. Entretanto, Morozov (2020) apresenta uma visão um pouco mais otimista: o autor menciona que ainda que em alguma medida se conformem às narrativas estatais, essas comunidades de memória se desenvolvem paralelamente à censura ideológica, criando sua própria cultura de rememoração enfatizando seu aspecto familiar e local, e tem potencial para promover interpretações vastamente diferentes das memórias “oficiais”. Podemos ver essa perspectiva também na postura do jornalista russo Dmitri Muratov em relação à exclusão russa da comemoração oficial de 80 anos do “Dia D”:

O jornalista russo Dmitri Muratov, cofundador do jornal independente Novaya Gazeta e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2021, estima que a única presença importante nas comemorações seja a dos veteranos da Segunda Guerra Mundial. Para ele, a única coisa relevante é impedir a agressão russa contra a Ucrânia. Muratov apela aos veteranos para que peçam um cessar-fogo, “em memória daqueles que morreram pela paz durante a Segunda Guerra Mundial”. “Estas são as pessoas que têm legitimidade para exigir que Putin e o mundo parem os combates”, argumenta. (G1, 2024)

Assim, podemos observar que apesar dos novos contornos autoritários que a memória da guerra adquiriu ao longo dos anos no presente, iniciativas como essas, dos memoriais digitais e dos desfiles de memória promovidos pelo Regimento Imortal, ao enfatizar uma história mais individualizada sobre as pessoas envolvidas no conflito podem nos fornecer uma perspectiva valiosa, garantindo um espaço no qual as pessoas podem compartilhar suas histórias familiares e dar maior visibilidade a sujeitos que talvez permaneceriam invisíveis em formas de rememoração mais tradicionais.

¹³⁴ Original: “*present a traditional narrative that a large proportion of the Russian population, and elements of the population in post-Soviet states like Ukraine, can support.*”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Clara Biajoli escreve no início de seu texto que “o trabalho historiográfico é seletivo; [...] de acordo com os valores da pessoa que o conduz, existirão diferentes escolhas, privilégios, recortes, colagens e construções do tema estudado” (2017, p. 27). Tentamos demonstrar isso ao longo desse trabalho, salientando a importância de entender o contexto histórico, social e cultural no qual um determinado tipo de discurso é produzido. Nessa perspectiva, mesmo com seus limites e contradições, a obra de Aleksiévitich foi fundamental na medida em que em muitos sentidos proporcionou uma perspectiva da guerra inédita para o público e um espaço para que as mulheres pudessem discutir suas experiências no front nos seus mais diversos termos.

Um dos sentimentos mais recorrentes que encontramos ao longo de “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” é sintetizado no testemunho já citado de Valentina Pávlovna Tchudáieva, quando ela afirma que “Temos orgulho. Que reescrevam a história dez vezes. Com Stálin ou sem Stálin. Mas isso vai ficar: nós vencemos! E o nosso sofrimento também. Tudo o que aguentamos. Não são trastes e cinzas. É nossa vida” (2016a, p. 159). Esse sentimento também é ecoado o testemunho de uma das interlocutoras não identificadas de Aleksiévitich, que relata que “Sou professora de história... Que eu me lembre, reescrevemos os livros de história três vezes. Dei aulas para as crianças com três livros diferentes... Pergunte-me enquanto estamos vivas. Não reescrevam depois sem nossa participação. Perguntem...” (2016a, p. 42). Nesse sentido, salientamos a importância do direito à memória na sua mais completa diversidade, demonstrando o que Biajoli chama de “substituição do tempo de silêncio pelo tempo de palavra” (2017, p. 33).

Entretanto, mais do que apenas visibilizar experiências que são marginalizadas, é preciso também fazer o que Scott (1996) nos alerta de problematizarmos historicamente essas diferenças, como elas são constituídas e como elas constroem os projetos aos quais nos inscrevemos e/ou rejeitamos, por qualquer razão que seja. Embora a experiência de Aleksiévitich se mostre importante para pensarmos na escalada ao autoritarismo presente em toda a Europa, mas principalmente no Leste Europeu, é preciso uma leitura crítica também dos essencialismos que ela nos traz, pois, como demonstramos ao longo do texto, nenhum discurso existe por si só, e ainda que ela tenha sido fundamental para o deslocamento dos marcos do passado soviético e tenha colocado em questão estereótipos e disposições de gênero fundamentais para pensarmos em feminilidades mais livres e plurais, ela ainda se inscreveu nessa ordem de gênero conservadora dos anos 1960 que via as mulheres como as guardiãs

essenciais da vida e contribuiu, mesmo que indiretamente, com o discurso do pós-guerra que tinha como intuito desarmar as mulheres, tanto simbólica como literalmente.

Nessa perspectiva, na medida em que a memória da guerra assume um papel central nos nacionalismos contemporâneos do leste europeu e adquire um caráter simbólico dos conflitos da região, é importante se questionar como as mulheres aparecem nesses tipos de representação e que tipo de visão de gênero ela nos apresenta. Em suma, o que podemos ver é que em grande parte esses cenários políticos conservadores se apoiam e se legitimam sobre ordens de gênero conservadoras baseadas em uma hipermasculinidade forte e autoritária, embora não sem represálias. A atual guerra da Ucrânia ao mesmo tempo que flexibilizou em alguma medida esse projeto na inserção das mulheres nas forças armadas de ambos os lados do conflito também o consolidou, já que exacerbou o conflito entre os valores ditos tradicionais das “imposições europeias” entendidas aqui como valores feministas, LGBTQIA+ e progressistas de forma geral.

Nesse cenário, ainda que a experiência de mulheres militares na Segunda Guerra Mundial tenha possibilitado maior autonomia para as mulheres e maior liberdade individual para as que serviram, ela não conseguiu redefinir de fato os papéis de gênero na URSS e sua presença nas forças armadas ainda é marcada por assimetrias de gênero, especialmente no presente. O que ocorreu efetivamente é que as cidadãs soviéticas podiam ocupar esses novos papéis historicamente considerados masculinos, desde que não rompessem com os antigos de mães e esposas – e após a guerra, até mesmo isso se tornou mais difícil. Em concordância com Enloe (1980) que aponta que a mobilização das mulheres para a guerra é sempre vista pelos governantes como excepcional e arriscada – na medida em que pode comprometer sua principal contribuição ao Estado, a geração de filhos –, Pennington (1996) afirma que as mulheres na guerra são uma contradição pela sua própria existência e, portanto, sempre que o conflito acaba suas experiências são silenciadas e/ou menosprezadas.

Mais do que isso, Harris (2008) assinala que houve um esforço sistemático para desarmar as mulheres após a guerra, metaforicamente ou não, como pode ser observado pelas políticas públicas, livros, filmes e cartazes produzidos na época. Como Andrades e Matos (2017, p. 4615) escrevem, “A mulher, marcada por seu sexo, tem seu discurso deslegitimado e com isso, sua participação na história oficial é negada, tida majoritariamente como incapaz de falar por si, em um discurso recorrente de incoerência e imprecisão atingida por fortes emoções.”. Nesse contexto, é preciso então questionar a ausência das mulheres nessas instituições, como demonstramos, já que produzem silêncios problemáticos e deslegitimam experiências de uma boa parcela da população, não só das mulheres do front, mas também das

que viveram a guerra de outras formas, seja na retaguarda, no front doméstico, como colaboradoras, prisioneiras de guerra, entre outras.

Em conclusão, o testemunho das mulheres representa uma forma de reimaginar a história da “Grande Guerra Patriótica” de uma perspectiva mais multifacetada, retratando-a como um acontecimento ao mesmo tempo que digno de admiração e respeito nacionais, definidor e aterrorizante. Nesse sentido, a sua participação em organizações de veteranos, celebrações, museus e arquivos tem o intuito aqui de se fazer presente em uma discussão pública que inicialmente as rejeitou, recusando o silêncio que lhes foi imposto e ocupando um papel primordial na reforma da percepção pública sobre a guerra de forma geral, e sobre as suas experiências, de forma mais particular.

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A Guerra Não Tem Rosto de Mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A Human Being Is A Scary Creature. [Entrevista cedida a] TETZLAFF, Marie. **Louisiana Channel**, ago. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/EJ5bOFwpz1s?si=6j69YHeryzmFFEAE>. Acesso em: 31 out. 2023.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Meninos de Zinco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. “Mundo não percebeu que Putin é um Hitler com novas tecnologias”, diz Nobel Svetlana Aleksiévitch. [Entrevista cedida a] TRAIANO, Heloísa. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2024. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/03/mundo-nao-percebeu-que-putin-e-um-hitler-com-novas-tecnologias-diz-nobel-svetlana-aleksievitch.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo. Acesso em: 15 jun. 2024.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O Fim do Homem Soviético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

ALFONSO, Kristal L. M. **Femme Fatale: An Examination of the Role of Women in Combat and the Policy Implications for Future American Military Operations**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Aéreos e Espaciais) – School of Advanced Air and Space Studies, Air University, Maxwell Airforce Base, Alabama, 2008. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA516852.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

AMÉRICO, Ekaterina Vólkova; SENNA, Thaiz Carvalho. A baba e a Nova Mulher nos cartazes soviéticos dos anos 1920-1930. **Galáxia**, São Paulo, n. 37, p. 135-148, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/XHw7Ny8FXdwBQCvKx3y3HMj/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 239-244.

AROSA, Guido Vieira. Svetlana Aleksiévitch e o registro do sensível. **Papéis**, Campo Grande, v. 22, n. 44, p. 114-129, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.

ATTWOOD, Lynn. **Creating the New Soviet Woman: women's magazines as engineers of female identity, 1922-53**. Londres: Palgrave Macmillan, 1999.

BAKER, Catherine. Svetlana Alexievich's Soviet Women Veterans and the Aesthetics of the Disabled Military Body: Staring at the Unwomanly Face of War. In: BAKER, Catherine (Org.). **Making War on Bodies: Militarisation, Aesthetics and Embodiment in International Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2020, p. 74-96.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BATISTA, Jessica Corsi Mendes et al. A Desconstrução Do Estereótipo Feminino Em “A Guerra Não Tem Rosto De Mulher”, De Svetlana Alexievich. **Memorial TCC – Caderno de Graduação**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 337-354, 2019. Disponível em: <https://cadernotcc.fae.edu/cadernotcc/article/view/275>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BERNSTEIN, Seth. Remembering War, Remaining Soviet: Digital commemoration of World War II in Putin's Russia. **Memory Studies**, [S. l.], v. 9, n. 4, jul. 2016.

BEZERRA, Paulo. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BIAJOLI, Maria Clara Pivato. Tempo de palavras: Mujeres Libres e a memória da Revolução Espanhola. In: RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato (Orgs.) **Mujeres Libres da Espanha: documentos da Revolução Espanhola**, 2. ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

BOCK, Gisela. Nazi Gender Policies and Women's History. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; THÉBAUD, Françoise (Orgs.). **A History of Women in the West: toward a cultural identity in the twentieth century**, v. 5. Massachusetts: Harvard University Press, 1996, p. 149-176.

BRI-BEIN, Maria. Mulher proletária, domine os equipamentos de aviação! [1931]. 1 cartaz, color. In: EGOROV, Boris. Pôsteres de propaganda expõem frota aérea civil como a “melhor do mundo”. **Russia Beyond**, [S. l.], 12 fev. 2019. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/81855-propaganda-frota-aerea-civil-urss>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRINTLINGER, Angela. Mothers, father(s), daughter: Svetlana Aleksievich and The Unwomanly Face of War. **Canadian Slavonic Papers**, [S. l.], v. 59, n. 3-4, p. 196-213, nov. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00085006.2017.1379114>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BUCHER, Greta. Struggling to Survive: Soviet Women in the Postwar Years. **Journal of Women's History**, Baltimore, v. 12, n. 1, p. 137-159, 2000.

BUSH, Daniel. “No other proof”: Svetlana Aleksievich in the tradition of Soviet war writing. **Canadian Slavonic Papers**, [S. l.], v. 59, n. 3-4, p. 234-258, nov. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00085006.2017.1385335>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Who Sings the Nation-State?** Language, politics, belonging. Calcuta: Seagull Books, 2007.

CARDONA, Euridice Charon; MARKWICK, Roger. “Our Brigade Will Not Be Sent to the Front”: Soviet Women under Arms in the Great Fatherland War, 1941–45. **The Russian Review**, [S. l.], v. 68, n. 2, p. 240–62, abr. 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9434.2009.00523.x>. Acesso em: 21 out. 2023.

CARDONA, Euridice Charon; MARKWICK, Roger. The Kitchen Garden Movement on the Soviet Home Front, 1941-1945. **Journal of Historical Geography**, [S. l.], v. 64, p. 47-59, 2019.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006.

CLEMENTS, Barbara Evans. **A History of Women in Russia: from earliest times to the present**. Bloomington: Indiana University Press, 2012.

COHEN, Sandra. A outra guerra de Putin: convencer as mães russas a terem mais de 10 filhos. **G1**, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/08/19/a-outra-guerra-de-putin-convencer-as-maes-russas-a-terem-mais-de-10-filhos.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COMO a Rússia convoca mulheres para a guerra na Ucrânia. **G1**, 02 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/02/como-a-russia-convoca-mulheres-para-a-guerra-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CORBESERO, Susan. Femininity (Con)scripted: female images in Soviet wartime poster propaganda, 1941–1945. **Aspasia**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 103–120, mar. 2010.

COUCH, Emily. ‘The Horde’ Sheds New Light on the History of the Mongols – and Russia. **The Moscow Times**, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2023/04/13/the-horde-sheds-new-light-on-the-history-of-the-mongols-and-russia-a80798>. Acesso em: 23 jul. 2024.

COX, Judy. **The Women’s Revolution: Russia 1905-1917**. Chicago: Haymarket Books, 2017.

D’ALESSIO, Diandra. **For Uncle Sam and Mother Russia: WASPs and Soviet Airwomen Finding their Wings, Friendship and Love during World War II**. 2015. 45 f. Monografia

(Graduação em História) – Concordia University, Montreal, 2015. Disponível em: https://spectrum.library.concordia.ca/id/eprint/980646/1/D%27Alessio_MA_F2015.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

DANG, Tia. **“On War and Home Front”**: portrayals of Soviet women in American written media from World War II into the early Cold War. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, San Diego State University, San Diego, 2020.

DECOSTE, Katherine. "Warrior, Avenge!": Frontivichki in the Great Patriotic War, 1941-1945. **Constellations**, [S. l.], v. 10, n. 2, mai. 2019. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/constellations/index.php/constellations/article/view/29389>. Acesso em: 15 out. 2022.

DEWS, Taylor Marie. **Partisans and Soldiers**: Themes of Gender and the Commemoration of Jewish Resistance in the Soviet Union During World War II. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – University of Wisconsin-Milwaukee, Milwaukee, 2019.

DIRENBERGER, Lucia. Representations of Armed Women in Soviet and Post-Soviet Tajikistan: Describing and Restricting Women's Agency. **The Journal of Power Institutions in Post-Soviet Societies**, [S. l.], v. 17, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pipss/4072>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ECK, Hélène. French Women Under Vichy. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; THÉBAUD, Françoise (Orgs.). **A History of Women in the West**: toward a cultural identity in the twentieth century, v. 5. Massachusetts: Harvard University Press, 1996, p. 194-225.

EGLITIS, Daina; ZELČE, Vita. An Unlikely Refuge: Latvia's Women Volunteers in the Red Army in World War II. **East European Politics and Societies and Cultures**, [S. l.], v. 35, n.1, p. 50-68, fev. 2021.

EGLITIS, Daina; ZELČE, Vita. Unruly Actors: Latvian women of the Red Army in post-war historical memory. **Nationalities Papers**, [S. l.], v. 41, n. 6, p. 987-1007, 2013.

EGOROV, Boris. Mais de 325 mil mulheres integram as Forças Armadas russas. **Russia Beyond**, 22 nov. 2017a. Disponível em: <https://br.rbth.com/estilo-de-vida/79505-mulheres-forcas-armadas-russia-fotos>. Acesso em: 18 jul. 2024.

EGOROV, Boris. Primeiro grupo de futuras pilotas militares faz juramento à bandeira. **Russia Beyond**, 05 out. 2017b. Disponível em: <https://br.rbth.com/estilo-de-vida/79230-futuras-pilotas-militares-juramento-bandeira>. Acesso em: 19 jul. 2024.

EGOROV, Oleg. Quantos soviéticos morreram na Segunda Guerra Mundial? **Russia Beyond**, 09 mai. 2020. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/83834-quantos-sovieticos-morreram-segunda-guerra>. Acesso em: 25 jun. 2022

ENGEL, Barbara Alpern. The Womanly Face of War: Soviet Women Remember World War II. In: DOMBROWSKI, Nicole Ann (Org.). **Women and War in the Twentieth Century**: enlisted with or without consent. New York: Routledge, 2004, p. 102-119.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: the international politics of militarizing women's lives.** Berkeley: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. Women – the Reserve Army of Army Labor. **Review of Radical Political Economics**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 42-52, jul. 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/048661348001200206>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ERICKSON, John. Soviet Women at War. In: GARRARD, John; GARRARD, Carol; WHITE, Stephen (Orgs.). **World War 2 and the Soviet People: selected papers from the Fourth World Congress for Soviet and East European Studies**, Harrogate, 1990. New York: St. Martin's Press, 1993, p. 50-76.

FEDERICI, Silvia. Notas Sobre Gênero em O Capital de Marx. **Revista Movimento**, [S. l.], set. 2017. Disponível em: < <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capitalmarxfeminismo-marxista/> >. Acesso em: 04 nov. 2020.

FEDORÍCHINA, Maria. Mulheres são impedidas de exercer profissões na Rússia. **Russia Beyond**, 13 out. 2015. Disponível em: https://br.rbth.com/sociedade/2015/10/13/profissoes-nao-femininas_482327. Acesso em: 19 jul. 2024.

FERNANDES, Aline Vieira. **A Guerra Tem “Cheiro de Homem”, Mas Pode Ter “Rosto de Mulher”**: as representações do feminino na segunda guerra mundial em uma história das mulheres no exército vermelho. 2023. 82 f. Monografia (Licenciatura em História) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023.

FIESELER, Beate; HAMPF, M. Michaela; SCHWARZKOPF, Jutta. Gendering combat: military women's status in Britain, the United States, and the Soviet Union during the Second World War. **Women's Studies International Forum**, [S. l.], n. 47, p. 115–126, set. 2014.

FURST, Juliane. Heroes, Lovers, Victims – Partisans Girls During the Great Fatherland War. An analysis of documents from the spetsotdel of the former Komsomol archive. **Minerva: Quarterly Reports on Women and the Military**, Pasadena, v. 18, n. 3-4, p. 38-75, dez. 2000. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/222790283?pq-origsite=gscholar&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GABOWITSCH, Mischa. Victory Day Before the Cult: war commemoration in the USSR, 1945–1965. In: HOFFMAN, David L. **The Memory of the Second World War in Soviet and Post-Soviet Russia**. Routledge: Abingdon, 2022, p. 64-85.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GONÇALVES, Joyce. Lembranças de Mulheres em Armas: relatos memorialísticos sobre o front. **Literatura e Autoritarismo**, [S. l.], n. 23, mai. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/42448>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GONÇALVES, Joyce. **Narrativas Autobiográficas: memórias de mulheres sobre a Segunda Guerra Mundial**. 2022. 209 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

GOSCILO, Helena. Graphic Womanhood Under Fire. In: GOSCILO, Helena; HASHAMOVA, Yana (Orgs.). **Embracing Arms: cultural representation of Slavic and Balkan women in war**. Budapest: Central European University Press, 2012, p. 153-178.

GRADSKOVA, Yulia. Emancipation at the Crossroads Between the ‘Woman Question’ and the ‘National Question’. In: ILIC, Melanie (Org.). **The Palgrave Handbook of Women and Gender in Twentieth Century Russia and the Soviet Union**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

GRANT, Susan. Nurses in the Soviet Union: Explorations of Gender in State and Society. In: ILIC, Melanie (Org.). **The Palgrave Handbook of Women and Gender in Twentieth Century Russia and the Soviet Union**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

GRAZIA, Victoria de. How Mussolini Ruled Italian Women. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; THÉBAUD, Françoise (Orgs.). **A History of Women in the West: toward a cultural identity in the twentieth century**, v. 5. Massachusetts: Harvard University Press, 1996, p. 120-148.

GÚZEVA, Aleksandra. Rússia restaura título soviético de ‘Mãe Heroína’. Mas quem o recebia na URSS? **Russia Beyond**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/87014-russia-restaura-titulo-sovietico-mae-heroína-recebia-urss>. Acesso em: 04 jun. 2024.

HARRIS, Adrienne Marie. After “A Youth on Fire”: the woman veteran in Iulia Drunina’s postwar poetry. **Aspasia**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 68–91, mar. 2013a. Disponível em: https://www.academia.edu/5040555/After_A_Youth_on_Fire_The_Woman_Veteran_in_Iulia_Druninas_Postwar_Poetry. Acesso em: 29 jan. 2024.

HARRIS, Adrienne Marie. Memorializations of a martyr and her mutilated bodies: Public monuments to Soviet war hero Zoya Kosmodemyanskaya, 1942 to the present. **Journal of War & Culture Studies**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 73-90, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/1247276/Memorializations_of_a_martyr_and_her_mutilated_bodies_Public_monuments_to_Soviet_war_hero_Zoya_Kosmodemyanskaya_1942_to_the_present. Acesso em: 16 nov. 2023.

HARRIS, Adrienne. No Nastas’ias on the Volga: Soviet Women Veterans and Folkloric Self-Representations. **FOLKLORICA: Journal of Slavic, East European, and Eurasian Folklore Association**, Fairfax, v. XVII, p. 99-130, 2013b. Disponível em: <https://journals.ku.edu/folklorica/article/view/4678>. Acesso em: 16 nov. 2023.

HARRIS, Adrienne Marie. **The Myth of the Woman Warrior and World War II in Soviet Culture**. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Línguas e Literaturas Eslavas) – Faculdade de Artes e Ciências Liberais, Universidade do Kansas, Lawrence, 2008.

HARRIS, Adrienne Marie. Yulia Drunina: the “blond-braided soldier” on the poetic front. **The Slavic and East European Journal**, [S. l.], v. 54, n. 4, p. 643-665, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/23345044.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

HODGSON, Katharine. The Other Veterans: Soviet Women's Poetry of World War 2. In: GARRARD, John; GARRARD, Carol; WHITE, Stephen (Orgs.). **World War 2 and the Soviet People**: selected papers from the Fourth World Congress for Soviet and East European Studies, Harrogate, 1990. New York: St. Martin's Press, 1993, p. 77-97.

HOFFMAN, David L. Introduction: the politics of commemoration in the Soviet Union and contemporary Russia. In: HOFFMAN, David L. **The Memory of the Second World War in Soviet and Post-Soviet Russia**. Routledge: Abingdon, 2022a, p. 01-14.

HOFFMAN, David L. Representations of gender in Soviet war memorials. In: HOFFMAN, David L. **The Memory of the Second World War in Soviet and Post-Soviet Russia**. Routledge: Abingdon, 2022b, p. 107-130.

HONNETH, Axel. A dinâmica social do desrespeito: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 21-42, set./dez. 2018.

ICORN. **Svetlana Alexievich**: Investigative journalist, writer. 201-. Disponível em: <https://icorn.org/writer/svetlana-alexievich>. Acesso em: 02 dez. 2023.

IMMORTAL Regiment marches across the globe. **Russia Beyond**, 08 mai. 2019. Disponível em: <https://www.rbth.com/lifestyle/330343-immortal-regiment-2019-world>. Acesso em: 20 jul. 2024.

JÉLIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JONES, Jeffrey. Mothers, prostitutes, and the collapse of the USSR: the representation of women in Svetlana Aleksievich's Zinky Boys. **Canadian Slavonic Papers**, [S. l.], v. 59, n. 3-4, p. 234-258, nov. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00085006.2017.1381545>. Acesso em: 11 jul. 2023.

JOLLUCK, Katherine. Women in the Crosshairs: Violence Against Women during the Second World War. **Australian Journal of Politics and History**, [S. l.], v. 62, n. 4, p. 514-528, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajph.12301>. Acesso em: 11 mai. 2024.

JUG, Steven G. Red Army Romance: preserving masculine hegemony in mixed gender combat units, 1943–1944. **Journal of War & Culture Studies**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 321-334, 2012. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1386/jwcs.5.3.321_1. Acesso em: 16 out. 2023.

KARTASHOVA, Liubov. **The Deconstruction of Patriarchal War Narratives in Svetlana Alexievich's the Unwomanly Face of War**. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – College of Arts and Science, University of South Carolina, Columbia, 2020.

KAZYULINA, Regina. Women's Antifascist Resistance on German-Occupied Territory Through the Lens of Soviet Leaflets, 1941–5. **Journal of Contemporary History**, [S. l.], v. 56, n. 4, p. 1126–1146, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022009420988041?journalCode=jcha>. Acesso em: 29 abr. 2024.

KIRSCHENBAUM, Lisa A. “Our City, Our Hearths, Our Families”: Local Loyalties and Private Life in Soviet World War II Propaganda. **Slavic Review**, [S. l.], v. 59, n. 4, p. 825-847, 2000. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/slavic-review/article/abs/our-city-our-hearths-our-families-local-loyalties-and-private-life-in-soviet-world-war-ii-propaganda/2BC4195F0B21E805C9DBCFC8F1D07D14>. Acesso em: 13 out. 2023.

KIRSCHENBAUM, Lisa A; WINGFIELD, Nancy M. Gender and the Construction of Wartime Heroism in Czechoslovakia and the Soviet Union. **European History Quarterly**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 465–489, jul. 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0265691409105062>. Acesso em: 22 fev. 2024.

KHOKHRINA, Ekaterina. **Boris Vasil’ev’s and the Dawns Here Are Quiet...: between realism and idealism**. 2022. 50 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Globais) – University of North Caroline, Chapel Hill, 2022.

KHROMEYCHUK, Olesya. Experiences of Women at War: servicewomen during WWII and in the Ukrainian armed forces in the conflict in Donbas. **Baltic Worlds**, v. X, n. 4, 2018. Disponível em: https://balticworlds.com/wp-content/uploads/2018/03/BW_4_2017_OLESYA_KHROMEYCHUK_pp58_70.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

KOLLONTAI, Aleksandra. I Conferência Internacional de Mulheres Comunistas. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 202-206

KOLLONTAI, Aleksandra. As Combatentes no Dia do Grande Outubro. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017b, p. 217-221.

KOLLONTAI, Aleksandra. Da História do Movimento das Trabalhadoras na Rússia. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017c, p. 191-201.

KOLLONTAI, Aleksandra. **Revolução no cotidiano e nos costumes**. São Paulo: Edições Iskra, 2018.

KOROLKOV, Aleksandr. O que fazem as mulheres nas Forças Armadas? **Russia Beyond**, 24 mar. 2015. Disponível em: https://br.rbth.com/sociedade/2015/03/24/o_que_fazem_as_mulheres_nas_forcas_armadas_29807. Acesso em: 20 jul. 2024.

KOSHULKO, Oksana, DLUHOPOLSKYI, Oleksandr. Exploring Women’s Resistance Against Occupation and War in Ukraine. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, e75862, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hYR35RDXJykQqtFYbP9dJYv/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda. A Trabalhadora e a Religião. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 99-101.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda. Guerra e Maternidade. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017b, p. 94-98.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda. Prólogo. In: LENIN, Vladimir. **Sobre a Emancipação da Mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 05-12.

KRYLOVA, Anna. **Soviet Women in Combat: a history of violence on the Eastern Front**. New York: Cambridge University Press, 2011.

KRYLOVA, Anna. The Crises of Private Life in Soviet Literature, 1944-1946. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 7, n. 2, p. 307-331, jun. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/321026>. Acesso em: 09 out. 2023.

KURILLA, Ivan. Reusing Soviet History Books: The Role of World War II in Russian Domestic Politics and Academia. **The Journal of Slavic Military Studies**, Philadelphia, v. 33, n. 4, mar. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13518046.2020.1845079>. Acesso em: 19 mai. 2023.

KURKIJÄRVI, Kirsi. Soviet Women and The Great Patriotic War: Recalling Extreme Experience, Body, and Pain. In: RYTKÖNEN, Marja; KURKIJÄRVI, Kirsi; CHOWANIEC, Urszula; PHILLIPS, Ursula (Orgs.). **Mapping Experience in Polish and Russian Women's Writing**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

LANNAN FOUNDATION. **Svetlana Alexievich**. 200-. Disponível em: <https://lannan.org/bios/svetlana-alexievich>. Acesso em: 03 dez. 2023

LENIN, Vladimir. **Sobre a Emancipação da Mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LISBOA, Isabella Aparecida de Souza. **Svetlana Aleksievitch e as Mulheres do Front: jornalismo, literatura e testemunho**. 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

LOLUA, Ana. **Representation of Women in the Exhibitions Dedicated to the Great Patriotic War: the late socialist period in Georgia**. Tbilisi: Heinrich Boell Foundation, 2020.

LUSTOSA, Beatriz Rangel. **A Guerra Tem Rosto de Mulher: o papel dos arquivos na ressignificação da memória coletiva protagonizada por mulheres no período da Segunda Guerra Mundial**. 2021. 111 f. Monografia (Bacharelado em Arquivologia) – Instituto da Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

MARCHETTO, Arthur Breccio. **Vozes Anônimas da União Soviética: história, memória e polifonia de Svetlana Aleksievitch**. 2024. 266 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2024.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANN, Yan. (Re)cycling the Collective Memory of the Great Patriotic War. **The Journal of Slavic Military Studies**, Philadelphia, v. 33, n. 4, p. 508-513, mar. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13518046.2020.1845080>. Acesso em: 11 mai. 2023.

MANN, Yan. Situating Stalin in the history of the Second World War. In: HOFFMAN, David L. **The Memory of the Second World War in Soviet and Post-Soviet Russia**. Routledge: Abingdon, 2022, p. 41-63.

MARKWICK, Roger. “A Sacred Duty”: Red Army Women Veterans Remembering the Great Fatherland War, 1941-1945. **Australian Journal of Politics and History**, [S. l.], v. 54, n. 3, p. 403-420, ago. 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8497.2008.00506.x>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MARKWICK, Roger. ‘Every Log a Blow to the Enemy!’ Women in the Soviet Wartime Timber Industry, 1941–1945. **Europe-Asia Studies**, Glasgow, v. 75, n. 3, p. 373-398, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09668136.2021.2020729>. Acesso em: 07 out. 2023.

MARKWICK, Roger; CARDONA, Euridice. **Soviet Women on the Frontline in the Second World War**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

MARKWICK, Roger. ‘The Motherland Calls’: Soviet Women in the Great Patriotic War, 1941–1945. In: ILIC, Melanie (org.). **The Palgrave Handbook of Women and Gender in Twentieth Century Russia and the Soviet Union**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

MEDALHA da Maternidade. 1 fotografia, color. In: GÚZEVA, Aleksandra. Rússia restaura título soviético de ‘Mãe Heroína’. Mas quem o recebia na URSS? **Russia Beyond**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/87014-russia-restaura-titulo-sovietico-mae-heroína-recebia-urss>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MEDALHA “Mãe Heroína”. 1 fotografia, color. In: GÚZEVA, Aleksandra. Rússia restaura título soviético de ‘Mãe Heroína’. Mas quem o recebia na URSS? **Russia Beyond**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/87014-russia-restaura-titulo-sovietico-mae-heroína-recebia-urss>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MEDALHA russa de “Mãe Heroína. 1 fotografia, color. In: GÚZEVA, Aleksandra. Rússia restaura título soviético de ‘Mãe Heroína’. Mas quem o recebia na URSS? **Russia Beyond**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/87014-russia-restaura-titulo-sovietico-mae-heroína-recebia-urss>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MELLO, Ana Claudia de Resende Costa Dutra e. As Mulheres na Segunda Guerra Mundial: Uma breve análise sobre as combatentes soviéticas. **Encontro de Historiadores Militares**. I, p. 63-84, 2012.

MENEGOTTO, Fernanda. A Face Feminina da Guerra: Svetlana Aleksiévitch e Elizabeth Wein. **Versalete**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 116-139, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol6-10/7%20A%20face%20feminina.%20Fernanda%20Menegotto.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MIKHAILOVA, Tatiana; LIPOVETSKY, Mark. Flight without Wings: the subjectivity of a female war veteran in Larisa Shepit'ko's Wings. In: GOSCILO, Helena; HASHAMOVA, Yana (Orgs.). **Embracing Arms**: cultural representation of Slavic and Balkan women in war. Budapest: Central European University Press, 2012, p. 81-106.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais**: uma crítica ao discurso tradicional de segurança. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MOROZOV, Viacheslav. Institutionalizing National Memories: The Baltic Sea Region and World War II. **The Journal of Slavic Military Studies**, Philadelphia, v. 33, n. 4, p. 521-523, mar. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13518046.2020.1845083>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MYERS, Beth. **Soviet and American Airwomen during World War II**: a comparison of their formation, treatment and dismissal. 2003. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, University of Utah, Salt Lake City, 2003. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA416572.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

NAKACHI, Mie. A Postwar Sexual Liberation? The gendered experience of the Soviet Union's Great Patriot War. **Cahiers d'histoire russe, est-européenne, caucasienne et centrasiatique**, [S. l.], v. 52, n. 2-3, p. 423-440, nov. 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-monde-russe-2011-2-page-423.htm?contenu=resume>. Acesso em: 07 nov. 2023.

‘NÃO há futuro para a Rússia’, diz Biden em celebração dos 80 anos do Dia D em praia da Normandia; Putin não foi convidado. **G1**, 06 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/06/com-biden-e-sem-russia-ocidente-celebra-80-anos-do-dia-d-em-praia-da-normandia.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NIKITINA, Olga; ROZHDESTVENSKAYA, Elena; SEMENOVA, Victoria. Women's Biographies and Women's Memory of War. In: PLATO, Alexander von; LEH, Almut; THONFELD, Cristoph (Orgs.). **Hitler's Slaves**: Life Stories of Forced Labourers in Nazi-Occupied Europe. New York: Berghahn Books, 2008. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1281444. Acesso em: 21 mai. 2023.

NIKITINA, Yulia. Past Memories, Future Memories: Race Against History. **The Journal of Slavic Military Studies**, Philadelphia, v. 33, n. 4, mar. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13518046.2020.1845081>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NOBEL. **Svetlana Alexievich – Biographical**. 2015. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2015/alexievich/biographical/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

NOBLE, Hayley. **Women in Combat: The Soviet Example**. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Histórica Aplicada) – Departamento de História, Boise State University, Boise, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/200972687.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NOGGLE, Anne. **A Dance with Death: Soviet airwomen in World War II**. College Station: Texas A & M University Press, 1994.

NOWAKI, Rochelle. Nachthexen: Soviet Female Pilots in WWII. **HOHONU**, Hilo, v. 13, p. 56-62, 2015. Disponível em: <https://hilo.hawaii.edu/campuscenter/hohonu/volumes/documents/Nachthexen-SovietFemalePilotsinWWIIRochelleNowaki.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

O KOMSOMOL armado [1939]. 1 fotografia, p&b. In: HARRIS, Adrienne Marie. **The Myth of the Woman Warrior and World War II in Soviet Culture**. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Línguas e Literaturas Eslavas) – Faculdade de Artes e Ciências Liberais, Universidade do Kansas, Lawrence, 2008, p. 279.

ORDEM da Glória Materna. 1 fotografia, color. In: GÚZEVA, Aleksandra. Rússia restaura título soviético de ‘Mãe Heroína’. Mas quem o recebia na URSS? **Russia Beyond**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/87014-russia-restaura-titulo-sovietico-mae-heroína-recebia-urss>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ORLANDI, Eni. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, p. 52-59, jan./mar. 1994. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250>. Acesso em: 07 ago. 2023.

ORRELL, Harriet. Guerra na Ucrânia: as mulheres que se voluntariam para a linha de frente do conflito. **BBC**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60734466>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PAIGE, Victoria. The Rouged Army: Soviet Women Soldiers' Counternarratives of the Great Patriotic War. **Edward F. Hayes Graduate Research Forum**, 2012. Disponível em: <https://kb.osu.edu/server/api/core/bitstreams/a43209f2-c896-49b7-b194-8a9638c14a58/content>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PANNACCI, Raffaello. Sex, Military Brothels and Gender Violence during the Italian Campaign in the USSR, 1941-3. **Journal of Contemporary History**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 75-96, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022009418810788>. Acesso em: 31 abr. 2024.

PASSERINI, Luisa. **A Memória Entre a Política e a Emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PAVLOVA, Uliana. Putin revive prêmio para mulheres com mais de dez filhos. **CNN Brasil**, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/putin-revive-premio-para-mulheres-com-mais-de-dez-filhos/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

PAVIA-LOGAN, Madison. **The Motherland Calls**: the portrayal of women in war posters during the Great Patriotic war, 1941-1945. 2017. 58 f. Dissertação (Mestrado em História) – Department of History, California State University, Fullerton, 2017. Disponível em: <https://scholarworks.calstate.edu/concern/theses/m900nw24g>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PENNINGTON, Reina. ‘Do not speak of the services you rendered’: Women veterans of aviation in the Soviet Union. **The Journal of Slavic Military Studies**, Philadelphia, v. 9, n. 1, p. 120-151, mar. 1996. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518049608430229?journalCode=fslv> 20. Acesso em: 06 abr. 2022.

PENNINGTON, Reina. Offensive Women: Women in Combat in the Red Army in the Second World War. **The Journal of Military History**, Lexington, v. 74, p. 775-820, jul. 2010. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/613996245?sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 29 abr. 2024.

PENNINGTON, Reina. **Wings, Women and War**: Soviet airwomen in World War II combat. Lawrence: University Press of Kansas, 2001.

PENSEC, Erwann. Rússia deverá reduzir número de profissões proibidas para mulheres. **Russia Beyond**, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://br.rbth.com/estilo-de-vida/82516-russia-reduzir-profissoes-proibidas-mulheres>. Acesso em: 20 jul. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POKRÓVSKAIA, Maria. Lei e Vida. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 61-69.

POSSAS, Lidia M. V. As Fronteiras: lugares móveis, de deslocamentos dos sujeitos diferenciados. Rompendo os limites, buscando o não hegemônico. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (Orgs.). **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária, 2012, p. 96-108.

POSSAS, Lidia M. V. História Oral, Tempo Presente e Estudos de Gênero. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) **História Oral e Historiografia**: questões sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 159-180.

POSSAS, Lidia M. V. **O Enigma das Viúvas**: vivências e sensibilidades, anos 60-80. Curitiba: CRV, 2019.

PROKHOROV, Alexander. She Defends His Motherland: the myth of Mother Russia in Soviet maternal melodrama of the 1940s. In: GOSCILO, Helena; HASHAMOVA, Yana (Orgs.). **Embracing Arms**: cultural representation of Slavic and Balkan women in war. Budapest: Central European University Press, 2012, p. 59-80.

PUTIN durante marcha do Regimento Imortal. 2017. 1 fotografia, color. In: VLADIMIR Putin took part in the Immortal Regiment march. **Kremlin**, 19 mai. 2017. Disponível em:

<http://www.en.kremlin.ru/events/president/news/54473/photos/48274>. Acesso em: 19 jul. 2024.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra: 1939-1945**. Volume 1 e 2. São Paulo: Larousse, 2009.

RABOTNITSA. 1938. 1 gravura, p&b. In: HARRIS, Adrienne Marie. **The Myth of the Woman Warrior and World War II in Soviet Culture**. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Línguas e Literaturas Eslavas) – Faculdade de Artes e Ciências Liberais, Universidade do Kansas, Lawrence, 2008, p. 281.

RABOTNITSA, fev. 1954. 1 gravura, color. In: HARRIS, Adrienne Marie. **The Myth of the Woman Warrior and World War II in Soviet Culture**. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Línguas e Literaturas Eslavas) – Faculdade de Artes e Ciências Liberais, Universidade do Kansas, Lawrence, 2008, p. 302.

REBROVA, Irina. Women's Traumatic Experience at World War II: the Soviet case. **Kaleidoscope: Journal of History of Culture, Science and Medicine**, Budapest, v. 5, n. 9, p. 182-193, 2014. Disponível em: <http://www.kaleidoscopehistory.hu/index.php?subpage=cikk&cikkid=196>. Acesso em: 24 nov. 2023.

REGAMEY, Amandine. Soviet Women Snipers – Experiences of Fire. **Sixièmes Journées franco-allemandes**, Berlin, 29-30 jan. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/10461938/Soviet_Women_Snipers_Experiences_of_Fire. Acesso em: 17 nov. 2023.

‘REGIMENTO Imortal’, o movimento à prova de ideologias. **Russia Beyond**, 14 mai. 2015. Disponível em: https://br.rbth.com/sociedade/2015/05/14/regimento_imortal_o_movimento_a_prova_de_ideologias_30339. Acesso em: 20 jul. 2024.

REYES, Michelle de Jesus. **Experiences of Soviet Women Combatants During World War II**. 2017. 68 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, State University of New York, Buffalo State College, Buffalo, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230680398.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RICHEBÄCHER, Sabine. Uma ligação perigosa com o poder: a psicanálise na Rússia bolchevique. **Lacuna**, São Paulo, n. 7, 2019. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2019/08/07/n-7-1/>. Acesso em: 29 out. 2022.

ROTHSTEIN, Robert. Songs of Women Warriors and Women Who Waited. In: GOSCILO, Helena; HASHAMOVA, Yana (Orgs.). **Embracing Arms: cultural representation of Slavic and Balkan women in war**. Budapest: Central European University Press, 2012, p. 179-203.

ROWLEY, Alison. Masha Grab Your Gun: 1930s Images of Soviet Women and the Defense of Their Country. **MINERVA: Women and War**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 54-69, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/11226150/Masha_Grab_Your_Gun_1930s_Images_of_Soviet_Women_and_the_Defense_of_Their_Country. Acesso em: 17 mai. 2024

ROWLEY, Alison. Ready for Work and Defense: Visual Propaganda and Soviet Women's Preparedness in the 1930s. **Minerva: Quarterly Report on Women and the Military**, Pasadena, v. 18, n. 3-4, p. 03-15, dez. 2000. Disponível em:

<https://www.proquest.com/docview/222835895?sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 17 mai. 2024.

RUDAKOVA, Daria. Soviet Women Collaborators in Occupied Ukraine 1941-1945.

Australian Journal of Politics and History, [S. l.], v. 62, n. 4, p. 529-545, dez. 2016.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajph.12302>. Acesso em: 22 mai. 2024.

RUSEISHVILI, Svetlana. Introdução: as perspectivas nativas sobre a guerra russo-ucraniana: um exame engajado. In: RUSEISHVILI, Svetlana (Org.). **Guerra na Ucrânia: olhares não hegemônicos**. São Carlos: EdUFSCar, 2023, p. 09-39.

RÚSSIA anuncia que regiões anexadas da Ucrânia votarão nas eleições presidenciais de 2024. **O Globo**. 11 dez. 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/11/russia-anuncia-que-regioes-anexadas-da-ucrania-votarao-nas-eleicoes-presidenciais-de-2024.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SAHNO, Elena. **A Tentativa de Construir a Igualdade de Gêneros na Rússia Soviética 1917-1937**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6142606. Acesso em: 15 abr. 2022.

SAITO, Nádia. **A Formação do Fascismo no Japão de 1929 a 1940**. 2012. 166 f.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29082012-092205/pt-br.php>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANDOMIRSKAJA, Irina. Rage in the City of Hunger: body, talk, and the politics of womanliness in Lidia Ginzburg's Notes from the Siege of Leningrad. In: GOSCILO, Helena; HASHAMOVA, Yana (Orgs.). **Embracing Arms: cultural representation of Slavic and Balkan women in war**. Budapest: Central European University Press, 2012, p. 131-152.

SAKTAGANOVA, Zauresh; MUKATAEVA, G. A. The role of Kazakhstan women in the years of the Great Patriotic War (based on materials of Central Kazakhstan). **Bulletin of the Karaganda University**, Karaganda, n. 4, p. 52-59, 2018. Disponível em:

<https://rep.ksu.kz/handle/data/6012?show=full>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SAKTAGANOVA, Zauresh; SAGATOVA, Assem; NURLIGENOVA, Zauresh.

Historiographical Review of the Problem “Woman of the USSR in the Great Patriotic War – Hero or Victim?”. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 25, n. especial 5, p. 279-288, 2020. Disponível em: <https://zenodo.org/records/3984253>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SAVCHENKOVA, Margarita. The Body as a Translation: the senses and World War II in *U Vojny Ne Ženskoe Lico* by Svetlana Alexievich. **Translation Matters**, Porto, v. 4, n. 1, p. 18-

32, 2022. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tm/article/view/11444/10850>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SCHECHTER, Brandon. “Girls” and “Women”. Love, Sex, Duty and Sexual Harassment in the Ranks of the Red Army 1941-1945. **The Journal of Power Institutions in Post-Soviet Societies**, [S. l.], n. 17, p. 01-15, set. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pipss/4202>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SCHEIDE, Carmen. ‘Unstintingly Master Warfare’: Women in the Red Army. In: ILIC, Melanie (Org.). **The Palgrave Handbook of Women and Gender in Twentieth Century Russia and the Soviet Union**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

SCHNEIDER, Graziela. As Vozes da Revolução das Mulheres. In: SCHNEIDER, Graziela (org.) **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCHWARCZ, Lilia. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183>. Acesso em: 14 out. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 11, n. 11, 2016, p. 9-39. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SENA, Ercio; GUSMAN, Juliana. Relatos de guerra e reconhecimento: incursões em A Guerra Não Tem Rosto de Mulher. In: SOARES, Rosana de Lima; SILVA, Gislene (Orgs.). **Emergências Periféricas em Práticas Midiáticas**. São Paulo: ECA/USP, 2018, p. 122-138.

SENNA, Thaiz Carvalho. A Questão Feminina na Rússia e Suas Respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Marx e o Marxismo**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 258-280, fev. 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/180>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SENNA, Thaiz Carvalho. **Mulheres Soviéticas em Múltiplos Fronts: discursos estatais e pessoais confrontados (1941-1945)**. 2021. 608 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11037910. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Por Amor, Por Dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da força de trabalho feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332017000200314&Ing. Acesso em: 05 nov. 2020

SIMMONS, Cynthia; PERLINA, Nina. **Writing the Siege of Leningrad**: women's diaries, memoirs, and documentary prose. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.

SINELSCHIKOVA, Ekaterina. Primeira mulher no espaço, Valentina Tereshkova completa 85 anos. **Russia Beyond**, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/86545-primeira-mulher-no-espaco-valentina>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SOUZA, Janaína de Oliveira. **A Face Feminina da Segunda Guerra Mundial**: uma análise das atuações das mulheres no esforço de guerra a partir dos filmes O Leitor (2008), As Mães Do Terceiro Reich (2012), A Batalha De Sevastopol (2015) E As Espiãs De Churchill (2019). 2022. 80 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16037/2/Janaina_Oliveira_Souza.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023.

STITES, Richard. **The Women's Liberation Movement in Russia**: feminism, nihilism and bolshevism, 1860-1930, 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1991.

STREBE, Amy Goodpaster. The American Women Airforce Service Pilots and Soviet Airwomen of World War II. 2003. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Department of History, San Jose State University, San Jose. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/etd_theses/2499/. Acesso em: 31 jan. 2024.

STRUNNIKOV, Sergei. Zoya Kosmodemyanskaya. 1942. 1 fotografia, p&b. In: HARRIS, Adrienne Marie. Memorializations of a martyr and her mutilated bodies: Public monuments to Soviet war hero Zoya Kosmodemyanskaya, 1942 to the present. **Journal of War & Culture Studies**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 73-90, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/1247276/Memorializations_of_a_martyr_and_her_mutilated_bodies_Public_monuments_to_Soviet_war_hero_Zoya_Kosmodemyanskaya_1942_to_the_present. Acesso em: 16 nov. 2023.

SVETLANA Aleksiévitch (centro) em um encontro de veteranas no início dos anos 1980. 1 fotografia, p&b. In: NOBEL. **Svetlana Alexievich – Biographical**. 2015. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2015/alexievich/biographical/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

TAMILINA, Larysa. Why are Russia and Russians Incompatible with Democracy? An Analysis of the Historical Foundations of Russians' Attitudes towards Authority and Democracy. **Vox Ukraine**, 07 fev. 2024. Disponível em: <https://voxukraine.org/en/why-are-russia-and-russians-incompatible-with-democracy-an-analysis-of-the-historical-foundations-of-russians-attitudes-towards-authority-and-democracy>. Acesso em: 23 jul. 2024.

THÉBAUD, Françoise. The Great War and the Triumph of Sexual Division. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; THÉBAUD, Françoise (Orgs.). **A History of Women in the West**: toward a cultural identity in the twentieth century, v. 5. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

TIPPNER, Anja. Girls in Combat: Zoia Kosmodem'ianskaia and the Image of Young Soviet

Wartime Heroines. **The Russian Review**, [S. l.], v. 73, n. 3, p. 371-388, jul. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43662079>. Acesso em: 31 mar. 2024.

TLOSTANOVA, Madina. Pós-Socialista ≠ Pós-Colonial? Sobre o imaginário pós-soviético e a colonialidade global. In: RUSEISHVILI, Svetlana (Org.). **Guerra na Ucrânia: olhares não hegemônicos**. São Carlos: EdUFSCar, 2023, p. 49-61.

TOIDZE, Irakli. A pátria-mãe chama! [1941]. 1 cartaz, color. In: 15 CARTAZES soviéticos da Segunda Guerra Mundial. **Russia Beyond**, [S. l.], 26 abr. 2020. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/80422-cartazes-sovieticos-segunda-guerra-mundial/amp>. Acesso em: 07 out. 2020.

TSIZIKOVA, Jekaterina. **Where Have All the Women Combatants Gone?** The Realities of Soviet Female Veterans in the Immediate Post World War Two Period. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em História) – Department of History, West Virginia University, Morgantown, 2011. Disponível em: <https://researchrepository.wvu.edu/etd/4806/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

TYLER, Patrick E. Soviet Hymn Is Back, Creating Much Discord. **The New York Times**, 6 dez. 2000. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2000/12/06/world/soviet-hymn-is-back-creating-much-discord.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VAJSKOP, Samantha. **Elena's War: Russian Women in Combat**. 2008. 31 f. Monografia (Graduação em História) – Ashbrook, Universidade de Ashland, Ashland, 2008. Disponível em: <http://www.ashbrook.org/publicat/thesis/vajskop/vajskop.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VARENIKOVA, Maria; KRAMER, Andrew. Na Ucrânia, mulheres viram tábua de salvação para o Exército na guerra contra a Rússia. **Estadão**, 11 nov. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/na-ucrania-mulheres-viram-tabua-de-salvacao-para-o-exercito-na-guerra-contr-a-russia/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

VASCONCELLOS, Fernanda de. Sem debate franco sobre gênero, mulheres estão fadadas à violência doméstica. [Entrevista concedida a] João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, [S. l.], 21 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/586182-sem-debate-franco-sobre-genero-mulheres-estao-fadadas-a-violencia-domestica-entrevista-especial-com-fernanda-de-vasconcellos>; Acesso em: 28 set. 2021.

VAUGHAN, Yasmine. Bomb-Dropping Bombshells: An Analysis of the Motivations and Accomplishments of the All- Female 46th Taman Guards Bomber Aviation Regiment. **MAD-RUSH Undergraduate Research Conference**, 1. 2017. Disponível em: <https://commons.lib.jmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1061&context=madrush>. Acesso em: 20 mai. 2023.

VAUGHAN, Yasmine. **Dancing in the Airfield: The women of the 46th Taman Guards Aviation Regiment and their journey through war and womanhood**. 2018. 85f. Monografia (Bacharelado em História) – History Department, James Madison University, Harrisonburg, 2018. Disponível em: <https://commons.lib.jmu.edu/honors201019/551/>. Acesso em: 18 dez. 2023

VERGÈS, Françoise. **Uma Teoria Feminista da Violência**. São Paulo: Ubu, 2021.

VINOGRADOVA, Lyuba. **Defending the Motherland: the soviet women who fought Hitler's aces**. Londres: MacLehose, 2015.

VOROSHILOVSKII strelok [Outubro de 1939]. 1 fotografia, p&b. In: HARRIS, Adrienne Marie. **The Myth of the Woman Warrior and World War II in Soviet Culture**. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Línguas e Literaturas Eslavas) – Faculdade de Artes e Ciências Liberais, Universidade do Kansas, Lawrence, 2008, p. 282.

WARD, Chloe. 'Something of the Spirit of Stalingrad': British women, their Soviet sisters, propaganda and politics in the Second World War. **Twentieth Century British History**, Oxford, v. 25, n. 3, p. 435–460, jun. 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/tcbh/article-abstract/25/3/435/2948704?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 02 mar. 2024.

WOODYATT, Hayden. **Women at War: Soviet and American Airwomen in Combat During World War II**. 2020. Monografia (Graduação em História) – Russian and East European Studies, Union College, Schenectady, 2020. Disponível em: https://digitalworks.union.edu/theses/2382/?utm_source=digitalworks.union.edu%2Ftheses%2F2382&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages. Acesso em: 31 jan. 2024.

WOLFF, Cristina Scheibe. Em Armas: amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

WOMEN in Russia Earn Significantly Less Than Their Male Counterparts. **The Moscow Times**, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2017/09/15/women-in-russia-earn-much-less-than-men-a58950>. Acesso em: 15 jul. 2024.

WOOD, Elizabeth. Performing Memory: Vladimir Putin and the Celebration of World War II in Russia. **The Soviet and Post-Soviet Review**, Leiden, v. 38, n. 02, jan. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233566311_Performing_Memory_Vladimir_Putin_and_the_Celebration_of_World_War_II_in_Russia. Acesso em: 08 ago. 2023.

YULIA Drunina. 1 fotografia, p&b. In: GIOIA, Claudia; TREVIGLIO, Sara. La Musa in Armi: storia di poetesse soldato, Julija Drunina e Ol'ga Berggol'c. **Estranei**, 02 nov. 2020. Disponível em: <https://www.estranei.org/2020/11/02/la-musa-in-armi-storia-di-poetesse-soldato-julija-drunina-e-olga-berggolc/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

ZALIETOK, Nataliia. British and Soviet Women in the Military Campaign of 1939–45: A Comparative Review. **MCU Journal**, Quantico, edição especial, p. 9-40, 2018. Disponível em: <https://www.usmcu.edu/Outreach/Publishing/Marine-Corps-University-Press/MCU-Journal/SpecialIssue2018/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ZALIETOK, Nataliia. Women's Service in the Armed Forces During World War II in British and Soviet Publications of the 1940s. **Ajalooline Ajakiri: the Estonian historical journal**, 2021, [S. l.], v. 177, n. 3/4, p. 221–251, dez. 2021. Disponível em:

<https://ojs.utlib.ee/index.php/EAA/article/view/AA.2021.3-4.04/13728>. Acesso em: 17 abr. 2024.